

Tramas de memórias nos fios da História de Cáceres



Acir Fonseca Montecchi
Maria do Socorro de Sousa Araújo
Oswaldo Mariotto Cerezer
(Organizadores)



PRODUÇÃO EDITORIAL EDITORA UNEMAT 2023

Copyright dos organizadores, 2023.
A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Editora: Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa

Capa: Jaime Macedo França

Arte da capa: Carlos Pina

Diagramação: Pedro Henrique Romeiro Ferreira

Dados de catalogação na fonte.

T771

Tramas de memórias nos fios da História de Cáceres /
Organizadores: Acir Fonseca Montecchi; Maria do Socorro
de Sousa Araújo; Osvaldo Mariotto Cerezer. – Cáceres:
Editora UNEMAT, 2023.
462 p. Il.

ISBN: 978-85-7911-228-7 (e-book)

ISBN: 978-85-7911-225-6

1. História. 2. Memória. 3. Cáceres. I. UNEMAT. II. Acir
Fonseca Montecchi; Maria do Socorro de Sousa Araújo;
Osvaldo Mariotto Cerezer.

CDU 94 (817.2)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário
Walter Clayton de Oliveira – CRB 1/2049.



Acir Fonseca Montecchi
Maria do Socorro de Sousa Araújo
Osvaldo Mariotto Cerezer
(Organizadores)

TRAMAS DE MEMÓRIAS NOS FIOS DA HISTÓRIA DE CÁCERES



Cáceres/MT
2023

CONSELHO EDITORIAL

Portaria nº 1629/2023

PRESIDENTE

Maristela Cury Sarian

MEMBROS

Josemir Almeida Barros (Unir)

Laís Braga Caneppele (Unemat)

Fabício Schwanz da Silva (UFPR)

Gustavo Rodrigues Canale (UFMT)

Greciely Cristina da Costa (Unicamp)

Edson Pereira Barbosa (UFMT)

Rodolfo Benedito Zattar da Silva (UFMT)

Cácia Régia de Paula (UFJ)

Nilce Vieira Campos Ferreira (UFMT)

Marcos Antonio de Menezes (UFJ)

Flávio Bezerra Barros (UFPA)

Luanna Tomaz de Souza (UFPA)

SUPLENTES

Judite de Azevedo do Carmo (Unemat)

Rose Kelly dos Santos Martinez Fernandes (Unemat)

Maria Aparecida Pereira Pierangeli (Unemat)

Célia Regina Araújo Soares (Unemat)

Nilce Maria da Silva (Unemat)

Rebeca Caitano Moreira (Unemat)

Jussara de Araújo Gonçalves (Unemat)

Patrícia Santos de Oliveira (UFV)

SOBRE ESTA OBRA

Sabemos quão difícil e complexo é tocar no passado; passado de vivências e experiências humanas que se revitalizam nas memórias. As memórias instituem histórias e estas constituem cidades. Cáceres, que agora celebra o seu 245º aniversário, é povoada de memórias e de histórias que em forma de diferentes diálogos se dão a conhecer pelos escritos desta Coletânea e outras escritas. São histórias concebidas pelo prisma das sensibilidades, da capacidade de trabalho criativo, de imersões em contextos envoltos na penumbra dos tempos pretéritos e suas tensões sociais afeitas em muitos motivos para comemorar.

As habilidades presentes nas narrativas de cada um dos autores-colaboradores desta obra não deixam dúvidas quanto ao zelo pela cidade, pois proporcionam a transposição do acontecido para o acontecimento numa pluralidade de linguagens e campos disciplinares, o que é muito rico e significativo para a difusão dos saberes sobre a cidade de Cáceres.

Ao final do trabalho desenvolvido por cada um dos autores aqui traduz e coloca em cena o mundo dos imaginários, as sensíveis formas de expressão que articulam polifonias, os corpos em experimentações constituindo textos e contextos históricos. O diálogo desenvolvido por mulheres e homens de Academia e aqui disponibilizados nos levam a perceber o quanto o que parece velho está presente na atualidade e vice-versa.

Considerar Cáceres como um lugar constituidor de múltiplas significações históricas e culturais um tanto quanto heterogêneo ganha novos olhares pelas reflexões dos autores, pois esses conhecimentos também nos fazem perceber o quanto de comum temos do

ponto de vista macro regional. Na medida em que tomamos a cidade de Cáceres como espaço vital de integração e desenvolvimento, tanto no passado como no presente, só foi e continua sendo possível se efetivar pelas experiências humanas acontecidas nos diferentes tempos. Assim, compreendemos a importante iniciativa de publicação destas percepções reunindo um número considerável de contribuições oriundas de pesquisas e experiências acadêmicas.

Por fim, quero deixar patenteado o agradecimento aos professores que colaboraram na organização e realização deste projeto, cuja parceria e capacidade intelectual dão toque de cientificidade tão necessário a este trabalho: professor Acir Fonseca Montecchi, professora Maria do Socorro de Sousa Araújo e professor Osvaldo Mariotto Cerezer.

Eliene Liberato Dias
Prefeita Municipal de Cáceres
Gestão 2021-2025

ÍNDICE

SOBRE ESTA OBRA	5
APRESENTAÇÃO	9
NARRATIVAS CACERENSES: UM VAGAR EXPLORATÓRIO .	14
<i>Acir Fonseca Montecchi</i>	
SOBRE O TEMPO, MEMÓRIAS E MIUDEZAS	34
<i>José Ricardo Menacho</i>	
COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DE CÁCERES: UMA HISTÓRIA DE LUTAS E RESISTÊNCIA	55
<i>Bianca Francisca da Silva Santos</i>	
<i>Fernanda Martins da Silva</i>	
MEMÓRIAS DE LOURENÇO E PATRIMÔNIO CULTURAL EM CÁCERES: A CANOA DE UM PAU SÓ	77
<i>Luciano Pereira da Silva</i>	
<i>Lourenço Pereira Leite</i>	
DO MENINO DIMAS A SÃO DIMAS: RELIGIOSIDADES EM TEMPOS DE FÉ NA CIDADE DE CÁCERES-MT	102
<i>Maria do Socorro de S. Araújo</i>	
<i>Ana Lúcia Duarte</i>	
O CRISTO CACERENSE: O CRISTO SERÁFICO BARROCO-MODERNISTA DO VITRAL DA CATEDRAL DE SÃO LUÍS DE CÁCERES, MATO GROSSO	126
<i>Gesner Las Casas Brito Filho</i>	
A FÉ QUE SE FEZ VERSO: POESIA E RELIGIOSIDADE EM NATALINO FERRERIA MENDES	146
<i>Edson Flávio Santos</i>	
POR QUE RASGAS ASSIM O CORAÇÃO DO POETA? HISTÓRIA E EMOÇÕES NA POESIA CACERENSE DE NATALINO FERREIRA MENDES	153
<i>Edson Silva de Lima</i>	
COMEMORAR, MOBILIZAR E ENCANTAR	181
<i>João Edson de Arruda Fanaia</i>	
LITERATURA E MEMÓRIA: UM OLHAR SOBRE A CIDADE .	208
<i>Olga Maria Castrillon Mendes</i>	
PONTE BRANCA. TRAÇOS DE MEMÓRIA	226
<i>Neuza B. Zattar</i>	

A PRAÇA DA FEIRA COMO LOCAL DE RESISTÊNCIA CONTRA OS DISCURSOS DA VIOLÊNCIA, MODERNIZAÇÃO E DA HIGIENIZAÇÃO.....	243
<i>Vivian Lara Cáceres Dan</i>	
<i>Maria Aparecida da Silva</i>	
HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE CÁCERES	263
<i>Oswaldo Mariotto Cerezer</i>	
POR UMA OUTRA HISTÓRIA DE CÁCERES-MT: AS PERIFERIAS E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS NA HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE.....	284
<i>Thiago Pereira da Silva Magela</i>	
O ESTADO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PANTANEIRA DE ALEXANDER DAVERON EM MATO GROSSO NOS ANOS 1930	308
<i>Heráclio Tavares</i>	
VILA MARIA DO PARAGUAI, OS BORORO E OS PEREIRA LEITE: UMA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.....	331
<i>Reinaldo Norberto da Silva</i>	
É PRECISO TER RAZÃO! ALGUMAS REPRESENTAÇÕES SOBRE O PERIÓDICO A RAZÃO DE CÁCERES-MT.....	350
<i>Rodrigo dos Santos</i>	
CÁCERES: CIDADE CAIS E “ENTREPORTO” FLUVIAL REFLEXÕES DE UM HISTORIADOR DEPOIS DE 30 ANOS DE ESTUDO	372
<i>Romyr Conde Garcia</i>	
COMO SE DE VENTRE LIVRE NASCESSE	388
<i>Auxiliadora Coutinho</i>	
CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE CÁCERES, MATO GROSSO: DE QUE PAISAGEM ESTAVAM FALANDO?	399
<i>Sandra Mara Alves da Silva Neves</i>	
<i>Renato Fonseca de Arruda</i>	
CÁCERES: MEMÓRIA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E EXCLUSÃO SOCIAL.....	431
<i>Otávio Ribeiro Chaves</i>	
SOBRE OS AUTORES	457

APRESENTAÇÃO

Temos aqui um livro com o qual se presta homenagem aos 245 anos do município de Cáceres, lugar que nasceu como vila, a Vila Maria do Paraguai, erguida sobre as altas barrancas da margem esquerda do majestoso rio Paraguai, em território Bororo. Surgiu de maneira impositiva, num momento em que o império lusitano necessitava dar prova de sua efetiva presença colonizadora e assim ampliar a linha de fronteira, frente aos vizinhos espanhóis. Um domínio que se manifestava de maneira inequívoca, já que no nome dado à vila se evocava o seu pertencimento à então soberana de Portugal, D. Maria I.

Porém, apesar das honras na nomenclatura e das palavras laudatórias contidas na sua Ata de Fundação, tudo indica que por quase meio século a vila fronteiriça esteve em madorna. A darmos crédito às palavras do artista-viajante Hercule Florence, que nela esteve em setembro de 1827, a localidade, à época, não passava de duas fileiras de casas, dispostas nos dois lados de um largo – que o visitante achou mais próximo de um pasto –, em cujo centro estava uma modesta igreja. Se assim o era, não podemos esquecer que o mesmo narrador informa ser outra a dinâmica no entorno da vila. Levavam-se a cabo guerras de extermínio contra os Bororo, enquanto lucrativas fazendas voltadas à exploração agropastoril eram abertas, para serem movidas pela força dos braços de escravizados negros e indígenas.

São questões como essas que estão no alicerce da história cacerense e compõem o seu pano de fundo. Uma história de múltiplos enredos e personagens que tiveram – e ainda têm – como cenário um vasto território banhado pelo rio Paraguai e por seus tributários.

Se hoje olharmos em perspectiva, constataremos que são muitos os panoramas abertos quando tentamos ver, a voos de pássaro, os acontecimentos que se desenrolaram nos espaços onde hoje está o município de Cáceres. Em comum – ao focarmos as lentes sobre o largo intervalo de tempo decorrido do final do século XVIII até início do XXI, como fizeram os autores dos artigos do livro que aqui se lança –, vemos uma tensão constante, não só oriunda dos macroeventos de caráter nacional e regional, os quais impuseram ao lugar outra dinâmica, mas, igualmente, por sua própria engrenagem.

Por exemplo, nos anos iniciais do século XX, Cáceres ganhou uma configuração mais cosmopolita, própria de cidade portuária, com todos os requintes que graduam as diferenças entre riqueza e pobreza, bonança e violência. Trata-se de questões que ainda hoje reverberam em sua fisionomia urbana e são perceptíveis nas muitíssimas lesões que atingiram o seu corpo social, muitas das quais continuam abertas ou com visíveis cicatrizes.

E nos perguntamos: o que diria nos nossos dias aquele artista-viajante se, por alguma mágica cápsula do tempo, chegasse hoje à cidade? Podemos especular: certamente sua impressão seria de espanto. É provável que reconhecesse a localização geográfica e, quiçá – pela disposição espacial –, a praça. Talvez estranhasse ver nela o Marco do Jauru, monumento que descreveu em traços e texto no início do século XIX, quando este ainda estava no lugar onde as águas do Jauru se tributavam ao Paraguai. Possivelmente faria elucubrações: por que ali estaria, já que o monumento é mais antigo que a cidade? Procuraria pelos Bororo? O que diria do rio, das ruas...

Mas, especulações à parte, como sabemos, a condicional “se” só serve à História como retórica. A nós, os seguidores de Clio, cabem os fatos, os eventos, as

mentalidades. Interessa-nos, sempre com base em testemunhos materiais e imateriais, levantar problemas e buscar respostas viáveis, para assim nos aproximarmos do que pode ter efetivamente ocorrido e compreendermos criticamente as relações humanas, sociais, mentais e ambientais que tiveram o lugar como palco.

São justamente esses os temas encontrados nas páginas de *Tramas de memória nos fios da História de Cáceres*, uma coletânea que reúne uma vintena de autoras e autores – em sua maior parte pertencentes aos quadros da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) – que, com as ferramentas metodológicas próprias, fizeram uso da interdisciplinaridade para esquadrihar os vastos campos e canteiros da História; espaços onde, ao longo de mais de quatro séculos, mulheres e homens de diversas origens, cores, credos e sexualidades, semearam e cultivaram, sem nem sempre poderem colher os frutos de seus trabalhos.

Assim, não espere encontrar nas páginas deste livro odes e loas aos ditos heróis ou às efemérides consagradas em compêndios que pisam e repisam feitos políticos e econômicos. Nas páginas de *Tramas de memória nos fios da História de Cáceres* estamos diante de um potente e belo caleidoscópio, como o *Viewing Machine*, que o artista dinamarquês-islandês Olafur Eliasson construiu em Inhotim. Só que nesta coletânea o lúdico objeto está composto por pequenos pedaços da sociedade cacerense, de diferentes temporalidades, e dispostos de maneira tal que, ao girá-lo, as múltiplas imagens formadas quase nunca são coloridas e homogêneas.

Aliás, o livro estampa um título muito significativo. Ao evocar a trama, se faz o leitor exercitar a arte do tecer. E, vale lembrar, tecelagem é uma das mais antigas formas de expressão criadas pelo gênio humano,

cujos vestígios remontam a mais de dez mil anos. O tema enunciado, pois, convida a conhecer a maneira como os fios – aqui, claro, os fios da História de Cáceres – foram tecidos. Mas a arte de tecer exige o entrelaçamento dos fios transversais da trama com os fios longitudinais do urdume. Os primeiros são os manipuláveis, os que possibilitam ao artesão-artista criar diferentes desenhos e, mesmo, relevos, que vão aparecer no tecido final. Já os fios da urdidura são menos maleáveis e suportam o vaivém da trama.

A metáfora proposta tem como urdidura a baliza espacial, vale dizer, o espaço geográfico que abriga o município de Cáceres; já a trama são os temas que as hábeis mãos de autoras e autores traçaram sobre o papel em forma de texto. Assim, temos uma rica coletânea, cujos artigos – sem seguir uma ordem cronológica ou temática –, num fino artesanato, entrelaçam os fios e constroem ou revisitam personagens, fazendo surgir outras histórias sobre esse lugar ribeirinho.

São histórias que se passam nos cantos e recantos povoados por personagens, como as mulheres negras que teimam e lutam com garra e resistência para mostrar o papel que tiveram, e têm, no seio dessa sociedade; ou como o senhor Lourenço, que guarda em si o saber secular da fabricação artesanal de canoas de um pau só.

Nas páginas de *Tramas de memória nos fios da História de Cáceres* também somos levados a conhecer aspectos da religiosidade popular, exemplificada na história do menino Dimas ou, em outra vertente, na composição da figura barroco-modernista com a qual Jesus Cristo é representado num vitral da Catedral Metropolitana. Além disso, o livro traz discussões sobre Memórias, diferentes memórias, seja de figuras humanas, seja de lugares, como a Ponte Branca ou a

Praça da Feira, nos quais se evidenciam facetas da violência que permeia as relações sociais cacerenses.

Na obra há espaço, igualmente, para se discutir poesia, seja a dos já referenciados escritores, como Natalino Ferreira Mendes, seja aquela que brota nas rimas cantadas pelos *rappers e MCs*, jovens que denunciam com arte os descasos e a violência que moldam suas vidas; personagens, que, desafiantes, fazem suas vozes ecoarem em plena praça pública.

Ao leitor também é oferecida a oportunidade de conhecer figuras como Alexander Daveron, um dito viajante-naturalista que na década de 1930 já pirateava animais da fauna pantaneira e mato-grossense, ou de caminhar pelas novas veredas que levam a revisitar a conhecida contenda dos Pereira Leite contra grupos da nação Bororo, entre outras convidativas possibilidades.

Enfim, trata-se de uma vigorosa coletânea em cujas páginas podemos encontrar um nutrido conjunto temático sobre uma outra história cacerense. Sem lugar para a dúvida, *Tramas de memória nos fios da História de Cáceres* é uma obra de fôlego. Parabênizo seus organizadores e autores, como também a Prefeitura Municipal de Cáceres por dar o necessário suporte financeiro para a sua publicação.

Cuiabá, setembro de 2023.
Maria de Fátima Costa

NARRATIVAS CACERENSES: UM VAGAR EXPLORATÓRIO

Acir Fonseca Montecchi¹

*Quem comanda a narração
não é a voz é o ouvido.*

Ítalo Calvino

“Quando a Coluna Prestes se aproximou daqui todas as famílias fugiram da cidade, tá entendendo? Ficaram só os homens para formar uma resistência. Aí, papai nos mandou pra Corumbá no Vapor Etrúria que era da firma Dulce, passamos três meses lá. Vou contar um fato interessante que pouca gente sabe. Nós estávamos em Corumbá em 1927, eu presenciei a entrada do avião em Mato Grosso. Corumbá estava preparado pra recebê-lo; eles vinham num hidroavião pequeno. Formou um batalhão na escola, todo o povo na rua esperando e eu tenho na memória até hoje, a imagem desse avião que passou muito baixo; pensei que fosse descer em Corumbá, ele continuou e veio descer aqui em Cáceres, na Carne Seca, e foi trazido aqui pra frente, da cidade, puxado” (Araújo, 2007 p. 86), disse A. P. A., na entrevista concedida à professora Maria do Socorro Araújo, em abril de 2005.

A narrativa acima transcrita suscitou o desafio de produzir este ensaio. Um ensaio atento aos diálogos publicados em formas de *Narrativas da cidade de Cáceres* (Araújo, 2007), respeitando o sentido fonético e lógico de informantes ausentes, buscando garantir um nexos interpretativo. Aparentemente, a ausência do outro facilita no sentido

¹ Mestre em História e Professor efetivo do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus Jane Vanini – Cáceres/MT.

de evitar a tensão intersubjetiva, ainda assim, os percursos exploratórios da oralidade do outro requerem uma base de negociação que permita uma composição que se assenta numa atitude dialógica. Dito de outra forma, um processo de troca, de escuta e fala, produzida por nativos da cidade de Cáceres, com uma percepção exploratória vinda da antropologia.

Este artigo, busca também evidenciar o trabalho dedicado ao ensino e formação voltada a preservação do patrimônio cultural desta cidade, que desenvolvo há quase três décadas no Curso de Licenciatura em História do Campus Jane Vanini/UNEMAT. Com estes escritos, sugiro mais que uma simples leitura, ofereço a possibilidade de dialogar com a cidade do passado e do presente, de um presente que se faz atual, mesmo quando atravessado por memórias, imaginação, glamour, vaidades, narcisismos, exibicionismos e aventuras protagonizadas num outro tempo.

É um vagar que, como toda exploração, identifica e explora sentimentos. Tem sentimentos de generosidade? Sim, e sobre a generosidade, confesso que receio torná-la pitoresca; no geral, sobre os sentimentos, os encaro como fios de cultura, os mesmos que ajudaram a perceber no texto, *Anjo da Ventura: A Cidade e o Espelho* (Montecchi, Acir; Montecchi, Inêz. 2011) aquilo que nominamos como o *ethos*² cacerense.

Em que pese a ousadia de iniciar estes escritos, com uma narrativa que entrelaça dois acontecimentos tão díspares, principalmente porque somos levados a pensar as ideias assim, uma opondo a outra, devo dizer

² São os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos. “O *ethos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de vida, seu estilo moral e estético e sua disposição; é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao mundo que a vida reflete”. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

que o viés crítico aqui presente não se vincula a um olhar que pode ser identificado enquanto percepção do outro sobre nós. Ainda assim, identificamos a existência de contrastes que estabelecem distâncias entre as partes do todo, demarcando convivências e experiências culturais assimétricas.

Metodologicamente, em favor do múltiplo, evitamos os pares de oposição binária do tipo letramento e desconhecimento, entretanto, é latente a separação, sem fazer da dicotomia uma razão pura da necessidade de confronto e da polêmica para perceber a diáspora como um arranjo social instigante.

As vozes que me chegam são provenientes de narrativas colhidas sob os auspícios da história oral. Há, de minha parte, a intenção de que *Narrativas cacerenses: um vagar exploratório*, se revele nas entrelinhas como pegadas, vestígios para a percepção do “nosso modo de pensar” e de que forma os paradigmas de ordem, desenvolvimento e progresso tem moldado uma tradição de pensamento. Sussurram um modo de ver o mundo, as literaturas cacerenses, as artes, a religiosidade e também, a relação humana com a natureza.

Tento vagar por labirintos de narrativas, e, ao fazer as escolhas para este empreendimento literário, levo em conta o que diz Gabriel García Márques (2014, p. 5), “a vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la”. Portanto, trazemos para esta coletânea, uma imersão dos nossos pensamentos aos séculos XIX e XX, e então, por meio das reflexões deste texto, podemos antecipar que *o outro ocidental somos nós mesmos*.

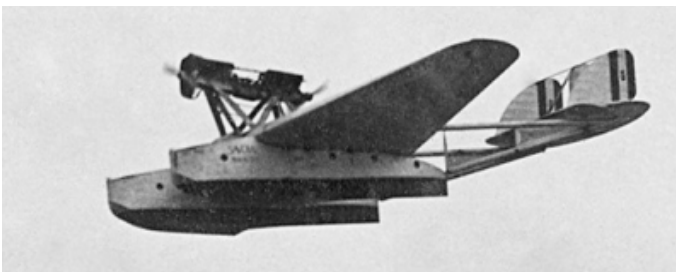
Quanto à Coluna Prestes e a reação vinda da Capital do Estado, o então governador Eng^o Mário Correa³, não

3 Homem de ciência, de tecnologia, por sinal, projetista das muretas e do cais do porto de Cáceres, inaugurado em 1929, crédulo defensor

titubeou e declarou guerra aos revoltosos⁴, compondo uma força tarefa de 800 homens, integrada por membros da Força Pública⁵ e de mercenários para impedir o prosseguimento da Coluna para a Bolívia. A Coluna vista pelo discurso da ordem era um imperativo do caos.

Flanando ao sabor da narrativa de A. P. A., busca-se entender o sobrevoos rasante na cidade de Corumbá, do pequeno hidroavião, um *Savoia-Marchetti S.55*, chamado de Santa Maria⁶, vindo de Gênova e pilotado pelo herói de campanhas na Primeira Guerra Mundial, Francesco De Pinedo. Essa *novidade* seria a esperança alada ou a chave de compreensão estaria próxima do que disse o Grande Kahn para Polo, o que você contrabandeia, “estados de ânimo, estados de graça, elegias” (Calvino, 1990, p. 93). Traduzindo esse labirinto, poderia um artista ter composto uma alegoria de óleo sobre tela representando o hidroavião amerissando no Rio Paraguai, em frente ao efervescente porto de Corumbá, com a importância simbólica do triunfo da ordem e da ciência, em detrimento de malfadada campanha dos revoltosos.

Figura 1 – Avião Santa Maria



Fonte: histarmar.com.ar/ArchivoFotosGral-4/Borra-Aviones.htm

dos signos da modernidade, do progresso e do desenvolvimento.

4 Revoltosos era, popularmente, a palavra usada para designar os militares da Coluna Prestes.

5 Na primeira metade do século XX, Força Pública era a designação do aparato policial militar dos Estados.

6 Em homenagem ao navio em que Cristóvão Colombo chegou a América.

Imaginemos o que a atitude do *raidista* italiano⁷ significou para os grupos sociais de Corumbá, impregnados de fé, de certeza da sua modernidade e da tradição enquanto imperativos propulsores de uma vida cosmopolita, ao ver a aeronave Santa Maria sumir de vista para o além do horizonte.

Podemos pensar sobre esses significados com o que diz João Carlos de Souza (2008), em *Sertão cosmopolita: Tensões de modernidade de Corumbá 1872 - 1918*.

O ano de 1904 abriu-se para Corumbá com grandes festividades. Uma novidade era causadora do entusiasmo: a inauguração do telégrafo a primeiro de janeiro. Caracterizava-se assim, a possibilidade de comunicação de forma mais ágil e imediata com Cuiabá e os grandes centros do país. A imprensa periódica local saudou o evento com muita euforia. Vislumbrava-se a partir dele, uma era de progresso para a cidade e, mais significativo ainda, ele era associado ao sentimento de pertencimento à civilização (Souza, 2008, p. 31).

Dos sinais e o odor da fumaça do querosene deixados no céu pela máquina voadora, pilotada pelo marquês italiano, destacamos a importância que, historicamente, podemos observar na corrida que governantes e setores sociais das cidades empreendem, no sentido de superar o dito “atraso cultural” frente aos centros urbanos e, de sobremaneira, ingressar no seleto *ranking* das cidades mais ricas ou mais desenvolvidas.

Por conseguinte, demarcar suas posições enquanto portadoras de signos de civilização, afirmando o espírito da modernidade do mundo ocidental.

⁷ Aqueles que se lançam a realizar façanha aérea, esportiva, ou afim, em que se tenta alcançar determinados pontos da terra.

A disputa entre as cidades tem contornos de eterna fricção e, a partir dela, pode-se levantar diferentes reflexões. A busca do tal progresso ou do falado desenvolvimento, embalsamaram sonhos divisionistas, formularam bipartição de clãs, constituição de elites regionais, separação, descontinuidades e acentuando desigualdades que perpassam pela linguagem e, por mais paradoxal que possa parecer, o ecossistema, o Pantanal foi dividido. Com isso, fizeram duas histórias naturais como possibilidade de conhecimento muito antes da divisão política do Estado de Mato Grosso⁸.

Na noite anterior ao sobrevoou pela cidade de Corumbá, os tripulantes do Santa Maria pernoveram em Assunção-Paraguai onde foram recebidos com uma entusiasmada festa. Era tão significativa a presença do intrépido piloto que o prefeito da capital paraguaia, além de agraciar os italianos com medalhas de ouro, se ocupou de enviar, ao governador de Roma, telegrama falando da gratidão pela visita do aviador e que por isso, o mesmo seria homenageado com o batismo de uma das ruas daquela capital com o nome De Pinedo.

No prosseguimento do voo, ao avistar São Luiz de Cáceres, por volta do meio-dia de 16 de março de 1927, De Pinedo registrou em seu diário de bordo, ter avistado em meio a uma vegetação, um renque de casas. O entendimento que colhemos da leitura do diário do comandante, talvez pela ausência de festejos de acolhimento, é o de que nada mais lhe tirou a impressão inicial que tivera de São Luiz de Cáceres vista de cima. Mais tarde, em terra firme, se mostrou incomodado com a aparente falta de zelo e de valores estéticos citadinos.

8 Esta divisão do Estado foi oficializada pela Lei Complementar nº. 31, no dia 11 de outubro de 1977, criando assim, o estado de Mato Grosso do Sul, com capital em Campo Grande.

A. P. A. o nosso informante, diante da possibilidade de São Luiz de Cáceres ser invadida pela fúria dos revoltosos, que encontrava-se refugiado em Corumbá onde se sentia a salvo de qualquer perigo, recebeu a notícia de que os tripulantes do hidroavião haviam pernoitado na casa dos seus pais. Para ele, tal acontecimento teve grande significado, pois enalteceu a sua família:

Chegaram aqui em Cáceres pela manhã e o doutor Ambrósio, apelidado de doutor Nito era prefeito, e papai como tinha ficado sozinho, aqui em casa, doutor Nito achou, quer dizer, pediu a casa pra papai pra eles dormirem aqui em casa, (...) o primeiro avião que entrou em Mato Grosso; aí, eles dormiram na cama da minha irmã mais velha que era de madeira, torneada, linda! Tá entendendo? (...) numa das férias que vim aqui, perguntei pra mamãe sobre o fim da cama; então fiquei fulo da vida com... ela não tinha assim, como se diz, é... ela não sabia o valor histórico (...) ainda eu falei: ó mamãe! a senhora vendeu uma cama histórica dessa! Que isso seria uma cama pra ir pro museu, que dois monarcas italianos chegando aqui, entrando pela primeira vez em Mato Grosso, de avião né? Aí no dia seguinte, levantaram voo e foram embora, saíram do Brasil pelo Norte, né? Não sei aonde é que eles iam; eles vinham fazer uma pesquisa aqui. Eu estava, com minha família toda, mamãe, fugida em Corumbá, por causa da Coluna Prestes. Passamos lá três meses corridos da Coluna Prestes que chegou muito próximo (Araújo, 2007, p. 90-91).

Encontramos aqui nestas palavras muita sensibilidade e grande relevância, pois demonstra a cena cotidiana das relações sociais, políticas, dos paradoxos da modernização liberal e também, a força histórica da

experiência dos indivíduos na estruturação do passado da cidade. Admito que tenho especial sensibilidade para os conteúdos de tais relatos e, por instante, me vejo absorto, juntos aos meus irmãos, ouvindo a mamãe contar as suas experiências. Era um contar que trazia a estética dos narradores de radionovela.

Este ensaio desenha um percurso, busca uma aproximação com a história oral enquanto dispositivo de informações, de fontes que permitem penetrar no passado. De posse do passado, dá-se ênfase aos domínios do significado, assim sendo, não atribui importância às questões mais complexas no que se refere a utilização de conceitos. Como um etnógrafo, faço dos relatos o meu *campo*, buscando o pulsar das tramas em fragmentos de espaços-tempo; para tanto, selecionamos e transcrevemos entrevistas buscando dar destaque à potência simbólica das narrativas e também visualizar a São Luiz de Cáceres multifacetada do início do século XX, até porque conforme descreve Adson de Arruda (2011).

Havia duas cidades. A primeira sustentada pelo discurso do progresso dizia-se aberta para o mundo, para os novos tempos, para a tecnologia. Esta cidade era simbolizada pelo Rio Paraguai e o seu porto situado na praça central. Dali embarcavam-se os produtos extrativistas e da pecuária que iam ser processados em diferentes lugares e de lá para cá vinham mercadorias manufaturadas de todo tipo: tecidos, louças, ferragens, máquinas, dentre outros. Esta imagem está arraigada na memória dos cidadãos mais velhos, na historiografia e na história oficial. A segunda é uma cidade que se apresenta fechada. Para se proteger ela levanta ao seu redor barreiras invisíveis que escapam ao primeiro olhar [...] para se chegar até ela, passando pelas suas ‘muralhas’, é preciso seguir as ‘normas’

– ‘passar’ pela vigilância dos fiscais de quarteirão, ‘transportar’ as mesas de renda, somente assim poder-se-á entrar em seus domínios. Em outras palavras, ela é um ponto de passagem, um portal que ora abre, ora fecha, conforme os interesses de quem ‘autoriza’ as entradas e saídas (Arruda, 2011, p. 106).

A senhora G.B.C, em entrevista concedida em 04 agosto de 2005, aos 94 anos de idade, traz fragmentos interessantes da sua história de vida. Destacou com humor alguns acontecimentos que mudaram a sua forma de ver e se relacionar com o mundo. A narrativa da chegada do primeiro caminhão em São Luiz de Cáceres parece compor um sonho de mudança social: “eu sei que o primeiro caminhão foi tão espantoso quanto o primeiro avião que apareceu no céu, viu?” (Araújo, 2007, p. 296). Os fragmentos de narrativas evidenciam que se trata de artifícios de representação social para dar significado ao mundo.

Ah, era tanta gente chorando, gritando pensou que o mundo ia acabar. Mamãe foi uma delas, viu? Gritava e falava: aí, o mundo vai acabar ... bem que Deus falou que em mil novecentos e tanto o mundo ia acabar, olha aí vocês tudo, é pecado. (risos eh, eh, eh...); aí, (a entrevistada faz o som de avião) e a gente ouvia aquele barulho, aquele barulho vinha do céu e a gente não sabia o que era... ninguém sabia o que era, né? Mas só vendo, foi o maior pânico que deu na cidade, viu? Todo mundo gritando, ajoelhando, porque era aquele urro e ninguém ouvia nada. Depois que alguém mais entendido, falou: é o tal do avião que tá voando pro mundo inteiro? (Araújo, 2007, p. 296).

A passagem do primeiro avião parece uma noite dormida aos sobressaltos, passou, e, no dia seguinte, os moradores se veem frente a frente com uma possibilidade de transporte que não é mais o carro de boi ou a carroça. Porém, o carro de boi e a carroça - para a população estabelecida nas áreas rurais e na área mais pobre da urbe -, são os seus instrumentos de produção. O caminhão representava apenas uma possibilidade distante.

O barulho provocado pela combustão interna das máquinas capazes de transformar energia térmica em energia mecânica, transcendem e significam mais do que os vrum-vrum, simulando os sons e ruídos, quando se trata de uma cidade assentada num lugar ainda distante dos espaços cosmopolitas. Tais acontecimentos, mais do que alimentar imaginários, fantasias, permitem fazer projeções futurísticas.

Então aparece o primeiro caminhão, meu Deus! Na porta dele amanhecia gente pra vê esse caminhão, viu? Amanhecia gente. De manhazinha porque ele ia sair, tirava o caminhão pra fora. Então ficava assim: “o que será que é aquele?”, “não, tão olhando o caminhão de Nhonhô Gato”. Era aquela admiração esse caminhão! Aí, entrava gente, entrava gente, bastante, ia lotado. Dava uma volta, dava volta pra cidade, aqui, ali... Daí parava, aí, entra outro... aí, vinha outra vez, outra turma, dava volta, dava volta e parava...vinha outra e assim ia... todo dia, ele tirou o dinheiro até rápido, viu? [...] ah, povo atrasado, viu? Nossa Senhora! Eu sei que o primeiro caminhão foi um espanto, assim como o primeiro avião que apareceu no céu, viu? (Araújo, 2007, p. 296).

A minha trajetória e a vivência enquanto alguém que se dispõe a interpretar a cidade, comumente,

levam a ouvir as memórias e as falas de pessoas como a senhora G.B.C., na qual sou atraído para refletir de maneira mais expressiva. Ela narra um *passado sensível*, que aguça a minha sensibilidade, levando a transcender os conhecimentos acadêmicos e, por conseguinte, diminuindo a *distância histórica* daquilo que estou trazendo para este texto com o meu passado.

As entrevistas reunidas e organizadas pelo *Projeto de Pesquisa História, memória e oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres (Araújo 2007)*, se revestem de grande importância, especialmente, para os que se interessam em perscrutar a urbe do pós-Guerra contra o Paraguai, em especial, no sentido de verificar por meio de registros orais, as representações que os moradores fazem de si mesmo e do mundo. A escuta destas narrativas, levam a percepção de que há concordância, de forma assumida, com o sistema de pensamento ocidental que preside as relações em seus variados imperativos. Neste caso, os narradores, se apresentam e se deixam perceber como relatores do seu grupo social e também, dotados da capacidade de ler e interpretar a vida na cidade.

Possivelmente, alguns leitores recebam a articulação discursiva aqui colocada em relevo como exemplo de memórias vincadas de estereótipos étnicos, sociais ou ainda, de nostalgia burguesa com contornos de subjetividade e poder. Contudo, não podemos deixar de apontar para os traços de uma autoetnografia que se destina a atender a intenção de demarcar o seu pertencimento social. Nesta perspectiva, tais narrativas também se fazem mediadoras de formas de recepção e interpretação de si mesmas.

Para os propósitos deste texto, torna-se muito sugestiva a inclusão da narrativa da senhora B.C. em 2007, na qual se percebe uma espécie de repetição da

maneira de se posicionar da informante anterior, ou seja, uma fala centrada na genealogia e na subjetividade.

A minha família é o seguinte: meu avô que é o Marechal Antonio Anibal da Motta, o qual tem a placa aí na pracinha onde era a Câmara, ele era gaúcho, mas nós não ficamos sabendo de onde mesmo, que cidade, aquela coisa toda, sabe? (...) e a minha avó era daqui da família Pinto de Arruda; ela era Augusta Motta Pinto de Arruda e casou-se aqui. Ele foi um dos heróis da Guerra do Paraguai; ele comandava um contingente aqui em Cáceres naquele tempo (Araújo, 2007, p.126).

Menciono aqui a delicadeza na forma de descrever aspectos da vida social da cidade, entendendo o quanto de cuidado se faz presente na narrativa, para colocar o vivido no campo da finitude das coisas.

E a vida da gente é essa, minha filha. Aqui, antigamente, você sabe, era lampiãozinho na rua; quando chegava as seis horas da tarde, vinha aquele senhor, um velhinho que saía com a escada, subia e acendia os lampeãozinhos. Sobre os costumes diz: [...] quando uma filha ia sozinha num baile, de jeito nenhum! É assim que era. Passeávamos muito, as moças saíam na quinta e domingo, a gente saía pra passear no jardim; tinha o coreto, no domingo tinha banda que tocava lá, então a gente dançava ali em volta do coreto e era assim. A sociedade, a elite, passeava dentro do jardim e os outros por fora, não entrava. Tinha todas essas coisas, sabe? E aí foi acabando tudo isso (Araújo, 2007, p.127).

Em *Cáceres: olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres* (2011), Rachel Tegen de Pinho, avalia com precisão os resultados decorrentes da inserção

dos signos de modernidade e infere de maneira incisiva: “e aí, a cidade já não é a mesma cidade” (Pinho, 2011, p. 68), abordou de forma muito significativa, as reconfigurações que estavam se sucedendo e o quanto tais mudanças afetaram não apenas a paisagem da urbe mas, sobretudo, o jeito de viver nela, determinando hábitos e comportamentos, nos seguintes termos:

Foi somente no século XX que a praça recebeu ornamentos com a introdução de canteiros de plantas de espécies variadas, muitas das quais morreram por não se adaptarem ao clima local. A construção do coreto e a fixação de gradis de ferro em todo entorno da Praça Barão foram medidas adotadas que traduziam a inserção da cidade na modernidade, tão ciosa do perigo das misturas e do desejo de afirmação da elite local, configurando numa espécie de barreira social, já que a mesma frequentava o interior da Praça e as pessoas pobres ficavam no seu entorno o que deixa transparecer os estriamentos dessa cidade em processo de modernização, com a disciplinarização de seus espaços, sobretudo os espaços públicos (Pinho, 2011, p. 76).

Esses momentos de introdução de embelezamentos, de novos elementos urbanísticos, soam na percepção dos administradores, como identificadores de uma estética de progresso e civilização. Entretanto, duas questões emergem: do ponto de vista social, acentuaram a visibilidade de quem tem e de quem pode, e, por outro lado, a compreensão de que, por se tratar esta cidade de um lugar muito peculiar, a corrida da modernidade fez triagem em suas práticas culturais, o que levou a repudiar outros modos.

Na edição do dia 25 de julho de 1925, o conservador jornal *A Razão* (1925), trouxe na primeira página a seguinte preocupação:

A par dos máus costume que estão dominando as nossas ‘moças, damas e donzelas’, temos ainda introduzido entre nós o nojento e asqueroso vício de MASCAR FUMO, que as viciadas quando vistas com uma bôa tóra atravessadas nos queixos, se desculpam, fallam que usam o fumo para arear os dentes que, muitas vezes já perderam e ostentam na boca, simplesmente, as raízes apodrecidas (A Razão 1925).

A cidade é o resultado de uma trama, sua conformação obedece a valores. Assim, questões relacionadas ao uso e à estética do espaço, constituíam-se em um dos grandes desafios políticos para o equilíbrio da vida na urbe.

O flâneur e o boulevard do Largo da Matriz

No primeiro plano, temos aquele que vaga pelas ruas da cidade capturando sensações, um *Flâneur*⁹. Por definição, o *Flâneur* é dotado por uma atenta leitura dos espaços urbanos, ele possui uma grande mobilidade e capacidade de apreensão e especial sensibilidade, para traduzir e revelar com intensidade os sentidos de uma cidade, a vida das praças ou de suas ruas.

As ruas do centro histórico tombado de Cáceres se apresentam para o maior número dos que no município chegam, municiado de outras experiências citadinas, como absurdamente estreitas. Entre os diversos observadores da cidade, encontram-se historiadores, antropólogos, literatos, boêmios e outros possíveis intérpretes, habilitados a perceber o que não está visível para todas as pessoas que transitam por elas: a estreiteza como uma limitação do olhar.

⁹ Caminhante errante, ocioso e observador atento, que passeia pela cidade.

Seja de quem for o discurso sobre a cidade, requer a escolha das palavras para, por exemplo, descrever as valiosas impressões sobre o que é viver na cidade. Destaco do texto publicado na edição comemorativa dos 233 anos de Cáceres, uma imagem que mobilizou sentidos para pensar esta cidade.

Estradas foram abertas, caminhos que ligam a outras partes do país. O Cais do Porto não é mais o lugar do espetáculo da partida, nem da chegada à cidade, mas, é o espaço da afirmação do ethos cacerense, microcosmo de encontros, hospitalidade e prazeres [...] é um espaço sublime onde viceja a união da cidade com o rio (Montecchi, Acir. Montecchi, Inêz. 2011, p. 169).

Tomando as narrativas selecionadas como um *corpus* que descreve a cidade, me apoio em uma estratégia de percorrer a própria cidade, reconhecendo os itinerários e os fragmentos como se fosse a primeira vez, numa atitude de um estrangeiro na cidade familiar. Convém então, juntar as diversas possibilidades e com muita disposição, vagar pela cidade e percebê-la como um texto, um conjunto de códigos prontos para serem traduzidos e/ou decifrados. Para tanto, faz-se necessário uma tonalidade de um sujeito multiobservador, empreendendo um vagar reflexivo, plural, capaz de se apropriar despudoradamente do mosaico de códigos culturais que configuram a cidade.

O *Boulevard*¹⁰ do Largo da Matriz, transformou-se em Praça Barão do Rio Branco, no ano da morte do Barão do Rio Branco, em 1912. Mas por que e de onde vem tal denominação? O *boulevard* pode ser compreendido

10 Os *boulevards* têm origem nas muralhas que circundam as cidades dos séculos XVI e XVII, incorporando a noção de centralidade e periferia, mais tarde evoluíram tornando-se caminho de passeio para a população.

como uma avenida dupla separada por um canteiro central arborizado. Desde que apareceu em Paris no século XIX, o *boulevard* é um signo de vida moderna, cosmopolita, que irradia valores estéticos e morais.

Como a percepção de que uma cidade não se restringe a ver, para dela extrair os significados de cada categoria faz-se necessária toda uma articulação das experiências vividas. Dessa maneira, pode fazer algum sentido as insinuações de que os traçados modernos quebraram a harmonia das cidades com a natureza. Avalio que a desnaturalidade dos traços duplos do *Boulevard* do Largo da Matriz, dão uma expressiva beleza ao conjunto paisagístico da cidade de Cáceres. Assim como o pão e a manteiga, o *boulevard* e o rio, estabelecem a mais perfeita combinação.

O poeta francês Charles Baudelaire (1985) percebe a cidade a partir dos corpos transeuntes, dos que passam, dos que se movimentam numa dinâmica que deixam vestígios de quem vai e de quem vem. Na minha imanência eu vago, logo, sou transeunte. Fui transeunte durante os anos militarizados de 1960-1970. Ainda não havia o calçadão da Praça Barão, o poder público atento à pulsação dos moradores da cidade, colocava aos finais de semana e feriados cavaletes para impedir o trânsito de veículos, no trecho que compreendia a esquina da sorveteria dos irmãos Atalla até a esquina do Hispano Hotel. O vai e vem de pessoas na passarela, em frente aos cinemas Copacabana e São Luiz, era a senha, o alerta, para se compreender a necessidade de um espaço para vagar com uma lentidão sedutora.

Na outra face da modernidade, nada de veículos. A via se transformava, para usar uma expressão contemporânea, em espaço do *footing*¹¹, ganhando um sentido de espetacularização. Depois da missa, aquela gente

11 Andar ou caminhar, com o objetivo de espairecer.

marcadamente cacerense, caminhando de um lado para outro, em frente aos cinemas e bares, era uma espécie de ritual, *sui generis*¹², uma maneira de os moradores alimentarem sua relação de pertencimento com a cidade e ao mesmo tempo, quebrar a frieza e a aspereza de uma cidade que deveria ser velada, vigiada por localizar-se numa área tida como de segurança nacional¹³.

Havia patrulhamento, soldados do Exército rondavam as ruas da cidade e quebravam o êxtase da noite cacerense, que também se fazia proibida aos militares desprovidos de permissão para frequentar os espaços públicos. A esses, só restava esgueirar-se por entre as árvores da praça ou saírem às carreiras.

As mesas de bar enfileiradas nas calçadas do antigo *boulevard*, acionam todos os sentidos e fazem o intérprete, o eu pesquisador, por instantes, perder ou flexibilizar as suas referências e se posicionar como um narrador inebriado das próprias experiências. Dessa ubiquidade, emergem imagens do Café Cacerense do Nego Macedo, do Bar do Juca, depois Bar do Jura, do jogo de bozó, do Bar do Hispano Hotel. O *Society Lanches*, surge algum tempo depois, virando o *point* e espaço das badaladas noites cacerenses.

Por volta das 23 horas, a modernidade se via *ferida de morte*, pois os geradores movidos a óleo diesel eram desligados e a cidade ficava às escuras; então, para os transeuntes, seresteiros e notívagos, era bom temer a patrulha. Os militares esquadriavam as ruas e atentos aos mínimos detalhes de uma possível atitude de transgressão, descentrando corpos e subjetividades.

O desligar do conjunto gerador apagava as luzes e acendiam medos, estes sobreviventes de um tempo que tecia imaginários e narrativas. Havia na cidade

12 Uma expressão do latim que significa único, original.

13 Lei Nº 5.449, de 4 de junho de 1968.

naquele período uma profusão de lugares assombrados, são bons exemplos: o prédio da antiga prefeitura, o figueirão, o cumbaru de ouro, a Escola Esperidião Marques, a Ponte Branca e o necrotério do fundo do Hospital São Luiz. A luz elétrica reconfigurou a relação dos moradores com a cidade, demarcando novas experiências a partir de outros códigos.

O Cais do porto polifônico e multifacetado era no período noturno, espaço de romance, de boemia, e, ao longo do dia, espaço do lúdico, do radical, dos guris desafiarem a gravidade pulando da mureta do Cais nas águas do rio. Nos degraus do cais, era intensa a gritaria dos meninos brincando nas ruas e águas da baía, era um sobe e desce frenético. Quando o sol preguiçosamente se deitava avermelhando as águas esverdeadas da baía, desenhava e ainda desenha, um semicírculo de fogo. São imagens, romanceadas, líricas, etnografadas ou historicizadas, de todo modo, de transeuntes.

Por entre narrativas, busquei dialogar com a cidade do passado, a partir de olhares em que, guardadas as suas particularidades e as estratégias de apreensão, permite perceber construções discursivas, se fundindo com a construção de um retrato da cidade mais cosmopolita, com um modo de vida vincado no progresso e na modernidade. Desse contexto, em meados dos anos de 1970, a cidade já conta, não para todas as pessoas, com tecnologias de transporte, comunicação, serviços de água encanada, esgoto e energia elétrica, pressupostos da civilização.

O observador é contaminado. O explorar as narrativas é também um explorar-se. O trajeto percorrido converteu-se em reflexão ou em testemunho das mudanças no modo de vida e na simbologia. As conhecidas práticas culturais do pós-Guerra contra o Paraguai

estão se dissolvendo, a conexão de diferentes movimentos identitários delinea uma nova espécie de fetiche¹⁴, reconfigurando a cidade das narrativas. Nos anos que se seguiram após a década de 1970, nota-se, provindos da tecnologia de comunicação e dotado de grande capacidade de mutação, outros focos de tensão, porém, vivos na difusão do sonho de Modernidade.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria do Socorro S. *História, Memória e Oralidade: as narrativas da cidade de Cáceres*. Projeto de Pesquisa. Cáceres, out. 2007.

ARRUDA, Adson de. *Os discursos dos administradores públicos sobre a cidade de São Luiz de Cáceres nas primeiras décadas do século XX*. In. ARRUDA, Elmar Figueiredo de. CHAVES, Otávio Ribeiro. (Orgs). *História e Memória: Cáceres*. Editora Unemat, 2011.

BAUDELAIRE, Charles. *As flores do mal. Tradução e notas de Ivan Junqueira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CALVINO, Ítalo. *As Cidades Invisíveis*. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo: Campanha das Letras, 1990, p. 93.

GARCIA MARQUEZ, Gabriel. *Viver para contar*. Tradução de Eric Nepomuceno, 11^a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

¹⁴ Substitui a compreensão de um objeto que ganha vida pela ideia de trama que conecta diferentes fluxos identitários, assim, o familiar e o estrangeiro se fundem num constante movimento.

MASSIMO, Canevacci. *Sincrétika: explorações etnográficas sobres artes contemporâneas*. Tradução: Helena Coimbra Meneghelo. São Paulo: Studio Nobel, 2013.

MONTECCHI, Acir Fonseca. MONTECCHI, Inêz Aparecida Deliberaes. *Anjo da Ventura: A Cidade e o Espelho*. In: ARRUDA, Elmar Figueiredo de. CHAVES, Otávio Ribeiro. (Orgs). *História e Memória: Cáceres*. Editora Unemat, 2011.

PINHO, Rachel Tegon de. *Cáceres: olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres*. In: ARRUDA, Elmar Figueiredo de. CHAVES, Otávio Ribeiro. (Orgs). *História e Memória: Cáceres*. Editora Unemat, 2011.

SOUZA, João Carlos de. *Sertão Cosmopolita: tensões da modernidade de Corumbá (18772 – 1918)*. São Paulo: Alameda, 2008.

SOBRE O TEMPO, MEMÓRIAS E MIUDEZAS

José Ricardo Menacho¹

O tempo e os sentidos

O tempo nos gasta. Vai fazendo suas estripulias. Não só passa, fazendo rasantes sobre nós, como aterrissa, fica, arrebatando-nos, pega-nos de golpe. Suas pegadas vão nos guiando, esboçando os nossos limites, traçando as percepções que fazemos sobre nós mesmos e sobre os muitos outros, que, mesmo estando fora de nós, também nos forjam.

Não obstante ser considerado uma unidade de medida, um indicador da passagem de nossas vidas ou uma prova cabal de sua transitoriedade, o tempo corporifica nossas práticas materiais e imateriais no mundo. Seu movimento produz efeitos e esses efeitos produzem outros tantos, que, por sua vez, relacionam-se com outros muitos. Somos frutos de seus atravessamentos, controles e apetites. Somos frutos de sua inescapável intervenção. Somos um amontoado ambulante de seus significados e de suas significações. Nada passa tão ligeiro por nós que não possa fazer morada e nos afetar. Nada passa tão ligeiro por nós que não possa fincar e fixar raízes.

Parte de suas façanhas – somente parte mesmo, pois a completude é uma noção ou mesmo uma

¹ José Ricardo Menacho é Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Câmpus Universitário “Jane Vanini” – Cáceres/MT. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Linguística pela UNEMAT. Pesquisador do Grupo de Estudos “Políticas de Ensino de Línguas no Centro-Oeste” (GEPELCO). Membro do Projeto de Pesquisa “A gestão do social no/pelo Estado: os sentidos de (des)igualdade em discursividades contemporâneas”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT). Escritor. E-mail: menacho@unemat.br

percepção que não está ao nosso alcance, sob o nosso domínio, está para o impossível, para o inatingível – pode ser lida, interpretada e explorada, segundo os relatos, resquícios e fragmentos que deixa escapar para a história, a sua impertinente e irrequieta (in)confidente.

É pela história, ou, minimamente, é em sua companhia que conseguimos acessar, e, sobretudo, problematizar a materialidade do tempo, fazer perguntas e questões sobre os seus caminhos nada lineares, nada homogêneos, cheios de rupturas e conflitos. É pela história que conseguimos, por entre solavancos, bonanças e tormentas, visibilizar suas continuidades e descontinuidades, suas particularidades e contradições.

Por entre as entranhas do tempo, a história nos auxilia na instigante e não tão simples jornada de – ora pelos registros documentais, ora pelos imaginários construídos, ora pela oralidade e ora pelas memórias – compreender, a depender das condições de produção postas, o modo como os mais variados sentidos (sobre nós e nossas práticas) vão sendo produzidos, e, principalmente, o modo como os sentidos, já significados em outras oportunidades e ocasiões, vão sendo retomados e presentificados em outras formulações, visto que, como condição *sine qua non* de sua materialização, para que um sentido faça sentido, é necessário que ele já tenha feito sentido antes (Orlandi, [2006] 2015, p. 21).

O curioso trava-língua sobre os sentidos não é proposital, tampouco se trata de um artilho, a fim de ludibriar a audiência. Permitam-me a franqueza: a relação entre os sentidos, tecidos, enghados e articulados nas/pelas veredas do tempo, é ancestral. Um sentido, na/para a produção de seus efeitos, sempre retoma um outro. Essa retomada não consiste em uma por vezes aludida intertextualidade, estabelecida entre textos

(verbais e/ou visuais), que, supostamente, possuem um conteúdo comum. Trata-se de uma relação que não está na superfície, à mostra. Trata-se de uma relação que alcança, pois, camadas mais profundas, estruturais, que fundamenta, de forma não eventual, a produção e a circulação dos efeitos do que é enunciado.

Considerando que às vezes é mais sereno (talvez), ou mesmo mais estratégico (pode ser), começarmos a explicar algo – um tema, questão ou mesmo uma invenção qualquer – não pelas suas características e perspectivas próprias, mas pelo contraponto, por aquilo que o objeto de nosso interesse não é, por aquilo que não deve ser tomado ou confundido como um sinônimo seu, agrego, então, aos tijolinhos que estão calçando esta nossa travessia, que os sentidos produzidos na/pela ciranda do tempo não são contingenciais, aleatórios ou avulsos; não são produtos de um idealismo que atribui ou ao pensamento humano, ou a ideias cunhadas em um plano extraterreno, a gênese da realidade; também não são transparentes, nem detentores de uma essência invariável, a ser revelada por algum aventureiro sabichão. Muito menos, os sentidos podem ser liquidados, extintos ou diluídos em uma linha cronológica que separa, classifica e organiza, rigorosa e episodicamente, o que é do passado como sendo do passado; o que é do presente como sendo do presente; e o que é do futuro como sendo do futuro.

Os sentidos não são independentes e imparciais, não trafegam por aí, com autonomia e liberdade, passando ilesos pelos sujeitos. Eles possuem uma materialidade, são determinados pelo modo como dividimos, organizamos e valoramos o uso e a fruição das forças produtivas disponíveis (as fontes de energia, as matérias-primas, a tecnologia, o trabalho); pelo modo como

as relações de poder, de sujeição e assujeitamento, de dominação e controle, disciplinam, agenciam e conformam corpos e mentalidades; pelo modo como vamos construindo nossas experiências em sociedade, regulamentando condutas, normatizando comportamentos, vivendo e firmando os nossos afetos. Os sentidos não cessam, seguem em movimento, reverberando e, conforme afirmei e reitero, relacionando-se com muitos outros sentidos, dando-lhes sustentação como pré-construídos (Pêcheux, [1975] 2014, p. 151), isto é, como pontos de partida, como um já-lá, para que ou o mesmo se repita, continue a (re)produzir o que já está estabilizado, ou o diferente se instale, seja inaugurado.

Por uma história das miudezas: buscando outros paradigmas possíveis

Do acervo de (in)confidências do tempo, listadas e, especialmente, problematizadas na/pela história, confesso que os grandes feitos, as conquistas dos vencedores, a valentia dos heróis, a eventual ou a duradoura comoção gerada pelos símbolos cívicos, propagados e eternizados como elementos imaginários de união (e de conformação), nunca me seduziram. Ou, melhor, para não ser injusto, levando em conta que alguns acontecimentos, personalidades e representações me acompanham e povoam o meu imaginário desde há muito, até que fui e sigo sendo seduzido por alguns, não pelos seus saudosismos ou ufanismos, que fique bem claro, mas pelas suas contradições e ambiguidades.

Em meio às muitas (in)confidências do tempo trazidas à tona pela história – a despeito das pirotecnias que, preferencialmente, fazem (ou fazemos nós) de algumas – eu me interesso mais por incursões não tão pomposas, por aquelas mais simples e simplórias,

por aquelas do cotidiano, que, de tão ordinárias e corriqueiras, aos poucos vão nos vencendo pelo cansaço e vão se incorporando a nós.

Sem mais rodeios e delongas, passemos, então, às polêmicas. Eu sou mais motivado e encasquetado pelas miudezas, pela silenciosa, ou não tão silenciosa assim, revolução que elas aprontam em nós, pelo modo como conseguem nos sacudir e nos estacionar. A bem da verdade, não só me interesse por cada uma delas, como passei a defendê-las, apaixonadamente. E, para tanto, envolto nesse mister e com vistas a não caminhar sozinho – respeitando, por suposto, os protocolos mais recomendáveis e, sempre que necessário, pedindo licença aos cânones científico-literários – lancei mão de um autor-poeta mui provocativo e um *expert* no *métier*: Manoel de Barros.

Manoel de Barros, o poeta das miudezas, como é conhecido em nossas e em muitas outras paragens, mais do que inspirar as minhas investidas pela leitura e pela escrita, sacolejando e fazendo pó das certezas que pensamos poder carregar, alvoroçou-me a me atentar para alguns vestígios cerzidos pelo tempo, que antes passavam despercebidos pelas minhas ventas. E olha que não eram coisas tão pequenas assim. Na verdade, eram contornos, gestos e sinais que sempre estiveram comigo, sondando-me, vigiando meus movimentos, mas eu não me dava conta.

Cercando-me com seus escritos arteiros, Manoel de Barros, como meta, convocou-me a perseguir os rastros do tempo, a me lançar em seu encaço, a não dar trégua às suas singularidades, a não tropeçar em suas armadilhas e conversas fiadas, e, como metodologia, convenceu-me a fazer esse percurso com o apoio de uma história: (i) que não ambiciona ser o centro

do universo ou dominar o mundo, como se a última palavra tivesse que ser sua; (ii) que traça um outro rumo, que não aquele ditado pelo *mainstreaming*, ou aquele proclamado pela moda ou pelos modismos do momento; (iii) que, contrapondo-se aos caprichos de um economicismo utilitarista, que somente atribui notoriedade ao que pode ser traduzido em números e vantagens, responsabiliza-se por tornar visível aquilo que é invisibilizado, aquilo que é ignorado, pouco apreciado e cultuado, como se não fizesse parte de nós, como se estivesse fora, apartado; (iv) que possui prioridades outras, ou, para chutarmos o balde de vez, que não possui quaisquer prioridades, ostentações e narcisismos; (v) que não idealiza um passado perfeito, harmônico, em que, segundo reza a lenda, tudo, absolutamente tudo, era melhor, um paraíso na terra; (vi) que se preocupa em trazer à baila aquilo que está sombreado, que não costuma receber os holofotes devidos, mas que faz o nosso dia a dia ser o que é, ser como é, faz o arroz com feijão de “nossas retinas (já) tão fadigadas” se encadearem e se desencadearem da mesma ou de uma outra forma.

Manoel de Barros, portanto, conduziu-me a perseguir os ecos e impressões do tempo, apostando, para tanto, nos préstimos e encantos de uma história que se desassossega com as calçadas e praças, com seus pedestres e frequentadores – tanto aqueles que se demoram mais em seu perímetro quanto aqueles que são mais apressados; que observa e faz referência à forte nevasca de folhas secas caindo e se acumulando sobre o concreto; que considera o olhar atento, as cantorias e, especialmente, os relatos dos trabalhadores, que, para garantir a limpeza da cidade, madrugam nas ruas; que acompanha, dentro do possível, o trabalho das formigas

operárias, levando comida e sustento para o formigueiro, marchando em fila indiana, uniformizadas, com a cacunda ora apinhada com escombros e entulhos de algum doce abandonado, ora abarrotada com restos mortais de algumas folhinhas verdes afanadas de um jardim; que escuta e toma nota dos criativos e cativantes versinhos e repentes dos vendedores ambulantes – da senhora das trufas, do senhor das mudas, do bolo de arroz, da pamonha, dos salgados, do sanduíche natural; que, enfim, não parte de, ou se fixa em um único paradigma, em uma única versão estética de relações sociais e de espaço urbano.

Reconheço que, muito provavelmente, apesar de meus devaneios e delírios transitarem por recônditos longínquos, bem distantes, quem sabe, dos vislumbres e intenções do poeta, e de serem, para além de um sacrilégio – por meu descuido, é claro – um arremedo bem chinfrim de sua potência, foi mais ou menos assim que as suas palavras me atropelaram e, por consequência, fizeram-me sair do piloto-automático, fizeram-me despostrar um estado de espírito em que tudo parecia estar predestinado, em que tudo parecia já ter sido definido.

Suas palavras me impulsionaram a prestar atenção, com sensibilidade e vagar, ao que, sob a desculpa de ser ou exótico demais, ou muito frugal, ou pouco padronizável, vem sendo silenciado. Esse silenciamento recorrente persiste e se arvora – como já disse por entre os recheios dos parágrafos acima – muito em função das condições de produção econômicas, políticas e sociais que determinam um modo de vida e, principalmente, que determinam uma forma de subjetividade e de sociabilidade, baseados, natural e automaticamente, em uma ética que volta as suas inquietações e posturas ao ter; à satisfação imediata do ego; à supervalorização

do que é útil; ao que facilita, de forma prática e objetiva, o girar das engrenagens, a conservação de tudo como está; ao que favorece e prestigia, ainda que fantasiadamente, uma ascensão pessoal meteórica.

Os seus versos certos me alertaram para o fato de que para lermos a nós mesmos, o outro e o mundo, leituras que realizamos sem cessar, precisamos, por vezes, fazer também o caminho inverso, ou fazê-lo do avesso, posto que há situações, e não são raras, em que precisamos desler. Desler para que consigamos perceber e vivenciar os prazeres, espantos, aprendizados e contradições de um mundo que está para fora de nós mesmos, longe de nossos egoísmos e fora de nosso campo de visão. Um mundo de diversões e risadas, de trabalhos e preguiças, de quintais e cacarejos, de pulgas e cachorros, de feriados e reuniões, de lutas e desavenças, de concordâncias e discordâncias, de uniões e divisões. Vale lembrar, um mundo que está, paradoxalmente, fora de nós, mas que, concomitantemente, e aí está o paradoxo, também nos forma, manifestando seus quereres, suas opiniões, tretas e babados, conduzindo-nos por algumas vielas específicas, e não por outras.

Negar o que está para fora de nós, como se fosse algo estranho, que não nos diz respeito, que não nos significa, é negarmos a nós mesmos. Somos um pouquinho de tudo que perambula ao redor, porque o que está ao redor igualmente nos esculpe. O que está a nossa volta não surge por geração espontânea.

Faço o resgate do poeta não para que a sua poesia me sirva como um epílogo decorativo, como um prólogo pretensioso do que ainda virá, muito menos para que a sua popularidade me acuda como um carro abre-alias. Sua menção consiste em um eixo/plano de ação, um ponto de partida, uma proposta que nos impele a

investigar e a trazer à baila, a depender do recorte e dos interesses, as mais variadas miudezas, especialmente as nossas, semeadas e cultivadas pelo tempo. Advirto que não há uma teoria geral que abarque ou sirva para elucidar a todas as miudezas. A nomenclatura “história das miudezas” não se refere a uma história que entra em cena, por meio de seus conceitos e categorias, para, quando demandada, enquadrar, por encaixe, uma ou mais miudezas. Não se trata de um jeito particular e invariável de se divulgar o que o tempo tem a nos contar.

As miudezas são diferentes entre si (e quem as vivencia e as observa também), desta feita, nem sempre uma mesma chave interpretativa, ou uma mesma fonte de informações (porventura à disposição), com seus recursos e argumentos, estará versada, apta a prover e socorrer suas nuances e matizes. Não estamos diante de, ou propugnamos por uma história das miudezas que seja original, singular, uma e tão somente uma cuja relevância e validade, presumivelmente ínsitas, elevá-la-iam a um pavilhão superior, acima de qualquer outra, mas estamos diante de, ou propugnamos por uma história que tem vocação para a multiplicidade (para as multidões), na medida em que as miudezas não se contam nos dedos, em realidade, faltam dedos nas mãos para tanto, sua presença pipoca e rufa por todos os lugares, é por essas e por outras que, para cada encontro, pode emergir um novo gesto de interpretação.

O que compartilharei, pois, no próximo tópico, já me adiantando e, felizmente, quebrando, para os mais afoitos, este suspense interminável, terá essa costura e esse gesto de ler os pormenores do tempo que nos abraçam. Com a devida licença aos que possuem entendimentos contrários, o que compartilharei será a proposição de uma prosa outra, uma prosa alternativa,

eu diria, que não deve ser hierarquizada, que não coloca nada nem ninguém, sujeitos, trecos e cacarecos, em uma posição inferior, menosprezada, esquecida por entre teias de aranha e cocôs de grilos dentro de uma gaveta. Uma prosa outra que seja fruto das práticas e narrativas das tantas e tantas pessoas que, nas constâncias e inconstâncias do tempo, mobilizam suas existências materiais em interação com o solo que habitam e que, por isso mesmo, podem nos apresentar substâncias ainda desconhecidas, ou desprestigiadas, mas que, não podemos esquecer, formam-nos tanto quanto as outras que costumam estar expostas nas vitrines. Enfim, uma prosa que se entusiasma e de peito e mente abertos busca aprender com as miudezas.

Levanto essa bandeira, não por soberba, mas como mais uma possibilidade, dentre tantas outras, de nos aproximarmos de nossas identidades, de nos (re) conectarmos com o que somos (cacerenses de nascimento e/ou de coração), de contribuir, em parceria com outras vozes, símbolos, imaginários e informantes, um pouquinho que seja, para a preservação da vida e sobrevivência de nossas memórias, das muitas memórias da cidade, contando para isso com os incontáveis encontros e desencontros do povo da fronteira ao longo destes abundantes anos.

Estar livre para divagar a gosto, sem muitas amarras, entraves ou protocolos, sem direções pré-determinadas; estar à vontade para enxergar para além do pouco que se relata nos manuais oficiais, para além da obrigatoriedade de reproduzir o que já está cristalizado; estar tranquilo para gastar atenções com o que vai crescendo pelas beiradas dos nossos descaminhos, e que não se trata de algo menor ou maior do que

qualquer outro atrativo considerado mais importante pelo consenso: não tem preço. Porque, a despeito dos preconceitos enraizados, das exclusões e apagamentos, há também vida que pulsa, grita, reivindica, inventa e se prolifera no descaminho.

E não só [...].

Há pensamento e prática em movimento nas rotas trilhadas por tantos outros que não estão investidos em cargos glamourizados ou gourmetizados, por tantos outros que não estão em posições tradicionais de mando e desmando. Há ideias e visões que não só se contentam em existir, mas estrondam, e com força, tanto nos becos pouco [ou quase nunca] iluminados, quanto nas comunidades apenas visitadas por algum Manda-Chuva de plantão, quando, às custas do que entende ser irreverente, deseja ganhar palco. Há leitura, cultura, frutos e lazer, nos calçadões e praças onde as pessoas, gente como a gente, sentadinhas, formando uma grande roda, ou saracoteando de um lado para o outro, fortalecem seus laços entre si e com o espaço que ajudam a construir.

Nesse sentido, dado o périplo de elementos materiais e imateriais que nos afetam e que, reciprocamente, nós afetamos, é que, por exemplo, uma linha cronológica sempre traçada para dar cabo de nossos feitos, ações e burburinhos – ainda que tenha algum tipo de valia como um artifício didático, auxiliando-nos a nos situar em algumas de nossas peregrinações pelas mais diversas instâncias de significação produzidas no/pelo tempo – não é e jamais será capaz de nos dar abrigo; não é e jamais será capaz de demonstrar os muitos processos de como o tempo e seus efeitos nos impregnam, saturam-nos dos pés até o último fio de cabelo com sentidos.

É complicado demarcar pontos de partida e pontos de chegada para o que nos constitui, agir assim, não sei não, é reduzir o que somos a uma visão evolucionista hostil e insensível, que, conforme convém, divide e classifica tudo, ou em primitivo, ou em civilizado, mas não se questiona nem sobre o que se entende por um ou por outro, nem qual a validade do critério empregado (se é que tem alguma).

Agir assim – demarcando pontos de partida e pontos de chegada para o que nos constitui – é alimentar, direta ou indiretamente, uma posição que, ao prestigiar o aqui e agora, o que é contemporâneo, o que é atual, em detrimento do que supostamente já foi, já passou, do que é passado, por um lado, condiciona o vivido ao atraso, à ruína e à decadência e o que se vive (o agora) ao inédito, ao avanço e ao progresso, e, por outro lado, institui uma independência ilusória entre o vivido e o que se vive.

Agir assim, é incentivar o esquecimento de nossas memórias coletivas, daquelas artesanalmente feitas, sob o sol do meio-dia e/ou sob o luar, retirando seus valores e importâncias, mascarando as raízes e estruturas que determinam os nossos modos e costumes, os nossos problemas e conflitos, as nossas interpretações e esquadrinhamentos, uma vez que nada é natural. Lembremos que o que se elabora, o que se tem, o que se usa e o que se diz não são estritamente produtos do hoje, tampouco partem originariamente de nós. Tenho minhas suspeitas de que o hoje porta consigo modos e tempos verbais para além do indicativo.

Como pensar em relatos tão lineares? Tão encaixadinhos e redondinhos? Penso que a memória do vivido, as aventuras do que se está vivendo e as previsões do porvir (com ou sem bola de cristal) não cabem

dentro de um jogo de quebra-cabeça disponível para recreação. E não cabem, tendo em vista que muita gente e muita coisa acabam ficando de fora, suas contribuições acabam sendo preteridas.

Para citar alguns casos, nas cronologias ou efemérides tradicionais, que de vez em quando vemos ou mesmo comentamos: onde estão as lavadeiras que pelas manhãs rumavam ao rio Paraguai, com bacias ou baldes cheios de roupas na cabeça, e por lá ficavam até o pôr do sol? Quem eram essas mulheres e para quem trabalhavam? Onde estão os campeonatos amadores de futebol que movimentam a periferia como único meio de lazer há décadas? Onde estão as casas de Umbanda e Candomblé, quase sempre ocultadas, mas muito frequentadas? Onde estão as benzedeiras que tantos peitos abertos fecharam, que tantos cobreiros extirparam e que tantas impinges curaram? Onde estão os verdureiros, leiteiros e padeiros que de bicicleta deixavam seus produtos, na confiança mesmo, dependurados na porta de seus clientes mensalistas? Onde estão as rezadeiras que, há um bom par de anos, seguem passando de geração em geração a ladainha cantada em latim nos festejos? Onde estão as novenas e trezenas de santos que congregam e reúnem pessoas das mais diversas idades, em um misto de orações, cantos e comilanças? Onde estão as muitas parteiras, que tantas pessoas auxiliaram a nascer? Onde estão as filhas de sitiantes que vinham para a cidade trabalhar como domésticas e, quando dava, tentavam estudar?

É por essa razão que a proposta de uma história das miudezas me fascina e me chacoalha tanto, porque nos possibilita compreender que o amanhecer e o amanhã não se manifestam sozinhos, mas juntos, em cooperação; porque nos possibilita compreender que o

amanhecer e o amanhã, como metáforas do exercício de nossas vidas, para ter e produzir sentidos, precisam do anoitecer e do ontem, um não existe sem o outro.

Falo (sobre) e defendo uma história das miudezas, porque entendo que o que é classificado como não merecedor de louros e destaques, embora interdito, significa-nos da mesma forma que qualquer outra ação do tempo considerada mais valorizada. A propósito, aproveitando a deixa, algo que eu gostaria de desmistificar, é que se uma ação do tempo é considerada ou tomada como mais valorizada do que outra, essa relação de prestígio não se estabelece gratuitamente, como obra da natureza ou do acaso, mas por algum motivo, por algum funcionamento que a sustenta nesse patamar, que a justifica como tal. Se todas as ações do tempo nos significam, nenhuma, portanto, deve ser tratada como uma curiosidade extravagante, excêntrica, sem relação com o todo, trazida à baila, em alguns momentos, apenas como um conveniente capital cultural distintivo.

Por fim, não só falo (sobre) e defendo, mas insisto em uma história das miudezas, porque entendo que esse tipo de abordagem – ademais de conquistar os nossos interesses e atenções com sua leveza, colorido, incompletude, falhas e contradições; e ademais de ampliar as nossas chances de interação e capilaridade com o nosso meio – promove, com muito tempero, uma grande e recíproca partilha de nossas lembranças, ditos, causos, opiniões, amores, angústias, conflitos e saudades, muitas saudades!

E por falar em saudades [...].

Sobre saudades, afetos e memórias

Conversando com os amigos, preenchendo de bobeira o conteúdo polivalente do nosso necessário e

a cada dia mais escasso direito à preguiça, do nada, numa mudança repentina da pauta, começamos a nos perguntar por onde andavam as nossas saudades, se ainda estavam por ali, pairando sobre nós, ou se já haviam empreendido fuga, sumido na braquiária.

Até então a atmosfera estava tranquila, todos de boa, largados, à vontade, olhando para o nada como se a eternidade fosse aqui e agora. Estava tudo do jeito que a preguiça não só gostava, mas se esbaldava, deitava e rolava. Não era o cúmulo, mas o suprassumo da folga. O copo de tereré passava de mão em mão. Estávamos sentados sob uma sombra no quintal da casa de um dos amigos do grupo. O terreiro estava limpinho, sem nenhuma folha seca desgarrada, um milagre, ou, mais do que isso, um alento.

Convenhamos, irrelevantes ou não, fúteis ou não, as banalidades também têm seus fascínios, pois não dão trabalho, evitam a fadiga, não exigem hora extra ou compensação de jornada. Elas são doces, livres, refrescam-nos, revigoram-nos, vem e vão como a brisa. Vida longa à preguiça!

Voltando às saudades, senti, a princípio, que esse não seria um ponto dos mais fáceis a ser tratado. Senti que exigiria uma prudência maior de minha parte. Eu não poderia começar a desembuchar algo sem o devido cuidado, sob pena de confundir as bolas e ser injusto com as lembranças que já carregava. Vingativas e geniosas, sem dó, faziam a minha consciência doer quando não prestigiadas a contento. Enquanto formulava a resposta botando o tico e o teco pra funcionar, ia desconversando, ganhando tempo. Enchendo linguíça.

Algo era muito certo, para mim, não se tratava de uma viagem feita ao exterior, registrada em milhares de fotos e compartilhadas, com riqueza de detalhes,

nas redes sociais. Tampouco se tratava de uma concorrida festa de aniversário, organizada por um cerimonial especializado, com centenas de convidados, alguns, inclusive, figurantes, comida e bebida para um batalhão, entrada triunfal do aniversariante, banda com um repertório descolado e homenagens intermináveis passando no telão.

Mesmo tendo que identificar algo por entre o emaranhado de vivências que alugavam a minha cabeça, eu me toquei que as minhas saudades não estavam abandonadas à própria sorte, jogadas para as traças. Caí na real, ou melhor, a ficha despencou sobre mim. Percebi que sempre que queria eu as encontrava. Trocávamos alguns afagos, olhares e, por mais psicodélico ou sobrenatural que possa parecer, até nos dizíamos um sonoro e rotundo *oi*. Um *oi* que me enchia de calor, que me encorajava a seguir adiante.

O seu conteúdo muito me inspirava, espantava os meus medos, fazia-me enfrentar as minhas inseguranças e me trazia alegria e paz. Acho que eu só não havia me dado conta de que fossem exatamente essas as minhas saudades, as maiores de todas, as que falavam mais alto, as que quando encontradas tinham o poder de me teletransportar para um espaço/tempo paralelo. As minhas saudades, portanto, não estavam perdidas, tinham nome, sobrenome e endereço.

Parei de rodopiar por entre os meus pensamentos e, finalmente, deixei o mistério de lado e comecei a responder.

Em sua casa, a rotina – *ó, falo da mesmice mesmo, do desenrolar das horas, sem qualquer variação, do ritual constante dos hábitos* – por incrível que pareça, não era enjoativa, para além de sinalizar o transcurso dos dias, semanas e meses, marcava-me na pele e na

consciência. Parecia que aquele ritmo e aquela lógica me preparavam para o que mais tarde eu chamaria de paciência contemplativa.

Era não só a simplicidade mais rica que eu já havia conhecido, mas também, e não menos importante, a agitação mais lenta que eu já havia experimentado. Como dá para perceber, um terreno vasto e muito fértil para antíteses, hipérboles e outras figuras de linguagem brotarem e florescerem. Somos pura contradição e inconstância, um combo nada cartesiano.

E os adjetivos e predicados não param.

Sua casa era um oásis, alheado, por certo, da estrutura de um *Spa*, de um *Resort* ou de coisa parecida. Era um território livre, onde as regras e a coação das externalidades ganhavam outras silhuetas, ficavam mais brandas, menos traumáticas, menos trágicas; era um refúgio para escapar dos tentáculos da vida adulta, cuja dinâmica ainda precisava ser melhor mastigada, entendida, digerida.

A dona (e proprietária) fazia questão de manter o recinto aberto nos três períodos, sendo o fluxo de cada turno muito atabalhado e concorrido. Com todo esse movimento, ela poderia ganhar, inclusive, muito dinheiro, se colocasse catracas na sua porta para cobrar ingresso ou pedágio dos visitantes – atitude que não passa de uma suposição tola, um tanto mercadológica, que acrescento ao meu calabouço de bobagens, pois ela jamais adotaria, ou permitiria que alguém adotasse, em seu nome, algo assim. Eram outros tempos, alguns dirão. Eu prefiro dizer que eram outros sentimentos.

No período matutino, as preocupações eram voltadas às plantas, que não eram poucas. Caminhando de um lado para o outro, ela, numa toada muito peculiar, retirava as folhas secas dos arranjos, cortava os caules

quebrados, sustentava com uma varetinha os capengas e aguava, com uma canequinha de alumínio, já amassada na base, cada um dos vasos espalhados pelos parapeitos das janelas e pelos cantos da casa. Por estarem dependuradas a uma distância considerável do chão, as samambaias sempre sobravam. A sua manutenção era mais complexa, pois exigia a reunião de mais alguns apetrechos, a saber: uma cadeira, um recipiente mais fechadinho para acondicionar e transportar a água sem derramar e a disposição física para se equilibrar e permanecer nas alturas por alguns breves minutos, acrobacias e malabarismos que não eram mais receitados para a sua idade, afinal, muitos carnavais já haviam se passado em seu calendário, logo, era melhor prevenir.

Diante desse quadro, ou diante das dificuldades em empreender a escalada, a fim de não deixar as samambaias desamparadas, morrendo de sede, ela ficava, no corredor de sua casa, que desaguava diretamente na rua, à espreita, pronta para dar o bote, de butuca, de olhos bem abertos, aguardando a primeira vítima que aparecesse, para incumbi-la depressa da função – não raramente era eu mesmo o incumbido. Parecia que ela adivinhava o momento exato de minha passagem por lá; tenho minhas dúvidas se ela não contava com a ajuda de algum informante ou se ela não tinha algum radar que conseguia interceptar meus passos. Eu gostava de ser interceptado por ela.

No período vespertino, após o descanso do almoço, rito diário obrigatório, o expediente seguia. O primeiro compromisso protocolar da tarde, como também ocorria em outros lares de conterrâneos e conterrâneas de sua geração, era o de beber um copinho de guaraná ralado.

Enquanto preparava o seu guaraná, alguns apareciam para lanchar, socializar o excedente de mate gelado

da manhã, guardado na geladeira, beber uma xícara de café, comer uma torrada caseira ou um pedaço de pão francês. Outros surgiam para buscar um conselho, oferecer um produto, dar um trato no cabelo², ou para apontar o nome ou o de algum conhecido em seu caderninho de orações. Se contrapondo ao ter, em favor do ser, era mais uma que, a seu modo, tentava, a todo momento, subverter a ordem, nada era exclusivamente dela, tudo era de todos, nada era concentrado, tudo era dividido.

No período noturno, talvez o período mais badalado de todos, ela e um punhado de gente, familiares e amigos, depois de jantarem, reuniam-se para o pré-clímax do dia: o acompanhamento atento, mas não sossegado, de mais um capítulo da novela das oito (atualmente, das nove). Para ser bem sincero, não acompanhavam (é) nada. Ficavam narrando cena por cena, antecipando surpresas, fofocando sobre a trama e, nos minutos do comercial, ainda divagavam um pouquinho sobre os casos da cidade. Faziam comentários, teciam juízos de valores e repreendiam, com veemência, as personagens cuja moral era duvidosa. Vilão algum escapava, a língua era tão afiada que às vezes nem os mocinhos ficavam de fora. A saraivada era geral, até mesmo aqueles mais sonsos acabavam virando uma presa fácil. Não ficava pedra sobre pedra.

Como não poderia ser diferente, com muito ânimo, as outras crianças e eu, primos e conhecidos, passávamos os capítulos colaborando ativamente para o fuzuê. Quando não estávamos rindo, estávamos rindo. Pode parecer exagero de minha parte, mas estávamos sempre assim mesmo: rindo. De vez em quando, a (nossa) graça era friamente interdita – ou censurada, a depender da leitura jurídica a ser empregada –

² Ela era cabeleireira, a primeira de Cáceres com formação profissional e atendimento ao público.

por um ataque de chinelos voadores, que mais pareciam mísseis de precisão, visto que não se perdiam na trajetória aérea e chegavam aos seus alvos em milésimos de segundos. Mas, que fique registrado, o silêncio que a oposição nos impunha, não durava muito, era momentâneo, a resistência, mesmo ferida, reerguia-se. Sorrateira e malandramente, comunicando-nos por entre olhares e telepatias, desmontávamos o nosso acampamento após o ataque, porém, minutos depois, voltávamos com força total. Não foram poucos os episódios em que fomos tocados dali, conduzidos coercitivamente ao exílio em um outro cômodo.

Findo o intenso capítulo noveleiro, o esperado clímax do dia se iniciava. A plenitude preenchia meu coração com um contentamento que, na época, ainda menino, eu nem entendia. Eu ficava pulando que nem *manébo*, era o que eu sabia fazer, pular, pular, pular, agitando as mãos. Eu me realizava. Os noveleiros se levantavam do sofá, pegavam a primeira cadeira que estivesse dando sopa e se dirigiam à porta. E era ali, sentados na frente de sua casa, que a noite transbordava, frutificava-se. Perfilados na calçada ou entornados pelas rebarbas do meio-fio, num vuco-vuco só, comungavam amizades e enchiam o céu estrelado de mais esbanjamentos.

As minhas saudades andavam (e assim continuam a andar) exatamente por essa casa aí ó, que frequentei por toda a minha infância e adolescência, e que hoje, mesmo não mais existindo, ainda visito. Não era um lugar qualquer, era a casa dela, ficava ali quase na esquina da rua Coronel José Dulce com a rua Coronel Faria, bem próxima ao rio, o nosso rio, o rio Paraguai, era a casa da mãe do meu pai, era a casa da minha avó, era a casa de D^a. Lelita Menacho de Carvalho.

E vocês, por onde andam as suas saudades?

Referências Bibliográficas

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, [1975] 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de Discurso. *In*: ORLANDI, Eni Puccinelli; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e textualidade*. Campinas: Pontes, [2006] 2015.

COLETIVO DE MULHERES NEGRAS DE CÁCERES: UMA HISTÓRIA DE LUTAS E RESISTÊNCIA

Bianca Francisca da Silva Santos¹

Fernanda Martins da Silva²

*A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.*

*A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.*

O ontem – o hoje – o agora.

*Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
o eco da vida-liberdade.*

(Conceição Evaristo, 2008)

Introdução

Este texto é resultado de pesquisa realizada no Curso de Licenciatura em História pelo Projeto *Axé pra quem é Axé*, coordenado pela professora doutora Fernanda Martins da Silva e que posteriormente se tornou objeto do trabalho de conclusão de curso de Bianca Francisca da Silva Santos, atualmente mestranda em

¹ Bianca Francisca da Silva Santos é graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso e Mestranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. E-mail: bianca.francisca1999@gmail.com

² Fernanda Martins da Silva é Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia, atualmente é professora Adjunta do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. E-mail: Fernanda.martins@unemat.br

História pela Universidade Federal da Grande Dourados, atuando na área do feminismo negro e história das mulheres negras. A pesquisa objetivou compreender, a partir do Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres, MT, as lutas que mulheres negras têm enfrentado ao longo da história do Brasil desde o pós-abolição. Ocupar um espaço na sociedade em lugar de igualdade racial e de gênero ainda é uma utopia no Brasil e em Cáceres, MT esta realidade não é diferente. Neste sentido, existir enquanto mulher negra é, conseqüentemente, resistir.

Das ações do coletivo ecoam vozes de “vida – liberdade” e, assim, torna presente a luta da ancestralidade feminina negra, que têm um papel fundamental na sociedade, à medida que une o ontem, o hoje e o amanhã, por meio da execução de projetos que divulgam e perpetuam saberes ancestrais, bem como práticas de empoderamento feminino por meio do apoio à mulheres empreendedoras, políticas, intelectuais, escritoras, entre outras.

Ao analisar a inclusão da mulher negra na sociedade brasileira, podemos observar que muitas ainda se encontram oprimidas pelo racismo e sexismo, carregando o fardo herdado da escravização de suas ancestrais, sendo ainda, majoritariamente destinadas aos serviços domésticos, isso quando não se encontram na faixa do desemprego. Sabemos que a distribuição do trabalho no Brasil é desigual, ficando os homens brancos no topo, seguidos das mulheres brancas, homens negros e mulheres negras ocupam os últimos lugares desta escada de trabalho e remuneração, seguidos por um histórico de discriminação, preconceito, racismo e sexismo, portanto, a trajetória dessas mulheres precisam ser analisadas dentro de uma interseccionalidade³ de raça, gênero

³ De acordo com Carla Akotirene a interseccionalidade visa dar apoio teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo,

e classe, não sendo possível analisar sua trajetória sem considerar tais fatores que são fundantes na constituição dessas mulheres enquanto sujeitos históricos.

De uma forma geral, o envolvimento das mulheres negras em movimentos sociais, como o movimento negro e o movimento feminista, impulsionaram uma participação mais ativa nos processos políticos, culturais e sociais da comunidade. Com a história do Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres não foi diferente, anteriormente à criação dos coletivos, suas principais lideranças participaram de outros movimentos, sendo o Grupo de Estudos Para Educação das Relações Étnico-raciais (GEPRER) um dos principais. O GEPRER é um grupo consolidado que desenvolve variadas atividades, como oficina de bonecas negras, oficina de brincos étnicos e atividades e projetos voltados para trabalhar a identidade negra; história e cultura africana, afro-brasileira e indígena e a história e cultura dos remanescentes de quilombo da região, com atividades desenvolvidas dentro desses remanescentes de quilombo, como desfiles de beleza, festas religiosas e gastronômicas, os quais são capazes de enfatizar a importância da cultura negra no município e seu entorno, dentre outras atividades que são voltadas para a consolidação de uma Educação para as Relações Étnico-raciais em Cáceres, MT.

Feminismo Negro versus Coletivos de Mulheres Negras: apontamentos historiográficos

Reconhecemos a importância do movimento negro e movimento feminista na constituição do Coletivo de Mulheres Negras, no entanto, historicamente a luta das mulheres negras têm suscitado uma série de

capitalismo e cisheteropatriarcado “que são produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.” (AKOTIRENE, 2019, p. 14).

especificidades que, tanto o movimento negro como o movimento feminista não dão conta de atender de forma mais específica e pontual, de onde origina-se uma série de questionamentos dentro de tais movimentos sobre a falta de representatividade feminina negra. Como consequência, se fez necessária a criação de um movimento que abrangesse a temática de suas experiências e questões específicas, que não podem ser abordadas separadamente, como a questão de raça, gênero, classe e sexualidade.

Nesta conjuntura, o Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres-MT foi fundado em 2017, a partir de reuniões e encontros de mulheres negras, indígenas, quilombolas e mulheres pantaneiras. A pauta dos seus projetos está relacionada diretamente ao empoderamento dessas mulheres, considerando as principais demandas apresentadas por aquelas da comunidade de Cáceres e do entorno. O coletivo foca em ações que promovam a independência econômica e que construam representatividade feminina negra, por meio de atividades coletivas que estão em ressonância com as memórias das suas ancestrais. Pioneiro no desenvolvimento de atividades e projetos com ênfase na representatividade feminina negra no município de Cáceres e seu entorno, o Coletivo de Mulheres Negras – CAC possui uma forte atuação política, econômica e cultural de apoio às mulheres negras, indígenas e pantaneiras.

No entanto, ressaltamos que a análise do Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres-MT nos possibilita compreender a organização de mulheres enquanto um movimento social para além da perspectiva municipal. Desde o período da escravização, a população negra foi considerada como um objeto de mão de obra sem vínculo com a humanidade, sendo, assim, julgadas inferiores à população branca. Neste contexto, a mulher negra foi

designada às atividades de escravizada, que trabalhava nas plantações ou a de mucama, na casa-grande. Essas atividades influenciaram diretamente nos estereótipos da mulher negra na atualidade, seja como a mulher forte, que suporta dores; a que tem seu corpo constantemente sexualizado, ou a que é destinada a trabalhos informais ou subalternos.

A mucama era responsável por limpar, lavar, cuidar, costurar e amamentar os filhos das sinhás, bem como servir o seu senhor como ele desejava, como, por exemplo, um objeto sexual. Com isso, muitas mulheres negras foram violentadas sexualmente pelos seus senhores durante o período de escravização no Brasil. O índice de feminicídio no Brasil, em 2020, expõe que conforme a estatística, às mulheres negras são as principais vítimas, pois “mesmo para a senhora presa a um sistema paternalista e rodeada de censuras, as negras, em certas ocasiões, serviram de objetos de prazer reprimido, utilizando-as para o deleite de seus desejos secretos e suas carências afetivas em suas ‘crias.’” (Santos, 2020, p. 4). Com isso, além da dominação sexual, as mulheres negras sofriam violência das sinhás, por ciúmes dos seus maridos:

Foi em função de sua atuação como mucama que a mulher negra deu origem à figura da mãe preta, ou seja, aquela que efetivamente, ao menos em termos de primeira infância (fundamental na formação da estrutura psíquica de quem quer que seja), cuidou e educou os filhos de seus senhores, contando-lhes histórias sobre o quibungo, a mula sem cabeça e outras figuras do imaginário popular (Zumbi, por exemplo). Vale notar que tanto a mãe preta quanto o pai-joão têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. (Gonzalez, 1982, p. 46).

Gonzalez traz o termo pai-joão, que tem como significado um velho preto que é conformado e submisso, sendo contrário às rebeliões realizadas pelos escravizados, o que ressalta os estereótipos criados sobre os negros escravizados. Ao pensar naqueles que foram escravizados no Brasil como passivos, expõe a falha na história do Brasil, visto que; ocorreram várias resistências, algumas violentas e outras sutis, como a da figura da mãe preta, que, de acordo com Gonzalez (1982), ao cuidar dos filhos da sinhá contavam histórias africanas e ensinavam o “pretuguês” que é a africanização do português falado no Brasil. Essas mães pretas foram fundamentais na construção da cultura afro-brasileira e disseminação da cultura africana no Brasil, resistindo através de práticas cotidianas.

Além da figura da mãe preta, a mucama resultou em outro estereótipo: o da “mulata”, que está associado à construção em torno da sexualização do corpo da mulher negra. Quando as mulheres negras foram determinadas aos serviços na casa-grande eram obrigadas a ter relações sexuais com seus senhores, contra sua vontade, justificando que “através das relações sexuais, existia a crença de que a escrava virgem, “muleca” de doze a quinze anos, poderia curar o jovem branco contaminado pela sífilis no Brasil” (Santos, 2015, p. 4). Esses estereótipos vêm sendo representados nas revistas, filmes, literatura, músicas e novelas, fazendo com que essa série de representações interfira no racismo e na relação do negro com a sociedade, uma vez que muitos movimentos de mulheres negras lutam para desconstruir essa estrutura racista e sexista.

Ao analisar alguns trabalhos de feministas negras se debate sobre a forma com que o feminismo predominante⁴ trata as mulheres negras, as mulheres trans e

4 O feminismo predominante é a forma que será tratada no trabalho o feminismo criado por mulheres brancas da classe média.

as mulheres indígenas que são excluídas da maioria dos debates do movimento. Muitas feministas negras questionam a falta de diálogo sobre a questão de raça, que é fundamental para entender as vivências de uma mulher negra, sendo também discriminadas dentro do movimento feminista, pela sua cor de pele.

As mulheres negras sempre estiveram presentes nos movimentos sociais, como o feminismo predominante no movimento negro, no entanto a abordagem das pautas dentro dos movimentos não representava a opressão das mulheres negras. No feminismo predominantemente dominado por mulheres brancas são pauta de debate as suas próprias experiências, além de as mulheres brancas e as mulheres negras terem experiências historicamente diferentes, é importante ressaltar que as opressões das mulheres negras não passam apenas pelo sexismo, mas também pelo racismo. Já no tocante ao movimento negro, o espaço destinado para debate sobre o sexismo é pequeno, além de ser um movimento dominado por homens. Com isso, as mulheres negras foram historicamente silenciadas dentro dos movimentos e, a partir dessa aflição, torna-se de extrema urgência e necessidade a organização de um feminismo negro, contudo, muitas mulheres ainda consideram que o termo “feminismo” não dá conta das especificidades das pautas de mulheres negras, pautas estas que antecedem à própria concepção de feminismo. Neste sentido, preferem termos como Organização de mulheres negras ou Coletivos de Mulheres Negras.

Um dos primeiros registros de Coletivo de Mulheres Negras no Brasil foi o do coletivo Nzinga⁵, que surgiu em 1983 na sede da Associação de Moradores do

⁵ A escolha do nome de Nzinga tem a ver com a nossa preocupação de resgatar um passado histórico recalçado por uma “história” que só fala dos nossos opressores. A famosa rainha Jinga (Nzinga) teve um papel da maior importância na luta contra o opressor português em Angola.

Morro dos Cabritos-RJ. Esse coletivo iniciou com base no movimento da favela e no movimento negro. As mulheres negras que participaram do coletivo Nzinga foram Jurema Batista (movimento de favelas), Geralda Alcântara (movimento de favelas), Miramar da Costa Correia (movimento de bairros), Sonia C. da Silva (movimento de favelas), Sandra Helena (movimento de favelas), Bernadete Veiga de Souza (movimento de favelas), Victoria Mary dos Santos (movimento negro) e Lélia Gonzalez (movimento negro). Para a organização e divulgação do evento do coletivo Nzinga, que ocorreu no dia 8 de março de 1984, que comemora o dia das mulheres, fizeram vários panfletos para serem distribuídos no Morro Andaraí, nesse panfleto anunciava que:

Somos um Coletivo: não aceitamos que a arbitrariedade de uma hierarquia autoritária determine nossas decisões, mas que elas sejam o resultado de discussões democráticas. Somos um Coletivo de Mulheres porque lutamos contra todas as formas de violência, ou seja, lutamos contra o sexismo e a discriminação sexual. Somos um Coletivo de Mulheres Negras: além do sexismo, lutamos contra o racismo e a discriminação racial que fazem de nós o setor mais explorado e mais oprimido da sociedade brasileira [...]. Nosso objetivo é trabalhar com as mulheres negras de baixa renda (mais de oitenta por cento das trabalhadoras negras), que vivem principalmente nas favelas e nos bairros da periferia. E por quê? Porque são discriminadas pelo fato de serem mulheres, negras e pobres (Gonzalez, 1985, p. 64).

Neste momento, temos o primeiro registro do que seria o primeiro Coletivo de Mulheres Negras no Brasil, sendo posteriormente ampliado para os outros Estados.

Em 1985, as mulheres negras se organizaram para ir no II Encontro Feminista Latino-americano, ocorrido em Bertioga, para mostrar ao movimento feminista que as mulheres que se encontravam invisíveis no movimento começavam se manifestar. A chegada do ônibus com mulheres negras que não estavam inscritas no II Encontro Feminista de Bertioga era de um total de 850 participantes, 116 mulheres inscritas se declararam como negras mestiças no II encontro Feminista de Bertioga. Esse momento resultou em um conflito entre o feminismo branco e feminismo negro.

A tensão entre o movimento de mulheres negras e o feminismo se deu pelo fato de que as mulheres negras mostraram para as feministas brancas que as mulheres negras organizaram um novo movimento. De acordo com Núbia Moreira (2007), foi a partir do evento de Bertioga que algumas mulheres negras se consideraram feministas. Com isso, surgiram organizações importantes, como o Geledés, Fala Preta, Criola, além de coletivos e produção intelectual” (Ribeiro, 2016, p. 62). Dessa forma, os coletivos das mulheres negras começaram a fazer encontros nacionais a partir de 1988:

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1988) foi realizado no interior do Estado do Rio de Janeiro na cidade de Valença, contando com a participação de 450 militantes de 17 Estados da federação. Alguns dos objetivos expostos nesse encontro foram: a) denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; b) fazer emergir as diversas formas locais de luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; c) elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; d) encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da

diversidade social, cultural e política as mulheres presentes no Encontro; e) realizar diagnóstico da mulher negra; f) discutir as formas de organização das mulheres negras; g) elaborar propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e de diferente vertentes políticas. (Moreira, 2007, p. 67).

O I Encontro Nacional de Mulheres Negras realizado em Valença, RJ, demarcou um importante ponto para as mulheres negras, visto que este: “encontro aponta para a construção da visibilidade e da representação da organização das mulheres negras frente à sociedade”. (Ribeiro, 2016, p. 67). Após esse evento foram realizados vários outros, como II Encontro Nacional de Mulheres Negras (1991); I Seminário Nacional de Mulheres Negras (1993); Seminário Nacional de Políticas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras (1993); II Seminário Nacional de Mulheres Negras (1994) entre outros. De acordo com Núbia Moreira (2007), esse encontro foi muito importante para a construção do feminismo negro no Brasil, pois as mulheres negras começaram a usar o termo “feminista”, sendo que anteriormente existia uma grande rejeição em abordar o discurso feminista nos movimentos de mulheres negras.

Lélia Gonzalez aborda no seu livro *Racismo e sexismo na cultura brasileira (1984)* que as mulheres negras foram tratadas como infans⁶, aquelas por quem se fala, que não falam por si sós. Com isso, essas mulheres negras buscaram nesses coletivos o que não encontravam em outros movimentos sociais: a sua própria voz. A forma opressiva que as mulheres negras sofrem por causa da

6 Infans significa infância “aquele que não fala”, isto é, aquele que se distingue do adulto pela não apropriação da fala.

raça, classe, e gênero acaba por incentivar a busca por saber sobre a teoria social crítica do ser mulher negra. Nessa perspectiva, Djamila Ribeiro (2018) expõe a importância de tirar proveito do lugar de marginalidade que foi imposto às mulheres negras, pois isso é fundamental para entender que o “não lugar” de mulher negra pode ser doloroso, mas também potente, pois permite enxergar a sociedade de um lugar social que faz com que tenhamos ou construamos ferramentas importantes de transcendência.

O Movimento Feminista Negro no Brasil iniciou no final do século XX, trazendo uma visibilidade para as lutas das mulheres negras. O pensamento de Patrícia Hill Collins (2019) sobre o feminismo negro surgiu a partir das reuniões dos coletivos de mulheres negras e mostrou também como é reproduzido esse feminismo negro aqui no Brasil, pois é com base nas vivências dessas mulheres negras nas comunidades que os temas dos projetos vão sendo desenvolvidos. Porém, algumas mulheres negras fazem parte da classe média, em que são mais explícitas as denúncias feitas no meio de comunicação sobre discriminação racial e sexista. Além disto, o feminismo negro no Brasil teve grande influência de ativistas norte-americanas, como Angela Davis, Bell Hooks, Patrícia Hill Collins e Alice Walker.

Analisar dentro deste feminismo negro as mulheres negras de forma universal nos remete aos descuidos do feminismo predominante, o qual trouxe a questão da mulher universal abordada no feminismo. Então, dentro desses movimentos de mulheres negras temos um conjunto delas com pensamentos e pautas muito diferentes. Com isso, ocorreram várias divergências ao usar o termo “feminismo” no movimento feminista negro, como podem observar em vários movimentos de mulheres negras que preferem usar a nomenclatura Movimento de Mulheres Negras.

A resistência das mulheres negras em usar o termo feminismo está pautado no fato de que este termo foi cunhado pelo movimento de mulheres brancas, o qual estava direcionado para as problemáticas socioculturais da mulher branca e, por consequência, pouco considerava as frentes de luta da mulher negra, portanto, algumas frentes do movimento de mulheres negras não se sentem representadas pelo termo feminismo, visto como um movimento que luta pelo fim do machismo, mas que ainda é exclusivamente direcionado para as mulheres brancas e não consegue abranger as demandas raciais.

Pensar o feminismo negro, implica, necessariamente, compreender as opressões em uma perspectiva interseccional, considerando as questões de gênero, classe, raça e sexualidade com igual complexidade e amplamente relacionadas, visto que não temos como pensar nessas opressões de forma separada, pois, quando falamos de mulheres, possuímos umas diversidades de subjetividades, como, por exemplo, existem mulheres brancas, negras, indígenas, trans, lésbicas que são oprimidas de formas diferentes.

Esses conjuntos de mulheres negras no movimento feminista negro compartilham narrativas de experiências e desafios adquiridos durante a sua vida para poder desenvolver projetos sociais que possam contribuir para combater a desigualdade de gênero, raça e classe. Dispondo também por fortalecer a divulgação da história de mulheres negras, não no contexto da escravização, mas no sentido de mostrar a história e cultura africana a partir de um lugar de luta e resistência, objetivando incentivar essas mulheres a ter orgulho de suas raízes. A representação é uma questão fundamental no feminismo negro, pois a mulher negra por muito tempo foi invisibilizada e excluída da sociedade, portanto, é também uma luta para ser tratada como sujeito histórico.

Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres-MT (CMN-CAC): um estudo de caso

No decorrer desta pesquisa, constatamos que a construção desse coletivo teve muita influência do GEPRER (Grupo de Estudo para a Educação das Relações Étnicas Raciais), que era coordenado por quatro professores, sendo um grupo que é muito fortalecido em Cáceres, trabalhando com professores da rede pública e atendendo também alunos da Escola Estadual Rodrigues Fontes. O GEPRER compartilha e faz parte da maioria das atividades do coletivo, porém o que aconteceu foi que ao longo de seu fortalecimento percebeu-se a necessidade de se criar um Coletivo de Mulheres enquanto atividades independentes ao GEPRER, embora ambos desenvolvessem muitas ações juntas.

De acordo com as integrantes, Tereza, Savana e Zendaya⁷, o pensamento de criar um Coletivo de Mulheres Negras iniciou-se na Escola Estadual Rodrigues Fontes, através de projetos sobre a temática racial organizado pelo IMUNE (Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso). Dentre esses projetos podemos ressaltar a oficina de bonecas negras na comunidade do bairro Cavalhada.

Segundo Tereza, essa oficina teve a presença de duas professoras, que faziam parte da diretoria do Instituto de Mulheres Negras do Mato Grosso-IMUNE, que vieram de Cuiabá para ensinar a comunidade a fazer bonecas negras, enquanto uma forma encontrada de trabalhar com os pais e alunos da E. E. Rodrigues Fontes sobre a questão da aceitação, e, a partir deste contexto, abordar o tema da identidade negra. Neste evento foi possível observar o primeiro contato que

⁷ As mulheres entrevistadas são identificadas por nomes fictícios para resguardar a imagem e a integridade de cada uma delas.

essas mulheres tiveram com um Coletivo de Mulheres Negras, motivando, portanto, a criação de um coletivo só de mulheres negras na cidade de Cáceres. A entrevistada Dandara, ressalta a importância do IMUNE para a formação do coletivo:

O IMUNE é o instituto de mulheres negras de Cuiabá que deve ter uns 10 anos, e ele foi muito importante para nossa estruturação, tipo a proximidade com algumas lideranças lá ajudou a pensar o coletivo e foi muito importante a participação delas. A Antonieta Costa é uma grande líder e ousaria dizer que ela é uma das mulheres negras mais importante do Mato Grosso de toda história que eu consigo lembrar de impacto, ela faz parte do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR) e também ela é professora, então ela faz essa luta dentro da educação e ela foi uma peça fundamental porque ela tem justamente essa função, porque ela é muito articuladora. Ela disse que é importantíssimo que vocês formem esse grupo, formalizem, criem CNPJ e consigam projetos, ela foi uma incentivadora muito importante e ela é a fundadora do IMUNE. (Entrevistada Dandara, 2021).

O IMUNE (Instituto de Mulheres Negras de Mato Grosso) foi fundado em 2002 com o objetivo de empoderar jovens e mulheres negras, individual e coletivamente, para lutar contra o racismo e em defesa dos seus direitos. O apoio e a influência do IMUNE foi de fundamental importância e relevância na formação do CMN-CAC.

Além do GEPRER e do IMUNE, as entrevistadas também ressaltaram a importância da 2ª Conferência pela Promoção da Igualdade Racial, que aconteceu em 2017, organizada pelo GEPRER. Nela foram organizados Grupos Temáticos (GT), e entre estes GT tinha o de

Mulheres Negras, Indígenas e Quilombolas, e foi neste grupo desenvolvido trabalho que aglutinou a maioria das mulheres que hoje compõe a diretoria do CMN-CAC. Segundo as entrevistadas, foi ainda dentro das discussões do GT que o CMN-CAC começou a nascer enquanto articulação dessas mulheres. A partir daí essas mulheres começaram a se reunir para dar continuidade às pautas que foram levantadas durante o GT, como afirmam as entrevistadas.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas no CMN-CAC, elas demonstram muita força. Nota-se que nas narrativas das entrevistadas elas tratam o CMN-CAC como uma família, onde foram acolhidas e, mesmo sendo bem diferentes umas das outras, todas possuem a luta contra o racismo e sexismo como elo comum. Cabe ressaltar que o CMN-CAC abriga mulheres quilombolas, indígenas e pantaneiras, portanto, está articulado com a realidade local, na qual tais categorias não são separadas, mas sim aglutinadas pelos seus interesses comuns.

O projeto *“Escrevivência Poética e da Cultura Alimentar das Mulheres Pantaneiras, Ribeirinhas e Quilombolas de Cáceres-MT”*, proposto e executado pelo Coletivo de Mulheres Negra – CAC, foi aprovado pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através da *“Lei Aldir Blanc”*, e apresenta bem a dimensão plural que o Coletivo se propõe a ter. O projeto enfoca promover a arte poética e culinária dessas mulheres, através da divulgação e premiação de poemas e receitas locais, que são parte do Patrimônio Cultural de Cáceres, MT.

Aqui, cabe ressaltar que a formação cultural brasileira tem fortes raízes africanas, e neste sentido, conhecer a cultura africana significa nos conhecermos melhor. Partilhamos de África traços linguísticos, alimentares, crenças e todo um modo de perceber e se

colocar no mundo, porém, mesmo essa cultura tendo sido negada por séculos não basta muito para que alguém se identifique ao ouvir uma batida de tambor, um samba, ou mesmo brincadeiras que foram ensinadas pelas mãos pretas desde o Brasil colônia.

Esse projeto foi desenvolvido em conjunto com as mulheres chiquitanas da aldeia de Porto Esperidião, no intuito de criar uma teia feminista antirracista que aglutinasse mulheres de outras regiões. Para se ter um projeto aprovado em alguma organização de instituição é bem difícil, então, o Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres se uniu com outras organizações para ter apoio. A entrevistada Dandara expõe como foi trabalhar esse projeto com essas mulheres:

É muito interessante ver o quanto aquelas mulheres se sentiram valorizadas porque a comida dela estava sendo apreciada, “eu sei fazer um caldo de piranha que é incrível” a gente ia lá tirava foto do processo, comia o caldo de piranha, falava que vamos tirar uma foto que vai está no livro e elas se sentiam um máximo e isso é muito bonito e deixou a gente muito tocada. Dentro das poucas opções que a mulher tem para se sentir “útil”, (porque a mulher é muito importante) mas de ser valorizada a culinária é um aspecto muito importante, pois é onde ela pode ser elogiada e ser reconhecida enquanto uma pessoa diferenciada. (Entrevistada Dandara, 2021).

A execução de projetos é uma das formas que o CMN-CAC se utiliza para chegar às mulheres negras da comunidade que possuem dificuldade de acessar as redes sociais, pois com a pandemia do Covid-19 as mulheres do coletivo tiveram dificuldade para ter acesso às mulheres mais vulneráveis, mas não deixaram de buscar formas de apoio para elas, seja por meio da arrecadação

de sacolões de alimentos que foram destinados ao amparo às mulheres em vulnerabilidade, ou promovendo *lives* para abordar temáticas importantes sobre o racismo e sexismo no Brasil, proporcionando, assim, um ambiente de troca de experiências e diálogos com mulheres de outras organizações de Mulheres Negras.

Outro projeto desenvolvido pelo coletivo é “*Mercado Negro*”, que objetiva potencializar a independência de mulheres negras, indígenas e pantaneiras, membros ou não do CMN-CAC, por meio do incentivo aos seus pequenos negócios, seja por meio da divulgação de seus trabalhos ou mesmo promovendo feiras e ações entre amigos. Além disto, o nome “*Mercado Negro*” é uma forma de ressignificar os nomes racistas que foram naturalizados na sociedade brasileira.

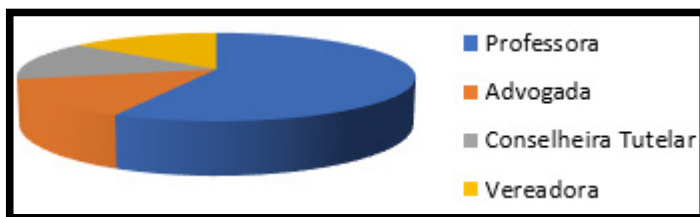
Uma forma de construir uma sociedade antirracista e uma igualdade de gênero se dá por meio da escola, pois ela é um lugar de mudanças, de transformações, de relações sociais. Por isso, “A educação continua sendo um dos campos principais de luta dos movimentos sociais no Brasil” (Gomes, 2011 p. 134). Nessa perspectiva, o CMN-CAC sempre teve na Escola um lugar potente de ações antirracistas de empoderamento de meninas negras, principalmente pelo coletivo ter iniciado no âmbito do GEPRER que nasceu dentro da Escola Estadual Rodrigues Fontes. Além disso, a maioria das mulheres entrevistadas era professora, então, esse coletivo buscou trazer para as escolas projetos que possam trabalhar sobre o sexismo e o racismo. Um dos projetos é o “*Afro-escola*”, que é um grupo de danças afro-brasileiras e africanas coordenado pela professora integrante do CMN-CAC na Escola Estadual Rodrigues Fontes.

O projeto “*Quintais Quilombolas: Memória e Identidade Cultural do Quilombo Pita Canudo*” traz visibilidade a história e a cultura do Quilombo Pita Canudo, que fica localizado na cidade de Cáceres-MT. Pita Canudo, como muitos outros remanescentes de quilombo, vive um processo de esquecimento e de perda do seu território. O CMN-CAC organizou o projeto que resultou em um documentário expondo o seu processo histórico e as atividades realizadas nos quintais. O documentário foi lançado no dia 3 de maio de 2021, por meio de uma *live* realizada pela rede social do CMN-CAC⁸.

Cabe destacar que as mulheres integrantes do CMN-CAC, em sua maioria, já tiveram contato com algum outro movimento social, portanto, já militavam antes mesmo da existência do CMN-CAC e esta experiência se fez importante para o reconhecimento do CMN-CAC em várias instâncias do Município, mas, sobretudo, para a consolidação do Coletivo como um meio de representatividade feminina negra.

No gráfico que se segue apresentamos o perfil profissional das integrantes do CMN-CAC de acordo com as informações coletadas na data da pesquisa:

Gráfico 1 - As Profissões das Mulheres Negras Entrevistadas



Fonte: Autoria própria, 2021.

⁸ O documentário pode ser acessado na página do YouTube PPGE UNEMAT, acessado em 30 de maio de 2023 disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=a-K-w8MTGmw>.

Por ele, a maioria das mulheres negras entrevistadas nesta pesquisa é composta de professoras que já trabalhavam a temática com o GEPRER. Além disto, são mulheres que já tiveram contato com outros movimentos, como o Movimento Negro do Pantanal. Então, elas já tiveram experiência com a militância, tendo um conhecimento sobre como organizar um movimento social. No entanto, nenhuma das entrevistadas declarou ter vindo do movimento feminista, fator que nos chamou a atenção para a dificuldade que mulheres negras têm em fazer parte do movimento feminista.

Como bem pontua Sueli Carneiro:

[...] para nós se impõe uma perspectiva feminista na qual o gênero seja uma variável teórica, mas como afirmam Linda Alcoff e Elizabeth Potter, que não “pode ser separada de outros eixos de opressão” e que não “é possível em uma única análise. Se o feminismo deve liberar as mulheres, deve enfrentar virtualmente todas as formas de opressão”. A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (Carneiro, 2003, p. 3).

O movimento de mulheres negras não depende apenas na superação do patriarcado instituído na sociedade, visto que a situação é mais ampla que isso, uma vez que o contexto dessas mulheres negras está marcado pela desigualdade racial, de classe e de gênero. Então, pensar num movimento que aborde somente uma questão acaba por excluir outras mulheres.

Considerações Finais

Consideramos que a compreensão da complexidade e diversidade do Coletivo de Mulheres Negras de Cáceres, MT é de fundamental importância e significância para a compreensão da história do município. Saber que saiu deste Coletivo a primeira vereadora negra de Cáceres, MT é algo constituinte das mudanças sócio históricas e culturais que o município tem vivenciado ao longo de seus duzentos e quarenta e cinco anos.

Acreditamos que a potência deste Coletivo está na forma como o mesmo consegue articular a pluralidade étnico-racial e cultural em torno de pautas urgentes, que colocam mulheres negras, indígenas, pantaneiras e aliadas para lutarem juntas pelo empoderamento feminino, por representatividade feminina negra em todas as instâncias, fator que fica evidenciado quando uma das integrantes do Coletivo pontua que o coletivo se preocupa em unir forças com outros movimentos, como o Movimento de Chiquitanas de Porto Esperidião-MT e o Movimento do Quilombo Pita Canudo. Desta forma, ressalta a importância dos movimentos sociais não pensar individualmente, mas sim em agregar forças para lutar contra uma sociedade desigual.

A importância do debate sobre as mulheres negras dentro da sociedade se faz necessário, pois as mesmas foram e ainda são marginalizadas e oprimidas perante uma sociedade que se estabeleceu dentro de uma herança escravagista, patriarcal, e classista, ou seja, diante disso se mostra a urgência de aquilombarmos nossos olhares e nossas práticas sociais cotidianamente.

Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados* 17 (49), 2003.

COLLINS, Patrícia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Trad. Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*. Anpocs, p. 223-244. 1984, Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/j.ctvnpok3f.28.pdf> Acesso em: 30/04/2021.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político econômica. In: LUIZ, Madel (Org.). *Lugar da mulher: Estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOMES, N. L. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HOMEN, Renata. Arte e fé: sincretismo afro-brasileiro. *Revista de Estudos Interdisciplinarios De Arte Y Cultura* / Vol. 1-2014 / Pp. 41-55. 2014, Disponível em: https://www.academia.edu/11658425/Arte_e_f%C3%A9_sincretismo_afro_brasileiro?bulkDownload=thisPaper-topRelated-sameAuthor-citingThis-citedByThis-secondOrderCitations&from=cover_page Acesso em: 23/10/2021.

hooks, bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Trad. Ana Luiza Libânio. 1 Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

MOREIRA, Núbia Regina. *O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo*. 2007. 120 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2007.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. *SUR Revista Internacional de Direitos Humanos*, 24 - v. 13 n. 24, p. 99-104, 2016.

SANTOS, Marcos. Índice de feminicídio aumenta em 2020, e mulheres negras são as principais vítimas. Redação RBA, 2020, Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/09/feminicidio-2020-mulheres-negras/> Acesso em: 07/06/2021.

SANTOS, Claudia Santiago. Escravas do desejo. Estratégias de liberdade e sobrevivência na sociedade escravista. In: *Anais XXVIII Simpósio Nacional de História*. Florianópolis, ANPUH. Disponível: 1427683022_ARQUIVO_artigo-ANPUH.pdf acessado no dia 26/10/2021. 2015.

MEMÓRIAS DE LOURENÇO E PATRIMÔNIO CULTURAL EM CÁCERES: A CANOA DE UM PAU SÓ

Luciano Pereira da Silva¹

Lourenço Pereira Leite²

*O abandono do lugar me abraçou com força.
E atingiu meu olhar para toda a vida.
Tudo que conheci depois veio carregado de abandono.
Não havia no lugar nenhum caminho de fugir.
A gente se inventava de caminhos com as novas palavras.
A gente era como um pedaço de formiga no chão.
Por isso o nosso gosto era só de desver o mundo.
(Manoel de Barros, 2010)*

*É a vida, mais do que a morte, que não tem limites
(Gabriel Garcia Márquez, 1985)*

Lourenço

O capítulo faz emergir a memória do senhor Lourenço Pereira Leite, detentor e conhecedor de diversos saberes e muitos patrimônios. Lourenço se autodeclara pescador profissional tradicional, de terceira geração, e pantaneiro; possui ascendência materna indígena; e, paterna, afrodescendente; é residente na cidade de Cáceres, Estado de Mato Grosso, Pantanal Norte. Na genealogia materna, ele é filho da Sra. Maria Severina, neto da Sra. Joana Socoré, segundo Lourenço, indígena da etnia Guató; e do boliviano

1 Luciano Pereira da Silva é professor do Curso de História da UNEMAT, Campus “Jane Vanini” – Cáceres/MT. Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural. E-mail: lucianopatrimoniomt@gmail.com

2 Lourenço Pereira Leite é pescador profissional tradicional de terceira geração, associado a Colônia Z-2. Membro do Conselho Estadual de Pesca de Mato Grosso pela Associação Xaraiés. E-mail: lourencopantaneiro@gmail.com

Sr. Estanislau, também chamado de Tani ou Surubim (Leite, 2021). Na paterna, é filho do Sr. Ambrósio e neto do Sr. Oscarino e da Sra. Romana, ele nascido em Cuiabá, ela em Rosário Oeste.

Lourenço é possuidor de saberes, fazeres, vivências e experiências sobre diversos temas que remetem à memória social, à história e à materialidade da cultura local. Os patrimônios culturais associados a sua vida, apresentam distintos contextos de salvaguarda e ativação patrimonial³.

Os bens e patrimônios culturais por ele vivenciados são os seguintes: i) a pesca artesanal tradicional de Cáceres, seus saberes, técnicas e materialidades, sobre a qual tramita no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, desde setembro de 2020, o pedido de registro de patrimônio cultural de natureza imaterial; ii) os aterros ou montículos artificiais, que são estruturas milenares de origem indígena, definidos como sítios arqueológicos, e ainda construídos até os dias atuais, nosso interlocutor possui o conhecimento sobre o saber fazer aterros; iii) a canoa de um pau só ou canoa pantaneira, patrimônio cultural de natureza imaterial registrado em Mato Grosso ; iv) a viola de cocho, patrimônio cultural de natureza imaterial registrado nacionalmente e compartilhado com o Estado de Mato Grosso do Sul, que associa-se a festa de São José que seu pai realizava e Lourenço participava; v) a casa de pau a pique, considerada um patrimônio cultural vinculado à arquitetura vernacular. Lourenço tem como projeto construir essa edificação em seu acampamento no Caminho do Peixe, uma das finalidades é mostrar

3 Procedimentos que mobilizam valores atribuídos ao elemento patrimonializado, com propósito de prolongar sua existência, “um processo que depende fundamentalmente dos poderes políticos” (PRATS, 2005, p. 20).

as materialidades importantes da sua vida e fazer um oratório com os santos do seu pai. Esse contexto, ambiente, manejo ambiental e casa de pau a pique, podem ser dimensionados para ideia de Ecomuseu; vi) práticas do catolicismo popular⁴, como o rezar, benzer e curar, as procissões e promessas, que eram de domínio do Sr. Ambrósio; vii) o parto e o partejar, Lourenço e seus irmãos foram todos nascidos pelas mãos de seu pai parteiro, e sua mãe foi também parteira (Silva, 2023).

Os conhecimentos e memórias de Lourenço permitem debater patrimônios culturais em diferentes processos de acautelamento, assim como, práticas culturais em declínio e não mais realizadas. Suas vivências demonstram a extrema e condicionante importância dos territórios e políticas públicas na continuidade, descontinuidade e transformações das manifestações culturais, assim como, a intrínseca relação entre as práticas culturais, as pessoas e o meio ambiente. Essa situação, foi especialmente constatada em decorrência da remoção forçada, que sua família sofreu no ano de 1995, do local de onde viviam desde 1958, decorrente da grilagem de terras nas margens do rio Paraguai, fenômeno este de caráter nacional (Prieto, 2017; Loureiro, Guimarães, 2007). A remoção, quando relacionada aos seus saberes e vida, mostra a existência de patrimônios dissonantes, sombrios, difíceis e de dor (Meneguello; Borges, 2018).

As perspectivas teóricas e metodológicas destacam a concepção de identidade reinventada, em uma sociedade que possui múltiplas formas, na qual o nosso interlocutor ressalta e valoriza os conhecimentos

⁴ Ritos europeus ocidentais que se relacionam com a cultura de matriz africana e indígena.

tradicionais que lhes foram transmitidos, como elementos de distinção e importância, sejam eles indígenas ou negros (Barth, 1998; Tadeu Silva, 2000).

As análises sobre as narrativas de Lourenço amparam-se nas perspectivas do método biográfico, indiciário e da história de vida, para as quais a sua individualidade é referência e princípio para o entendimento do social e coletivo, fundamentando uma etnografia sobre um homem com ascendência étnica indígena e negra, detentor de saberes e conhecimentos diversos (Ginzburg, 2006).

Nesse campo interdisciplinar, em que se cruzam a antropologia, a história, a sociologia, a história da arte, da arquitetura e contemporânea, a arqueologia do passado recente e do presente é uma importante referência. Sobre esta Arqueologia, incide o impacto destrutivo da supermodernidade, termo embasado na revolução da velocidade (Auge, 2002 [1992]). Os casos e quadros, apresentados por Lourenço, configuram micro eventos que se associam à política global, ao nacionalismo, aos camponeses e aos conflitos étnicos, bem como são narrativas alternativas que mostram uma presença engajada, multivocal e simbólica referente às materialidades e paisagens. Ao mesmo tempo, as suas narrativas não banalizam o passado e nem incorrem no risco de saturar a memória (González-Ruibal, 2008).

As narrativas e relatos de Lourenço são formas diferentes de ver o lugar e verdadeiras revelações, as quais são tão importantes quanto a explicação, e mostram uma dimensão pouco conhecida sobre os acontecimentos. Os lugares por ele citados, devido às suas transformações, podem ser pensados, também como *mnemotopoi*, lugares de memória, pois tratam de um passado não ausente (Domanska, 2005).

A arqueologia do passado recente deve ser política, pois ela é memória e presença, sendo esta última, provavelmente, o maior ato político da arqueologia da supermodernidade. Dessa maneira, a memória adquire o sentido de estar próxima às pessoas e em contato não só com elas, mas também com os eventos e sentimentos, tornando as coisas visíveis e contribuindo para a melhor forma de lidar com passados traumáticos (González-Ruibal, 2008).

A canoa de um pau só

A canoa monóxila, ou canoa de um pau só, ou canoa de cocho, é registrada como patrimônio de natureza imaterial, denominada como “Modo de Fazer da Canoa Pantaneira”, Portaria n. 016/2010 do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (SECEL, 2010).

As canoas monóxilas estão diretamente associadas à criação da navegação, por meio de um tronco de árvore escavado. Isso ocorreu em todos os continentes, nos mais longevos tempos e diversas culturas. As suas características são a rusticidade, uso de poucas ferramentas e matéria-prima empregada em sua confecção, versatilidade para variadas demandas e necessidades, vivacidade por milênios, e nos dias atuais, em acelerado ritmo de extinção em todas as regiões do país e do mundo (IPHAN, 2008; Alves, 2013; Nemeth, 2011).

A origem destas canoas remonta ao período mesolítico, quando as comunidades montavam acampamentos para pesca e coleta, considerados como parte do processo de sedenterização sazonal em uma estação específica. Isso ocorreu; posteriormente ao período glacial, entre 30 e 12 mil anos atrás. O fim desse período permitiu a formação dos grandes bosques temperados

do mesolítico na Europa setentrional, no Canadá, nos Estados Unidos, e em regiões específicas do Norte da Ásia e da América do Sul (Nemeth, 2011).

A mais antiga dessas canoas é de pinheiro, possui 3 m de comprimento e 40 cm de largura, tendo sido encontrada no ano de 1955, na Holanda, e datada entre 8.200 e 7.510 anos antes de Cristo. A segunda canoa com maior datação foi encontrada na cidade de Noyen-sur-Seine, na França, e possui entre 7960 ± 100 anos atrás. Na África, a mais antiga embarcação é chamada de Canoa de Dufuna. As análises laboratoriais sugerem que tenha, aproximadamente, 8.000 anos. Esta última não teria sido um princípio de confecção, mas, sim, resultado de um aprimoramento (Breuning, 1996). Por volta de três mil anos atrás, as canoas já eram embarcações fundamentais para as sociedades do Oceano Pacífico.

No Rio Paraguai existem referências do século XVI sobre os Paiaguá, povo que dominou a parte sul desse rio, para o qual a canoa era o “símbolo máximo de representação da cultura”. Segundo as fontes, entre os séculos XVI e XVII, o uso das canoas é citado sem detalhamentos, como dimensões e material utilizado. Já, a partir do século XVIII, pormenores, como agilidade, comprimento, largura e a forma do remo são informados pelos relatos de jesuítas, com a distinção dentre aquelas utilizadas para pesca e viagens cotidianas e outras para guerra. As fontes explicam, também, as técnicas de confecção, caracterizadas por um tronco escavado (Magalhães, 1999, p. 137; Vangelista, 2010, 2015).

Saber fazer

O levantamento sobre a “canoa de um pau só” foi realizado com base nos dados coletados em entrevista

com o interlocutor. A produção desse tipo de embarcação; é um saber pertencente a poucos mestres, cujo conhecimento é transmitido de geração a geração. Estas embarcações retratam a coexistência com o meio ambiente, afetividades com os lugares, sociabilidades entre as pessoas e meio de locomoção essencial.

Os riscos da não perpetuação dos conhecimentos sobre o modo de fazer da canoa de um pau só, mostram interfaces com a territorialidade, políticas públicas lesivas à pesca artesanal e legislação ambiental que restringe o acesso às matérias-primas. Dessa maneira, a manutenção da pesca profissional, a sustentabilidade no acesso aos troncos de árvores, a revitalização e valorização para reprodução e manutenção dessa prática cultural são pontos-chave (Németh, 2011).

Os propósitos e as problemáticas que envolvem a canoa de um pau só em Cáceres remetem às seguintes perspectivas: i) compreendê-la, conceitualmente, no campo da cultura material; ii) conceber que tais embarcações refletiram a sociedade local, sua organização e representações, e que esse conjunto configura um símbolo estabelecido do grupo de detentores; iii) entender que as narrativas, com Lourenço levantadas, corroboram também com outras práticas culturais e conhecimentos, sobre os quais nomes de lugares, roças, plantas e manejo ambiental são vislumbrados (Maldonado, 2001; Németh, 2011).

Os levantamentos sobre a “canoa de um pau só”, realizados com Lourenço, metodologicamente, foram subsidiados com as imagens que constam no livro “*Manaã: etnomatemática e o saber cultural do pantaneiro construtor de canoas*” (Victorino, 2013 [2006]). As indagações feitas tiveram por orientação o *Manual*

de Aplicação do Programa Mais Educação do IPHAN (2013), no que diz respeito aos quesitos contidos na categoria e ficha de objetos, a qual segue duas linhas de questionamentos: i) identificação: nome, imagem, o que é, onde está, períodos importantes, história, significados; ii) descrição: pessoas envolvidas, materiais, técnicas ou modos de fazer, medidas, atividades relacionadas ao objeto, manutenção, conservação, avaliação.

Lourenço aprendeu a confeccionar a “canao de um pau só” com seu pai, o Sr. Ambrósio, o qual, segundo o nosso interlocutor, teria aprendido as técnicas na Fazenda Porto do Campo, no Rio Sepotuba, depois de ali morar até, aproximadamente, seus 20 anos de idade, no Rio Cabaçal, no lugar outrora conhecido como Lobo. Na Fazenda Porto do Campo, conheceu a Sra. Maria Severina, sua esposa, que ali nasceu, depois de casados mudaram-se para a Comunidade do Alegre. Questionado com quem seu pai teria aprendido esse ofício e se os irmãos de sua mãe, Maria Severina, os senhores Evilázio, João e Sebastião, produziam canoas de um pau só, o interlocutor respondeu não saber com quem seu pai teria aprendido o ofício e que seus tios também eram construtores de “canao de um pau só” (Leite, 2022 apud Silva, 2023).

Lourenço, pelo que se lembra, conduziu sozinho uma canoa, pela primeira vez, aos 5 anos de idade, no ano de 1975. Sobre essa experiência, ele diz: *“quando soltaram, eu comecei a rodear sem medo de fazer o que estava fazendo, tentando aprender sem medo, como se fosse uma criança. Ia entrar com medo? Eu não, eu entrei sem medo”*. A última vez que Lourenço utilizou esse tipo de canoa foi em 1995/1996, posterior à remoção do local onde vivia com sua família. Ele esclareceu que, mesmo após a remoção, sob ameaças e

por necessidade, sua família frequentava o lugar em que moravam e pescavam. Isso ocorria para “*comerem a semana toda*” na cidade, chegavam na madrugada, pescavam durante o dia e saíam de madrugada. Nestas oportunidades, o interlocutor e sua família usavam três canoas, deixadas no local onde moravam, para pescarem. Foram elas destruídas pelo novo proprietário da fazenda, com a finalidade de impedir que eles voltassem ao lugar e as utilizassem. Fato é que, nessas ocasiões, eles aproveitavam para também colher cará, que haviam plantado para fazer a “*mistura*” com o peixe (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 348).

Este é um outro aspecto marcante da relação entre a canoa, o patrimônio cultural e a territorialidade, neste caso, afetando negativamente a segurança alimentar, para além, logicamente, de outros fatores diversos, incluindo aqueles psicológicos.

Lourenço afirma que para a confecção de canoas por sua família utilizavam como instrumentos de medida o cipó de imbé e uma garrafa branca, essa última funcionava como nível, informando que não utilizavam a trena, o metro, o compasso e o nível. O cipó e o nível permitiam traçar as linhas (no total 25, sendo uma a linha mestre) necessárias para realizar os cortes da canoa (Victorino, (2013 [2006]; Németh, 2011).

Quanto à matéria-prima das linhas, feita de algodão, era embebida em substâncias associadas a sua capacidade de perenidade e que, segundo o Sr. Ambrósio, tinham duas denominações: i) a de urucum e jenipapo, que produz a “linha correta” e permanente; ii) a de carvão amassado, a “linha mentirosa”, que borra. O alinhamento de jenipapo era “bem fixo”, resistente à água das chuvas. O pai de Lourenço, não recomendava acompanhar a linha mentirosa para “bater o machado”,

mas, caso isso ocorresse, o corte deveria ser feito “*um pouco acima da linha*”, para evitar um erro incontornável (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 368). Sobre o urucum e o jenipapo, é importante considerar seus múltiplos usos, como o da tintura para pintar as bandeiras da festa de São José. Para além desse uso tecnológico, são utilizados na culinária; o jenipapo, para se fazer licor e doces, e o “*colorau, que a gente chamava de urucum*”.

Sobre a totalidade da cadeia operatória, tão somente mencionamos; que para fazer a “canoa de um pau só” totaliza-se por volta de trinta procedimentos (Victoriano, (2013 [2006], Németh, 2011).

Outra forma de confecção da produção da “canoa de um pau só”, conhecida e usada por seu pai e que Lourenço acompanhou o fazer por três vezes, concebia o nome de canoa de fogo. A técnica era a mais primordial para manufatura dessa embarcação, de longuíssima duração; e com o uso do fogo, que tinha como propósito auxiliar e facilitar a etapa de escavação, em outras palavras, a debitage ou extração interna da madeira do tronco. Dessa maneira, criava-se a cavidade necessária para transformar o tronco da árvore em canoa, desde a época em que as ferramentas de metal não existiam. Essa técnica é comprovada por meio de fontes documentais e iconográficas (Alves, 2013; Lins Júnior 2015).

Segundo Lourenço, a diferença entre a canoa de fogo e aquela exclusivamente escavada está na durabilidade superior da primeira. O modo de fazer desta última era semelhante à da primeira, o tombamento, as medidas e linhas e o tronco escavado, mas sem o efeito do fogo. Contudo, o processo da primeira era mais “demorado”, pelo fato de que o “*fogo não podia ser muito, tinha que ir devagar [...] ficar cuidando e ia escavando*”.

De forma alguma, podia haver excesso de fogo, o qual era colocado e retirado. Trata-se de uma técnica semelhante ao fazer o pilão e a gamela, sendo que o Sr. Ambrósio havia “*feito vários*” com as sobras das madeiras. A durabilidade do pilão feito com fogo é igualmente maior que aquele apenas “*cavado*” (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 382).

O uso do fogo para fazer canoa de fogo era paulatino e localizado, sendo colocado “*nas partes*”, o Sr. Ambrósio utilizava, com bastante frequência, a taquara seca para queimar. A sequência era a seguinte: coloca o fogo, apaga o fogo, “*cavouca*” a madeira, coloca fogo em “*outro pedaço*”, “*cavouca*” e apaga novamente. Isso tornava o processo moroso (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 382). O objetivo dessa técnica de queima era “*tostar a madeira*”, aumentando-lhe a durabilidade; e obter resultado estético marcante, apesar de tornar o trabalho com a madeira mais árduo. Em suas palavras:

[...] a canoa fica meio manchadona e bonita [...], mas ela não cava fácil, porque ela vai tostando a madeira. [...] fica meio brilhosa, nunca fica uma canoa branca, fica assadinha, tostada, que nem chifre, quando fica alumian-do, parece que esfregou um trem nela, muito bonita, é trabalhoso, mas dura bastante. (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 382).

Enquanto uma “*montaria*⁵ boa de 4,5 m”, a “*canoa cavada*” demorava uma semana para ser feita, e a de fogo levava um tempo muito maior. A diferença temporal entre a confecção das canoas, não se deve apenas aos processos de queimar e escavar a madeira, como podemos ver no relato do Lourenço sobre o modo de produção do pai, Sr. Ambrósio:

5 Denominação do interlocutor para canoa utilizada apenas para pescar.

Não fazia de madeira verde, meu pai derrubava na minguate, três dias depois da minguate de agosto. Esperava-se a hora que caíssem todas as folhas, derrubava ela (a árvore) e não fazia o aparamento, que era no machado, era o dia inteiro para fazer, você derruba, aí tem que torar ele (o tronco) retinho, não é muito difícil torar no pé, que normalmente é mais grosso. Dá mais trabalho, é o dia todo para fazer o acabamento de uma tora, aí que você vai tratar. (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 382).

O uso do fogo ocorria apenas cento e vinte dias depois de se “tombar” a árvore, porque, segundo o interlocutor, isso facilitava a queima da madeira. A canoa confeccionada com uma madeira retirada na fase lunar adequada, como o cedro e a araputanga, mais conhecida por mogno, por exemplo, poderia durar por mais de 10 anos de uso; e, quando feita com o fogo, esse tempo poderia ser dobrado, chegando a 20 anos de uso (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 383).

Os apontamentos do interlocutor sobre a produção das canoas com o uso do fogo dizem respeito aos seguintes aspectos: a similaridade com outros objetos, utilizando-se a mesma técnica; a forma de utilização do fogo; a matéria-prima adotada para combustão e queima; a estética, a durabilidade, os ciclos naturais e lunares como fatores de influência.

Sobre o último aspecto, os ciclos naturais, trata-se de um tempo cíclico, que não se refere àquele marcado nos relógios, nem a uma cronologia temporal linear. Por esse motivo, as chuvas, a estiagem e a seca, o nível dos rios e os ciclos da lua regulavam a vida das pessoas em um sistema anual, condicionado às alterações naturais. Com relação a tais elementos,

é evidente a influência de fatores ambientais, ecológicos e simbólicos (Evans-Pritchard, 1999), que, no contexto de Lourenço, somam-se aos políticos, no que tange, em especial, ao processo de desterritorialização sofrido por ele, sua família e comunidade com a qual estabeleciam suas relações sociais. A remoção do lugar onde viviam alterou e em larga medida, suprimiu o sistema no qual viviam.

Os fenômenos naturais mostram uma dimensão cíclica, com a qual combinam-se atividades e tarefas a serem desempenhadas no tempo e no espaço, as funções motoras e movimentos corporais que norteiam estruturalmente a vida social em comunidade (Ingold, 2012). Isso é identificado entre os mestres construtores das canoas, em relação à cadeia operatória dessa atividade, na qual a “[...]cadeia operacional está presente na mente [...]”, seguindo “[...] todas as sequências no melhor ritmo [...]” e fundamenta dois pontos, a “[...] reconstituição da série lógica e observação viva [...]”. Nesse sentido, a cadeia operacional esclarece fatos, como a especialização e condições sociais de trabalho (Balfet, 1991, p. 13).

Em termos teóricos, é importante destacar que a produção da “canoa de um pau só”, corresponde à concepção de técnica. Essa perspectiva é compreendida como ato transformador da matéria em outra coisa (Mauss, 2003 [1934]), pensamento corroborado por Leroi-Gourhan (2002 [1965]), ao ressaltar que a técnica é a conversão e transformação inerente do ator, a ligação entre o agente, o ambiente e os recursos naturais existentes. Para esse arqueólogo, o gesto humano e a ação dos artefatos são indissociáveis, em especial, pelo fato de que a técnica é um ato essencialmente humano, sobre a qual podemos dizer que a ferramenta existe em

razão do gesto, é uma forma de conexão e escolha técnica. Mauss (1991) influenciou autores como Creswell (1996) e Lemonnier (2013), para os quais o corpo é concomitantemente objeto técnico e meio técnico. A concepção de técnica vincula-se aos signos expressos e enunciados, demonstra caráter sistêmico e é contextualmente estruturalista (Lévi-Strauss, 1998), quando refletida em termos de cadeias operatórias como etapas, ações e resultados (Lemonnier, 2013). A antropologia da técnica analisa a transformação e a ação que o corpo efetiva sobre a matéria e a materialidade que fazem parte das sociedades e da vida humana (Ingold, 2000; Coupaye, 2017; Miller, 2007; Tavares de Pinho, 2019).

A memória social é o que possibilita ao ser humano o advento da cadeia operatória e, por conseguinte, a composição de atos mais sofisticados e complexos, e é isso que as narrativas de Lourenço apresentam e nos esclarece.

O fazer a “canoa de um pau só” altera o tempo e o espaço do grupo social e os mestres envolvidos nesse processo, implicando na alteração da rotina e do ritmo de vida do grupo. Essas mudanças ocorrem porque o saber condiciona o fazer, os fatores ecológicos e as técnicas adotadas para a transformação da matéria influenciam, assim, a estruturação do indivíduo socialmente, por meio de práticas (Baudrillard, 2012; Sautchuk, 2007; Tavares de Pinho, 2019).

A narrativa de Lourenço sobre o saber fazer a “canoa de um pau só” envolve todo o processo de sua confecção, desde a observação do melhor tronco, o cipó para as medições e as ferramentas utilizadas, assim como as rezas e os pedidos, antes de sair de casa, para que o trabalho fosse bem-sucedido. As técnicas e os costumes são praticamente os mesmos, desde os mais

remotos tempos, tendo sido o nível adaptado com uma garrafa, e os outros instrumentos industriais, como o trado e o formão, inovações em termos de ferramentas para o manuseio da matéria-prima no processo técnico da cadeia operatória.

A trajetória nos caminhos dos conhecimentos sobre as técnicas para confecção da “canao de um pau só” foi ampla para Lourenço, envolveu um processo de formação, desde criança até quando permaneceu no local onde nasceu, no rio Paraguai, de 1970 até o ano de 1995. A sua atuação nessas produções foi, na maior parte das vezes, como ajudante de seu pai – mestre-, embora, em uma circunstância, tenha feito uma canoa com seu irmão José Heleno, sem o auxílio do progenitor.

Lourenço esclarece pontos relacionados à confecção e qualidade da “canao de um pau só”, mas, também sobre a sua comercialização; informa comerciantes locais e enfatiza que realizavam, de forma constante, o plantio de mudas de árvores que seriam destinadas para confecção da canoa, em outras palavras, o manejo sustentável.

Lourenço informou ter ajudado seu pai a “fazer mais de 20 canoas” as quais eram trocadas “por serviço, às vezes, ele [o sr. Ambrósio] deixava de fazer alguma coisa e sabia que o pessoal ia fazer, sabiam que ele fazia [a canoa] bem feita e ele dizia “eu vou lá fazer” e trocava o dia”. Mas, também; esclareceu que por vezes, fazer a canoa tinha por finalidade ajudar aqueles que chegavam na região e não possuíam canoa.

As canoas também tinham por destinação serem trazidas “para vender na cidade, três e até quatro canoas”. Elas eram vendidas e vinham repletas de “trem, coisas e mantimentos” para aproveitar o deslocamento. As embarcações eram adquiridas por dois comerciantes que as revendiam, sendo eles os senhores Modesto

e Totozinho, este último morador na Rua da Manga, e que também “comprava poaia, [...], comprava de tudo, mel [...]” (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 371). Os peixes da espécie pacu eram trazidos ainda vivos, para serem comercializados na cidade, com o sr. Jacobina, que possuía um estabelecimento na Praça Major João Carlos. Os peixes eram colocados dentro de jacás confeccionados pela mãe de Lourenço, os quais eram equidistantemente fixados nas laterais da canoa.

A “canoa de um pau só” é representativa da carpintaria naval, incorpora debates relevantes no âmbito da Antropologia da Técnica, comporta a história e memória social local e é um patrimônio cultural acautelado. A estratégia de pesca associada a esta canoa denomina-se carrerear, bem como; nomeia os territórios tradicionais de pesca, denominados “estirão de carrerear”. Essa técnica consiste em jogar a linha em frente ao barco e remar com as mãos “[...] era só com a posição da canoa de polpa para cima e a proa para baixo [...] O carrerear acabou, é uma forma bastante exigente, tem que ser canoa pequena para controlar certinho, normalmente, era canoa de um pau só” (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 167).

A haliêutica ou arte da pesca é um universo complexo e tradicional, desenvolvida por meio de práticas, saberes, conhecimento e estratégias de pesca. As práticas culturais da pesca tradicional, ocorrem a partir de conhecimentos transmitidos de geração para geração em territórios historicamente constituídos. A reprodução cultural da pesca é assegurada com a manutenção da pesca tradicional. Essa combinação de “historicidades, territórios, conhecimentos e identidades atuam conjuntamente na constituição da arte da pesca – haliêutica (...)” (Wagner; Silva, 2022, p. 42).

Figura 1 - Canoa de um pau só, Colônia Z-2: parte superior e parte inferior (2017)



Fonte: SILVA, 2023

O passado, presente e futuro da “canoa de um pau só”

As práticas e sentimentos que permeiam a construção da canoa ficam evidentes na resposta dada pelo interlocutor para a pergunta: “o que é a “canoa de um pau só”?, a qual mostra afeto, reconhecimento, sensações, emoções, vivências, experiências e usos, como visto, a seguir:

A canoa, para mim, que ainda sou apaixonado por ela, e nasci, bem dizer, dentro de uma canoa, ela é o braço, a mão, a perna, é tudo para mim. Era com isso que nos locomovíamos, pensávamos, tirávamos o sustento, era de dentro dela, navegava, andava para tudo que é lugar para dar acesso a outros territórios, era nela, na canoa, para mim é tudo isso. (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 390).

Em torno do acautelamento da canoa pantaneira, segundo a denominação de registro como patrimônio de natureza imaterial em nível estadual, a Superintendência de Preservação do Patrimônio

Histórico e Museológico da Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso - SECEL/MT, informou não haver um plano de salvaguarda deste bem cultural, contudo, ressaltou existir diálogos e interesse para que isso ocorra (SECEL, 2022).

Dentre os entraves para a salvaguarda da canoa, podemos citar: os aspectos que envolvem a extração de madeira para sua confecção; a falta de informações sobre os detentores desse saber fazer; no Pantanal; o envelhecimento e falecimento dos mestres. Nesse sentido, a salvaguarda desse bem cultural; deve ser pensada em consonância com o tempo que passa.

Sobre o primeiro ponto, a extração de madeira, uma das alternativas cogitadas é a produção de mudas em escala industrial e o plantio “ao longo do ano, em grandes eventos, em datas festivas (cívicas e religiosas), com ações de educação patrimonial, em locais degradados de margens de rios e matas tradicionais” (SECEL, 2022)

Considerando as espécies de árvores utilizadas para confecção da “canoa de um pau só”, uma das possibilidades imediatas é o uso daquelas já mortas, desde que haja a necessária comunicação para as instituições. Em Cáceres, os grandes incêndios de 2020 fizeram com que muitas destas espécies queimassem e morressem. Lourenço situou três baías onde isso ocorreu, nas quais, em suas palavras, “tem muita madeira morta na beira do rio que dá para fazer canoa”, como guanandi e cambará, e sobre a durabilidade do guanandi, afirmou que:

É pau para toda a vida rapaz, fazer uma canoa de guanandi bem feita, com aquela que está no seco, vai ter madeira para pescador por séculos e séculos, porque a gente vai ter que tomar cuidado com elas, acabar de usar e pôr para dentro de casa. (Leite, 2022 apud Silva, 2023, p. 426).

Nesse sentido, duas perspectivas são lançadas: o uso e aproveitamento dos troncos das árvores mortas; a indicação de lugares que demandam restauração vegetal, caso o plano de produção das mudas aventado pela SECEL se cumpra.

Sob outro aspecto, a revitalização do uso da “canoa de um pau só”, possui relação com as mudanças climáticas ou crises climáticas, mais especificamente, em decorrência do efeito das chuvas descontroladas e concentradas, que sujam as águas, por esse motivo, os peixes se deslocam para dentro das matas. Com propósito de contornar a situação, a realização da pesca no interior das matas torna-se pertinente, e com “a canoa de um pau só é muito melhor, não faz barulho, desliza mais fácil no mato, ela é muito mais viável” (Leite, 2022 apud Silva, 2023, P. 415; Costa; Silva, 2021)

O fazer a “canoa de um pau só” demonstra uma infinidade de singularidades culturais, as quais não são evidentes, difundidas ou recorrentes no mundo contemporâneo, representando uma forma autônoma e diferenciada de coexistir no mundo ocidental moderno (Abreu, 2005).

Os desafios impostos, em um mundo cada vez mais homogêneo, para a sobrevivência e manutenção das tradições, dos costumes e das manifestações culturais intrínsecas à existência da canoa, estão relacionados ao fato de eles deixarem de serem praticados, direta ou indiretamente, de maneira forçada, ao longo do tempo. E, com isso, as sociabilidades, a coexistência holística e sustentável com os lugares e o ambiente foram sendo, paulatinamente, desabilitadas para essa prática do saber fazer e usar a canoa. Isso ocorre em razão de um mundo crescentemente mercantilizado, desterritorializado para as comunidades e com regramentos legais

que destituem tais grupos sociais de seus modos e formas de viver. Nesse sentido, indaga-se: qual é o papel das instituições no processo de gestão compartilhada, pesquisa e salvaguarda de bens culturais que demandam acautelamento e daqueles já patrimonializados.

Referência Bibliográficas

ALVES, Francisco J. S. A tradição monóxila náutica em Portugal e no Brasil: achegas para um debate sobre problemáticas comuns. *In*: CAMPOS, Juliano Bitencourt; ZOCHE Jairo José; CEREZER, Jedson Francisco e OOSTERBEEK, Luiz Miguel (Orgs.), *Arqueologia Iberoamericana e Transatlântica: Arqueologia, Sociedade e Território*. Instituto Terra e Memória (ITM) e Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), Habilis Editora, Erechim, RS. 2013. p. 263-297.

AUGE, Marc. *Los no lugares: Espacios del anonimato, una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Gedisa. 2002 [1992].

BALFET, Hélène. Des chaînes opératoires, pour quoi faire? *In*: BALFET, Hélène. *Observer l'action technique: des chaînes opératoires, pour quoi faire?* Paris: Centre National de la Recherche. p. 11-19. 1991.

BARTH, Frederik. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In*: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 187-227.

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BREUNIG, Peter. The 8000-year-old dugout canoe from Dufuna (NE Nigeria). In: PWITI, G. and SOPER, R (Eds.). *Aspects of African Archaeology. Papers from the 10th Congress of the PanAfrican Association for Prehistory and related Studies*. University of Zimbabwe Publications, Harare, p. 461-468, 1996.

COUPAYE, Ludovic. Cadeia operatória, transectos e teorias: algumas reflexões e sugestões sobre o percurso de um método clássico. In: SAUTCHUK, Carlos E. (Org.). *Técnicas e transformações: perspectivas antropológicas*. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017. p. 495-475.

COSTA, Manuela A., SILVA, Luciano P. Mudanças climáticas e patrimônio cultural de povos indígenas e comunidades tradicionais no Pantanal. *Patrimônio e Memória*, Assis, UNESP, v. 17, n. 2, p. 103-123, julho-dezembro de 2021.

CRESWELL, Robert. *Prométhée ou Pandore? Propos de Technologie Culturelle*. Paris: Éditions Kimé, 1996.

DOMANSKA, Ewa. Toward the archaeontology of the dead body. *Rethinking History* n. 9, p. 389-413, 2005.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os Nuers: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to destroy: an archaeology of supermodernity. *Current Anthropology*, v.49, n.2, p.247-279. 2008.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and Skill*. London, Routledge. 2000.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 25-44, jun. 2012.

IPHAN. Museu do mar: São Francisco do Sul - SC. *Série Preservação e Desenvolvimento. Monumenta*. Brasília: IPHAN, 2008.

IPHAN. *Educação Patrimonial: Manual de aplicação: Programa Mais Educação*. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

LEMONNIER, Pierre. Cadeias operatórias míticas. *In: Amazônica: Revista de Antropologia*, Belém, v. 5, n. 1, p. 176-195, 2013.

LEROI-GOURHAN, André. *O Gesto e a Palavra 2*. Lisboa: Edições 70. 2002 [1965].

LÉVI-STRAUSS, C. *Tristes trópicos*. Trad. de R. F. d'Aguiar, São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

LINS JÚNIOR, Hamilton Marcelo Moraes. *Arqueologia marítima: a evolução da canoa monóxila em Pernambuco, Brasil (séc. XVI – XX)*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Recife, 2015.

LOUREIRO, Violeta; GUIMARÃES, Reflexões sobre a pistolagem e a violência na Amazônia. *Revista Direito GV*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 221 – 246. 2007.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Payaguá: Senhores do Rio Paraguai*. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. 1999.

MALDONADO, Wanda. *Da mata para o mar: a construção da canoa caiçara em Ilabela/SP*. Dissertação (Mestrado) Programa de pós-graduação em ciência ambiental (PROCAM) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2001.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003 [1934].

MAUSS, Marcel. *Techniques, technology and civilization*. New York: Durkheim Press/ Berghahn Books. 1991.

MENEGUELLO, Cristina; BORGES, Viviane. Patrimônio, memória e reparação: a preservação dos lugares destinados à hanseníase no estado de São Paulo. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 345-374, julho-dezembro, 2018.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 33-63, jul./dez. 2007.

NÉMETH, Peter Santos. O feitiço da canoa caiçara de um só tronco: A cultura imaterial de uma nação, em 25 linhas. *Dossiê para instrução de processo de registro de bem cultural de natureza imaterial junto ao IPHAN*. São Paulo: IPHAN, 2011.

PRATS, L. Concepto y gestión del patrimonio local. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 21, p. 17-35, 2005.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, n. 26, jan. 2017.

SAUTCHUK, Carlos. *O arpão e o anzol: técnica e pessoa no estuário do Amazonas (Vila Sucuruji, Amapá)*. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SILVA, Luciano P. *Memórias de Lourenço: aterros, territorialidade e patrimônios culturais no Pantanal*. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas, 2023.

SECEL. Secretaria de Estado de Cultura, Esporte e Lazer de Mato Grosso. Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico e Museológico. *Parecer Técnico para tombamento da Canoa Pantaneira n. 011/2010*. 2010.

TADEU SILVA, Tomaz. A produção social da identidade e da diferença. In: TADEU SILVA, Tomaz. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 73-102.

TAVARES DE PINHO, Luís Miguel. *Individação técnica: estudo antropológico sobre técnicas de construção de canoas de borda lisa na Costa da Lagoa, Florianópolis/SC*. Dissertação (mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Florianópolis, 2019.

VANGELISTA, Chiara. Payaguá. In: Chamorro, Graciela & Combès, Isabelle (Org.). *Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais*. Dourados, MS: UFGD, p. 147-156. 2015.

_____. Os Payaguá e o Rio Paraguai: uma fronteira étnica aos limites dos impérios ibéricos. *Revista Eletrônica Documento Monumento*. NDHIR. Universidade Federal de Mato Grosso, v. 3, n. 1, p. 136-149, dez. 2010.

VICTORIANO, Celso Ferreira da Cruz. *Manaã: Etnomatemática e o Saber Cultural do Pantaneiro Construtor de Canoas*. Curitiba: Editora CRV. 2013 [2006].

WAGNER, Gustavo. SILVA, Lucas. Pesca historicizada. In: SILVA, L.; WAGNER, G. *Imagens da Pesca: Uma Etnografia Arqueológica na Região das Lagoas do Rio Grande do Sul*. Madrid: JAS Arqueológica, 2022, p. 36-47.

DO MENINO DIMAS A SÃO DIMAS: RELIGIOSIDADES EM TEMPOS DE FÉ NA CIDADE DE CÁCERES-MT

Maria do Socorro de S. Araújo¹

Ana Lúcia Duarte²

Figura 1 - Imagens do túmulo de “São Dimas” (Dimas),
no Cemitério São João Batista, em Cáceres/MT



Fonte: <https://www.zakinews.com.br/noticia.php?codigo=12310> Acesso 01/05/2023

- ¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Professora do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da UNEMAT – Profhistória/UNEMAT – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. Coordenadora do Curso de Licenciatura em História (modalidade a distância). Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Cáceres/MT. Correio eletrônico: socorroaraujo@unemat.br
- ² Graduação em História e Mestra em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Profhistória/UNEMAT – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. Professora de História da Escola Estadual Deputado Dormevil Faria Seduc/Pontes e Lacerda e Bacharelado em Direito pela UNEMAT, Campus de Pontes e Lacerda. Correio Eletrônico: luduarte_cac@hotmail.com.

Este artigo se deriva de um trabalho de investigação acadêmica do Curso de Licenciatura Plena em História e versa sobre práticas de religiosidades que conferem a um adolescente por nome Dimas Alessandrino Esteves, a condição de santidade, mesmo sem nenhum processo de canonização. Dimas teve uma “breve” passagem pela Terra, falecendo no início da adolescência, quando contava apenas com 14 anos de idade.

A história que a cidade conhece sobre ele é constituída de virtudes, levando alguns grupos sociais locais a crerem que sua alma se “elevou aos céus”, sobretudo, pelo drama que viveu quando acometido por uma enfermidade tetânica, nos idos de 1925. As condições de “criança” resignada, obediente, religiosa, paciente, amorosa, entre outros princípios para a prática do bem, são condições singulares que embasam a crença de sua “santificação popular”. Ainda que Dimas não tenha sido canonizado pelos preceitos do Vaticano, culturalmente, a memória coletiva da população cacerense reconhece e o consagra como o “protetor dos estudantes”.

Dar a conhecer essa “história” de sacralização é que nos instigou à pesquisa, pois nos causava certa curiosidade e a vontade de saber sobre o fato de muitas pessoas, especialmente estudantes e seus familiares, buscarem na “proteção” de São Dimas, soluções para seus limites e angústias, no decorrer da formação escolar ou acadêmica.

Não como verdades absolutas, mas como indícios do passado (recente ou remoto), os historiadores interpretam o tempo pretérito embasados em fontes documentais. Assim sendo, para produção desta narrativa, tivemos acesso a um folheto-documento de natureza biográfica, nos enviado de Corumbá/MS pela família de Dimas Alessandrino e, pela sua singularidade,

mereceu apreço especial, uma vez que a autoria se remete a uma autoridade religiosa.

Além dessa peça documental, foram consultadas edições do Jornal *A Razão*³, como também outras informações em conversas amistosas, considerando a memória coletiva que circula nos espaços socioculturais de Cáceres. Em termos de efetivação da pesquisa, oportunamente, foram feitas visitas ao Cemitério Municipal São João Batista com o intuito de observar e conhecer narrativas religiosas e o uso de imagens iconográficas, visando compreender melhor os acontecimentos.

Como percurso da pesquisa, além dessas primeiras investidas, visitamos o Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá) e o Arquivo Público Municipal de Cáceres, na iminência de encontrar outros documentos que apontassem situações viáveis para a realização do trabalho. Mas, dentre os caminhos percorridos, o de certo contentamento, e por isso os mais afáveis, foram algumas visitas realizadas ao túmulo de Dimas, no cemitério São João Batista, localizado na cidade de Cáceres. Isso não quer dizer que as tomamos como fontes documentais, mas como procedimentos metodológicos para traçar um arranjo da investigação e produção desta narrativa.

Lá, por uma série de observações, pudemos conhecer práticas ritualísticas que pareciam traduzir-se como uma sintonia entre o Céu e a Terra. Com olhares atentos e discretos, ao mesmo tempo; pudemos compreender que “a religião cria, mantém e opõe os mundos; seus símbolos míticos demonstram no que esse mundo se baseia, quais são suas forças opostas, quais mundos ocultos residem além ou dentro da vida cotidiana”. (Bisson, 2000, p. 214).

³ Especialmente, o Jornal *A Razão*, em suas publicações compreendidas entre os anos 1920 e 1930.

Em uma dessas visitas, acompanhando detalhadamente o intenso movimento dispensado ao local do sepultamento de Dimas, no dia 2 de novembro de 2005, nos deparamos com um episódio que o francês Jacques Revel chama de excepcional-normal, que nos pareceu bastante raro e caro, daí considerarmos oportuno fazer aqui um registro:

- Mãe, por que aqui tem tanta gente?
- É porque ele é santo.
- Mas ele tá aí mãe?
- Tá... morto.
- É que só vira Santo depois que a gente morre.
- Então, quando eu morrer vou virar Santo?
- Depende. Se você for bom, só praticar o bem, gostar de Deus, vai sim.⁴

Essa escrituração acima é o desenho de um diálogo breve entre uma mãe e seu filho de, aproximadamente, 4 anos de idade, que procurava compreender o evento que testemunhava e decifrar o lugar que visitava. Na fala da mãe, que talvez nem lhe fosse muito perceptível, se esculpia um discurso pedagogizante, no qual as práticas de religiosidade estariam entrecruzadas de criações e recriações inscritas e manifestadas nas condutas humanas. Assim, a religiosidade ganha força nos dispositivos que operacionalizam os códigos de elaboração do ato de crer, na medida em que as pessoas se predispõem a compartilhar as significações que estão em jogo.

As virtudes que a mãe apontou ao filho como sendo indispensáveis à santificação de alguém, por vezes, tornam uma história comum que se ouvia com frequência desde a mais tenra idade, nas quais as práticas discursivas ganham efeitos de verdade quando produzidas

⁴ Diálogo extraído da observação realizada no Cemitério São João Batista, em 02 de novembro de 2005.

pelas instituições religiosas, familiares e escolares, entre outras representações socioculturais. O ato de repetições vai se caracterizando como convicções que moldam as crenças, estabelecem a fé e a incorpora com um caráter de naturalidade.

Na conversação entre mãe e filho, destacamos especialmente o seu final: “Então, quando eu morrer vou virar Santo? Depende. Se você for bom, só praticar o bem, gostar de Deus, vai sim”. Este fragmento da conversa dá visibilidade às condutas pessoais que se remetem às aprendizagens construídas entre os sujeitos envolvidos, que, de um lado está a mãe se comportando como alguém que ensina, porque prescinde de uma experiência vivida; do outro está o filho predisposto a compreender o mundo que lhe está disponível, dado a conhecer. Nessa relação de reciprocidade, embora ocupando níveis distintos de percepções de mundo, mãe e filho participam de uma construção mítica acionando signos da fé cristã, que, viabilizada pelas construções imaginárias, produzem leituras sobre o mundo.

Numa outra perspectiva de análise, quando a mãe diz: “Depende. Se você for bom, só praticar o bem, gostar de Deus, vai sim”, remetendo não ao diálogo como conversa, mas ao diálogo enquanto linguagem instrumental de pedagogização da criança como modelo disciplinador de condutas, pressupondo a demarcação efetiva dos campos de força a que estão submetidos.

Por essa ótica, é possível afirmar que o mundo não é algo pronto, que se transforma em herança a ser repassada entre gerações ou encontradas por acaso, mas uma peça que é construída, esculpida, tecida, pintada, inventada e inventariada por múltiplas mediações das linguagens que articulam signos e povoam o imaginário das pessoas.

Portanto, a ideia de santificação do menino Dimas, anunciando e exaltando virtudes para além de sua idade, é uma construção litúrgica que vai sendo produzida em sucessivas cenas ritualizadas de consagração, que confere a ele um grau de santidade, nas quais as pessoas crentes partilham a invisibilidade desses mundos e os representam nos ritmos de suas atitudes expostas nas relações de convivência com os outros.

Percorrendo documentos, atitudes, espaços sociais e procedimentos metodológicos que ajudassem a traçar olhares sobre o assunto em questão, buscamos algumas leituras bibliográficas e, entre elas, um autor nos aponta o ato de pesquisar em história,

[...] é preciso desviar os olhos dos objetos naturais para perceber uma certa prática, muito bem datada, que objetivou sob um aspecto datado com ela; pois é por isso que existe o que chamei anteriormente, usando uma expressão popular, de parte oculta do iceberg porque esquecemos a prática para não ver senão os objetos que a reificam a nossos olhos. (Veyne, 1998, p. 243).

Nessa ponta do iceberg não correspondida à dimensão do *corpus*, como diz Veyne, é que foi se desenhando o mapeamento da pesquisa, sendo necessário um mergulho nas leituras e nas observações sobre o tema para construir uma lógica de compreensão dos fenômenos discursivos que produzem convicções e encantam alguns grupos sociais da cidade.

Nessa perspectiva, apresentamos uma discussão sobre a produção da “santidade” do menino Dimas, da forma como fora produzido o discurso que o consagrou, bem como seus desdobramentos e manifestações e, sobretudo, como esses aspectos se fizeram e se fazem circular até hoje no imaginário das pessoas.

Percorrendo o documento nas teias da historicidade

Cáceres, uma cidade bicentenária, situada à Oeste do estado de Mato Grosso, especialmente à margem esquerda do rio Paraguai, distante 210 km da capital Cuiabá, teve seu assento ainda no século XVIII, como uma investida lusitana demarcadora dos limites geopolíticos entre as Coroas portuguesa e espanhola. Como demarcação territorial, a fundação do lugar, inicialmente, recebeu o nome de Vila Maria do Paraguai (1778), e, perpassada por várias temporalidades históricas, foi se transformando em cidade e oficialmente ficou nominada como São Luís de Cáceres (1874) e, em 1938, somente Cáceres.

Em fins do século XIX, o espaço urbano continuava reconhecido pela dimensão das águas do Rio Paraguai e sua condição de navegabilidade; pelo Largo da Matriz como espaço de possíveis sociabilidades e pelo monumento da Igreja Catedral que, pelas suas práticas religiosas, construía e definia marcas sociais e culturais. Assim, mapeada pela tradição judaico-cristã, a religiosidade das pessoas do lugar se manifestava entre lugares e mitos, permeando condutas, desenhando comportamentos, definindo múltiplas temporalidades.

Via de regra, a materialidade das práticas religiosas está sempre envolta em fomentações discursivas sustentadas na experimentação da fé que, por sua vez, se institui pelas diversas aprendizagens com que se deparam as pessoas, ainda mais quando essas aprendizagens são produzidas pelo exercício de repetições. Se referindo a Dimas, o fragmento a seguir pode ser compreendido como um espelho que reflete a imagem desse fazer religioso:

Estava na flor da idade e contava apenas 14 anos. Acabava de prestar brilhantemente exame e já iam principiar as férias, quando foi acometido da doença terrível que o levou em poucos dias.

Aos 28 de novembro, tinha-se ferido levemente no pé direito e a ferida parecia tão insignificante que até se descuidou d'ella.

No domingo, 30, apesar de leve dorzinha que sentia no pé ferido, calçou-se e foi assistir à publicação dos prêmios e teve a alegria de se ver proclamado primeiro de sua aula com a menção de distinção.

Durante os quatro dias seguintes, com o pé levemente inchado, continuou a ajudar seus paes sem se queixar, quando de repente, na sexta-feira, quatro de Dezembro, teve um longo accésso de febre, sem que esse symptoma trouxesse suspeitas sobre a gravidade do mal. (Herail, 1929, p. 3)⁵

Esse registro é parte de um folheto editado e publicado no ano de 1929, apresentando a tragédia de uma criança do sexo masculino chamado Dimas Alessandrino Esteves. Ele era uma criança nascida na cidade de Cáceres, aos 15 de janeiro de 1912 e falecida no dia 8 de dezembro de 1925, acometido por uma enfermidade tetânica, provocada por um pequeno ferimento que o levou à morte em poucos dias. O documento impresso, que leva o título "*Uma Florzinha de Cáceres ou Um Exemplo Edificante*", contém 16 páginas escritas e produz o menino Dimas como personagem resignado que aceitou sua "missão" aqui na Terra.

Em todo o texto, seu autor, o franciscano Frei Francisco M. Herail, apresenta uma criatura para além

5 As citações dos discursos de HERAIL, M. Francisco constante no folheto de 1929, estão feitas de forma literal, ou seja, reproduzidas literalmente como a língua portuguesa era formalmente usada na época.

da sua natureza humana, ressaltando, sobretudo, o amor ou a capacidade e a predisposição para o amor, como virtudes incomuns de Dimas. Assim, ele, o religioso, enuncia em seus escritos o amor a Deus, à família, ao professor, ao trabalho e, por fim, expressa a paciência com que o menino Dimas enfrentou o drama de vida. Isso nos leva a afirmar que essas práticas discursivas, circulando nos diversos espaços de sociabilidade da cidade, foram ganhando legitimidade, sobretudo, por ser acionado por uma autoridade religiosa.

Filho de Hildebrando Esteves e de Maria Josepha Pereira Esteves, família pertencente a uma linhagem tradicionalmente católica, que socialmente compunha a nobreza do lugar, Dimas conviveu com os valores de seu tempo, vivendo as “normalidades” da infância de sua época.

A brevidade de sua existência física, agravada pelo desconhecimento⁶ sobre o tratamento da infecção tetânica e a sua condição de fidalgo, nos leva a pensar que são aspectos contributivos para que sua figura fosse produzida como exemplo de bom menino, bom filho, excelente aluno, devoto fiel, dentre outras qualidades. Daí, para que a tragédia fosse construída como destino, ou até mesmo como vontade de Deus, certamente, não foi um caminho de grandes obstáculos.

Naquela época, primeira metade do século XX, Cáceres se constituía como uma cidade onde se configurava uma sociedade em que as relações interpessoais se estabeleciam, de maneira geral, em caráter quase sempre de familiaridade entre as pessoas. Em outras palavras, o convívio se efetivava por laços de

6 O tétano foi estudado por Hipócrates no séc. V a.C. Embora sua causa tenha sido reconhecida no final do século XIX, a imunização se deu somente durante a Primeira Guerra Mundial. Consultar <https://blog.sabin.com.br/saude/o-que-e-tetano/> Acesso em 21 de maio de 2023.

parentesco e/ou vicinais, visíveis nas conversas ocasionais ou tecidas nos costumes das cadeiras nas calçadas, nas reuniões para contar “causos”, nas manifestações culturais da cidade, nas visitas recíprocas, nas festividades religiosas e nas alianças que articulavam os diversos grupos.

Considerando que a invenção da vida passa por teias de múltiplas aprendizagens, os jovens da cidade também faziam parte desses ritos de convivências que foram se constituindo através das atitudes e comportamentos com que os moradores produzem a dinâmica social da cidade.

As práticas sociais que foram desenhando os cenários urbanos da época revelam a maneira com que as atitudes individuais eram compartilhadas pelos grupos, em que cada pessoa se via construindo sentidos para a vida nas relações com o *outro*, na medida em que também produzia seus próprios signos. Nessa perspectiva, a vida humana é sempre um fazer individual e coletivo, e mesmo existindo conflitos que permeiam as ações de um determinado grupo social, os fracassos, as vitórias, as alegrias e dores de cada pessoa, de alguma maneira, eram/são sentidas pelos participantes de seus grupos.

Por esses tempos – década de 1930 – a dinâmica social da cidade de Cáceres incorporava artefatos da modernidade, tais como a radiodifusão e o cinema, o que quer dizer que essas “novidades”, mais especificamente, e os significados de seus alcances, passaram a produzir outros sentidos para as pessoas, sobretudo, para os habitantes do centro da cidade.

Concomitantemente aos aspectos abordados, havia também o movimento do Cais do Porto, que conferia maior dinamicidade às práticas políticas, sociais e culturais da cidade, uma vez que estas levavam as

peessoas a valorizarem outras invenções da vida em seu dia-a-dia. A navegação fluvial, que cortava e recortava as águas do Rio Paraguai, influenciava sobremaneira os comportamentos citadinos, no sentido de produzirem mesclas com vivências de outros lugares que apreciavam e continuam aparecendo nos cenários urbanos.

As experiências humanas compartilhadas sob aspectos mais adversos, certamente modificam percepções, especialmente entre grupos sociais distintos que, a partir das possíveis mudanças, incorporam outros signos legitimando comportamentos sociais e passando, a partir disso, a modelar comportamentos que até então não eram praticados.

A matéria jornalística, intitulada “*Menores Abandonados*”, do jornal *A Razão*, datado 12 de abril de 1924, tratava da liberdade da infância como algo condenável e creditava aos pais a (in)habilidade de saber orientar os filhos para as “coisas do mundo”. Brincadeiras de criança, como, por exemplo, o jogo de bocha, banhos de rio e corridas a pé pelas ruas da cidade, eram noticiadas como impróprias para as crianças, uma vez que estas deveriam viver entre três ambientes: a casa, a escola; e a igreja.

Esses procedimentos, anunciados quase como códigos de conduta, revelando discursos de cunho jornalístico ou não, expressavam uma reprovação de valores que não se ajustavam à honra e à virtude para que fosse evitada uma certa depreciação moral; caberia às famílias orientar e acompanhar suas crianças no gosto de frequentar a igreja e a necessidade de ir à escola.

Nessa concepção, os espaços públicos não eram recomendados, certamente porque as experiências apreendidas faziam com que os adultos perdessem o controle sobre as aprendizagens e disciplina das crianças.

Entre outras brincadeiras arriscadas, o jogo de futebol mereceu maior destaque da matéria, pois produzia intensas práticas de sociabilidade com condutas que contrariavam preceitos morais, como, por exemplo, o uso de palavrões e até mesmo a violência física.

É nesse ponto que são ressaltadas práticas discursivas legitimadoras de comportamentos sociais, tomadas como referências nos espaços da cidade pelas vozes da imprensa local e pelos ensinamentos da Igreja Católica. Vejamos o registro das palavras do frei Francisco M. Herail, em 1929:

A glória dos filhos, redundando na de seus Pais.
Como é que nosso jovem chegou ao ponto em que o vimos?
Será que Deus, de repente, o fez assim?
Não, Deus não faz desses milagres; quase sempre se morre como se viveu.
Tudo o que vimos era o resultado de uma educação pertinente, desvelada e que infelizmente se torna cada vez mais rara.
Com que esmero cuidaram seus pais de sua educação!
Não lhe deram essa liberdade ampla que vai fazendo moda e da qual os filhos, sem inteligência suficiente para dela usar bem, passam a abusar. (Herail, folheto 1929, p. 14).

Como qualquer cidade de origem portuguesa, a tradição católica produzia o imperativo da moral e, assim, a fala institucional da Igreja Católica funcionava como a “recomendação” de virtudes divinas na Terra. Ao falar de Dimas, quatro anos após sua morte, o religioso Francisco Maria Herail o apresenta como perfeito, exemplar, digno de ser reverenciado, porque era obediente neste mundo e que certamente merecia o paraíso divino como recompensa:

“Salvo algumas festas em família, não o viam em outras. Não o viam nessas festas ruidosas do mundo em que a virtude encontra tantos perigos; não o viam nas representações perigosas como as do Cinema não o viam vagar pelas ruas em companhias duvidosas” (Herail, folheto 1929, p. 14).

Essa narrativa também produz a ideia de família abençoada porque seguiam os preceitos da moral cristã, remetendo ao trabalho, às obrigações domésticas e ao vínculo religioso. Ao se referir à formação educacional do menino Dimas, frei Herail se reporta à família dele como se fosse imaculada, reconhecendo como “mérito” a forma de educar o filho, por isso enfatiza que “tudo o que vimos era o resultado de uma educação pertinente, desvelada e que infelizmente se torna cada vez mais rara”. Ainda nesse trecho do documento, ao dizer que “*não lhe deram essa liberdade ampla que vae se fazendo moda e da qual os filhos, sem intelligencia sufficiente para della usar bem, passam a abusar*” [sic], ele subscreve a afirmação em um campo de predição que exclui os adeptos da *liberdade ampla*.

Nesse sentido, a liberdade que ia se fazendo “moda” partilhada por tantas outras crianças, que no discurso aparecem como destituídas de inteligência e, portanto, dotadas de uma condição moral e social, demonstra uma demarcação entre o público e o privado, o profano e o sagrado, o permitido e o proibido.

Da mesma forma, ao produzir a “pureza” do menino Dimas, frei Francisco M. Herail novamente delimita os espaços sociais moralmente legitimados pela representação do que era concebido como permissividade. Esse é o caso das festas de família, quando Dimas é revestido de virtudes e dignidades. As *festas ruidosas do mundo* e a existência do cinema, nas quais as virtudes

encontram tantos “perigos”, se configuram como lugares do mundo profano que deveriam ser evitadas para que não contaminassem as boas almas.

Assim, apresentando Dimas como obediente aos pais, disciplinado na escola, recolhido ao ambiente familiar, sem vagar pelas ruas em companhias duvidosas, o religioso vai conduzindo o menino ao reino dos céus; e aqui na Terra, seu discurso vai conduzindo-o à santificação, como assinala o seguinte trecho:

Esse caracter foi o resultado da acurada educação paterna, educação aperfeiçoada depois na aula, uma aula religiosa cristã, onde a sua alma aprendeu a conhecer e a robustecer a sua força pelo contacto com Deus, que só pôde dar fortaleza e virtude. (Herail, folheto citado, 1929, p. 15).

Essas práticas discursivas que foram produzidas e disseminadas na cidade, partindo de uma autoridade religiosa, possivelmente colaboraram para a invenção de Dimas como uma figura humana que merecia ser idealizada como exemplo para as outras crianças e jovens, pois correspondia aos quesitos necessários para ser santificado: seguia os princípios da igreja católica, era bom filho, respeitador, paciente e, acima de tudo, morreu com resignação e fé, não temendo à morte, pois confiava e amava a Deus, devotamente.

Alguns aspectos são bastante curiosos nesse acontecimento trágico. Um deles é o não registro da forma de aquisição da enfermidade, o que significa dizer que esse *não dito* pode não revelar as artimanhas da infância do menino, atributo que o tornaria humano. Percebendo dessa forma, a ideia de santificação ganha destaque nas atitudes discursivas do representante da

Igreja, porque ele ocupa um lugar que o autoriza e legitima a produção desse saber-poder eclesiástico.

Assim, validado pelos pares, a prática do discurso teológico tendia a construir outras práticas sociais e culturais na cidade. Sobre essas teias que articulam a dinâmica social, mediada por várias aprendizagens, o pensador francês Michel de Certeau nos diz que:

É o mesmo movimento que organiza a sociedade e as “ideias” que nela circulam. Ele se distribui em regimes de manifestações (econômica, social, científica, etc.) que se constituem, entre eles, funções imbricadas, porém diferenciadas, das quais nenhuma é a realidade ou a causa das outras. Desta maneira, os sistemas socioeconômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem se identificar nem se hierarquizar. (Certeau, 2000, p. 70)

A circulação dos discursos utilizando os adjetivos que foram dispensados à figura de Dimas, possibilitou a construção de uma cadeia de sentidos que se manifesta em várias formas de linguagem verbal, gestual, ritualística, mítica; etc. Numa condição de simultaneidade, o processo de sacralização ia se sedimentando pelas dimensões da fé que produziam dispositivos definidores do que podia e do que devia ser crível.

Como produtora de força religiosa, a Igreja se institui como espaço norteador de comportamentos éticos e sociais que envolvem a população católica da cidade em um emaranhado de signos, povoando o imaginário de seus adeptos. O fervor religioso é um dos componentes desse mundo que formula imagens mentais, conferindo a estas um efeito de verdade.

Considerando que fazemos parte de uma sociedade que tem suas concepções de vida oriundas da cultura judaico-cristã, as práticas de religiosidade quase

sempre estão prescritas em interpretações leigas das narrativas bíblicas. Nesse sentido, é compreensível a aceitabilidade da ideia da santificação do menino Dimas, por parte dos diversos grupos sociais da cidade, mesmo porque a credibilidade conferida ao discurso de santificação provém da hierarquia da Igreja Católica que representa e propaga o cristianismo.

Em se tratando das práticas da fé, os discursos produzidos por autoridades religiosas para uma população fervorosamente católica, como o era na cidade de Cáceres, ainda mais na primeira metade do século XX, quando as relações entre sociedade civil e eclesiástica se encontravam bastante alinhadas, os pronunciamentos oficiais da Igreja ganhavam sentidos de sagrado e, portanto, eficientemente; produziam os rituais daquilo que aparece como crível.

O leque das virtudes do menino, por vezes celebradas e, por conseguinte, pedagogizadas nos espaços sociais da cidade, leva-nos a pensar que; a elevação de Dimas como protetor dos estudantes também ganhou força no discurso do Frei Herail que, além de fazer aparecer diversas qualidades que dizia possuir, destacava sempre sua inteligência, interesse, obediência e dedicação aos estudos, atributos com os quais obteve a felicidade de ser aclamado na conclusão do ano letivo em que faleceu, com o prêmio de distinção, por ser o “primeiro lugar da turma”.

A prática discursiva assim repetida, impunha a produção de um modelo de infância que se padronizava pela obediência, pela disciplina e pela resignação. Portanto, essa conduta produz um efeito de verdade e tende a causar nos estudantes da cidade; um sentimento de fé para buscar, na sacralização da figura de Dimas, *ajuda divina* para superar os limites da apreensão dos saberes escolares e acadêmicos. Até hoje,

é comum encontrarmos materiais didáticos depositados aleatoriamente no túmulo de “São Dimas”, como forma de agradecimento às *graças* alcançadas pelos êxitos em atividades avaliativas e/ou concursos públicos.

Figura 2 - Cadernos e Apostilas *entregues* ao São Dimas

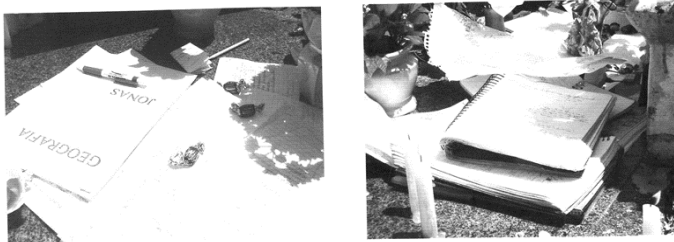


Foto: Ana Lúcia Duarte, nov/2005.

As simbologias que idealizaram Dimas como uma figura que acolhe e responde aos anseios e dificuldades vivenciados por parte da população estudantil da cidade, fizeram com que os discentes creditassem a “ele” o poder de interceder nos momentos de “desamparo”. As representações expressas nas mais diversas apropriações do “menino santificado” construídas por esses grupos sociais legitimaram o clamor que os mesmos dispensam a “São Dimas” requerendo deste; parte da inteligência virtuosa que possuía em vida, como uma herança que se fazem merecer. Esse aspecto fica constatado através das manifestações, dos rituais, da tradição oral e das peregrinações que acontecem até os dias atuais.

Entretanto, é importante salientar que a cidade não era um lugar homogeneizado pelos discursos religiosos, por isso as oratórias que anunciavam virtudes aclamadas, enumeradas e disseminadas pelos espaços urbanos que consagraram o “menino santificado”; se confrontavam com as manifestações culturais classificadas como populares. Certamente, a influência das

festas e outros eventos populares⁷; não faziam parte dos discursos de consagração. Ao contrário, práticas culturais dessa natureza, não eram recomendáveis pelas condutas tradicionais católicas, uma vez que as percepções de mundo se polarizavam entre o profano e o sagrado, o permitido e o proibido.

O documento escrito pelo mesmo frei Francisco M. Herail, em que anuncia Dimas como modelo a ser seguido, registra uma certa reprovação de atividades individuais e/ou coletivas de pessoas que encarnavam transformações produzidas pela modernidade. Isso significa dizer que, na visão da Igreja, os jovens que não se pautavam pelas virtudes de Dimas estariam se “contaminando” com os perigos mundanos e, como penitência, necessitariam purificar a alma, fosse na Terra ou para além dela.

No fragmento a seguir, o frade franciscano apresenta cenas de resignação do menino Dimas no seu leito de morte:

Acceitar a morte com paciência e amôr, na flôr dos annos, quando tudo parece sorrir, quando se tem paes estremecidos, amigos dedicados, confiança e sympathia de todos, parece uma cousa muito difficil. O nosso doente, entretanto, conformava-se com tudo. Entregava-se às mãos de Deus e confiante acceitava qualquer cousa que lhe aprouvesse mandar. Sofria dores acerbadas, sua cabeça ardia em fogo, porém nunca uma impaciência, nunca uma queixa escapava dos seus lábios; acceitava tudo quanto lhe davam e se as vezes hesitava um pouco a hesitação era passageira. (Herail, folheto citado 1929, p. 12).

A forma com que é narrada a agonia no momento final de Dimas o remete aos céus, pois sua fantástica

⁷ Todas as demais festas que não faziam parte do calendário religioso.

capacidade de renúncia espontânea ou mesmo sua submissão paciente aos sofrimentos da vida, anunciada no folheto, eleva de forma sublime o sacrifício do corpo aos planos celestiais, produzindo a sensação de que uma “força superior” o mantinha lúcido e sereno durante todo o tempo do martírio. A escrituração da agonia força-nos a pensá-la como uma peça oratória que, cuidadosamente, confere uma proximidade comparativa com a paixão de Cristo.

Certamente, pelos atributos virtuosos e por pertencer a uma certa fidalguia familiar cacerense com fortes vinculações religiosas, o falecimento do menino Dimas Alessandrino mereceu um destaque especial de condolências na imprensa católica dirigido aos familiares pelo jornal A Cruz:

Ao Sr. Hildebrando Esteves nosso velho e fiel amigo, a Ex^m S^a D^a Maria Josepha Pereira Esteves, pai e mãe do jovem e caríssimo Dimas, as nossas mais sinceras condolencias pela dor immensa que lhes causara a perda de um filho (Jornal A Cruz, edição de 22 de agosto de 1926).⁸

Nessa perspectiva de convivências católicas, é conveniente assinalar que na construção do relato de religioso Herail existe um aspecto, no mínimo, intrigante: o Dimas, enquanto personagem das práticas de religiosidade, aparece como alguém dotado de uma capacidade extraordinária para suportar a dor física, porém um quadro infeccioso de tétano, causado pela toxina da bactéria *Clostridium tetani*, se caracteriza por alterações neurológicas, espasmos musculares

⁸ Jornal A Cruz se originou na Liga Social Catholica Brasileira de Matto-Grosso (MT), situado na capital do Estado - Cuiabá. A imprensa de cunho católico era apresentada como caminho de instrução exemplar, formadora da moral e dos bons costumes, sobretudo para as famílias, segundo os princípios cristãos.

generalizados, impedindo, assim, que o corpo do enfermo se postasse com brandura ou serenidade. Assim, reconhecendo as estratégias discursivas das oratórias de tom religioso, compreendemos a afirmação: “entregava-se às mãos de Deus e confiante aceitava qualquer coisa que lhe aprouvesse mandar” (Herail, folheto citado 1929, p. 12).

Em outro trecho, a narrativa do frei Francisco Herail, autoridade eclesiástica da Igreja Católica, produzia uma força que oferecia subsídios para que a ideia de sagrado ganhasse corpo e se materializasse quando esta fala sobre o ato da morte de Dimas, reforçando o exemplo de sabedoria, confiança e fé no poder divino. Vejamos: “Deus o levou. Consola-nos, porém o coração de paes o poder dizer que a sua vida, embora curta, foi modelar e a sua morte, um verdadeiro e dignificante exemplo de fé christã”. (Herail, op. cit., 1929, p. 16).

Nesse fragmento, o menino Dimas é apresentado como um servo de Deus e é “santificado” pela extrema fidelidade e obediência à doutrina cristã e à família que, no trajeto entre a paróquia de São Luís de Cáceres e o Vaticano, estaria traçando o caminho da vida virtuosa terrestre e assim estabeleceria uma sintonia perfeita entre Deus e os humanos da cidade.

Ademais, os discursos produzidos por frei Francisco Herail, também professor do menino Dimas (situação comum na cidade), pretensamente, imprime a determinação de legitimar perfis de condutas sociais para as pessoas da cidade, alinhada com a doutrina cristã. Suas atitudes discursivas, escritas ou propagadas nos sermões, revelam não só o sentido de “produzir” um Dimas santificado, mas de recriar e propagar valores através da insistência da palavra, das lembranças da imagem e do caráter oficial de suas práticas discursivas.

Nesses tempos, mesmo que os espaços sociais de Cáceres se regulassem por alguns traços de modernidade, sobretudo, o urbanismo, a higienização dos espaços públicos e privados e as viagens sofisticadas do Vapor Etrúria⁹, as pessoas não abdicavam de suas opções religiosas, o que significa dizer que a onipresença da religião não era impeditivo para alterações de comportamentos sociais, mesmo que ela, a modernidade, apontasse para uma série de artefatos simbólicos sintonizados com a ideia de progresso material equiparado ao “progresso” humano.

Mesmo assim, a população da cidade, tradicionalmente católica, acreditando que o caminho para superar limites terrestres seria invocar seus protetores-interlocutores entre os céus e a Terra, ela, a população, se instituía como parte de um todo eclesiástico que compartilhava e propagava as experiências. Na condição de partícipe desse mundo mitificado, as famílias se viam/veem merecedoras de graças e bênçãos celestiais veiculadas por uma figura divinizada e que, então, passou a ser o “protetor” das crianças que estariam em “apuros” escolares.

É importante perceber que as crenças foram construídas por diferentes práticas, fossem elas sociais, religiosas ou culturais, e mediadas por diferentes temporalidades da história da cidade, pois um fato desta natureza não se constrói isoladamente, mas com o assentimento da população. Portanto, era indispensável instituir uma rede de pessoas crentes e, ao mesmo tempo, disseminadoras de rituais católicos para assegurar e consolidar o ideário de santo conferido ao Dimas.

Reforçando, tais práticas não se realizariam naturalmente, ou com inocência das ações, e talvez a

9 Embarcação de luxo, que fazia o trajeto fluvial entre Cáceres/MT e Corumbá/MS, na 1ª metade do século XX.

intenção primeira nem fosse mesmo a de emplacar um ideário de santificação no imaginário coletivo da cidade, mas de definir uma conduta moral padronizada, virtuosa, tomada como referência tanto pelas crianças como pelos adultos, em especial os pais ou responsáveis pela formação das crianças, pois estes deveriam produzir o bem-estar e a moral cristã para seus filhos, que incluíam os valores religiosos.

Isso também configura Cáceres como uma cidade de feições ibéricas e de predominância católica, que incita o temor a Deus, a adoração aos Santos e a existência dos anjos, orientando uma leitura de mundo pautada pela ideia de pecado e paraíso celestial, aproveitando a perspectiva do ser e do fazer religioso para construir regras que controlassem a formação moral e social das pessoas da cidade.

Nessa memória histórica que se institui por experiências testemunhais ou ainda na condição de *herdada*, como afirma Pollak (1992), os escritos de Dom Máximo Biennès (1987), confirmam que a influência religiosa cristã se constituía como referências de comportamentos sociocultural para a cidade, sobretudo com os trabalhos de catequização dos franciscanos ao “converterem milhares de pecadores” (Biennès, 1987, p. 82). Para Certeau (1994, p. 278), a produção da crença se vale dos usos das linguagens para efeito de convencimento e pela inércia das convicções. Ele entende por crença “não o objeto do crer (um dogma, um programa; etc.), mas o investimento das pessoas em uma proposição, o *ato* de enunciá-la considerando-a verdadeira”.

Ressaltamos que o ofício do historiador é interpretar os acontecimentos do passado para melhor compreender o presente. A história de Dimas e São Dimas de Cáceres, apresenta aqui uma via de entendimento sobre a produção de uma cultura religiosa

predominantemente católica, que construiu uma memória histórica, cujas práticas perduram até o tempo presente na dinâmica sociocultural urbana da cidade transfronteiriça de Cáceres - Mato Grosso.

Referências Bibliográficas

- BISSON, M. P. *Brincando nos campos do Senhor*. Religiosidade, pós-modernismo e interpretação. In: Narrar o passado, repensar a história. Campinas/SP: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de Fazer – Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 1994.
- GROSSI, Yonne de Souza e FERREIRA, Amauri Carlos. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios: In: HISTÓRIA ORAL, *Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n. 7. São Paulo/SP: USP, 2004.
- HERAIL, M. Francisco. *Uma Florzinha de Cáceres ou Um Exemplo Edificante*. São Paulo, 1929. (Folheto impresso, sem identificação de Editora).
- LE GOFF, Jaques. *História e Memória*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1990.
- POLLAK, Michael. *Memória e Identidade Social*. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992.
- REVEL, Jacques. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TOR., Máximo Biennès. *Uma Igreja na Fronteira*. São Paulo, 1987. (Sem identificação da Editora).

VEYNE. Paul Marie. *Como se escreve a História; Foucault Revoluciona a História*. Brasília/DF: Ed. UNB, 1998.

Página virtual consultada: <https://blog.sabin.com.br/saude/o-que-e-tetano/> Acesso em 28/05/2023.

O CRISTO CACERENSE: O CRISTO SERÁFICO BARROCO-MODERNISTA DO VITRAL DA CATEDRAL DE SÃO LUÍS DE CÁCERES, MATO GROSSO

Gesner Las Casas Brito Filho¹

*O todo sem a parte não é todo,
A parte sem o todo não é parte,
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga que é parte, sendo todo.*

*Em todo o Sacramento está Deus todo
E todo assiste inteiro em qualquer parte,
E feito em partes todo em toda a parte,
Em qualquer parte sempre fica todo.*

*O braço de Jesus não seja parte,
Pois que feito Jesus em partes todo,
Assiste cada parte em sua parte.*

*Não se sabendo parte deste todo,
Um braço que lhe acharam, sendo parte,
Nos disse as partes todas deste todo.
(Gregório de Matos, 1992)²*

Introdução

A cidade de Cáceres, Mato Grosso, apresenta em seu centro histórico, na praça Barão do Rio Branco, sua paisagem dominada por duas construções evidentemente cristãs: o marco do Jauru e a imponente Catedral de São Luiz de Cáceres, além do Colégio Imaculada Conceição.

¹ Professor Adjunto (substituto) de História Antiga e Medieval do Curso de Licenciatura em História da UNEMAT - Campus Jane Vanini - Cáceres/MT. Doutor em História (Medieval), pela University of Leeds, Reino Unido (CAPES). E-mail: gesnerlascasas@gmail.com.

² AMADO, James (ed.). *Gregório de Matos: obra poética*. 3^a ed. Preparação e notas de Emanuel Araújo. Rio de Janeiro: Record, 1992, 2 vol.

Desde o início de sua construção, em 1919, até sua inauguração, em 1965, a “inspiração” declarada para a construção do prédio era o prédio em arquitetura predominantemente gótica da Catedral de Notre-Dame em Paris, na França, construída no período medieval, entre 1.163 e 1.345. Porém, assim como outras construções brasileiras comumente nomeadas como neogóticas, o restante da decoração da construção demonstra um ecletismo na escolha de influências. Por exemplo, a escolha do teto de madeira, uma solução mais barata para resolver o problema do teto anterior que caiu, atrasando, em décadas, a construção da Catedral e sua inauguração. Uma outra diferença em relação à inspiração da Catedral medieval se faz visível, sobretudo pensando no público que adentra cotidianamente à Catedral de São Luís de Cáceres: os vitrais. Desde as janelas laterais até sua rosácea frontal, não há representação de imagens santas em seus vitrais, restringindo-se a um jogo de alternância de cores entre suas micro divisões. Porém, há uma exceção a esta regra: há um imenso vitral na parede posterior da catedral, na abside atrás do altar, na qual se vê um Cristo Crucificado. Neste artigo, buscaremos analisar esta imagem e demonstrá-la como inserida no que chamamos de tradição modernista neobarroca, presente nas obras de brasileiros, como Oscar Niemeyer e especialmente nas artes visuais de autoria de Marianne Peretti (2020), que criou os vitrais da Catedral de Brasília.

A Construção da Catedral

Pouca informação há sobre a igreja colonial que ali se encontrava no local da nova catedral. De acordo com publicação Católica “*A Cruz*”, de 1910, de uma carta do Arcebispo Diocesano:

Cuyabá, 2 de Mayo de 1910.

Ilmo. e Exmo. Sor. Dr. Joaquim Augusto da Costa Marques

Devendo eu levar ao conhecimento do Exmo. e Revmo. Nuncio Apostolico as providencias dadas pela Commissão por mim encarregada de promover os fundos necessários para a erecção do Bispado de S. Luiz de Caceres, e da qual é V; Ex.a muito digno Presidente, rogo a V. Ex^a se digne declarar-me quaes os meios já obtidos para a manutenção do respectivo Bispo, e em que estado se acha a nova Matriz em construção, que tem que ser elevada à Cathedral do mesmo Bispado (A Cruz, 1910, p. 01).

A resposta de Joaquim Augusto da Costa Marques, de 9 de junho de 1910, foi publicada logo abaixo:

Em resposta à carta que V. Ex^a dignou-se dirigir-me em 2 de maio p.p, cumpre-me declarar a V. Ex. e o faço com pesar, que n'esta cidade de nada se tem feito até hoje relativamente a aquisição de fundos para a erecção deste Bispado. (...) As obras da nova Matriz, que aqui se acha em construção, desde muito tempo estão paralysadas, dependendo ainda de não pequeno capital para o seu acabamento (A Cruz, 1910, p. 01).

Conforme o livro de Biennès e em consulta a outros periódicos da época, a informação recorrente é a do atraso na construção da nova cathedral, construção esta que já aparecia nos planos da Igreja, conforme a correspondência publicada no jornal Católico *A Cruz*, de 1910.

No texto de Dom Máximo Biennès, conta-se que Dom Luiz Marie Galibert (1887-1965), francês, recebeu com surpresa sua nomeação como bispo de Cáceres, e após sua sagração em Cuiabá, tomou posse da Diocese em 1915. Em 30 de setembro de 1917, ao responder uma

consulta, D. Galibert teria respondido: “[...] não encontrei aqui uma igreja decente, nem residência episcopal, nem patrimônio qualquer, muito menos local e fundos para um seminário” (Biennès, 1987, p. 58).

Segundo os relatos de Biennès, Galibert convidou o engenheiro, também francês de origem, Leon Mousnier, para construir a nova catedral na praça major João Carlos (ex-Jacobina). Porém, Mousnier considerou que a:

[...] dita igreja não poderia ser continuada sem passar por transformações tão radicais que se tornariam muito dispendiosas. Em vista disso e por estar a referida igreja em local pouco favorável, resolveu-se abandoná-la e construir a nova catedral no lugar da praça matriz, na praça Barão do Rio Branco. O Sr. Bispo, em reunião convocada para este fim em 20 de outubro de 1918, explicou os motivos da mudança e apresentou a planta do novo templo, que foi aceita com entusiasmo (Biennès, 1987, p. 90).

Porém, Biennès afirma que houve certa relutância, principalmente do então comerciante Alfredo José da Silva, diante do tamanho do empreendimento de Mousnier. Porém, o engenheiro francês convenceu aos envolvidos da viabilidade do projeto. A Câmara Municipal cedeu o terreno onde está localizada a Catedral e em 25 de outubro do mesmo ano de 1918, em troca do terreno da Praça Major João Carlos. Pelos relatos, lá havia uma igreja matriz, porém, a área para a construção da catedral foi ampliada e a antiga igreja foi demolida, infelizmente. Trazido de Assunção, após trabalhos na Argentina, o francês Leon Mousnier traçou croquis e plantas que imitavam as igrejas góticas medievais francesas, com três naves e duas torres frontais. Porém, Mousnier morreu durante a construção dos

alicerces, em 24 de outubro de 1919. Segundo Alex de Matos (2012, p. 118-119), é possível que devido à inexistência de registros de óbitos de Mousnier, o corpo do mesmo tenha sido enterrado na Catedral de Cáceres, segundo informação de sua neta. Tanto Matos quanto publicações bolivianas confirmam que Mousnier projetou prédios também do outro lado da fronteira de Cáceres com a Bolívia.³

Apesar dos conflitos, a construção da nova catedral teve início em junho de 1919 e a pedra fundamental, acompanhada de missa, foi assentada no dia 6 de outubro de 1919. Porém, a inauguração da Catedral só aconteceria 46 anos depois, em 1964. Frei João Luis Bourdoux cuidou da construção a partir da morte de Mousnier, não sem algum conflito com as autoridades locais por causa dos impostos cobrados das carroças que carregavam o material para a construção (Biennès, 1987, p. 90). A construção continuou muito lentamente ao longo dos anos, apesar da falta de técnicos, recursos e etc.

Há um relato de Galibert, transcrito por Biennès, em que o mesmo associava a ruína da Igreja Matriz original com as condições morais dos fiéis da fronteira:

Em Mato Grosso, a situação material é lamentável; a matriz não pode mais servir para as funções litúrgicas, por causa do estado de ruínas em que se encontra. [...] A situação moral continua ruim. As uniões praticamente escandalosas passam de quarenta. Porém, os atos de visita foram freqüentados, quase todas as pessoas que estão em situação regular receberam os sacramentos. (Biennès, 1987, p.124)

3 “[Mousnier] aportó a la reconstrucción de la Catedral Metropolitana o San Lorenzo de Santa Cruz de la Sierra, en 1904”. Extraído de: ‘Un francés muy boliviano: León Mousnier’. El Diáριο Decano de La Prensa Nacional. La Paz, Bolívia. 20/02/2023. Disponível: <https://www.eldiario.net/portal/2023/02/20/un-frances-muy-boliviano-leon-mousnier/> [Consultado em 20/06/2023].

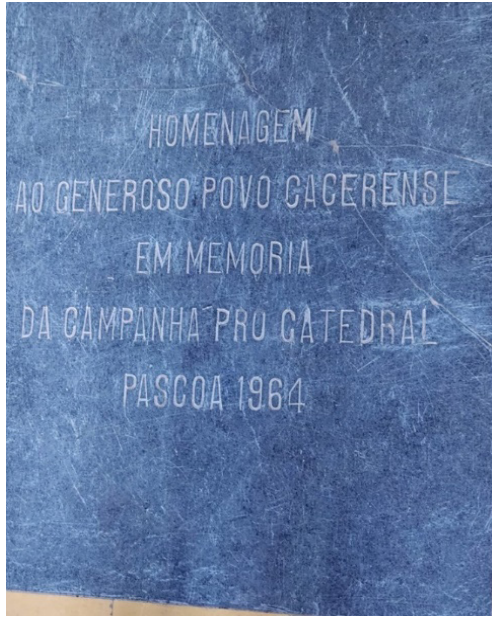
Em 1928, diminuíram o projeto e continuaram a construção até a entrada do transepto. De 1928 a 1930, a obra contou com um número muito reduzido de operários para obra de tal envergadura. A precariedade agravou-se ainda mais com a crise econômica e a Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945. Porém, outro episódio trágico adiará ainda mais a lenta construção do novo templo. Houve um desabamento em 23 de fevereiro de 1949 e as colunas do lado Norte ficaram completamente destruídas (Biennès, 1987, p. 96-97). O episódio criou a lenda do “minhocão do Pari”, uma lenda que remete a uma serpente gigante que teria destruído a Catedral, e só foi contida por um padre usando os fios de cabelos de Nossa Senhora. A lenda permanece na crença popular até os dias atuais, pois alguns acreditam que o minhocão está adormecido e poderá despertar algum dia, causando destruição. Tal lenda pode ter algum componente de origem indígena, segundo Aroldo Maciel (2019).

Em 1955, Dom Máximo Biennès assumiu a administração da Diocese de Cáceres e prometeu a conclusão da obra. Para tanto, o arquiteto paulista, especialista na construção de Igrejas, Benedito Calixto de Jesus Neto, neto do pintor Benedito Calixto, foi contratado para simplificar o projeto original, monumental, e torná-lo viável (Carvalho, 2022). Porém, não há dados para se confirmar se todo o projeto do templo construído em Cáceres obedeceu às novas diretrizes de Benedito de Jesus Calixto Neto (Matos, 2012, p. 246). O que sabemos é que arquiteto foi responsável pelo planejamento de templos de arquitetura de estilos completamente diferentes, ao longo de sua carreira em todo o Brasil. Por exemplo, Calixto Neto planejou

o prédio Neorromânico projeto da imensa Basílica de Nossa Senhora Aparecida (Ribeiro, 2022) e o Santuário Neolocolonial (Neobarroco) de São Sebastião, em Porto Ferreira (Carvalho, 2022), ambas no interior do estado de São Paulo. Matos defende que os franciscanos poderiam, por motivos simbólicos, haver retomado alguns aspectos do projeto original de Mousnier, dada algumas possíveis semelhanças de arquitetura, como a Igreja do Bom Despacho, outro templo projetado por Mousnier (Matos, 2012, p. 246). Biennés afirma que o teto foi feito pelo carpinteiro Francisco Vigo e fala sobre a dificuldade de encontrar a madeira de lei previstas para o novo projeto e até mesmo para revestir. Biennés afirma que contou com a ajuda de um jovem voluntário francês chamado Claude Vergnes, dirigindo o caminhão da diocese desde 1963. Foi celebrada uma missa do galo no Natal de 1963 no prédio ainda incompleto, o santuário já coberto, mas com a nave aberta, segundo Biennés (Biennés, 1987, p. 294).

Para além destas especulações “místicas” ou de autoria do projeto, a informação segura que se tem é que, finalmente, no dia 25 de agosto de 1965, a Catedral foi inaugurada, como atestam as fontes e o registro em pedra no solo da igreja na Figura 01.

Figura 01 - Inscrição no piso da Catedral de Cáceres.



Fonte: Foto feita pelo autor, 18/06/2023.

Arquitetura e o vitral

O atual vitral de Cristo crucificado encontrava-se instalado na parede da abside atrás do altar. Isso é perceptível quando observarmos a luminescência cruciforme constante na imagem fotográfica dos escritos de Matos (op. cit. 2012, p. 247), e que ele alega ser do acervo da Diocese da inauguração da Catedral, no dia 25 de agosto de 1965.

Tanto Matos⁴ quanto outras publicações definem o estilo da Catedral de “neogótico”, como a seguinte publicação:

⁴ Matos, no próprio subtítulo de sua publicação aqui muitas vezes citada ‘História e arquitetura sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso’, cf. MATOS.

A Catedral São Luís de Cáceres projetada com o estilo gótico, mas com dificuldades na construção fizeram com que o projeto fosse alterado para o estilo neogótico. A construção teve início em 1919 e só terminou em 1965. A Catedral São Luís de Cáceres é projeto do francês Leon Mousnier, inspirada na Catedral de Notre-Dame em Paris (Campos, 2019).

Segundo Biennès (1987, p. 295): ‘Visto do exterior, a catedral de Cáceres continua apresentando-se como uma obra gótica, com sua fachada majestosa e as duas torres truncadas. Porém, apesar da entrada e parte da arquitetura imitar o gótico da Catedral de Notre-Dame (Lautier, 2019), não se pode dizer que este é o estilo da Catedral de Cáceres. Há diversos elementos arquitetônicos presentes no templo, o que é explicado por seu difícil e demorado processo de construção. Na única descrição de seu livro sobre o vitral, sem informar o autor da obra, Biennès afirma:

Mas quem entra pela porta central descortina, surpreso, um imenso espaço com uma grande nave, um amplo santuário encimado pelo Crucifixo do Alverno, o Serafim multicor com suas seis asas envolvendo-o. É esta a visão imediata com sua luz colorida que atrai a visão de quem penetra na igreja. Ao baixar os olhos, descobre então os solenes arcos de madeira que se destacam sobre a cor branca das paredes e nesse momento, como que envolvido pela forma dos arcos é invadido por uma presença tranqüila e pacífica que o leva a oração (Biennès, 1987, p.295).

Ao contrário da observação do então bispo, a parte do teto interna de madeira escura causa um contraste com as paredes brancas e durante o dia com os raios solares oriundos dos vitrais multicoloridos alternados,

e que, em sua imensa maioria, não apresenta qualquer figura, ao contrário do estilo gótico ou do neogótico. O teto de madeira escura transmite uma aparência de embarcação, talvez proposital, pensando-se na relação seminal da cidade e da Praça Barão do Rio Branco com o rio Paraguai e as atividades pesqueiras, tanto pelo formato, quanto pela estética (figura 02).

Figura 02 - Abside e Teto da Catedral de Cáceres



Fonte: Foto feita pelo autor, 18/06/2023.

O único vitral que apresenta uma imagem figurativa é o vitral cruciforme atrás do altar na parede da abside, na qual há um Cristo crucificado estilizado alado, como se vê na Figura 03.

Figura 03 - Abside, altar e o vitral.



Fonte: Foto feita pelo autor, 18/06/2023.

Comparando-se com à arquitetura gótica, o único vitral figurativo presente na Catedral de São Luiz de Cáceres não se parece com nenhum outro tipo de arte de

vitral mais tradicional católica⁵. Parece-se muito com uma obra de arte moderna, como os vitrais estilizados de Marianne Peretti (Romani, 2011). Esteticamente, assemelha-se justamente aos vitrais modernos presentes, por exemplo, na arte da Catedral de Brasília/DF projetada por Oscar Niemayer, mas na qual os vitrais foram feitos por Marianne Peretti.

Figura 04 - Vitral da Catedral de Cáceres.



Fonte: Foto feita pelo autor, 18/06/2023.

Na arte modernista, as figuras humanas são estilizadas, imitando muitas vezes artes indígenas, africanas ou não-clássicas. Não há mais compromisso com a representação real de um corpo, como na arte renascentista,

⁵ Sobre a origem do Vitral medieval, veja BRISAC, Catherine. *Le Vitrail*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1990 e PASTAN, Elizabeth Carson and KURMANN-SCHWARZ, Brigitte (Edited by). *Investigations in Medieval Stained Glass Materials, Methods, and Expressions*. Leiden: Brill, 2019.

barroca ou neoclássica. No Cristo da catedral de Cáceres, o corpo é totalmente transparente, porém é possível distinguir seu rosto, seus olhos e sua boca pelos contornos das subdivisões do vitral. Ainda que modernista, o contraste entre o corpo de Cristo incolor, que o torna branco, no jogo de cores e as seis asas “seráficas” supercoloridas que o circundam, evidenciam a ilusão de criação do contorno deste corpo não representado detalhadamente, como a iconografia tradicional de Cristo. Assim como a arte medieval pré-renascentista ou a arte não-europeia, aqui a ideia é mais importante do que a representação realista. Porém, uma escolha de cor salta aos olhos de quem vislumbra ao vitral. O sangue de Cristo é evidentemente vermelho na coroa de espinhos, nas chagas das mãos e pés, e no flanco esquerdo. Ainda que seja uma obra de arte moderna, o contraste entre luz e sofrimento, pureza e sangue, se faz presente em destaque na referida obra. Outro jogo visual presente no Cristo cacerense é o fato de que não há cruz desenhada no vitral. O próprio vitral, em seu contorno é a cruz. A crucificação, assim, é evidenciada duplamente, pelo formato da janela vazada e pelo sangue em destaque no contraste de cores. Ainda que seja uma obra de arte modernista, o vitral joga com paradoxos e sentimentos do público, tal qual uma obra barroca. O exagero no sofrimento, aliado ao extremo colorido das asas seráficas também fazem este jogo de sensações paradoxais presentes na arte barroca.

O Cristo Seráfico é associado a São Francisco de Assis. As imagens que mostram Cristo com três pares de asas são utilizadas na iconografia tradicional para representar o Cristo que teria aparecido a São Francisco de Assis, quando este recebeu os estigmas (Réau, 1996, p. 556). Tommaso da Celano, monge franciscano, escreveu um texto intitulado *Vita Prima de*

*San Fancesco d'Assisi, e nele fala sobre aparição do
"Serafim crucificado em Alverne".*

94. Dois anos antes de entregar sua alma ao céu, estando no eremitério que, por sua localização, tem o nome de Alverne, Deus lhe deu a visão de um homem com a forma de um Serafim de seis asas, que pairou acima dele com os braços abertos e os pés juntos, pregado numa cruz. Duas asas elevavam-se sobre a cabeça, duas abriam-se para voar e duas cobriam o corpo inteiro. Ao ver isso, o servo do Altíssimo se encheu da mais infinita admiração, mas não compreendia o sentido. Experimentava um grande prazer e uma alegria enorme pelo olhar bondoso e amável com que o Serafim o envolvia. Sua beleza era indizível, mas o fato de estar pregado na cruz e a crueldade de sua paixão atormentavam-no profundamente. Levantou-se triste e alegre ao mesmo tempo, se isso se pode dizer, alternando em seu espírito sentimentos de gozo e de padecimento. Tentava descobrir o significado da visão e seu espírito estava muito ansioso para compreender o seu sentido. Estava nessa situação, com a inteligência sem entender coisa alguma e o coração avassalado pela visão extraordinária, quando começaram a aparecer-lhe nas mãos e nos pés as marcas dos quatro cravos, do jeito que as vira pouco antes no crucificado.

95. Suas mãos e seus pés pareciam atravessados bem no meio pelos cravos, sobressaindo as cabeças no interior das mãos e em cima dos pés, e as pontas do outro lado. Os sinais eram redondos nas palmas das mãos e longos no lado de fora, deixando ver um pedaço de carne como se fossem pontas de cravo entortadas e rebatidas, saindo para fora da carne. Havia marcas dos cravos também nos pés, ressaltadas na carne. No lado direito, que parecia atravessado por uma lança, estendia-se

uma cicatriz que freqüentemente soltava sangue, de maneira que sua túnica e suas calças estavam muitas vezes banhadas naquele sangue bendito (Celano, 2018, p. 83-84).

Uma das recorrências de Francisco de Assis é sua *Imitatio Christi*, ou seja, imitação de Cristo, aqui exemplificada e amplificada não só pela opção pela pobreza, mas pelo fato de que ele recebeu os estigmas, as chagas de Cristo. Por conseguinte, as dores da crucificação, tal qual Francisco de Assis, obtém sofrendo a pobreza, ainda que esta seja polissêmica, ou seja, cada época lerá a pobreza de Francisco de um modo (Magalhães, 2020). A opção pelos pobres é uma das características não só do franciscanismo, desde os tempos medievais, mas uma reafirmação da própria Igreja Católica pós-Concílio de 1962, o Concílio Vaticano II.

Considerações Finais

Ainda que haja o processo de desencantamento do mundo (Prandi, 1992), há que se levar em conta como a religião cristã católica ainda se faz presente de outras formas no mundo cotidiano, sobretudo de uma cidade como Cáceres, nos anos 1960, provável período de produção do referido vitral. Infelizmente, até o presente momento, não encontramos evidências da autoria do vitral. Ainda assim, diante das informações disponíveis e da análise da própria obra, é possível analisá-la e inseri-la em seu momento histórico, conectada com a sociedade que a produziu.

A incorporação da arte modernista às igrejas só foi possível depois da modernização da própria Igreja Católica, após o Concílio Vaticano II, de 1962 (Pierucci e Prandi, 1996, p. 39-40). No Brasil, assim como em vários países, o Concílio Vaticano II acabou concebendo

dois irmãos antagônicos que vinham sendo gestados há tempos: a base da Teologia da Libertação (com a opção pelos pobres) e a base conservadora da Renovação Carismática - contra a esquerda e contra o avanço protestante e espírita, num primeiro momento (Pierucci e Prandi, 1996, p. 61). O Cristo da Catedral de Cáceres é moderno e conservador ao mesmo tempo, assim como os resultados do Concílio Vaticano II no Brasil.

Didi-Huberman afirma que as imagens nas artes visuais são criadas pelos mesmos mecanismos que os sonhos, ou seja, num jogo de esquecimentos, lembranças e conexões muitas vezes paradoxais (Didi-Huberman, 2005). No Cristo cacerense estas conexões paradoxais se fazem presente. Podemos ver, na análise da arte visual do vitral que o Cristo de Cáceres representa o espírito do modernismo brasileiro na arquitetura e nas artes, tal qual Brasília, que é ao mesmo tempo modernista e paradoxalmente barroca (Morávia, 2009). O Cristo cacerense seráfico da Catedral é modernista e barroco, contraditoriamente e paradoxalmente convivendo juntos em harmonia estética.

Tal qual o poema barroco de Gregório de Matos, em epígrafe deste artigo “o todo sem a parte não é todo, a parte sem o todo não é parte”, ou seja, as diferentes e contraditórias construções presentes no Cristo seráfico de Cáceres o tornam completo. E pensando na corporalidade do Cristo subdivididos no próprio vitral, “O braço de Jesus não seja parte, / pois que feito Jesus em partes todo, / assiste cada parte em sua parte”. Um conflito congelado em forma de arte, tal qual as diferentes temporalidades e estilos arquitetônicos presentes na Catedral de São Luís de Cáceres, convivendo em harmonia estética barroca e modernista.

Referências Bibliográficas

AQUINO, Maria do Carmo de Souza; FRANKEN, Nicoli Klunck; JOHANN, Maria Regina. “Marianne Arianne Peretti: A Artista Plástica que transformou Brasília”. *In: Painele de Pesquisas em Arquitetura e Urbanismo*, v. 3 n. 03, 2020.

A Cruz. 15 de julho de 1910, Cuiabá, número 05, p.01. Optamos por manter a grafia original das palavras. Disponível em : <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=765503&pasta=ano%201911&pesq=caceres&pagfis=26> [acessado em 20/06/2023].

ARRUDA, Adson de. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900- 1930)*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2002.

BAPTISTA, Marta. *Estrela de uma vida inteira: a história de Cáceres contada através das lembranças de vô Estella*. 5. ed. Cáceres: Unemat, 1998.

BIENNÈS, D. Máximo. *Uma Igreja Na Fronteira*. São Paulo: Loyola, 1987.

BRISAC, Catherine. *Le Vitrail*. Paris: Les Éditions du Cerf, 1990.

CAMPOS, Joner. ‘Catedral São Luiz foi inspirada na Catedral de Notre Dame’. *In: Jornal Oeste*, 18/04/2019. Disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=48003¬icia=inspiracao_catedral_sao_luiz_foi_inspirada_na_catedral_de_notre_dame [acessado em 20/06/2023]

CARVALHO, B. F., & Benincasa, V. 'O Santuário de São Sebastião: arquitetura sacra neocolonial em Porto Ferreira (SP)'. *Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)*, 2022, 20, 1-24.

CAMPOS, Joner. 'Catedral São Luiz foi inspirada na Catedral de Notre Dame'. In: *Jornal Oeste*, 18/04/2019. Disponível em: http://www.jornaloeste.com.br/noticias/exibir.asp?id=48003¬icia=inspiracao_catedral_sao_luiz_foi_inspirada_na_catedral_de_notre_dame [acessado em 20/06/2023]

CELANO, Tommaso da. *Primeira Vida de São Francisco*. Tradução: Frei Celso Márcio Teixeira. São Paulo: Vozes, 2018. Parte segunda, segundo livro. Capítulo 3, partes 94 e 95, p. 83-84.

CHAVES, Otávio Ribeiro (Org.). *et al. História e memória de Cáceres*. Cáceres: Unemat, 2011.

DIDI-HUBERMAN, G. *Confronting images: Questioning the ends of a certain history of art*, translated by J. Goodma. University Park: Pennsylvania State University Press, 2005.

EL DIÁRIO DECANO DE LA PRENSA NACIONAL. "Un francés muy boliviano: León Mousnier". *El Diálogo Decano de La Prensa Nacional*. La Paz, Bolívia. 20/02/2023. Disponível: <https://www.eldiario.net/portal/2023/02/20/un-frances-muy-boliviano-leon-mousnier/> [consultado em 20/06/2023].

GASKELL, Ivan, 1992, "História das Imagens", In BURKE, Peter (Org.). *A escrita da História. Novas Perspectivas*. São Paulo, EDUNESP, pp. 237-272.

LAUTIER, Claudine. "Chartres: Glazing the Cathedral". In: PASTAN, Elizabeth Carson and KURMANN-SCHWARZ, Brigitte (Edited by). *Investigations in Medieval Stained Glass Materials, Methods, and Expressions*. Leiden: Brill, 2019.

MACIEL, Aroldo. 'O minhocão do Pari, os terremotos e a queda da Catedral'. In: *O livre*, 15/04/2019. Disponível em: <https://olivre.com.br/o-minhocao-do-pari-os-terremotos-e-a-queda-da-catedral> [Consultado em 20/06/2023]

MAGALHÃES, A. P. T.. "O Léxico da Pobreza na Ordem Franciscana (Século XII): Contribuição ao Estudo da Economia Cristá de Bens Simbólicos". In: *Revista De História (São Paulo)*, no. 179, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de História, 2020.

MATOS, Alex de. *Templos Secretos de Mato Grosso*. Cuiabá: Edição do Autor, 2012.

MORÁVIA, Alberto. Brasília Barroca. In: *Caderno Mais*. Folha de São Paulo, 25 de janeiro de 2009. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2501200906.htm> [Consultado em 26/06/2023].

NEIVA Jr., Eduardo, 1993. Imagem, História e Semiótica, In: *Anais do Museu Paulista*. História e Cultura Material, NS, n. 1, pp. 11-29 (comentários de debatedores pp. 31-58).

PASTAN, Elizabeth Carson; KURMANN-SCHWARZ, Brigitte (Edited by). *Investigations in Medieval Stained Glass Materials, Methods, and Expressions*. Leiden; Boston: Brill, 2019.

PIERUCCI, A. F., & PRANDI, R. A realidade social das religiões no Brasil: Religião, sociedade e política. São Paulo: Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. Perto da magia, longe da política: Derivações do encantamento do mundo desencantado. *Novos Estudos Cebrap.* 34, 1992.

RÉAU, Louis. Iconografía de los santos – de la A a la F In Iconografía del Arte Cristiano. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996.

RIBEIRO, Marília. *Você conhece o arquiteto que projetou o maior Santuário Mariano do Mundo?* In: <https://www.a12.com/santuاريو/noticias/voce-conhece-o-arquiteto-que-projetou-o-maior-santuاريو-mariano-do-mundo> [consultado em 20/06/2023]

ROMANI, Daniel. Marianne Peretti: Linguagem Moderna para a Arte Vitral. In: *Revista Continente*, ed. 132, dezembro de 2011. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/secoes/arquivo/marianne-peretti--linguagem-moderna-para-a-arte-vitral#:~:text=No%20trabalho%20O%20vitral%20na,Catedral%2C%20inaugurada%20na%20d%C3%A9cada%20de> [consultado em 20/06/2023]

SILVA, Giuslane Francisca da. ‘Nas Linhas dos Jornais: Discurso de Modernização/Modernidade em Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX. In: *Cordis. Dimensões do Regime Vargas*, v. 2, São Paulo, n. 19, jul./dez. 2017.

SILVA, Marcos A. da. “A construção do saber histórico - Historiadores e imagens”. In: *Revista de História*. São Paulo: USP, 125/126: 117/134, jul. 1992.

A FÉ QUE SE FEZ VERSO: POESIA E RELIGIOSIDADE EM NATALINO FERRERIA MENDES

Edson Flávio Santos¹

*A oração rompe os lábios
Para fazer ligação
Do tempo com a eternidade
(MENDES, 1993, p. 46)*

Poesia é palavra que testemunha a fé. No caso de Natalino Ferreira Mendes uma fé que se revela na crença ao sagrado. A forma poética da oração religiosa é tão antiga quanto a própria poética e nem por isso deixa de guardar relações importantes entre si. O eu-lírico crê na existência de Deus e intenta conectar-se com esse ser transcendente através de gestos de reconhecimento e honrarias.

Segundo Hilda Gomes Dutra Magalhães (2001, p. 313) um determinado período da literatura produzida em Mato Grosso, ainda que “caudatária do parnasianismo e do romantismo” já produzia, ao seu modo, “alguma estética criadora”. Nesse sentido, Natalino Ferreira Mendes, com seus dois livros de poemas *Anhuma do Pantanal* (1993) e *Pássaro vim-vim* (2010), de acordo com nossas análises iniciais, revela-se um autor multitemático como que percebendo todos os influxos da primeira metade do Século XX.

Os versos “natalíneos” evocam memórias de pessoas, acontecimentos, lugares, recortes da vida do autor que se plasmam nos poemas. Não há quem não se debruce sobre mais de uma centena de poemas e não

¹ Doutor em Estudos Literários e docente credenciado do Programa de Pós-graduação em Estudos Literários (PPGEL/Unemat) e-mail edsonflavioimt@gmail.com

chegue à conclusão de que a cidade de Cáceres, sua Terra, não seja o grande motivo condutor de sua produção.

Esse leitmotiv pode ser dividido em temas, como sugeridos por Castrillon-Mendes (2020, p.471-472): o fundador, o padroeiro, os monumentos, a memória cultural, figuras da terra, sonetos, hinos e canções, natalinas, místicas e mensageiras. Interessa-nos, por hora, os versos do poeta dedicados ao sagrado e que irão compor o grande mosaico literário de sua produção.

Natalino Ferreira Mendes, através de vivências, construiu-se de robusta formação religiosa. Seus ideais humanos coadunavam com os cristãos. Ambos são importantes e se destacam na poética, constituindo a “situação-gênese” da poesia.

Utilizamos o termo cunhado pelo crítico Emil Staiger na obra *Conceitos e Fundamentos da Poética* (1997), que afirma não ser apenas o componente estético que imprime beleza à poesia, mas, principalmente, a força que a provocou e que essa poesia carrega dentro de si. Uma força que salta dos versos do poema “Arte”:

ARTE... gotas do sobrenatural vazadas
No coração do homem...
Rosa cujas raízes têm no infinito
A sua fonte de energia...
Mística pérola de luz oculta
No coração do homem...
Incentivo bendito ao espiritualismo.
Certidão da existência da luz de Deus
Junto ao nosso corpo material...
Atração do pensamento humano
Para a região sem mancha da beleza.
(MENDES, 1993, p. 47)

Nos versos acima é possível compreender a crença do eu-lírico em uma dependência sobrenatural da *práxis* criadora e da arte como dádiva entregue aos homens

pelo beneplácito de Deus. É a impotência humana que necessita do auxílio divino, como vemos em “Inspiração”

Inspiração divina que me desce
Do céu, nas asas da oração ardente,
Vem afirmar na minha mente em prece
A luz da fé que já minha alma sente.

Vejo que a tudo Deus está presente:
_ No alvorecer, na tarde que esmaece...
Na paz, na solidão... na dor do crente...
Na fêvida oração do que padece.

Sem ti, Senhor, o homem, só, parece
Correndo atrás da glória fementida,
O céu, a alma... o ser humano esquece.

Por fim, cansado e presa de receios,
Volta-se o homem à sua fé perdida,
Pedindo a Deus um termo aos seus anseios.
(MENDES, 1993, p. 62)

Percebemos no soneto/oração acima o gesto poético da onipotência, da onisciência e da onipresença de Deus que a tudo está presente. O ser divino que socorre o homem quando este encontra-se cansado e sem fé.

Na chamada “Economia da Salvação”, a tradição cristã acredita que Deus enviou seu filho Jesus Cristo para salvar a humanidade que já não acreditava mais em Deus e estava fadada a “perder” a salvação eterna. Esta crença também aparece nos versos de “RUMO PERDIDO”:

Senhor! Salva-nos que perecemos.
Enchemo-nos de ciência e te abandonamos
E tu, como sempre, respeitoso
Da nossa liberdade,
Nos deixas seguir à discrição os ventos.
Urge que acordemos
Em nosso coração
A fé que adormeceu...
_ Salva-nos, Senhor! (MENDES, 1993, p. 88)

Novamente encontramos o eu-lírico em prece que, atualizado, reconhece o desvio de rota e busca endireitar-se, mas não consegue com suas próprias forças. A imagem do homem fraco e dependente do divino acompanha a história da humanidade e aparece reiterada vezes na literatura desde os gregos até os dias de hoje.

A crença do autor confunde-se com sua admiração e carinho pela cidade. O homem cidadão e cristão recorre aos “lugares de memória” (Pierre Nora, 1984) para, também neles, reforçar a intervenção e ação divina.

Vila Maria, consagrada a São Luiz,
Teve na Providência
“A guarda soberana”.
De todas as direções
Do Paraguai e afluentes,
Mãos invisíveis transportaram
Camalotes, capim, aguapés
E mais outros vegetais
(MENDES, 1993, p. 33)

Os versos acima, retirados do poema TAPAGEM (Episódio da Guerra do Paraguai) atribui milagrosamente a um fenômeno natural a ação sobrenatural da “providência divina”. O ser soberano que cuida de todo o povo cacerense!

Cáceres foi erigida sobre a consagração de um santo: São Luiz e, tendo-o como seu padroeiro, é também mote de diversos versos. Por eles, essa “consagração” garante à cidade toda sorte de bençãos, pois

Assim, a Providência,
Que o mundo inteiro preside,
Salvou Vila Maria
Das mãos potentes de Lopes
(MENDES, 1993, p. 34)

Cáceres, a contar de sua fundação, recebeu de Portugal grande influência. O cristianismo era a

religião oficial da coroa e por conseguinte acaba sendo a religião oficial da cidade. Os poderes (executivos, legislativos e eclesiásticos) interagem de modo a intensificar a atuação um do outro como o ocorrido quando a assinatura da Lei Áurea onde

A Câmara Municipal se põe à frente
do entusiasmo popular,
e faz cantar, na igreja Matriz,
um TE DEUM, em ação de graças
por tão memorável feito,
que chamou de “redenção gloriosa”
da gente escravizada.
(MENDES, 2010, p. 56)

Aqui encontramos o poder público que, imperativamente, “faz cantar, na igreja Matriz” uma canção/oração cristã que remonta aos primeiros séculos da Era Cristã. Entoada em ocasiões solenes temos nesse gesto a reafirmação da religião católica amparada pelo poder local, e vice-versa, que expressa toda a fé de um povo. Não nos esqueçamos que Natalino Ferreira Mendes, por trinta anos, exerceu cargos importantes na esfera do poder municipal e seus versos denotam que, para ele, seu caráter cristão não se dissocia de sua atuação na vida social e pública.

A forte presença da igreja católica, seus símbolos e nomeações reforçavam os ideais de crença religiosa

Monumento de fé
do povo cacerense
a catedral de São Luiz
exprime,
na sua imponência
e nas arquitetônicas linhas,
o arrojo e a perseverança
dos habitantes desta terra,
(MENDES, 2010, p. 66)

A Catedral de São Luiz é, sem dúvida, o maior monumento da cidade. Inspirada na Catedral de Notre Dame, de Paris, demorou quase cinquenta anos para ser construída. Seus traços arquitetônicos chamam atenção pelo estilo gótico e neogótico empregado em suas fachadas, acabamentos internos e vitrais.

O eu-lírico, assim, expressa o sentimento de pertencimento à cidade que se mescla com o sentimento de fé, não apenas individual, mas que se estende para todo o povo cacerense. Um símbolo que une, pela fé, toda uma cidade.

À guisa de concluir o tema que provocou a escrita deste ensaio, temos em Natalino Ferreira Mendes uma poesia que pode ser entendida como uma tarefa de dar sentido à vida do poeta, às suas crenças, à percepção sobre a cidade e valores morais de um tempo.

Afinal se “o erigir da habitação humana ainda depende do poder da palavra: é graças à palavra em seu poder nominativo que se pode alcançar a obra do poeta” (Benedito Nunes, 2011, p.149). No autor passarinho encontramos a palavra não apenas como exercício de expressão literária, mas como uma *práxis* cristã, fazendo com que devoção e *práxis* literárias se coadunem.

Referências Bibliográficas

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. *Matogrossismo – questionamentos em percursos identitários*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2020.

MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. *História da literatura de Mato-Grosso – Século XX*. Cuiabá: Unicen publicações, 2001.

MAHON, Eduardo. *A literatura contemporânea em Mato Grosso*. Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial, 2021.

MENDES, Natalino Ferreira. *Anhuma do Pantanal: poesia da terra*, 1993.

_____. *Pássaro vim-vim: poesia da terra*. Cáceres: Ed. Unemat, 2010.

NUNES, Benedito. *Hermenêutica e poesia – o pensamento poético*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1997.

POR QUE RASGAS ASSIM O CORAÇÃO DO POETA? HISTÓRIA E EMOÇÕES NA POESIA CACERENSE DE NATALINO FERREIRA MENDES

Edson Silva de Lima¹

Neste ensaio propomos pensar a hermenêutica literária como condição de investigar aquilo que chamamos de fenomenologia das emoções em artefatos culturais, especificamente, na literatura cacerense. Nos interessamos, dessa forma, em fazer uma leitura atenta que nos permita, antes de mais nada, compreender as marcações de afetividade presentes nestes artefatos da experiência histórico-literária. Para tanto, elegemos os poemas do poeta e memorialista Natalino Ferreira Mendes publicados em *Anhuma do Pantanal - Poesia da Terra* (1993) que nos permitirão ao mesmo tempo traçar os meandros de sua composição, própria da “experiência do território”, bem como, articular a experiência estética e a experiência histórica no mesmo diapasão.

Introdução

Entre marcos e marcações, nas burocracias e tramas políticas e sociais, a cultura não aparece separada desses processos históricos, mas no interior, em uma valsa que faz percorrer todo salão em um turbilhão de fatos, acontecimentos e encontros consigo e com os outros. Não basta, nesse sentido, dizer que a história de Mato Grosso se confunde com a história de

¹ Edson Silva de Lima é professor contratado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT Campus Jane Vanini - Cáceres/MT. Doutor em história pelo Programa de Pós-Graduação em História - UNIRIO (2022). Email: edson_hist@yahoo.com.br.

Cáceres e suas culturas, é preciso acentuar que nesses espaços discursivos as movimentações da vida são simultâneas e endossam a historicidade das coisas e das pessoas, encarnam suas memórias, sua finitude e suas emotividades.

A memória, nesse sentido, permite o resgate da experiência individual e coletiva, organiza na desordem das lembranças, particularidades atravessadas por marcações de realidade e fragmentos da história de vida, da história política e das formas e formações do tempo que nos atravessa, nos fere, nos marca e, as vezes, nos monumentaliza. Ela, memória, em seu processo de relações entre temporalidades (MENDES, 2021) no faz viajantes da simultaneidade do não simultâneo (KOSELLECK, 2006), nos faz reféns de alegrias, dos sabores, dos amores engatilhados pelo mais simples ato de memória.

Foi Proust que nos mostrou essa possibilidade de viagem em si mesmo, de mergulho no ser recôndito de si, nas marcas mais profundas que a memória voluntária escapa, por sua subserviência às maquinações da história profissional. A memória que nos interessa aqui é aquela involuntária, carregada de faíscas, de lampejos, ousada por excelência, que traz a vida apenas o que não está diretamente ligado a alguma forma de controle. Ela é rebelde, voluntariosa, procura afago nas lembranças, mas não se deixa capturar como artefato de identidade, se nega a limitação das lembranças institucionalizadas, elas são: “gatilhos que acionam as heranças simbólicas” (MENDES, 2021, p. 11) e como tais, são instintivas, são livres, são espectros que nas sombras apenas se mostram quando convidados por sutilezas *quasi* anti metodológicas. Ela resiste a história, resiste ao tempo, mas se deixa aberta as emoções,

se torna disponível as lágrimas, muitas vezes, se ancora nelas à procura da sinceridade, da plenitude do que não pode ser racional ou meramente racionalizado.

Seu suporte mnemônico é o corpo, sua materialidade é a linguagem, a semântica das emoções que nasce da articulação do sentir e do dizer, que brota na forma metaforológica (BLUMENBERG, 2010), que não se cerca de significados, mas que se perpetua na arbitrariedade da linguagem. Se os “lugares de memória”, como assinala Pierre Nora (1984), nascem e vivem do sentimento que há na memória espontânea e, portanto, exige organização coletiva de rememoração que nega sua espontaneidade; nos afastamos dessa proposição para desafiar o processo de identificação, de determinação e de limitação das ruínas que somos nós.

Enquanto tal, carregamos muitas temporalidades, carregamos os Outros e outridades, nos redeseñhamos na imaterialidade de sermos meros jazigos de memória, de história, de fatos. Nossa finitude é o não-lugar da certeza, a afirmação da negação, o limite sem limitações aquilo que nos limita pela liberdade de ser. Há, assim, uma interminável mediação que corresponde às dimensões da finitude e da infinitude. Embora uma mantenha relação dialética com a outra, nos interessa a percepção de uma condição de passagem, de transição, de atravessamento. Seria, portanto, nessa condição que a própria memória aparece como composito da finitude, nessa possibilidade do Outro encontrar-se a si mesmo.

Um exagero semântico que nos tensiona para a autorreflexão que: “tende do conhecido para o desconhecido, como metáfora da dialética de um passado mais ou menos conhecido e as incertezas do presente e do futuro” (MENDES, 2021, p. 12). Dessa maneira,

queremos escrever sobre Cáceres aquilo que não é puro espaço, afinal “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255), mas sua espacialidade enquanto condição de ser-no-mundo a partir da força poética e sua condição metafórica, isto é, a capacidade de dizer e produzir experiência estética e histórica sem tornar-se refém da mera referencialidade, uma “descoberta de si a partir do conhecimento do seu próprio espaço de representações” (MENDES, 2021, p.13).

Por uma fração da História Literária de Cáceres e Mato Grosso

Falar de uma literatura mato-grossense, com o peso que a palavra carrega e as muitas discussões em torno do seu significado, é um desafio, ao mesmo tempo que é um deleite, basta recorrer, sem o risco de cometer algum deslize aos escritos de Olga Maria Castrillon-Mendes. Sua trajetória intelectual e seu esforço em trazer para a vanguarda a cultura de um Estado periférico, é mais que louvável, é digno de aplauso. Seu empreendimento não se limita a traçar um panorama geral da literatura mato-grossense como é o caso de Rubens de Mendonça (2005) e Hilda Gomes Dutra Magalhães (2001) em suas obras de referência, inclusive recomendados pela autora, mas tornar conhecido as letras mato-grossenses, isto é, aquilo que compõe a alma, o espírito e a aventura que é compreender os regimes regionais de historicidade. Um regime que tem seu próprio ritmo, sua própria temporalidade, regida por uma experiência que não diz respeito à subalternidade em relação aos centros metropolitanos, mas uma convocação a olhar para dentro, de se interiorizar naquilo que é próprio de sua cultura particular.

Entre as “manifestações literárias” e a literatura propriamente dita - não faremos uma discussão teórica sobre o que é literatura, mas deixo para os mais curiosos a indicação do livro do teórico brasileiro Luiz Costa Lima, *História. Ficção. Literatura* de 2006 publicada pela Cia das Letras - o percurso escolhido por Olga Maria Castrillon-Mendes nos chama atenção pela sua rara erudição, cada vez mais escassa nas universidades brasileiras, uma leitora sagaz e bastante atenta à tradição humanista. Ao que parece sua vocação a ciência literária tem como central pensar a produção do Estado de Mato Grosso como esse lugar que carrega as marcas da adaptação, o poder da adequação e da aclimatação.

Seu argumento quanto ao espírito periférico de Mato Grosso, nos parece bastante sóbrio, acentua a necessidade de um debruçar-se sobre a produção interna do seu Estado sem que seja uma reelaboração de ressentimentos provinciais, como é comum em certos locais, mesmo aqueles que estão em cadeiras da universidade. Ela procurou estabelecer um lugar de discurso formativo orientado para formação de leitores, de possibilidade de ênfase e participação editorial para que se estabelecesse a literatura mato-grossense como mais que um registro histórico-literário, mas parte de um sistema de produção e de implantação do cânone nacional.

Ela atenta que, para que isso fosse possível, a convocação de Rubens de Mendonça para que estudiosos escrevessem a história de seus municípios foi fundamental. Era preciso tornar-se a si mesmo, não como aquele que persegue uma identidade determinada que se ancora em uma localidade e uma regionalidade, mas que revelasse os ares pantaneiros para todo país. Para que o lugar dessas histórias não fosse marginalizado em decorrência de uma história hegemônica que

privilegiava o Sudeste. Advogava, portanto, por um jogo de escalas, para tomar emprestado o desafio de Jacques Revel (2010), que percebesse que as histórias locais compõem uma História do Brasil, que não se limita a interiorização do Brasil a partir das bandeiras.

Ao fazer a intrigante pergunta: “Como é possível uma região do porte e importância [econômica] como a nossa não fazer parte do cenário intelectual dos centros de excelência?” (MENDES, 2020, p. 16), nos faz pensar na centralidade da produção intelectual no Sudeste e no Sul do país, muito embora, ela aponte uma elevada produção em relação às problemáticas das fronteiras, pouco se diz no círculo intelectual sobre a produção acadêmica desse imenso lugar. Essa produção se daria pelo papel exercido por duas universidades públicas, a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e a Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT).

Mas o que essa discussão tem a ver com a história da literatura de Mato Grosso? Diríamos, absolutamente tudo. Sem a intensificação da articulação entre produção crítica intelectual e os produtos culturais regionais locais, a história e a memória desses espaços se tornam invisíveis, e sem o destaque necessário a esses bens culturais, toda e qualquer tentativa de historicizá-los é mera firula acadêmica.

Dito isso, vamos enfatizar, aqui, a leitura de Olga Maria Castrillon-Mendes das contribuições de Natalino Ferreira Mendes à história cultural de Cáceres como um sujeito comprometido com as manifestações histórico-culturais do município, nos mostrando que a relação entre as literaturas do Estado e do município possibilitam uma interação que vai do particular para os meandros do universal. Nas palavras de Castrillon-Mendes: “se a geografia carimba nossa existência é

como parte dela que podemos ressignificar o mundo. Se a Literatura de um povo constrói a sua identidade e, como diz Antonio Candido, não há equilíbrio social sem ela” (MENDES, 2020, p. 20), i.e, estamos imersos na espacialidade que nos constitui, e não é apenas por sua geografia física, mas também pelas marcas que dela nos entranha e nos faz ser parte de algo mais amplo que se enraizou nas redes de significação que são preenchidas por identidades que são (des)construídas em contextos diversos, evidentemente, em um processo de continuidades e rupturas.

A persona de Natalino Ferreira Mendes, segundo ela, pode ser descrita como “autodidata, pássaro-poeta, memorialista, cronista e professor das humanidades” (MENDES, 2020, p. 503), em outras palavras, um sujeito que desempenhou diversos papéis, e neles, não se furtou em ser aquele que aprende e aquele que ensina. Não se permitiu ser menos do que poderia ser nas letras de suas narrativas memorialistas e no ritmo de sua poesia da terra, de poemas-aprendizados, como se referiu Carlos Alberto Reyes Maldonado (1993) prefaciando o livro de poesias *Anhuma do Pantanal*. Ainda nas palavras de Maldonado, ele foi um “historiador meticoloso, observador sagaz, pai, espiritualista e cidadão” (MENDES, 1993, p. 9). Ele era por inteiro Pantanal: que curiosa essa afirmação. Não pela maneira como metaforiza a existência de alguém em sua máxima vegetal, regional, natural, mas justamente, por, de alguma maneira, atrelar ao modo de existir e de sentir aquilo que aparentemente não tem movimento afetivo. Um equívoco trivial aqueles que desconhecem a *pachamama*, essa relação íntima, singular e afetiva com a natureza, com os aldeamentos da vida, da vida em movimento sem definidores, orquestrada apenas pela cadência da *physis*.

Para Olga Maria Castrillon-Mendes, ele viveu entremeio, Cáceres-Cuiabá, e embora não fosse um historiador de formação, trazia consigo os ares da Nova História, aquela mesma sob direção de Le Goff e Pierre Nora que ganha destaque nos anos 1970 como a terceira geração dos *Annales*. Sua escrita carregava a leveza poética e o peso da narrativa historiográfica. Em vista dessas afirmações, a partir das coletâneas *Fragmentos da história cultural de Cáceres e outros fios da memória*, em dois volumes, organizado pela professora Olga Maria Castrillon-Mendes (2021), elencamos dois desses fragmentos em um pouco mais de uma centena deles, para que o leitor sinta seu apetite histórico e literário estimulado.

O primeiro texto escolhido está no volume I de *Fragmentos da história cultural de Cáceres e outros fios da memória*, sob o título *Cáceres: 196 anos em busca da concretização do sonho de Albuquerque*. Nos deparamos, neste fragmento com uma escrita ensaística que não está preocupada em fazer balanços da história de Cáceres, pouco se importa em trilhar protocolos de leitura que nos encaminhem para um percurso historiográfico fincado em dados, datas e acontecimentos. Embora a linguagem escolhida não seja das mais simplórias, a leitura é agradável, bastante romântica e endossada pela possibilidade de criar imagens idílicas e urbanas, sem com isso hierarquizar essas experiências. Natalino Ferreira Mendes não escolhe personagens ilustres embora cite o nome de algumas, não demarca os arautos do poder, mesmo acentuando os lugares estabelecidos e outros mais ordinários. Aos olhos do leitor, nos parece que há uma certa devoção à territorialidade, ao homem modesto e frugal. Sim, aqueles sujeitos que vivem suas vidas entre as mãos sujas pela terra e o espíri-

to bucólico da vida no campo. Nas palavras de Natalino Ferreira Mendes: “o homem descobre a capacidade do Pantanal para a pecuária, os campos povoam-se de inúmeras reses, ao embalo dos ‘eias’ dos vaqueiros, heróis anônimos que ajudaram a criar os rebanhos e a construir a nossa riqueza” (MENDES, 2021, p.15).

Os protagonistas dessa história não usam luvas de pelica, não querem revidar nada, apenas vivem os dias de labuta a saborear as cotidianidades, que são muitas, que são outras, que é o pendular entre seus papéis de trabalhador e desbravador. Embora Natalino Ferreira Mendes não utilize de onomatopeias explícitas, encoraja a imaginação a ouvir os sons que estão dispersos nessa espacialidade, os ruídos que compõe uma melodia que a ouvidos mais sensíveis aparece como uma sinfonia regida pela própria vida em movimento, e nesse sentido, ele nos convoca ao exercício da escuta, dizendo:

[...] escutando o passado, ouço ainda o monótono ruído do carro de bois mormente nas tardes quentes de verão. E pelas estradas compridas lá vão eles quebrando o silêncio das matas. Nos sítios o trabalho duro das roças, a limpeza da terra, a semeadura, a colheita, o baquesurdo dos monjolos, pilões possantes movidos por força hidráulica. O ruído dos engenhos de madeira, gritando nos eixos, espremendo a cana para fazer a deliciosa garapa, o açúcar de barro, a rapadura. (MENDES, 2021, p. 15-16).

O passado tem sons, faz barulho, um alarido particular que nos chama atenção, que reclama nossa presença, nos faz sentir através de afecções que o tempo nos atravessou em diferentes ritmos, em diferentes circunstâncias. Não permite o silêncio, pois o silêncio é uma ilusão que quer calar a natureza, amordaçar o

assobio dos ventos e o trinar dos passarinhos. É um convite à vivência pantaneira, campesina que Natalino Ferreira Mendes nos faz. Através da mobilização, quase sensorial, quer nos fazer experimentar a história de Cáceres pelos seus olhos, seus sentimentos, sua admiração, sua paixão, sua devoção. Em vista disso, Natalino Ferreira Mendes nos mostra esse

Outro herói anônimo: o lavrador, arrancando da terra, com os próprios braços, o sustento seu e da cidade. Para conduzir a produção, utilizou o boi como transporte. Este em grupo, formou tropas, donde nasceu o tropeiro, o homem que arranca do solo o alimento e o transporta para o mercado. Homens anônimos que ajudaram a fazer a grandeza do Município. (MENDES, 2021, p. 15).

O memorialista-poeta não perde tempo resgatando memórias oficiais, há outros lugares para isso. Nesse breve texto, está atento às sensibilidades, a tornar quase tangível o movimento que cada personagem pode fazer em favor da elevação de sua verve para, de alguma forma, criar mecanismos de contribuição, de transformação e, ainda, um substantivo utilizado por ele, de grandeza. O anonimato não é sinônimo de desconhecido, aqui ele apenas não tem um nome específico; mas suas marcas estão na terra, no arado, no deslocamento, no transporte, nos agrupamentos e tropas, nas realizações e nas emotividades, sobretudo, marcadas pela amizade. Um conceito que não aparece explícito, mas que nos permite uma aposta, devido a atmosfera/clima (GUMBRECHT, 2012) convocado pelo autor.

No fragmento *A fixação do homem na terra*, também presente no volume I, encontramos, com menos elucubrações de Natalino Ferreira Mendes, outras

personas que compõe o cenário pantaneiro cacerense, suas contribuições particulares, mas sobretudo, sua vitalidade, sua força, sua resiliência e mais que isso sua sensibilidade. Natalino Ferreira Mendes não se furta em trazer no seu texto essa alegria saborosa de estar onde gostaria de estar, de alguém que observa com uma lágrima doce de quem admira e procura entender o que significa ser esse homem “modelado pelas energias do meio físico a que se adaptou” (MENDES, 2021, p.63).

Há uma mística, uma espiritualidade orbitando suas considerações e narrativas; não obstante, preferimos não ingressar nessa seara bastante complexa para nos atermos a esses tipos sociais elencados por Natalino o

[...] trabalhador rural, o agregado, o vaqueiro, o canoeiro, o boiadeiro, o tropeiro, o peão, o carreiro, o pescador [...], continuando o espírito aventureiro dos ancestrais, fez-se também o garimpeiro, o seringueiro, o caçador de animais silvestres, e, sobretudo, o poaieiro, que sustentou rendoso comércio por muitos anos em nosso município. (MENDES, 2021, p. 63).

Poderíamos chamar esses personagens de coleção, uma coleção biossocial. Digamos com isso, como afirmou Stefano Mancuso que: “quando o homem abandonou a atividade de caçador e coletor e se instalou num território, cultivando a terra, ele também começou sua história de coevolução com as plantas” (MANCUSO, 2019, p.67), esta afirmação tem consequências interessantes, embora não seja em todo completa, afinal, embora não seja mais seu modo “estrito” de lidar com a natureza, o homem ainda é caçador, e podemos entender esse caráter como um aspecto predatório da personalidade do homem moderno.

Nos interessa, no entanto, acentuar que a relação que se estabeleceu entre o homem e a terra nesse cenário de “formação de núcleos populacionais em Cáceres [que] se deu em torno da agropecuária com o surgimento das roças, dos sítios e das fazendas” é uma fisiocracia relacionada a propriedade da exploração que não tem uma novidade no trato econômico, mas evitemos esse caminho também. Através do olhar bucólico de Natalino Ferreira Mendes procuramos ver como esses personagens perceberam que são parte dessa “coevolução com as plantas”, como

Os Guató, que viviam em aterrados à beira dos rios e baías na planície do Pantanal, o nosso homem ribeirinho adaptou-se ao ambiente, aprendendo a conviver com as águas nas enchentes, suportando toda sorte de adversidades com paciente resignação. Na luta dos campos imensos de criação de gado, na faina diuturna da lavoura nos sítios e fazendas, e nas atividades extrativas, formou-se a índole da nossa gente. (MENDES, 2021, p. 63).

A diversidade da vida ribeirinha parece contribuir para a constituição deste sujeito resiliente e estóico. O estado prático-emocional desse sujeito nos faz pensar nas contribuições de Martha Nussbaum (1994; 2001), que argumentou que precisamos ficar atentos à compreensão cognitiva das emoções. Em outras palavras, esse lugar de “adaptação” tem mais relação com as motivações por crenças que forjam emoções compositivas dessa relação com o ambiente que estamos imersos, do que com a capacidade de nos tornarmos sujeitos resignados. Nussbaum explica, e.g , que os estóicos viam na cultura romana uma presença forte da cólera: uma emoção guerreira, motivadora, que levava os generais a

enfrentarem as batalhas com furor e vontade de vencer, algo que Natalino Ferreira Mendes elogia nesse homem pantaneiro, nessa coleção biossocial de sujeitos que detém “a coragem pessoal, a dissimulação, a astúcia, a confiança em si mesmo, [e que] são características advindas da própria situação em que se criou, de isolamento num meio quase sempre hostil, que o obriga a ser autossuficiente e agir com decisão e rapidez nos movimentos” (MENDES, 2021, p. 64).

Em vista disso, podemos citar Milton Santos quando disse que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 2005, p. 255). A impressão que temos, pelo menos, do que temos visto até aqui, é que esse território para Natalino Ferreira Mendes carrega marcas de emotividade que nem sempre são descritas, escritas ou expressas. Mas são implícitas, i.e, estão imiscuídas nas relações que foram se estabelecendo entre natureza e homem, homem e sociedade, sociedade e natureza. E não se trata de apenas manter o rigor documental e histórico de seu trabalho, estamos interessados nessas marcações de realidades atravessadas por uma possibilidade de ênfase no *homo affectio*, esse sujeito impregnado de conexões afetivas.

Olga Maria Castrillon-Mendes, em *Natalino Ferreira Mendes e a poesia da história: Cáceres e Cuiabá nos caminhos da produção intelectual* (2020) procurou nos mostrar essa rede de sociabilidade e de afetos que cercou a trajetória de Natalino Ferreira Mendes, seja ressaltando seu espírito aventureiro em percorrer estradas que o levassem de Cáceres a Cuiabá, a cavalo, seja nos espaços de poder que ocupou com magistralidade. É uma pena que ninguém o tenha questionado ou tido algum interesse em perguntar o que

significou fazer esse percurso com um companheiro que no silêncio, certamente, foi um acalento em momentos de solidão, incerteza, medo e temerosidade. Essa amizade não inscrita, não falada, não relatada nos remete a condição de distinção que ainda temos em relação ao tratamento que damos à natureza em sua fauna e flora, vistas como objeto da vontade, da exploração e da mobilidade humana. Martha Nussbaum faz uma reflexão interessante sobre ética animal que vale a pena darmos atenção e ouvi-la quando disse,

[...] Pensar os animais como seres ativos que tendem a um bem nos leva a ter a ideia de que eles têm o direito de perseguir esse bem. Se tivermos esse pensamento, é provável que vejamos sérios danos feitos contra eles, impedindo-os de perseguir tal bem, como injustos. (NUSSBAUM, 2007, p. 337, tradução nossa).

Se entendermos a amizade como uma solução ao problema da intersubjetividade como Konrad Utz (2008) preconiza, nos limitamos a relação entre seres ativamente racionais, e deixamos que o desencantamento do mundo seja uma permanência que mantenha sua soberania na modernidade. O reencantamento do mundo é o desafio que devemos nos colocar no mundo contemporâneo, e pode parecer uma provocação a poesia e a narrativa historiográfica de Natalino Ferreira Mendes, mas que nos parece coerente com a maneira como aparentemente ele lidou com a vida. Talvez estejamos lendo Natalino com os olhos de quem o tinha demasiado apreço pessoal, no entanto, sem essa marca de sensibilidade não é possível encontrar o sujeito que transpirava amor por sua terra.

Essa curva à ética animal, a ideia de amizade, nos permite desviar dos lugares “clássicos” de

sociabilidade que, no geral, circulam pessoas da chamada “alta sociedade”, intelectuais, políticos etc. Olga Maria Castrillon-Mendes vai por esse caminho e, embora, não mobilize o conceito de redes de sociabilidade, encaminha uma breve digressão nele, apontando Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Mato-Grossense de Letras, como espaços fundamentais na trajetória de Natalino Ferreira Mendes, seja em sua dimensão profissional, seja pessoal, esses lugares marcaram sua história. Georg Simmel nos fornece uma importante contribuição relativa à noção de sociabilidade como:

[...] interesses e necessidades específicas [que] fazem com que os homens se unam em associações econômicas, em irmandades de sangue, em sociedades religiosas, em quadrilhas de bandidos. Além de seus conteúdos específicos, todas estas sociações também se caracterizam, precisamente, por um sentimento, entre membros, de estarem sociados, e pela satisfação derivada disso. (SIMMEL, 1997, p. 168).

Olga Maria Castrillon-Mendes destaca um conceito muito caro para os estudos de história das emoções, a empatia. Esse conceito possibilita a intensificação da categoria amizade, afinal, é preciso compreender o outro como alguém que tem sua própria história para que os laços sejam estabelecidos por afinidades que conduzem a esse encontro ético chamado amizade. Isso quer dizer que não é apenas se colocar no lugar do outro, mas se permitir sentir junto com o outro, estar disponível a uma fusão de horizontes, em um processo hermenêutico de compreensão de si e do Outro (NUSSBAUM, 2003). O poetizar a amizade, segundo

Olga Maria Castrillon-Mendes, foi uma marca da recepção de Natalino na Academia de Letras, dois amigos em específico, Silva Freire e Benedito Pedro Dorileo, tornaram esse momento solene o tilintar do encontro pela “lide poética” e por “afinidades visionárias”. A partir daqui, com todos esses fios puxados do tear da vida de Natalino Ferreira Mendes, nos desafiamos a leitura dos poemas de *Anhuma do Pantanal - Poesia da Terra* edição de 1993.

A poesia de Natalino Ferreira Mendes: criando imagens, cheiros, odores e sabores

Antes de entrarmos nas poesias de Natalino Ferreira Mendes, gostaríamos de dizer algumas coisas sobre a natureza da poesia. Quando falamos de poesia, no geral, pensamos em algum texto com certa estrutura, pelo menos, diferente da prosa, mas que quase sempre tem como tema o amor romântico. Essa é a compreensão leiga, popular e difundida por um certo entendimento superficial do fazer poético. É evidente que não é preciso ter conhecimentos teóricos sofisticados para ter gosto pela poesia, no entanto, é necessário entender que seus temas são diversos e o poeta é livre em sua pena ou “teclado” para dizer tudo, dizer nada e, até, não dizer. Embora as emoções estejam presentes na sua composição, elas também são múltiplas, são, às vezes, escorregadias, não querem se limitar a um tipo de linguagem, não querem se deixar ser capturadas por signos em um papel. De alguma maneira, não se deixa ser levada pela ânsia de sentido e significação dos sujeitos que demandam da poesia um certo grau de “descrição” do mundo. O papel da poesia é outro. É, como disse Octavio Paz, revelar o mundo e criar outros mundos (PAZ, 1982, p. 15).

Longe de nós tornar determinado o que vem a ser a poesia ou o que o poeta faz quando escreve um poema. Esta é a fonte que alimenta a poesia, é seu substrato, sua potência, tornando possível perceber que há uma diferença entre as máquinas de rimar e as de poetizar. A rima, nesse sentido, conduziria o ritmo, a astúcia, o confronto com a aliteração, com a própria arbitrariedade da linguagem. A historiadora Ana Carolina de Azevedo Guedes (2021) disse, em sua tese, que toda linguagem possui ritmo, é rítmica, i.e, tem um tempo particular que embala a experiência do vivido. Embora ela esteja pensando no romance moderno, portanto, na forma da prosa, essa afirmação nos permite compreender que seja a linguagem poética, seja a linguagem cotidiana, em seu automatismo (CHKLOVSKI, 1973), carregam a impetuosidade da marca rítmica poética. Essa percepção endossa, de alguma maneira, a afirmação de Octavio Paz quando disse: “há poesia sem poema: “paisagens, pessoas e fatos podem ser poéticos, são poesia sem poema” (PAZ, 1982, p. 16).

Em vista disso, o ato de criação, de invenção, de escrita e reescrita, de mergulhar na linguagem para, nela, criar fraturas; seria, ao fim e ao cabo, uma negociação com a forma. Octavio Paz nos mostra que “o poema não é uma forma literária, mas o lugar de encontro entre a poesia e o homem. O poema é um organismo verbal que contém, suscita ou emite poesia” (PAZ, 1982, p. 17). A conjunção entre o ato de escrever, de sentir e de enunciar possibilita essa rebeldia quanto a organização artificial dos signos. Sua disposição não quer ser controlada por padrões de exposição, de gosto e, nem mesmo, de normas gramaticais. Nessa perspectiva é possível perceber a poesia em sua condição de unidade autossuficiente (PAZ, 1982, p. 18),

em outras palavras, a poesia não é uma ato repetível, não é possível reproduzi-la, ou emulá-la, se não pelo estilo que cada poeta carrega.

Nos interessa com essa digressão assegurar que não é a leitura referencial que nos interessa na poesia de Natalino Ferreira Mendes, não é seu caráter histórico, mas de historicidade que nos leva, no ato de leitura, a movimentar nossos repertórios epistêmicos e éticos. Isso quer dizer, que todo exercício de análise que enfrentaremos estará ancorado, sobretudo, pelo que foi dito até aqui, mas também pela própria experiência estética engendrada na aproximação entre leitor e obra, a condição de receptor ativo e a afecção motivada pelas imagens construídas na poesia.

Acentuamos, assim, em concordância com Octavio Paz, que por, “ser ambivalente, a palavra poética é plenamente o que é - ritmo com significado - e, ainda assim, é outra coisa: imagem” (PAZ, 1982, p. 27). É essa capacidade de criar imagens, cheiros, odores, sabores que queremos ressequir do ato poético de Natalino, uma necessidade última de não suncubir ao excesso de sentido, ao mesmo tempo em que nos impulsionamos nele. Se é possível sentir, ou movimentar as imagens construídas, desenhadas, delineadas e esboçadas por Natalino Ferreira Mendes nos despimos de nossas ferramentas historiográficas, para permitir que ele nos conduza ao seu bosque da ficção. Aceitamos, destarte, o convite para, junto a ele, reinventarmos Cáceres nessa experiência que congratula o visível e o invisível, o histórico e o poético, o humano e o inumano.

Em sua poesia Natalino Ferreira Mendes nos permite conhecer personagens sem história (os anônimos da história), pessoas que passaram pelas ruas, estradas, rios e matas de Cáceres “antiga”. Sujeitos sem voz

impressa em texto, sem narrativa escrita. Mas de uma riqueza de vida, de experiência, de imaginação, de uma vivacidade ímpar. Natalino nos orienta pelas ruas da cidade para vê-los de perto em seus ofícios, em sua lida, em sua cotidianidade. São sujeitos que marcaram a paisagem, que constituíram o cenário cacerense com silêncio e com braço forte, com espírito de cooperação e aventura. Com um senso de coletividade sobressaltado pelas relações comunitárias.

O poiaieiro aparece na poesia de Natalino com certo destaque. Ele registra a coragem desse sujeito destemido que, desbravador das matas escuras, conhecia bem o emaranhado de caminhos e trilhas, sua experiência o levava a encontrar a poaia negra e pura com alguma facilidade, uma *expertise* que, devido ser ele um homem que comungava com a natureza, sabia ouvi-la, escutava com cuidado o que ela tinha a dizer, tendo no pássaro-poaieiro seu companheiro e no pé-de-garrafa seu rival (grifos nossos no corpo das poesias):

Na assombrada mata de Poaia
Mal conhecida, outrora, dos mateiros,
Um monstro temeroso, em sobressalto
Traz os intrépidos Poaieiros².

Na única floresta portentosa,
Campeia essa ave fabulosa
Que se chamou poaieiro.
Seu nome vem da ajuda que ela presta
Ao sertanejo crente, de alma lesta,
Ao másculo mateiro³.

Esse sertanejo aventureiro, desbravador, também é descrito com adjetivos que nos mostram sua destreza, sujeito de “alma lesta”, másculo mateiro.

2 Poesia Pássaro Poaieiro.1993, p.53.

3 Poesia O poaieiro. 1993. p.50.

Essas adjetivações tentam de alguma maneira reforçar sua força, e a necessidade de performar um modelo de masculinidade que estava associada àquele que não tem medo do perigo, que não se intimida com o desconhecido da floresta e que ainda que, “sabedor” do folclore local, não se acovarda frente a úmida floresta fria, escura:

Eis renasce nesse herói
Da aventura o sentimento
Herdado de seus maiores!
Só escuta um chamamento:
É da mata que o fascina!
- Ali jaz alguma mina!
Parte alegre - é sua sina!
A buscar o encantamento!⁴

Precisamente nessas regiões
Em que vicejam férteis os fogões
Do arbusto feiticeiro,
Está, invulnerável, na **tristura**
Da úmida floresta fria, escura,
O pássaro poaieiro⁵.

Nos sertões da minha terra,
Em meio à floresta escura,
Onde rondam feras mil
E toda sorte de agrura,
Escondeu a Natureza,
Com cuidado e com justeza,
A POIAIA negra e pura⁶.

Tal qual o companheiro de viagem de Natalino Ferreira Mendes, o poaieiro se servia desse pássaro. A relação que se estabelecia entre eles é meio conturbada. Afinal o pássaro ao se alimentar da poaia, apontava para o sertanejo a sua mina, sua fonte de alimento e o lugar de colheita do poaieiro:

4 Poesia Pássaro Poaieiro.1993, p.53.

5 Poesia Pássaro Poaieiro.1993, p.53.

6 Poesia Aguateiro 1993, p.41.

Na solidão, seu pio esperançoso
Parece que traduz, harmonioso,
O grito: - Poaia! Poaia!
O bravo sertanejo pára, escuta...
Naquele ser cansado pela luta
Um novo alento raia⁷.

Em *Famílias e natureza*. As relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra- MT (2004), Carlos Oliveira nos conta a história dessa planta. Ele relata que um garimpeiro, que se encontrava em um afluente do rio Paraguai, tomava um chá de um arbusto com propriedades medicinais. Enviaram, então, amostras dessa planta para o que seria Cáceres, de lá foi enviado para Europa: da análise dessa amostra teria surgido a extração sistemática e a indústria da poaia:

A poaia era abundante na região: das raízes desse arbusto de pequeno porte, dois palmos talvez, se extraíam componentes usados na composição de remédios contra várias enfermidades, e que se tornaram uma demanda internacional; requerida por laboratórios farmacêuticos, principalmente até a primeira grande guerra, a poaia chegou, inclusive, a ganhar valor de moeda e a sua extração recebeu um nome: poaiar, de onde o derivado poaieiro. (MIUAZAKI; MACEDO, 2020, p. 398-399).

Sua “descoberta” e seu uso, digo da poaia, fazem nascer esse sertanejo que capina a mata a sua procura. Fez emergir um sujeito devoto a sua procura, alguém que se tornou um voraz senhor das florestas escuras, destemido, que segue em frente e não se furta em avançar:

⁷ Poesia Pássaro Poaieiro.1993, p.53.

Mas o homem destas plagas
- Sertanejo aventureiro,
Descobrimo a rica planta,
arbusto bem brasileiro,
Com firme disposição
Dela fez exploração.
E se tornou desde então
O conhecido Poaieiro⁸.

Mas não somente O Poaieiro, outro personagem importante nessa poesia de história, história em poesia, é o Aguateiro. Um sujeito fundamental para alimentar a cidade de São Luiz com águas do rio:

Vivemos as páginas do livro do passado
Da cidade de São Luiz
A São Luiz de Cáceres
Das primeiras décadas do século.
Comunidade tranquila, feliz,
À beira do caudaloso Paraguai.
A cidade e a natureza
Convivem em harmonia.
A água que se consome
Vem da chuva ou vem do rio.
Do rio, precisava apanhá-la
Em latas de querosene
Ou em vasilhas maiores, em carros
De tração animal.
Daí surgir a idéia
Original
Que se fez atividade.
Improvisei-me uma carroça com uma pipa
Munida de torneira:
- Eis em cena o Aguateiro,
O carroceiro
Que pegava água no rio
Para abastecer a cidade⁹.

8 Poesia O Lampareiro. 1993, p.42.

9 Poesia Pé-de-garrafa. 1993, p.55..

O Aguateiro aparece como aquele que vai suprir a necessidade de água, mas também como colaborador da manutenção da tranquilidade e da felicidade da cidade. Não é preciso mais se preocupar com a lida do caminho até o rio. O aguateiro passará e nos trará em sua torneira que emana água do rio, que despeja vida, que deixa seu rastro de rio em movimento pelas vias da cidade. O rio é transposto pela carroça do aguateiro, o carroceiro que abastece o corpo e alma das pessoas. Mas ele não carrega essa missão, essa responsabilidade sozinho. O Lampareiro circula pelas ruas, ilumina, carrega a fada das luzes nos ombros, desbrava a escuridão no seu silencioso caminhar. Em seu subir e descer, em sua flutuação sem asas:

Antônio Chaves, Venâncio,
Boaventura, Ezequiel,
Totó de Coleta, Nhonhô,
E tanto outros,
Sem rosto, sem nome,
- Que importam?
Estes homens anônimos criaram
Na vida da cidade
A figura singular
Do Lampareiro¹⁰.

São tantos, são poucos, não escritos, não inscritos, mas presentes. Vivo na memória, pela memória e que ganham eternidade na poesia de Natalino Ferreira Mendes com uma forma singela, embora grandiosa de fincá-los na história, na poesia, na imaginação e na arte. Natalino junta a sua poesia, imagens construídas pelo ato de leitura, mas também pelos rascunhos, pelos rabiscos em desenho que acompanham as poesias.

10 Poesia Pássaro Poaieiro.1993, p.53.

Nos fazendo ver e desver o que teria sido, o que foi, reforçando a colagem, a decupagem de um roteiro em vida, de uma vida em cena:

A cidade sorri
Com a nova iluminação
Dos Lâmpioes de querosene
Que a urbe iluminaram
Por quase cinquenta anos,
Não ficou sobrevivente.
A figura, porém, do Lampareiro,
Que fez parte importante da cidade
Por muitos e muitos anos,
Essa figura ficou...conservada
Com cuidado e com carinho,
Pela nossa tradição,
Que é a memória do povo!¹¹

Ao acompanhar a poesia de Natalino, homens e animais são protagonistas com o mesmo prestígio e notoriedade, sim, eles não são coadjuvantes. Estão apontando caminhos, acompanhando no percurso e nas aventuras, descobrindo e esquadrinhando em companhia. Das luzes tão aclamadas pela urbe, a cigarra enfrenta o desafio de se esconder, ainda que não tenha essa prática. Ela é narcisa, gosta de aparecer, gosta de cantar e não se acanha em deixar sua presença ser percebida, ela quer ser ouvida, pretende não ser esquecida, se nega, inclusive, a passar despercebida:

¹¹ Poesia O Lampareiro. 1993, p.43.

Enquanto cantas, cigarras,
na mangueira do quintal,
tu inocente não sabes
que no instante em que tu cantas,
do passado, que vivi,
bem juntinho do arvoredado,
acordas tantas cigarras
- irmãs tuas -
que dentro em mim
no curto tempo do teu canto,
Põem-se todas a cantar,
refazendo a sinfonia
dos meus anos primeiros
- já vividos -
desta vida e neste mundo,
na **feliz** intimidade
da pujante natureza¹².

Considerações finais

O historiador Maycon Tannis disse que: “A insuficiência da palavra vem exatamente da incapacidade dela de retirar as coisas de suas respectivas situações de isolamento e devolvê-las à sua autenticidade” (TANNIS, 2022, p.28). A poesia de Natalino Ferreira Mendes nos dá essa experiência de uma insuficiência, própria da arbitrariedade da linguagem em nos obrigar a dizer o que sentimos quando não sabemos expressar o que acontece no interior turbulento de nossas sensações e emoções.

As marcas das emotividades estão presentes em sua poesia, inscrita e escrita por uma afetividade aberta, exposta e demonstrada sem pudores, uma certa harmonia entre meio ambiente, espacialidade, sociedade e sujeitos. Nesse ensaio não procuramos demarcar qualquer intenção analítica pura, ela, analítica, nos serviu apenas como marcador de responsabilidade científica.

12 Poesia Cigarra. 1993, p.30.

Nossos esforços foram concentrados em degustar uma poesia que traz para seu leitor o sabor, o aroma e a infatigável experiência de Cáceres. Este texto é, em essência, um convite, uma convocação, uma declamação à arte poética cacerense representada nas letras de Natalino Ferreira Mendes.

Fontes e Referências

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. (Org). *Fragments da história cultural de Cáceres e outros fios da memória*. Volume I. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, 2021.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. (Org). *Fragments da história cultural de Cáceres e outros fios da memória*. Volume II. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, 2021.

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. *Matogrossismo: Questionamentos em percursos identitários*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, 2020.

CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. *História e Memória*. Cáceres. Editora UNEMAT, 2011.

MENDES, Natalino Ferreira (*in memoriam*), CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. *Letras Cearenses*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, 2021.

MENDES, Natalino Ferreira. *Anhuma do Pantanal (Poesia da Terra)*. Da academia Mato-Grossense de Letras. Cáceres, 1993.

Referências Bibliográficas

BLUMENBERG, Hans. *Paradigms for a Metaphorology*. In: *Paradigms for a Metaphorology*. Cornell University Press, 2010.

CHKLOVSKI, Viktor. *A arte como procedimento*. 1917. EIKHENBAUN, B. et al. *Teoria da literatura: formalistas russos*. Porto Alegre: Globo, 1973.

GUEDES, Ana Carolina de Azevedo. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – PUC-RIO. 2021. *Uma elegia à imageria: ficção e metáfora a partir dos escritos literários e ensaísticos de Virginia Woolf (1911-1941)*. orientador: Luiz de França Costa Lima Filho.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosphere, mood, Stimmung: on a hidden potential of literature*. Stanford University Press, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuições à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

MANCUSO, Stefano. *Revolução das plantas: um novo modelo para o futuro*. Ubu Editora, 2019. ebook.

MIYAZAKI, Tieko Yamaguchi; MACEDO, Ricardo Marques. POR QUE SE OMITEM? A COR, O ÍNDIO, O POAIEIRO. *Revista Alere*, v. 21, n. 1, 2020.

NUSSBAUM, Martha C. *Frontiers of Justice: disability, nationality and species membership*. Harvard University Press, 2007.

NUSSBAUM, Martha C. *Justice for animals: our collective responsibility*. Simon and Schuster, 2023.

NUSSBAUM, Martha C. *The therapy of desire: Theory and practice in Hellenistic ethics*. Princeton University Press, 1994.

NUSSBAUM, Martha C. *Upheavals of thought: The intelligence of emotions*. Cambridge University Press, 2003.

PAZ, Octávio. *O arco e a lira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista brasileira de educação*, v. 15, 2010.

Santos, Milton. O retorno do território. En: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires: CLACSO, 2005

SIMMEL, Georg. “Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal”. In: MORAES FILHO, Evaristo. (Org.). SIMMEL, Georg. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1997.

TANNIS, Maycon da Silva. *História Poética e Poética da História: Aproximações entre poesia e história nas obras ensaísticas e nas poesias de Octavio Paz (1914-1998)* Tese (Doutorado em História Social da Cultura) - orientador: Luiz de França Costa Lima Filho, 2022.

UTZ, Konrad. Filosofia da amizade: uma proposta. *ethic@-En: international Journal for Moral Philosophy*, v. 7, n. 2, p. 151-164, 2008.

COMEMORAR, MOBILIZAR E ENCANTAR

*João Edson de Arruda Fanaia*¹

“...a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento...”

Pierre Nora (1993)

O tema

Certa feita já no distante ano de 1992 ouvi de uma docente a afirmação de que a pesquisa é como uma aventura. Sem dúvida, quando nos debruçamos sobre determinada temática, ao longo do percurso da busca de informações e do trabalho concomitante de problematização do que lemos, o leque de possibilidades é ampliado. Digo isto, pois ficará claro ao leitor a presença de indagações sem respostas no transcorrer do artigo. Assumimos propositalmente esta postura e risco na expectativa de que trabalhos futuros possam reanalisar o objeto e tratar com mais vagar das questões que lhe são intrínsecas.

Ao eleger o dia 06 de outubro de 1968 como alvo deste trabalho historiográfico, expresso inicialmente uma preocupação no sentido de em que medida não acabo por reforçar os mecanismos de sacralização da data, logo do acontecimento.² Este cuidado foi levado em conta e retornaremos a este ponto posteriormente. Uma das premissas do trabalho é observar em que medida a celebração da fundação da cidade de Cáceres nos

1 João Edson de Arruda Fanaia é Docente aposentado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. E-mail: jefanaia@gmail.com.

2 Dosse (2013, p. 12) define o acontecimento nos seguintes termos: [...] o acontecimento não é um simples dado que basta comprovar e coletar a sua realidade, é uma construção que remete ao conjunto do universo social como matriz da constituição simbólica do sentido”.

auxilia na percepção dos mecanismos postos em movimento por um grupo ou grupos de poder na busca de suas respectivas afirmações ou reafirmações políticas no cenário municipal e estadual.

A primeira pergunta que nos veio acerca do aniversário anualmente celebrado da fundação de Cáceres foi com que propósito esta comemoração é realizada. A resposta é inequívoca, pois esta é a data de fundação da cidade. Mas cabe uma questão no sentido de nos perguntarmos se a cada celebração não ocorre sua re-fundação, considerando as mutações no tempo do ato de celebrar e sua conexão com outros acontecimentos que modifica o sentido e a coloração do ato celebrativo. Afinal o dia 06 de outubro não está desconectado de um quadro mais amplo regional e mesmo nacional. Podemos também nos perguntar, se esta data foi desde sempre evocativa ou surgiu em momento específico?

Atrelado a estes questionamentos preliminares nos foi inevitável agregar outras problematizações, de forma a indicar possíveis caminhos de estudo e com este objetivo as reunimos nos seguintes termos. Como os diferentes personagens estão presentes no ritual celebrativo? O que de certo modo deve ser perenizado ou omitido e por quais mutações passa o evento? Como se dá a sua recepção pela assistência? Há relação entre passado, presente e futuro no transcorrer da comemoração e como esta vinculação é operada? Do ponto de vista da contemporaneidade que leitura podemos realizar acerca do papel desta coletânea como um dos investimentos no interior da celebração? E para finalizar o quadro de problemáticas nos utilizamos de Hartog (2015, p. 168) quando observa que: “A rememoração é ativa, ela não é o surgimento involuntário do passado no presente; visando um momento do passado,

ela tende a transformá-lo”. Esta afirmação nos remete a questionar como foi e é construída e reconstruída a comemoração do dia festivo em 1968 e como as reverberações aportam no século XXI?

Para atingir parcialmente este intento utilizamos como fontes os periódicos e documentos produzidos pelo Executivo Municipal. Os referenciais teóricos que nos auxiliaram a pensar a temática procuramos distribuir ao longo do trabalho associando-os aos respectivos recortes propostos.

Insistimos mais uma vez para deixar bem claro que nas dimensões do texto não será possível responder a todos os questionamentos, mas optamos por não os omitir como forma de compartilhar esta encruzilhada de ideias, perguntas e inquietações, algumas mais e outras menos tangíveis a serem retomadas em pesquisas futuras tendo este objeto como ponto de partida. Outra observação preliminar faz-se necessária. Evitamos dentro do possível as notas de rodapé, diante da multiplicidade de conceitos com os quais operamos neste trabalho, ainda assim sua inserção foi necessária e os autores referenciados constam da bibliografia ao final do artigo.

As comemorações nos estudos historiográficos

Que lugar as comemorações ocupam nos estudos históricos. Retornaremos a esta questão teórico-conceitual referenciando algumas obras que nos auxiliam a pensar este objeto, sobretudo dentro do denominado campo político.³

³ Este conceito largamente utilizado por Bourdieu foi incorporado em parte pelos estudos historiográficos sendo seu emprego importante ao destacar que no interior das atividades políticas é possível a partir de suas práticas perceber nuances até então não presentes nos estudos do político.

As pesquisas sobre comemorações não constituem ineditismo, sobretudo a partir do movimento nos anos de 1970 entorno do alargamento dos estudos do campo político. Se durante o século XIX e boa parte do XX a historiografia política foi em boa medida criticada e de forma pertinente considerando o predomínio de abordagens que tomavam o factual, ou mesmo o episódico, assim como sua descrição em razão última do trabalho historiográfico. A partir do último quartel do século XX é inegável que o *estado da arte* sofreu significativas transformações. Como bem observou Rémond (1996, p. 26) “A virada de sorte da história política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação”. Renovação esta operada não apenas no alargamento temático, como também nos aspectos conceituais entre os quais o inovador conceito de cultura política. Para Berstein (1998, p. 350) “[...] a cultura política [...] é, precisamente, não uma chave universal que abre todas as portas, mas um fenômeno de múltiplos parâmetros, que não leva a uma explicação unívoca, mas permite adaptar-se à complexidade dos comportamentos humanos”. A partir desta adaptação nos é possível realizar uma exploração, ainda que de modo preliminar, na construção de uma leitura sobre o desfile de 06 de outubro detentor de poderosa força simbólica e significativa que objetiva espalhar suas mensagens procurando em alguma medida, desencadear percepções coletivas, de unidade, de interesses comuns e de pertencimento. Não

Nas palavras deste autor “...o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de ‘consumidores’, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção”. (P. 164).

há como desperceber que o desfile de 06 de outubro é um evento invocador do ideário de progresso incessante, questão inerente ao ato celebrativo. A cidade comemora mais um aniversário e o compartilha com os seus munícipes de tal forma que se há mérito nos feitos passados e presentes eles decorrem da ação de toda uma comunidade, ainda que a aposta na ampliação do capital político de determinados atores não esteja ausente das festividades, ao contrário, o que se busca é destacar sua visibilidade.

A comemoração é, portanto, no âmbito desta pesquisa entendida como *lugar de memória*.⁴ A definição atribuída a esta expressão por Pierre Nora (1993, p. 13) nos auxilia no seu entendimento quando este afirma que:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, **que é necessário manter aniversários, organizar celebrações**, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (grifo nosso).

Há, portanto, uma dilatação no campo dos estudos historiográficos e se os atos comemorativos ganham força, pois a sua realização não há dúvida procura ou ao menos intenta capturar seletivamente o passado, temos de nos perguntar diante do problema que nos é exposto o que do passado está sendo seletivamente presentificado e com quais propósitos. Utilizamos mais uma vez das palavras de Nora sobre este aspecto ao abordar nos seguintes termos a questão.

4 A expressão tornou-se por demais conhecida a partir da publicação entre 1984 e 1992 da obra “Lugares de memória” dirigida por Pierre Nora.

A via está aberta a uma outra história; não mais os determinantes, mas seus efeitos; não mais ações memorizadas nem mesmo comemoradas, mas o vestígio dessas ações e o jogo das comemorações; não mais os acontecimentos por si mesmos, mas sua construção no tempo, o apagar e o ressurgir das suas significações; não o passado tal como aconteceu, mas seus reempregos sucessivos; não a tradição, mas a maneira pela qual é constituída e transmitida. (NORA, p. 24, apud DOSSE, 2003, p. 286).

Retomando as questões sobre o objeto desta pesquisa podemos também nos perguntar em que medida uma comemoração ao se rotinizar considerando suas reedições anuais guarda maior ou menor vitalidade simbólica? No nosso entendimento este aspecto é definido em função de fatores exógenos ao próprio ato comemorativo. Temos por exemplo, a datação que guarda por si só atributos que as diferenciam como década, cinquentenário, centenário, bicentenário. Há outras possibilidades como, por exemplo, a associação à determinados eventos políticos, o golpe de 1964, sua eventual associação ou não ao ano de divisão do Estado de Mato Grosso em 1977, à redemocratização do país no início dos anos 1980 entre outros períodos que podem ser mencionados.

O historiador Ankersmit (2002, p. 24) nos auxilia a pensar sobre esta questão quando afirma: “Crucial é aqui o reconhecimento de que a comemoração obedece sempre à compulsão dos números redondos. Por exemplo, a morte de Mozart foi comemorada não em 1985, ou em 1995, mas em 1991, quando sua morte ocorreu há exatamente duzentos anos”. Logo a seguir este mesmo autor em sua análise complementa a questão nos seguintes termos:

Assim, a relação entre o acontecimento comemorado e a sua comemoração (e entre as comemorações mutuamente) não é determinada por nenhuma lógica ou aspecto do próprio processo histórico, mas exclusivamente pela nossa preferência pela conveniência dos anos redondos e pela lógica dos lustrums.

Entendemos perfeitamente o aspecto eventualmente arbitrário das datas comemorativas, mas diferentemente do historiador e filósofo neerlandês no nosso entendimento determinado comemoração pode sim guardar relação direta com acontecimentos específicos. Neste sentido, a correlação da comemoração com um período histórico específico pode perfeitamente agregar uma densidade ao 06 de outubro eventualmente inimaginada pelos próprios protagonizadores, ou impingir-lhe uma feição específica, ou ainda, dependendo da sensibilidade política e dos interesses em jogo fazer com que as elites políticas potencializem a comemoração em benefício próprio. Sem perceber as motivações adicionais embutidas nas comemorações podemos abrir mão de elementos fundantes que desenham o quadro do evento. No caso deste estudo, a data já está devidamente sacralizada no calendário festivo do município, onde é bom lembrar nem todos os participantes necessariamente farão parte do “cortejo” de bom grado, afinal é feriado, mas independente deste detalhe a realização do desfile é inquestionável. Logo, a rotina em comemorar, só estabelece características distintas com as datas congêneres se agraciada com dados que a particularizam e, portanto, a diferenciam, dito de outra maneira, “marcam” no médio longo prazo seu lugar de destaque no panteão dos desfiles. Logo, não é de todo sem pertinência afirmar que períodos com datação específica adiciona novos simbolismos às comemorações.

Agregamos ao que foi dito, mais um dado nada desprezível no sentido de que distintas memórias são acionadas e disputam preponderância no 06 de outubro, seja no aspecto qualitativamente estético do desfile para maior ou menor brilhantismo do evento, assim como no interior das alas em sua distribuição, composição e papel atribuído aos diversos personagens que as compõem envolvidos em suas respectivas “galerias históricas”. Há, portanto, de um lado a realização do desfile, sua materialização que demanda investimento humano e material configurando ou não um diferencial no interior de um conjunto de celebrações e o outro aspecto apontado no sentido de sublimar eventuais registros, atores, “identidades” e sentimentos. A data é a mesma, mas, o degradê da festa muda.

Assim como muda o perfil da comemoração em 2023 ao contar em seu repertório com a obra que publicamos. Esta é uma questão interessante, afinal os estudos historiográficos que permitem a realização da obra e a análise da comemoração em si, faz parte da semana comemorativa. Não pode deixar de ser percebida como um componente adicional, afinal por qual razão a publicação será lançada no dia da fundação da cidade, senão pelo aspecto simbólico. Acerca desta complexa relação Ankersmit (2002, p. 19-20) afirma: “Toda escrita histórica é, até certo ponto, comemorativa; e toda comemoração é, até certo ponto, escrita histórica.” Ainda que a fala historiográfica devidamente institucionalizada cumpra um determinado papel há que reconhecermos a operação simultânea do texto. De um lado, analisa o 06 de outubro e de outro, o valora. Em ambas as perspectivas a obra sugere distinção à data. Estar atento à esta questão faz com que a recente obra historiográfica já é em sua contemporaneidade, seja objeto de estudo.

Não se trata de hierarquizar, ou criar um *ranking* das comemorações, afinal 1968 e 2023 são tempos diferenciados e este não é o objetivo deste texto, cumpre apenas destacar que em ambas as datas e os contributos ao evento não deixam de introjetar a vontade de apresentar um diferencial e de instituir uma marca. Somos historiógrafos e ao mesmo tempo em breve seremos historiografados.

Toda e qualquer iniciativa vinculada ao 06 de outubro independente de sua formulação acaba por constituir, em alguma medida, mais um investimento que amplifica e reverbera a data festiva mesmo considerando o diferencial dos pressupostos utilizados em sua publicação. Neste sentido, nosso intento não é um reforço na constituição do acontecimento, mas um mecanismo de mediação a partir de sua problematização. Não é uma operação simples e há riscos, mesmo tomando na devida conta o dever de ofício historiográfico e seu corolário, o arcabouço teórico de abordagem, o resultado pode enviesar e atribuímos ao evento perspectivas que de fato não estavam na agenda da própria celebração. Dito isto é fundamental que deixemos claro o lugar de onde falamos, sob pena de leitores desavisados perceber o empreendimento como mais uma investida a incensar a cerimônia, revitalizando-a. A possibilidade do paradoxo ser instalado não é inverossímil, pois nada garante que o propósito de decompor o acontecimento em suas diversas camadas de inteligibilidade garanta frente a multiplicidade de percepções exatamente o efeito contrário.

Dando prosseguimento aos contornos que delineiam a “festa”, importa destacar que as comemorações apropriam, desenham e redesenham o passado, constroem e ocultam visibilidades, sugerem papéis e

procuram comungar esperanças. As comemorações aglutinam, reúnem o disperso e elaboram representações de verdades. Perpassada por mensagens, as comemorações constituem ou pretendem constituir um ponto de fusão e de unidade. Procuram tornar o passado legível e inteligível. As comemorações pretendem superar o dissonante através da união e do congracamento. Ao fazermos estas afirmações é importante destacar que há claros distanciamentos em entre o que os realizadores almejam e o que concretamente alcançam., mas neste caso trata-se de outra pesquisa.

Não é sem propósito salientar que as comemorações guardam forte vinculação com o festivo e este aspecto é de fundamental importância do ponto de vista do espraiamento de determinadas perspectivas e visões de mundo. Até que ponto o ato de celebrar o 06 de outubro cumpre o seu papel como instituidor, reforçador ou multiplicador deste objetivo, demanda trabalhos futuros, pois a recepção do ato comemorativo depende de como cada um se situa perante o que vê e ouve. Não há dúvida de que ao assumir o caráter de “festa” e todo o simbolismo que a cerca, com linguagem mais palatável e por conseguinte mais perceptível, considerando os aspectos postos em movimento no campo das emoções e sensibilidades acaba por envolver parte da assistência numa mobilização nos dias que antecedem o desfile mobilizando distintos atores sociais e instituições. O somatório de esforços por si só é um indicativo do envolvimento com o propósito de tornar a data comemorativa numa experiência única e diferenciada a ser rememorada pelos envolvidos. Não sem razão, sobretudo, o poder público investe capital humano e recursos materiais nas comemorações

e mesmo com imprecisões podem aferir o espaço ocupado entre diferentes detentores de capital político.⁵

Nesta seara devemos estar atentos a aspectos que à princípio despertam pouca atenção e apenas para citar alguns, podemos elencar, a composição das autoridades no palanque, a ordem do desfile, as indumentárias utilizadas, o aparato musical correspondente às diversas alas que congregam o conjunto, a forma como é transmitido pelo locutor ou eventualmente televisionado, os momentos mais ou menos solenes, entre outras características, constituem importantes pistas para os estudos historiográficos. Cada um dos pontos citados guarda e desempenha papéis específicos, mas que tem como objetivo mobilizar através de recursos diferenciados a atenção da população.

O fato é que tudo conta, o tom da marcha dos que desfilam, se mais ou menos protocolar, se mais ou menos marcial, a própria disciplina com que o deslocamento é realizado pontua distinções entre os participantes e demarca quem é quem ao longo da avenida, além de contar como um dado diferenciador entre as respectivas comemorações e o mais importante, a presença da população.

Estamos chamando atenção para estes pontos, pois ao analisar as elites políticas da cidade mineira de Muriaé as observações da cientista política Canêdo corroboram nosso ponto de vista de pensar a festa comemorativa como inequívoco investimento político.

5 O conceito é utilizado a partir dos estudos de Bourdieu (1998, p. 166) que o explicita nos seguintes termos: “Monopólio da produção entregue à um corpo de profissionais, quer dizer, a um pequeno número de unidades de produção, controladas elas mesmas pelos profissionais; constrangimentos que pesam nas opções dos consumidores, que estão tanto mais condenados à *fidelidade* indiscutida às marcas conhecidas e à delegação incondicional nos seus representantes quanto mais desprovidos estão de *competência social* para a política de instrumentos próprios de produção de discursos ou atos políticos: **o mercado da política é, sem dúvida, um dos menos livres que existe,**” (Grifo nosso).

Afirma a autora:

Há agora que ilustrar um dos rituais mais importantes da cidade: a festa do dia do muriaense. Realizada à sombra de um dos símbolos de uma das facções políticas em disputa, por meio dela pode-se ***medir o prestígio da facção pelo número de pessoas que para aí se dirigem, e pelo capricho com que as escolas infantis se enfeitam para o desfile***. Nesse dia a frase ‘a política não está boa para nós esse ano’ significa uma participação fraca na citada comemoração. (CANÊDO, 1993, P. 35, MIMEO, grifo nosso).⁶

Evidente que esta não é uma particularidade das elites políticas em Minas Gerais, é um parâmetro de avaliação do capital político que pode ser generalizado, afinal, sem público para prestigiar os eventos não há o que comemorar.

Outro ponto é que independente do dia 6 de outubro estar cristalizado no sentido de sua realização, isto não significa uniformidade temática, exceto o que remete à fundação da cidade como dado que perpassa a festividade, porém devemos estar atentos ao que não pode estar ausente e as alterações necessárias ao ordenamento do desfile mais em conformidade com a contemporaneidade em que é realizado, dito de outra forma o que cabe ser incorporado. Esta sintonia não pode faltar sob pena de comprometer a relação da festa com os temas do tempo presente. Há de fato uma simbiose temporal. No caso do objeto deste texto, não há como desconsiderar o ano de 1968 como emblemático.

⁶ É importante ressaltar que o trecho transcrito não está inserido na revista em que o artigo foi publicado em 1994 e que consta nas referências deste trabalho.

Voltaremos a este tópico posteriormente.⁷

Não menos importante e desafiador do ponto de vista historiográfico é procurar perceber de que forma vão sendo constituídas camadas de memória acerca do 06 de outubro, dito de outra maneira, a leitura, a percepção e modos de apropriação do evento comemorativo no tempo. A relação entre o público e o desfile em si está certamente perpassado por distintas impressões que guardam estreita relação de como cada um a partir dos seus interesses, referências, propósitos e motivações marca sua presença na avenida e interage com a “festa”. Relação sem dúvida heterogênea e múltipla, produzindo efeitos diferenciados tanto nos que desfilam, como nos que assistem, mesmo considerando os esforços no sentido de experienciar a “festa” como parte de uma tradição a ser compartilhada. Em que medida será ressignificada ou não tanto pelos promotores, como pelo público, vai depender de sua recepção considerando as experiências e vivências de determinado recorte sócio-político.

Cabe, portanto, às comemorações entre outros propósitos, emocionar adicionando os desejos de união, consagração e a superação de particularismos. Se atinge ou não estes objetivos é uma discussão que extrapola os limites do texto, podemos quando muito levantar esta questão desafiadora e em aberto, para futuras investigações.

⁷ Não cabe no propósito deste trabalho entrar na seara das discussões historiográficas sobre o período. Apenas salienta o fato de que neste momento houve uma investida do ponto de vista da restrição das liberdades civis atingindo diferentes campos da vida pública nacional. O AI 5 é o expoente síntese que não deixa dúvidas a que vinha o regime militar instituído em 1964.

1968

No dia 06 de outubro Cáceres comemorou 190 anos de sua fundação. Este evento não constituía realização inédita na cidade considerando que a data estava presente no calendário festivo do município sendo consecutivamente realizada.⁸

Como afirmamos anteriormente o ano de 1968 foi emblemático, seja do ponto de vista de manifestações contrárias ao regime militar, seja pela decretação do AI 5 em dezembro do mesmo ano na presidência de Costa e Silva que decide pelo caminho da ditadura franca e aberta. O recurso do *habeas corpus* estava suspenso, significando na prática que todo e qualquer cidadão investigado em casos de supostos crimes políticos poderiam ser presos por sessenta dias em regime de incomunicabilidade.

No caso de Cáceres o aspecto marcante não foram as manifestações realizadas em defesa da democracia, mas pelo fato de a partir do dia 4 de junho de 1968 a cidade ter sido incluída na lei 5.449 tipificando-a como área de interesse da segurança nacional. Não foi o único município “agraciado”, várias outras cidades do país foram alçadas ao novo *status quo* em nome da “ordem” e o que então era entendido como “segurança”. Fato é que a partir desse ano os prefeitos não mais serão eleitos e sim nomeados pelo Governador do Estado e assumia o Executivo Municipal desde que contasse com o beneplácito do Presidente da República.

De todo modo o dia 06 de outubro de 1968 foi de festa e a cidade comemorou mais um aniversário de fundação sua. Evento reatualizado anualmente,

⁸ Com base nas informações de Ferreira Mendes o feriado foi instituído no dia 06 de outubro de 1913 através da aprovação de projeto de Resolução de autoria do vereador Antonio Corrêa do Couto aprovado por unanimidade. (P. 181-182).

assim como os precedentes. Administrava o município o prefeito Ernani Martins, eleito em 1967 tendo tomado posse em 31 de janeiro de 1968. Foi o último perfeito eleito democraticamente após o golpe civil-militar de 1964. Neste caso não há como desvincular o alinhamento político entre a esfera municipal, estadual e federal considerando as medidas tomadas neste ano.

Se do ponto de vista da ordem e da segurança, segundo a concepção vigente, a questão estava equacionada era necessário salientar as ações voltadas para a tão propalada integração nacional que nos anos subsequentes ganhará intensidade. Palavras de grande simbologia, assim como foi a denominada Marcha para o Oeste nos anos 1930, sob os auspícios da ditadura do Estado Novo. Nos anos trinta estávamos “marchando”, já nos anos 1960 “integrando”. Muito já foi produzido sobre as frentes de ocupação dos denominados “espaços vazios” e não cabe aqui retomar este ponto, apenas salientar que a região sudoeste de Mato Grosso adquiria relevância no interior do discurso oficial no que tange a necessidade de intensificar vias de comunicação desta vasta área do Estado, sobretudo ao Planalto Central do país. Brasília havia se tornado ponto de inflexão. Tanto nos anos 1930 como nos anos 1960, não coincidentemente o Brasil esteve às voltas com dois regimes ditatoriais. Nesta perspectiva, certas falas assumiam o caráter de reedição e as mensagens, bem como as ações para a região Centro Oeste não era de modo algum inédita, mas a roupagem que assumia considerando os propósitos do regime instaurado em 1964 esta sim deveria se adequar aos ditames impostos. O fato de em áreas de segurança não ocorrer mais eleições livres para a escolha dos dirigentes locais constituía apenas mais uma medida dentro do amplo conjunto de iniciativas do Executivo Federal, com feições cada vez mais centralizadoras.

O material propagandístico alusivo ao dia 06 de outubro aponta para um imbricamento com o momento político nacional. Este dado não passa despercebido quando verificamos o cuidado com que fora produzido o folder alusivo à data. Outra observação que entendo pertinente é o de que não podemos isolar o evento 06 de outubro, ele está inserido numa rede onde o geral e o específico e o local e o nacional estão entrelaçados.

Neste sentido, uma das maiores preocupações dos que organizam e investem em um desfile é sem dúvida a afluência do público. É necessário construir e dar ampla publicidade aos mecanismos de atração. Mais adiante analisaremos como esta iniciativa foi materializada.

Mais do que teleologia o desfile configura um esforço no sentido de demonstrar que de fato há por parte das elites políticas, investimento incessante e progressivo na resolução dos problemas não apenas do município, mas de uma região. Para atingir este objetivo, a sintonia entre distintas esferas do poder público precisa estar alinhada e a cidade de Cáceres, através do Executivo Municipal procura não apenas simbolizar o passado, mas principalmente matizar o tempo presente e idealizar futuro, ousaria dizer, um esforço em presentificar o porvir, anunciando o que virá. Há de certa forma uma inflexão de temporalidades distintas e a perspectiva sempre presente do progresso pautando a vida dos munícipes.

O folder

A primeira observação que fazemos é no sentido de que houve um investimento nas comemorações em 1968, afinal o documento produzido para publicizar o 06 de outubro não é desprezível. Ao todo possui dez

páginas e já na capa, em destaque, sobressai o brasão da cidade e as datas de fundação 1778 e a de comemoração dos 190 anos. A linguagem é acessível e direta de modo que o leitor não demore para vencer as nove páginas do documento.⁹

Interessante notar que o material produzido não ficou circunscrito ao município, ao contrário, foi publicado no periódico de maior circulação à época, *O Estado do Mato Grosso*. Sua inserção não está acompanhada de nenhuma observação pelos editores do jornal, afinal prevalece a auto-suficiência do documento que prescinde de qualquer adendo. Nem todas as informações constantes no folder foram reproduzidas no referido periódico ainda que utilizando o espaço completo de uma página. Entre os itens omitidos temos por exemplo, o histórico de Cáceres, situação geográfica e vias de comunicação. Neste sentido podemos verificar uma adequação entre o texto constante no folder e a publicação no *O Estado de Mato Grosso*. Esta decisão sem dúvida levou em consideração que a questão prioritária era salientar as realizações administrativas em consonância com os ditames do *status quo* estabelecido após 1964. No verso, mais precisamente na página 05 do periódico é possível observar os nomes de quatro empresas, certamente patrocinadores dos custos de inserção do material publicitário.¹⁰

Um aspecto que consideramos relevante e pesquisas futuras podem cobrir é a lacuna que remete ao fato de se teria sido esta publicação precedida de congêneres em administrações anteriores ao ano de 1968,

9 Ver o anexo 01. Documento digitalizado disponível no acervo do Museu Histórico de Cáceres. Não foi possível obter informações quanto à tiragem nem aos critérios de distribuição. São dados que podem nos auxiliar no sentido de melhor visualizar como se deu de fato sua divulgação.

10 Ver o anexo 03.

alusivas à comemoração de 06 de outubro. Como mencionamos anteriormente, cada ato celebrativo guarda peculiaridades e neste caso o material de divulgação é sem dúvida um diferenciador que procura não apenas difundir a data, mas principalmente diferenciá-la no interior de um conjunto de comemorações. De toda forma cabe desde já salientar que não deixa de ser inovador a elaboração de um texto tendo como motivação basilar além do aspecto informativo sobre os elementos historiográficos e geográficos da região, a divulgação da infraestrutura de que dispõe a cidade bem como um leque diversificado de serviços oferecidos no município.

Cabe salientar que isto não significa afirmar a inexistência de trabalhos de divulgação do município produzidos anteriormente. Para exemplificar basta mencionar que 46 anos antes, em 1922, foi elaborado pela administração municipal uma pequena obra com dados e informações diversas sobre Cáceres e remetidas para os organizadores, das comemorações do centenário da independência.¹¹

Retomando o folder de 1968, fica por demais saliente os dados sobre as atividades econômicas, os serviços de que dispõem a cidade, desde estabelecimentos comerciais, bancários, passando por clubes, serviço hospitalar, educação, assistência social, entre outros. O objetivo é evidente, ao procurar demonstrar as potencialidades do município e o mais importante, a operosidade administrativa no sentido de cada vez mais estruturar a cidade para o devir. Tanto no folder como periódico a palavra *progresso* dá o tom e traduz

¹¹ Estamos nos referindo à publicação disponível em formato digitalizado no Museu Histórico de Cáceres. Documento para a Exposição Nacional do primeiro centenário da independência, produzido em julho de 1922 na administração do primeiro Vice intendente João de Albuquerque Nunes.

o propósito maior de apresentar a cidade como espaço de crescimento e de possibilidades aos interessados em investir. De outra parte, são enumeradas as obras concluídas e em andamento que garante ao empreendedor o suporte necessário de que necessita com forte apelo ao futuro investidor. A fórmula não é nova e busca cumprir seu papel, matizando as ações dos gestores de plantão salientando sua capacidade realizadora. Uma clara demonstração em balizar o antes e o depois marcando o início de um novo tempo cada mais sintonizado com a marcha civilizatória. Chamamos a atenção do leitor em especial para os quatro primeiros parágrafos onde palavras como *confiança*, *glória*, *conquista* possuem como suporte a *moral* e a *harmonia*. Não há dissensão e sim unidade de propósitos e objetivos de toda uma comunidade.

Um dado que nos despertou a atenção foi observar que o responsável ou responsáveis pela produção do texto não deixam de explicitar o fato de que apesar do incremento das vias de rodagem, o fluxo pelo rio Paraguai é apresentado como de melhor viabilidade. Não deixa de ser instigante esta passagem na página 03 em que é abordado o tema das vias de comunicação nos seguintes termos. “Hoje com o **declínio** e mesmo **abandono** da navegação pouquíssimas são as embarcações que ainda vêm a esta cidade, perdendo o Município um dos mais **seguros** e **baratos** meios de transportes”. (Grifo nosso). Não de forma surpreendente este trecho está ausente da publicação no *Estado de Mato Grosso*. Evidente que na seleção do que deveria ou não ser publicado em Cuiabá, a posição do município não poderia parecer dúvida ou paradoxal, pois logo a seguir são mencionadas as estradas de rodagem, BR 416, MT 125, 126 e 127, além de destacar o novo traçado em elaboração da BR 070

entre Cuiabá e Cáceres. Importa observar que o tema das vias de comunicação para Mato Grosso é secular e suas ressonâncias aportam na contemporaneidade.

Não podemos desconsiderar que os anos 1950 e 1960 são marcados pelos massivos investimentos rodoviários, obliterando outros modais de comunicação. Este período está fortemente perpassado pelo discurso de unidade nacional que se tornará mais midiático nos anos 1970. Os estudos historiográficos deixam clara a opção no Brasil dos anos 1960 pelo transporte rodoviário e o endosso do município, atrelando-o a esta modalidade fica patente no documento. Não era apenas uma questão do modal a ser utilizado, mas principalmente por em prática ações que tinham como pano de fundo o ideário de segurança, progresso e ordem. Esta tríade estava no topo da agenda do governo federal e espraia-va para as mais diversas regiões do país, em especial as denominadas frentes de expansão.

Neste sentido, a comemoração pode também ser percebida como acolhimento das expectativas e esperanças dos munícipes e todo o seu universo simbólico tem de ser facilmente inteligível, afinal a conexão com a assistência deve estar livre de ruídos que dificultem a apropriação ainda que individual do que se vê e escuta. Deixar claro ao público que as realizações falavam por si e que o progresso era inexorável. Estava sendo vivenciado o engajamento não apenas de um município na reconstrução do país, mas o envolvimento de toda uma nação.

Conclusão

Há um dado que nos afigura muito importante acerca das lembranças pelo público presente às celebrações. O que é retido em função do seu significado

e o que é rapidamente diluído do ponto de vista memorial? Esta é uma questão interessante para mensurar em que medida a comemoração de fato mobilizou e encantou, ou o seu oposto. O material produzido durante o 06 de outubro, seja iconográfico, fílmico, radiofônico e registrado nos periódicos podem enquanto indícios oferecer pistas para o desenvolvimento da análise, mas sem dúvida agregar impressões dos presentes aos desfiles seria sem dúvida um acréscimo fundamental.

É o ano de 1968 que amplifica as dimensões da comemoração nesta data ou a comemoração no município que se utiliza dos acontecimentos que singularizam 1968? Entendemos que neste estudo de caso, o nacional se faz presente no local e este cumpre o seu papel ao ressoar as diretrizes nacionais. Explicitando de outra forma podemos afirmar que o microacontecimento acaba por ser tributário do acontecimento macro que alterou de forma dramática a vida política da nação e por conseguinte de Cáceres ao retirar dos eleitores o direito de eleger os futuros prefeitos. Não era prudente para dizer o mínimo, esperar das comemorações cidadinas que estas salientassem criticamente o cerceamento da liberdade, ao contrário, cabia a celebração de 06 de outubro incorporar os ditames do Poder Executivo Federal e salientar os aspectos positivos macroacontecimento.

O desfile procura realizar uma leitura de passado, presente e futuro num claro esforço de condensação da temporalidade perpassada por ações garantidoras do incessante progresso.

Por mais indeterminado que seja o devir, marcado pela imprevisibilidade os aspectos constitutivos dos desfiles procuram impingir à assistência o sentimento de avanço sucessivo nos diversos campos da vida humana. É de certo modo imperioso ser copartícipe dessa perspectiva processual da história evolutiva, onde o

ideário de progresso não é apenas uma aspiração coletiva, mas sua realização comprovada e palatável. É como se a celebração estivesse a antecipar o futuro promissor pautado especialmente por avanços de ordem material. O que virá, é melhor do que foi e o do que é.

Para finalizar, questiono-me acerca do meu papel e relação com a própria coletânea e sua vinculação com o 06 de outubro. Em que medida esta iniciativa de pensar a celebração e nos pensarmos na condição de coparticipes do evento como construtores de uma determinada memória sobre evento, como bem afirmou Ankersmit até que ponto a escrita historiográfica não possui uma perspectiva comemorativa, mas este é um tema que fica por hora no aguardo de novas problematizações.

Referências Bibliográficas

ANKERSMIT, Frank R. *Commemoration and National Identity*. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27826/23922> Acesso em 21 de abril 2023.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELI, Jean-François. (dir.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.

BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=098086&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=42853> Acesso em 17 de abril de 2023.

BIBLIOTECA NACIONAL. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=098086&pasta=ano%20196&pesq=&pagfis=43348> Acesso em 17 de abril de 2023.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

Câmara dos Deputados. Lei N° 5449, de 4 de junho de 1968. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5449-4-junho-1968-359221-publicacaooriginal>. Acesso em: 12 de abril de 2023.

CANÊDO, L. B. Caminhos da memória: parentesco e poder. T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. 2011. *Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, 2(3), p. 85-122. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27652>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora da UNESP, 2013.

DOSSE, François. *A história*. Bauru: EDUSC, 2003.

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MENDES, Natalino Ferreira. *Memória cacerense*. Cáceres: Carlini & Caniato, 1998.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres: história da administração municipal*. Cáceres: Ed. do Autor, 1973.

MUSEU HISTÓRICO DE CÁCERES.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, *Revista da PUC-SP*. N° 10, 1993 p. 12. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 11 de abril de 2023.

RÉMOND, René. (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

ANEXO 01



ANEXO 03

Página 5

O BRASÃO DE MATO GROSSO

Public. 4 de Outubro de 1968

EMACO - Materiais de Construção Ltda.

Cumprimenta Cáceres Pelo Trancurso
Do Seu 190 Aniversário de Fundação

"EMACO"
- Materiais de Construção Ltda -

Rua Coronel Faria, 272 — Fone 347
Cáceres — Mato Grosso

AIRTON DOS REIS

*Tabelião e Escrivão
do
Cartório do 3º Ofício*

Sauda a cidade de Cáceres pela
passagem de seus 190 anos de fun-
dação e vale-se da oportunidade
para lembrar que afende, por carta,
a todas as pessoas que tenham in-
teresses de terras neste Município.
Se seu problema é sobre bens
imóveis procure ao senhor

AIRTON DOS REIS
Tabelião do 3º Ofício

CÁCERES — Rua Marechal Deodoro, 65
Caixa Postal, 32 — FONE 325

Servicentro Esso **"CALIFORNIA"**

DE
A. Pinto de Arruda

Felicita ao nobre e laborioso povo cacerense pela passagem
dos seus 190 anos e, aproveita-se da oportunidade
para lembrar aos senhores proprietários de
veículos, em geral que, apresenta o
mais perfeito serviço de lavagem
e lubrificação, como também,
uma perfeita assistência
mecânica e elétrica
ao seu carro e... enquanto
espera ser atendido, tome
um saboroso calvinho
eletro de...

Servicentro Esso "CALIFORNIA"

Cáceres — Mato Grosso

SALVE 6 DE OUTUBRO DE 1968 SALVE

A **Drogaria Droga-City**

DE
Joaquim Rodrigues da Silva

Congratina-se com o laborioso povo cace-
rense pela passagem de mais um aniver-
sário de fundação da nossa querida e
progressista cidade, lembrando que

DROGA-CITY
"SERVE BEM E MAIS BARATO"

Rua Coronel Faria, 87 — Fone 300
Cáceres — Estado de Mato Grosso

LITERATURA E MEMÓRIA: UM OLHAR SOBRE A CIDADE

Olga Maria Castrillon Mendes¹

Recorro ao historiador cacerense para dizer com ele que Cáceres faz parte do processo histórico que teve início no ciclo dos bandeirantes paulistas, período de grande fluxo de exploradores do ouro, de que resultou a formação dos atuais estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. “Somente a partir de meados do século XIX, com a abertura da navegação pelo rio Paraguai e desenvolvimento das atividades extrativas animais e vegetais, experimentou Vila Maria um surto de progresso que lhe valeu a elevação de povoado à vila, em 1859” (MENDES, 2021, vol. 1, p. 11). Então, os primeiros textos aqui produzidos são resultado do processo histórico nacional, iniciado com a chamada literatura de (in)formação. Visitada por viajantes de vários lugares do mundo, muito se escreveu sobre a geografia, as fronteiras, os habitantes, a natureza, as dificuldades, as doenças, o chamado “isolamento” da região e outros assuntos que se relacionam às questões da alteridade e estereótipias, cujas marcas permaneceram na literatura, formando imagens que confirmam ou desmentem os dizeres do discurso hegemônico.

¹ Olga Maria Castrillon Mendes é Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários PPGEL/UNEMAT. Do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres e da Academia Matogrossense de Letras. Publicações: *Taunay viajante: construção imagética de Mato Grosso* (2013); *Discurso de constituição da fronteira de Mato Grosso* (www.unemat.br/editora, 2017); *Matogrossismo: questionamentos em percursos identitários* (2020) e *Letras cacerenses*, co-autoria de 2021. Participa de publicações em livros e periódicos, com enfoque especial na literatura produzida em Mato Grosso e nas questões das identidades latino-americanas. Olgmaroo7@gmail.com

Rubens de Mendonça, em *História da Literatura Mato-grossense* (1970), e Lenine Póvoas, em *História da cultura mato-grossense* (1982), foram os primeiros a construir uma história literária e cultural de/sobre Mato Grosso. Poucos cacerenses fazem parte dessa coletânea, fato que se consolida nos compêndios de história literária e é motivo dos mais variados estudos sobre a produção local. Um descompasso que começa a ser anotado pelo crescimento da crítica oriunda dos Programas de Pós-Graduação em Estudos Literários da UFMT e da UNEMAT. O forte acento dos pesquisadores, principalmente desta última, tem sido a compreensão do universo de produção literária que conforma uma geografia poética da maior relevância, não só para o seu reconhecimento como fonte primária, mas como parte da compreensão dessa mesma geografia no processo histórico e cultural do Brasil e do mundo. Cáceres é, reconhecidamente, polo cultural, participando de eventos de envergadura internacional. Proliferaram artistas, literatos e pesquisadores que, aliados à UNEMAT, aqui encontraram elementos básicos para sua produção. Quanto maior a abrangência, mais profícua será sua atuação. Sim, porque de pouco vale a criação sem o público consumidor. De pouco vale o incentivo à produção artística sem a socialização da arte, componente básico do processo educativo.

Como atingir diferentes espaços da cidade, como educar e dar a conhecer o objeto artístico, sem apoio do conjunto da sociedade? A função social do artista é plural e tem repercussões no coletivo. A utopia possível, mas necessária em tempos não muito favoráveis ao desenvolvimento das coisas do espírito.

Nesse sentido, para compor o quadro imanente da cidade, este texto está pensado para ser um veículo de

proliferação de uma escritura poética. O tema é a cidade; a poesia é parte da produção do escritor Natalino Ferreira Mendes (1924-2011), cacerense, cuja vida se confunde com a própria criação, de tal modo que não se delinea muito bem em que momento uma serve de inspiração para outra. É, portanto, um misto de poesia, história e memória que orquestram a vida da cidade e do poeta. A moldura do quadro é delineada por olhares sobre o universo de composição contido em *Anhuma do Pantanal* (1993) e *Pássaro vim-vim* (2010). Os dois únicos livros de poemas publicados em vida abrem-se a redescobertas de nós mesmos ao desvendar as cores dos tempos-raízes. Unindo olhares sobre sua urbe, o poeta traz um quadro de composição romântica. Diz muito do sentido de identidade e de pertencimento à terra que norteou os escritores da primeira metade do século XX. A beleza da forma cultiva a beleza da matéria, missão do poeta parnasiano. São a representação do artista empenhado, do culto ao estético com o qual penetra a essência da criação, em cuja percepção o espírito do leitor encontra morada.

Um olhar passado a limpo

Para efeito da história, o primeiro texto que se tem notícia em terras cacerenses (e, ao que se diz, já estava pronta), foi a Ata de fundação da cidade “por ordem do Ilmo. e Exmo. Snr. Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, governador e Capitão General d’esta Capitania de Mato Grosso, para com effeito fundar, erigir e consolidar uma povoação civilisada [...]” (Mendes, 1973. p. 27, grifos meus), existindo, nesta afirmação, todo o processo de apagamento da população autóctone e da autoria fundacional do que já estava ocupado.

É possível, então, pelo viés didático, dividir a historiografia literária cacerense em 3 fases: de (in) formação (dos relatos de viagem até o aparecimento dos primeiros poetas); de construção (anterior à criação da Fundação Cultural de Cáceres) e de afirmação (a “nova geração” gestada pela Fundação Cultural, pela Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e por escritores independentes que chegam até os contemporâneos). A maior parte dessa produção foi catalogada por Natalino Ferreira Mendes e Olga Castrillon, no livro *Letras cacerenses*, de 2021, publicado por incentivo da Lei Aldir Blanc. São cerca de 102 escritores, desde o período de formação do município até os dias atuais. Essa divisão pertence a fases em que se postulam as manifestações literárias de/sobre Cáceres, o que constitui um variado campo de trabalho a ser desenvolvido pelos estudantes das escolas de ensino fundamental e médio e, principalmente, pelas Universidades.

O desconhecimento dessa produção acarreta o esforço vão dos escritores, que são obrigados a investir, às próprias custas, em divulgação e venda do produto, fruto do labor intelectual. Caso contrário, os livros são para presentear os amigos e bibliotecas das escolas e instituições. Só é possível divulgar o que se conhece e esse fato passa pela inserção da literatura e da cultura de Mato Grosso nos currículos escolares. É preciso o incentivo para escrever, publicar e criar o processo de difusão do livro e/ou da produção veiculada em outras plataformas, o que já se constata pelos projetos Literamato 1 e 2, que muito vêm contribuindo para a difusão da leitura nas escolas, com distribuição maciça de textos literários contemporâneos.

Afinal, há que ousar o diferente, experienciar outras relações, outros olhares, outras vivências interiores

(do Brasil mais interior) e os sentimentos da sociedade e do mundo, na relação profícua da produção literária no tempo da história, do homem construindo e experienciando outras visões do mundo, esse mundo mais chão, mais rã, mais árvore, como diz o poeta Manoel de Barros, o mato-grossense de maior circulação no cânone literário brasileiro.

Nessa necessidade histórica de auto-compreensão, acesso o mundo a partir de Vila Maria do século XVIII, surgida da presença de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres o 4º Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, do tempo da demarcação de fronteiras entre Cuiabá e Vila Bela; da cata do ouro e da preação do indígena; das posteriores entradas bandeirantes e Expedições Científicas; do comércio da poaia com o mundo, das figuras lendárias do poaieiro, do sertanejo e do boiadeiro. Entre as fechadas matas e o feraz Pantanal a terra produz e se estende pelos vastos campos de agricultura e pecuária. O Brasão inserido na bandeira cacerense anuncia sua vocação: *Ad Sum* (presente). Responde a ecoar os antigos sítios históricos (Jacobina, Caiçara, Ressaca, Descalvados); a Igreja Matriz, o rio Paraguai e seus afluentes: Sepotuba, Jauru e Cabaçal; a memória das ruas: Rua Augusta (Cel. José Dulce), Rua Direita (13 de junho), Rua Formosa (Rua do Alegre), Rua Marquês de Pinedo, Rua João Pessoa, Rua da Tapagem, entre outras); dos Colégios Sant'Ana, Grupo Escolar, São Miguel, Rodeio, São Pedro, Garcez); o Cemitério São João Batista (pelo qual o Acadêmico Luiz-Philippe Pereira Leite nos levou a compreender a saga da Fazenda Jacobina; os leões do Porto Mário Corrêa (do qual se guarda a memória oral e poucas imagens); os lampiões de rua; a presença do Marechal Rondon (concluindo mais um trecho da extensão da linha telegráfica em

direção ao Amazonas) e tantos outros fatos e personagens que compõem a galeria dos que ajudaram a construir a história de Vila Maria e da cidade de Cáceres. Como o diz o memorialista:

Mas a gente que para cá se deslocara, lançou-se à luta e da exuberância deste solo tirou a subsistência, fazendo do excedente, lucrativo comércio, baseado no tripé de sustentação: agricultura, pecuária e extrativismo vegetal. Hoje, passados tantos anos, voltamos ao ponto de partida em novas dimensões: Cáceres projeta-se no cenário mato-grossense, nacional e mesmo internacional, pela inigualável posição que ocupa no cruzamento de estradas, na cabeceira do Pantanal e com o potencial telúrico de que dispõe. Volta a ser, como queria Albuquerque, uma porta de comunicação não só com São Paulo, mas com o mundo. Tanto cresceu Cáceres nos anos setenta, que houve a grande explosão, dividindo-se o nosso vasto território em novos centros de produção e comércio, formando a constelação de municípios que povoam e civilizam a região a sudoeste de Cuiabá (MENDES, 1998, p. 30-31).

Como partícipe dos acontecimentos, o escritor vê em perspectiva, mas sem saudosismo. Entende que o progresso é inevitável e a contribuição de novos povos movimentam a economia e desloca os sentimentos. Ou seja, com o pé na tradição, a iminente transformação social aconteceu.

Olhares (trans)poéticos

As duas obras poéticas de Natalino Ferreira Mendes compõem uma orquestração afinada sobre a cidade. É a união entre o passado e o presente da escrita.

Anhuma do Pantanal (1998) é o grito altissonante e agudo de quem, como o pássaro pantaneiro, está ligado aos acontecimentos da cidade, às marcas deixadas pelos construtores da história, os locais de memória e, principalmente os segredos da alma e o devir (devenir) do (en)canto da terra – espaço em que o poeta saúda a cidade: Ave, palavra!

Pássaro vim-vim (2010) é a delicada ave que não tem o agudo grito, nem pousa nos mais altos galhos, mas sobrevoa delicadamente os recantos da terra (e da alma). O alvissareiro pássaro é a metáfora anunciadora da boa-nova. Tranquilamente pousa de galho em galho, tocando as fibras de outros corações para, em uníssonos, compor a orquestra da vida.

Os dois pássaros-livros constroem a poesia da terra, concentrada na abstração (ou definição) da existência humana. Em parte, síntese de uma ideografia de figuras abreviadas, cuidadosamente sedimentadas pela matéria-prima do poema. O artista trabalha os versos que chegam não se sabe de onde, como pássaros que pousam e alçam voos, deixando os sedimentos escondidos dos tempos, combinações de processos de criação que atingem os domínios específicos das manifestações verbais. Ezra Pound (2006) diria que é o procedimento da dança do intelecto entre as palavras. Pairam em forma de melodia que cala fundo na memória. O canto configura a imagem, mas, é também o discurso da/sobre nossa origem, os modos pelos quais passamos a significar em meio a outras vozes, aquelas que nos definem².

Os livros trazem a cidade sob três perspectivas: a histórica, a memorialística e a mensageira, que estão tecidas por “hidroletras”³. Ou seja, o rio é a metáfora

² Cf. meu Prefácio no livro *Pássaro vim-vim* (2010).

³ Cf. Prefácio de Carlos A. R. Maldonado no livro *Anhuma do Pantanal* (1998).

fundadora e catalisadora do movimento do poema. Por ele se imprimiu a história dos ocupantes da terra, no passado colonial e é ele que conduzirá, por quase meio século, o comércio de produtos manufaturados, o ir e vir da população e, ainda hoje, mistura-se com o cotidiano da população e gera meios de sobrevivência. O rio é artéria, portanto circunscreve-se na existência. Visto desta forma, é memória e atravessa o poeta em todos os sentidos que dá à cidade, como veremos no panorama poético que segue.

A história está no longo poema à Cáceres:
É o tempo das conquistas de Portugal [...]
Albuquerque aí vem... Ele é o quarto [...]
Ei-lo investigando os seus domínios
Mister se faz guardar a terra inteira:
Para isso idealiza conquistar
Estratégicos pontos da fronteira
(*Anhuma do Pantanal*, 1998, p. 13-15)

Figuras enaltecidas tecem o fazer histórico do alargamento das fronteiras pela posse de terras para Portugal, fortalecendo a conquista do interior com a leva dos bandeirantes paulistas em busca do Eldorado, estereotipando a ideia de sertão. Os domínios se alastram, delimitados por Tratados de concórdia entre os reinos conquistadores. A Capitania de Mato Grosso, integrada a de São Paulo, desmembra-se. O grande líder conquistador alarga fronteiras com a construção de fortalezas nos rios Paraguai e Guaporé e a criação de cidades. Surge Vila Maria (Cáceres), que se inscreve pelo comércio internacional dos recursos naturais com a febre do “ouro negro” (a poaia), que fez a riqueza da região, criando novos movimentos humanos, até atingir a modernidade com “potência hidráulica, vigor,

cursos d'água colossais e piscosos, florestas viridentes, ouro, cobre e salitre”. Uma terra que se produz o que se planta, consoante o preceito bíblico. Não é gratuito que a cidade tem, como padroeiro, São Luiz.

A força cultural da cidade está na sua origem lendária:

[A princesa] “encantada com a visão das terras que se espraiam desde o rio até a Serrania Azul do lado que o sol nasce, à praia abicou no ponto em que o Paraguai graciosa curva descrê antes de procurar o sul... Em êxtase ficou voltada para o poente... alguns naturais acorreram e, plantando suas choças de folhas de palmeira, fizeram-lhe a corte. Assim nasceu Cáceres, a princesa do Alto Paraguai (idem, p. 16) Na potência do caudaloso rio Paraguai e seus afluentes estão as riquezas e a beleza natural: Desce sobre a cidade de Cáceres como se a quisesse envolver num longo e terno abraço. Vem do norte, procurando o sul. Olha para o nascente – orlado pela Serrania Azul, e avança, para em curva graciosa banhar o litoral onde Albuquerque lançou os fundamentos do povoado que da rainha Lusa o nome herdou: - VILA MARIA (idem, p. 18-19)

No lema gravado no Marco de fronteira está a vocação histórica e as bases da formação religiosa:

Na face, que o sul contempla,
desse Marco de fronteira,
há um lema que acalenta
esta terra brasileira:
- “Justiça e Paz se oscularam”
nestas plagas sem rivais...
- Grande exemplo nos legaram
nossos fiéis ancestrais (idem, p. 26-27)

Em que pese a história de um passado glorioso e de enaltecimento dos lugares de memória, a poesia traz o tempo e a ideologia do poeta, portanto deve ser lido no contexto de sua produção e do lugar em que se instaura a escritura. É um exercício para os contemporâneos que têm em perspectiva outras referências vivências e mesmo teóricas, levando em conta que o Marco de Fronteira é monumento histórico presente na Praça central da cidade, servindo tanto de memória quanto de motivo de reflexão e análise sobre as ações humanas em suas respectivas temporalidades.

No episódio da Tapagem metaforiza-se a imagem mítica que constrói o imaginário do povo:

Fecharam elas [as Nereidas] com seus corpos frágeis
Mas inumeráveis
A entrada do porto,
Impedindo os portugueses
De caírem na emboscada...
Mãos invisíveis transportaram Camalotes,
capim, aguapés
E mais outros vegetais
Para as imediações
Da Lagoa Uberaba
Ali, numa trama ideal,
A vegetação enlaçada,
Misturada
Comprimida
Tapara por completo
O canal do rio, navegável (idem p. 32-34)

Numa trama da natureza os paraguaios foram impedidos de entrar à cidade. A homenagem a esse fato está posta em uma das ruas centrais da cidade, seguindo ordenação da nomenclatura modificada por ação da Intendência-Geral do então município de São Luiz de Cáceres, nos termos da Resolução nº 62, de 13/08/1912 (MENDES, 1998, p. 89).

Na ode à cidade o poeta traça a história, personagens que a construíram e o povo “gente ordeira e acolhedora”, terminando numa exaltação telúrica, cujos olhos não ficam no passado, mas observa o futuro:

Tens tudo o que é preciso p’ra crescer:
cursos d’água colossos e piscosos.
Incontáveis florestas viridentes...
Tens ouro e tens cobre e salitre;/
Tua terra produz o que se planta” (idem, p. 15).

Está também no desfile fluvial das lanchas que singraram o rio, tanto para transportar víveres como pessoas das classes sociais mais abastadas. O navio Etrúria é o símbolo maior, denunciando época de fartura e desigualdades sociais, mas também da construção do imaginário sobre a lendária figura do rio e das embarcações que participaram da história social e econômica da cidade.

Nos prédios históricos como o Cine Palácio, a Catedral de São Luiz, o Jardim e nas retretas, a Ponte Marechal Rondon, reside uma constelação simbólica de significados variados. O cinema traz à memória as primeiras exposições públicas de películas e companhias de teatro que chegavam a bordo do navio Etrúria e a centralidade com que as praças mantinham o espaço de convivência da população urbana. Na zona rural eram ricos os cultos aos santos e o povo mantinha as raízes mais profundas das heranças indígenas e negras, mescladas à portuguesa:

Cáceres vivia esse cristianismo a que se refere Gilberto Freyre, no oratório da sala principal de cada casa, nos tríduos e novenas de rezas que se realizavam nas famílias, especialmente antecedendo alguma data comemorativa, de cumprimento de promessa ou de um santo da devoção. A tiradeira da reza ajoelhava-se diante do altar acompanhada dos convidados e começavam as ladainhas ainda em latim a que os presentes respondiam contritos. Na calada das noites de outrora, de longe se ouvia aquele cântico laudatório, quase monótono, mas pleno de religiosidade da gente que nos antecedeu nesta cidade (MENDES, 2021, p. 55).

Nessa esteira, a memória gravou, pela oralidade, aspectos da vida que permanecem no imaginário, como na memorável Rua das cabeças, Cumbaru de ouro, Tourada, A casa da panela, Carro de bois, Campanário da matriz, Mangueira da ordenha, imagens que se solidificaram na/pela oralidade. A memória é, ainda, tecida pelas personagens que constroem a história: Aguateiro, Lampareiro, Poaieiro, Pai Congo, Padre Casimiro, Padre Paulo e Silva Freire, alinhavando o espaço/tempo do poeta, todos postos no segundo livro de poemas *Pássaro vim-vim*.

Por último, cumprindo seu papel de mestre-filósofo, o tecido poético surge nas Místicas-mensageiras, no livro *Anhuma do Pantanal*. São exemplares que trazem o pensador e o professor que não se descuidava dos ensinamentos e de conduta de vida: ao professor, aos filhos, o milagre da vida, a morte, a música, enfim, a poesia que brota do íntimo, perfazendo o sentido da essência da sua *poiesis*.

Assim construídos, os olhares surgem em forma de imagens perpassadas por personagens e vivências.

Transpõem os limites do real visível e depositam sedimentos que soam como sementes plantadas no leitor. Esse processo de (trans)mutação que acontece no ato da leitura dos poemas pode ser vista como ato de integração social. É conhecimento, sabedoria e inspiração tão necessários à vida de qualquer indivíduo, notadamente do leitor de poesia. São desafios que o colocam em contato com a realidade. É a soma dos atos de situação no universo e não de separação, por isso, necessário como ato de humanização. A experiência estética surge desse papel humanizador em que o significado da criação é alcançado pela vivência estética. Não há conhecimento sem prazer. A fruição tão decantada pelos teóricos da leitura e da escrita entendem a compreensão como gosto e prazer, pois só se gosta do que se entende e só se compreende o que se aprecia.

Pode-se verificar que a força da história gloriosa do povo conquistador está fortemente marcada no livro *Anhuma do Pantanal*. Em *Pássaro vim-vim*, o poeta traz os povos originários que construíram, no anonimato, as bases da história que subjazem no silêncio dos monumentos e estão vivificadas na herança cultural das famílias.

Em muitos aspectos, a cidade se transformou, sofreu as crises do abandono e a sua tradição bicentenária grita pela recuperação do notável patrimônio material e imaterial. Novas investidas e novas posturas clamam por atitude cidadã e projetos verticalizados, como os que já acontecem relacionados ao Patrimônio Histórico da cidade. Uma luta que depende muito mais da participação de todos do que do poder público.

Desde *História de Cáceres*: administração municipal, de 1973 com reedição em 2009, passando por *Marco do Jauru*, de 1983), *Efemérides cacerenses*,

de 1992, *Memória cacerense*, de 1998, *História de Cáceres: origem, evolução, presença da Força Armada*, de 2010, além de publicações avulsas e artigos veiculados na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso⁴, Natalino Ferreira Mendes tece fatos e personagens da história, registrando e transcrevendo documentos dos arquivos públicos com os quais compôs seus escritos, tanto em formato de datas, como faz em *Efemérides cacerenses*, quanto de crônicas, de narrativas históricas e poemas, como aparecem em *Memória cacerense*. Em cada gênero da escrita, o escritor se faz presente, moldurando sócio-historicamente sua cidade.

O memorialista-poeta

Pelas linhas mais interiores, do sertão nortista de outros historiadores, ou à beira do caudaloso rio Paraguai de Natalino Mendes, até que ponto o sentido do trabalho intelectual vai significar paradigma de uma época e como se pode compreender o seu papel na sociedade mato-grossense, tanto como cidadão empenhado, quanto como atuante membro de Instituições sociais a que pertenceu?

Nascido em 3 de janeiro de 1924, descende do humilde lar de Bertholdo Ferreira Mendes e Anatólia Trindade Mendes, na bifurcação da Rua Pe. Casemiro, esquina com a Rua Treze, até ao Sangradouro, no Bairro Cavahada, como canta em versos:

4 Destacam-se: “Cáceres: 200 anos” (Tomos CIX-CX, Ano L, p. 35-36, 1978); “Ao IHGMT” (Tomos CXIII-CXIV, Ano LII, p. 250, 1980); “Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres: homenagem ao fundador de Poconé”, por ocasião do bicentenário daquela cidade, 21/01/1981 (Jornal Equipe, Cuiabá, 25/01/1981 e na RIHGMT, Tomos CXV-CXVI, Ano LIII, p. 3-12, 1981); “D. Aquino: culto a Maria”. RIHGMT, Tomos CXXIII-CXXIV, Ano LVII, p. 32, 1985; “Sabinada: 150 anos”. RIHGMT, Tomos CXXIX-CXXX, Ano LX, p. 67, 1988; “Um marco na formação de Mato Grosso”. RIHGMT, Tomo CXLVI, Ano LXX, comemorativa aos 250 anos da Capitania de MT, p. 70, 1998.

Nessa esquina, à direita da enxurrada,
construíra meu pai a nossa casa de morada.
Acordei para a vida
nesse ponto da cidade,
e os meus encantos de criança
eram a chuva copiosa
de verão
e o conseqüente escachoar
das águas correndo
impetuosas
barulhentas
por sobre o calçamento irregular
da ladeira de pedra
da rua Padre Casimiro
(*Pássaro vim-vim*, p. 14)

Da periferia da cidade ao centro de formação da mentalidade mato-grossense, Cuiabá, proliferou sua obra marcada pelas raias fronteiriças pelas quais compreendeu o sentido social, histórico e cultural do povo. Teve vida longa e produtiva. Foi um raio de sol para a família, a cidade e para várias gerações de alunos. Foi também um desses homens de fé que convencem pela postura e pela coerência, que busca a unidade na diversidade de pensamentos. Ao falar da Cavahada, o bairro mais antigo da cidade, da Ponte de Pedra, do sentido de uma cidade portuária para Mato Grosso, das raízes, costumes e ocupação do município, da contribuição de Cáceres para o cururu mato-grossense, encontra luzes que ajudam a esclarecer as crenças e a mentalidade do povo. “As expressões da cultura, presentes no viver da comunidade, dão espaço para novas expressões, vindas de fora, que chamam atenção pela forma e conteúdo, diferentes das nossas” (MENDES, 2021, p. 120-136).

Entre a história e a *poiesis*, o discurso da/sobre a cidade exala o fascínio sobre os pioneiros, os símbolos perenes (e silenciosos) da memória e, principalmente,

do povo e das riquezas culturais que produz. Hoje, revisitamos a história através das pesquisas que reverberam o verdadeiro sentido da imortalidade.

A poética, aliada à narrativa histórica, como já tive oportunidade de escrever⁵, é a chave que interpenetra palavras plurais, definindo certo tom de diálogo com a memória do leitor. Modulam as frequências do coração em profusões telúricas de modo que não é de saudade que fala, mas de resíduos de lembranças que estão coladas nos compassos da vida. Há, então, certa juventude eterna e irreprimível nos versos que brotam do canto do pássaro-poeta. Essa poesia é o cântico à natureza e à cidade. O lirismo empresta ao tom memorialista um novo matiz. Toda a memória com cheiro e cores de infância, reflete a alma de poeta romântico. Num desfilar de aves, cantos e rumores de lembranças remetem aos mais remotos pontos da cidade: na “ladeira de pedra”, no “beco das oliveiras”, na “capelinha em ruína”, no “campanário da matriz” onde Cecilinho comunicava vida e calor aos seus sinos. Evoca o que conhece e exalta, elegendo o motivo do seu canto. O poeta não quer apenas gravar a música do passado, mas sugerir-lhe o movimento, as sensações táteis e emotivas, todas testemunhas derradeiras da memória.

Como objetos desse poder linguístico estão a “mangueira deitada”, a vetusta piuveira do sangradouro, a draga fundeada no porto da Serraria Castrillon, o porto novo no velho ancoradouro do Fonseca, a Ilha de Cáceres, o Marco do Jauru, a Tapagem, o cumbaru de ouro, a casa da panela, o carro de bois, o vapor Etrúria, o lampareiro, o poaieiro, o pé-de-garrafa... filigranas delicadamente entrelaçadas, tecendo o curso da existência. O universo todo cabe neste pedaço de chão do

5 Cf. Discurso de posse na Academia Mato-Grossense de Letras, 2016.

Pai Congo, do Padre Mira, da lavadeira Nhá Luiza, do Padre Paulo, do Silva Freire, do mano Nelson, todos, como o próprio poeta, transformados em estrelas.

O canto do pássaro, assim, é a respiração do universo e traz para o poema os mais diversos sons, nele imprimindo um tenaz e contínuo movimento – metáfora da vida e dos sentimentos. A poesia tem luz, som e movimento, mobilizando os sentidos. Existe um quadro, um concerto, fenômeno de interação entre o homem e o ato recriador, permeado pelo divino, como acreditava.

Das profundas origens brotaram o cantor da terra, o visionário e o educador em busca incansável da compreensão do mundo e da consciência do dom divino que a tudo governa. Da diuturna dedicação às leituras de documentos, a produção constante em prosa e verso que ficará para além de si mesmo.

Eis o homem e a sua obra por mim definível. Mas há outros construídos por outros olhares que estão sendo revisitados nas diferentes Instituições e no seu Acervo, hoje parte dele doado à Biblioteca Pública Municipal e Cáceres.

Referências Bibliográficas

CASTRILLON-MENDES, Olga Maria (org). *Memória Cacerense*. Cáceres-MT: Carlini & Caniato, 1998.

MENDES, N. F. [1973]. *História da administração municipal de Cáceres*. 2 ed. Cáceres: EdUNEMAT/FAPEMAT, 2009.

MENDES, N. F. *Anhuma do Pantanal*. RS: Pe. Berthier, 1993.

MENDES, N. F. *Memória cacerense*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 1998.

MENDES, N. F. *Pássaro vim-vim*. Cáceres: Ed. Unemat, 2010.

MENDES, N. F. *Fragmentos da história cultural de Cáceres*. Vol. 2. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2021 (resultado de Projeto junto à SECEL/Lei Aldir Blanc, 2020).

MENDES, N. F. & CASTRILLON-MENDES, O. M. *Letras cacerenses*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2021 (resultado de Projeto junto à SECEL/Lei Aldir Blanc, 2020).

MENDONÇA, R. de. *História da literatura mato-grossense*. Cuiabá: Ed. do autor, 1970.

ORLANDI, Eni. *Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense*. In: Discurso, espaço, memória. Caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas, Editora RG, 2011.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto*. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2. ed., 2005.

ORLANDI, Eni. *Ler a cidade: o arquivo e a memória*. In: Para uma enciclopédia da cidade. ORLANDI, Eni. (Org.). Campinas, SP: Pontes/Labeurb. Unicamp, 2003.

POUND, E. *ABC da literatura*. São Paulo: Cultrix, 2006.

PÓVOAS, Lenine Campos. *História da cultura mato-grossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1982.

PONTE BRANCA. TRAÇOS DE MEMÓRIA¹

Neuza B. Zattar²

Figura 1 - Ponte branca³



Considerações Preliminares

As cidades, de modo geral, se contrastam ou se assemelham pela exterioridade das formas, planejamento, urbanismo, pelos aspectos históricos e culturais, além das formas emergentes que se impõem por determinadas condições, e são espacializadas pela linguagem que as textualiza e por sujeitos que nelas trafegam, convivem, constroem, desconstroem, reconstroem e as transformam.

As formas urbanas, que nas cidades se edificam, se desenham e organizam o tecido urbano⁴, de um lado

¹ Este texto resulta do Projeto de Pesquisa *As formas urbanas nos espaços da cidade* e foi readequado para esta publicação.

² Neuza Zattar é Doutora em Linguística pela UNICAMP (2007). Professora do Curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Jane Vanini - Cáceres/MT. Correio eletrônico: neuza.zattar@top.com.br

³ Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=ponte+branca+de+caceres-t&biw=837&bih=495&tbn=isch&imgil=> Acesso em: março de 2015.

⁴ O tecido urbano “não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte

são reguladas por um conjunto de leis/normas, códigos de postura que definem e orientam o modo de ocupação dos espaços da cidade, e por outro, constituem o espaço simbólico que diz, no qual se diz e para quem se diz. Ou seja, a cidade, ao se movimentar na/pela linguagem dos sujeitos, produz sentidos e “tem assim um corpo significativo. E tem nele suas formas”. (ORLANDI, 2001, p. 11). As formas urbanas se movimentam por gestos de sujeitos diversos nos espaços da cidade, que afetam as mudanças na estrutura e na paisagem urbana e nas relações de linguagem.

Neste texto estamos considerando a *ponte branca* como uma forma urbana, por se constituir de uma materialidade significativa exposta à exterioridade, por entendermos que a projeção/construção de cada forma no espaço da cidade tem uma determinação social e histórica para existir e deixar de existir.

Nesse processo de fazer história, começamos pelas histórias institucionais que constituem a memória de arquivo da *ponte branca*. Essa memória, segundo Orlandi (2003, p. 15), “tem a forma de instituição que congela, que organiza, que distribui sentidos. O dizer nessa relação é datado. Reduz-se ao contexto, à situação de época, ao pragmático”.

Desse modo, neste artigo, propomos refletir sobre a *ponte branca*, não pelas características exteriores ou pelo estilo arquitetônico, mas pelo lugar público onde foi edificada e que dispersa pela mão do homem, foi demolida em 1998, para se adequar às exigências do ‘progresso’.

A ponte branca

A *ponte de pedra*, assim chamada originalmente, foi construída na gestão do Intendente Diogo Nunes de

de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: *a sociedade urbana*”. (LEFEBVRE, 2001, p. 19, grifo do autor).

Souza (1909-1911), sobre o ribeirão Sangradouro, e o nome faz referência às pedras cangas empregadas na sua construção. Para a sua edificação, foi publicado um Edital⁵ pela Câmara Municipal, do qual participaram a Firma Corbelino & Irmão e Luiz da Costa Garcia, sendo este último o vencedor da concorrência. No contrato entre o proponente e a Intendência Municipal, de 7 de abril de 1910, constam as seguintes especificações:

uma ponte de alvenaria com 12m de comprimento por 4,5m de largura e 4m de altura, assentado o seu tabuleiro sobre duas abóbodas de 0,75m de espessura, levantadas sobre três paredes de 80cm, cada uma de grossura, tendo os alicerces das mesmas um metro de profundidade abaixo da superfície do solo, ficando um vão livre de 5 metros entre elas [...]. Será construída de pedra canga e tijolos queimados [...]. (MENDES, 1992, p. 94-95).

O nome *ponte de pedra* se manteve até a gestão de João Souto (1951-1955), conforme relatório sobre as obras da cidade que diz: “retificação do leito do córrego Sangradouro, da *ponte de pedra* para baixo”. (Idem, 1973, p. 197; grifo nosso). No entanto, não há registro nos relatos da administração municipal, após esse período, sobre a mudança do nome para *ponte branca*, que pode estar ligada ao início do processo de “caiação e pintura” dos bens públicos da cidade. Desse modo, é possível pressupor que a pintura na cor branca, decorrente do gesto do administrador, deu-lhe uma nova referência que passou a identificá-la e a distingui-la de outras pontes que foram construídas ao longo do córrego Sangradouro no período de 1955-1959 (Ibidem).

Até a construção dessas pontes, a pequena *ponte branca* serviu à população da cidade de Cáceres,

⁵ Conforme proposta assinada em 25 de março de 1910. Arquivo Público Municipal. Caixa nº 21, Cáceres-MT.

tornando-se o único ponto de ligação entre os moradores do Bairro Cavahada e do centro da cidade, visto que o córrego corta a cidade na direção norte-sul até a baía do antigo leito do rio Paraguai.

A *ponte branca*, pela sua forma física, se enquadra em bens de *pedra e cal*, que juntamente com igrejas, chafarizes, prédios, entre outros, constituem o patrimônio histórico e artístico de uma cidade e lembra, pelo seu formato de “tabuleiro sobre duas abóbodas”, as pontes de povoados medievais. Tratada como *um dos monumentos da cidade* (MENDES, 1998, p. 25), a *ponte branca* não chegou a ser tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, embora outros bens patrimoniais da cidade tenham sido tombados anterior a sua demolição.

Testemunha material do progresso da cidade, em quase um século, a *ponte branca* transportou pessoas, carros de boi, bicicletas, veículos motorizados, sonhos, projetos, produziu histórias e lendas e rompeu o isolamento dos moradores do bairro Cavahada com o centro da cidade, no início do século XX, possibilitando a esses moradores o direito à cidade, o direito de ir e vir, parcialmente limitado pela presença do córrego que impunha a sua transposição por meios não naturais, como desfazer-se dos calçados, arregaçar as calças, suspender as saias, equilibrar-se em troncos de árvores e madeiras, ou passar de carro de bois, carroça ou canoa, na época das enchentes.

Pela sua posição, deitada com o corpo voltado para o infinito, a *ponte branca* permaneceu em estado de contemplação como suporte ao peso de pés de pessoas e animais, de rodas de carros, bicicletas e de outros meios de locomoção, tornando-se, ao longo de sua existência histórica, tema de matérias jornalísticas, pinturas em

tela, fotografias e música de carnaval local. As suas extremidades, os limites de ir e vir, têm do lado de cá, a cidade, e do lado de lá, o bairro Cavallhada, que passaram a instituir a passagem para encontros entre moradores de uma mesma cidade.

No carnaval de 1992, foi criado por uma escola de samba da Cavallhada o samba-enredo *Raízes de Cáceres*⁶, do qual extraímos a primeira estrofe, que exalta as raízes patrimoniais da cidade, entre elas a *ponte branca* da Cavallhada.

Lá na ponte...
Lá na ponte branca
Despontou a Cavallhada
Contagiando com seu samba a avenida
No balanço da batida
As tradições vem para embelezar a vida

No final do ano de 1997, na administração de Aloísio Coelho de Barros (1997-2000), eram notórias as obras de canalização do Sangradouro que incluíam a demolição da *ponte branca* até o seu embargo por meio de uma medida cautelar ingressada na 1ª Vara Cível pelo promotor de Justiça, Gerson Barbosa, pautado na ausência de laudos de impacto ambiental, o que resultou na suspensão temporária das obras. Esse embargo, no entanto, não impediu a Empresa Saneoste de obter na Justiça o direito de dar prosseguimento às obras⁷.

Essas histórias constroem a memória da *ponte branca* que, demolida na madrugada do dia 19 de maio de 1998, fisicamente nada sobrou, restando apenas o lugar de referência histórica no espaço em que a rua General Osório termina na rotatória que dá acesso à rua da Maravilha, em duas direções, no bairro Cavallhada.

6 Extraído da dissertação de Renato Fonseca Arruda (2014, p. 108).

7 *Correio Cacerense* de 20/05/1998.

Figura 2⁸



Com a demolição da *ponte branca*, o desaparecimento de sua forma física e o possível apagamento de sua histórica nos remete ao que diz Courtine (1999, p. 16) sobre o estatuto da memória no campo do discurso político:

[...] o ***apagamento da memória histórica*** que deixa, como uma estreita lacuna, mesmo que se coloque em jogo a materialidade não linguística de um discurso fotográfico, é antes de tudo, na ordem do discurso que ele se é produzido. Ordem de discurso das ***“línguas de estado”***⁹, ***que dividem em pedaços a lembrança dos eventos históricos, preenchidos na memória coletiva de certos enunciados***, das quais elas organizam a recorrência, enquanto consagram a outros a anulação ou a queda. (Grifo nosso).

⁸ Disponível em: <https://www.ciadenoticias.com.br/noticia/ponte-branca-rememorando> Acesso em: abril de 2023.

⁹ Referem-se às línguas dos regimes totalitários (*línguas de madeira*) e às da propaganda burguesa do *marketing* político (*língua de vento*) entre outras línguas políticas. (ZOPPI-FONTANA, 2011).

Nessa perspectiva, o desaparecimento da *ponte branca*, determinado pelos modos de dizer da política administrativa local, se realiza na língua, na ordem do dizível, que organiza a sua recorrência e não o seu apagamento pelos traços da memória que a consagram.

Análise

Tomamos para análise um conjunto de recortes de matérias jornalísticas publicadas no jornal o *Correio Cacerense (CC)*, nos dias anterior e posterior à demolição da *ponte branca*, da qual “a imprensa participa da própria formulação da memória local, aportando elementos para que, sobre a memória constitutiva (ou não, onde se há), se produza a memória narrada” (PAYER, 2011, p. 55) da ponte e da população afetada pela sua demolição.

A partir dos recortes jornalísticos que se seguem, vamos analisar como a *ponte branca* significa nas matérias publicadas em jornal local e como o cidadão cacerense aparece representado nessas matérias.

Vamos aos recortes.

R1. SOS Ponte Branca

Não se pode desprezar a preocupação de parcela da sociedade cacerense e importante segmento da justiça no apoio ao embargo das obras de canalização do córrego Sangradouro, no seu trecho urbano até a sua foz no Paraguai. E aí se inclui a demolição (ou remoção de alguma forma) da Ponte Branca. As alegações são bem pertinentes no que diz respeito ao lado patrimonial histórico, quando se fala da demolição da velha ponte, e cuidados preventivos (?) com o meio ambiente [...]. Mas agora que as obras da canalização estão em fase conclusiva, se nos parece um pouco tarde chorar o leite derramado durante

tantos anos [...] depois que já se destruiu a corrente natural das suas águas, depois que já se destruiu a sua vegetação aquática e margeante e depois que quase todo o curso a ser canalizado já esteja (sic) pronto. (Correio Cacerense de 16/05/1998.

Esse texto, publicado três dias antes de a ponte ser destruída, destaca a preocupação e o apoio de uma parcela da sociedade e da justiça ao embargo das obras de canalização do Sangradouro que incluem a demolição da *ponte branca*, conforme a sequência enunciativa:

Não se pode desprezar a preocupação de parcela da sociedade cacerense e importante segmento da justiça [...] As alegações são bem pertinentes [...].

Nessa sequência, a negação não tem o sentido de desprezar ou de negar a preocupação parcial da sociedade e da justiça quanto ao embargo das obras, mas o de reforçar o respeito e o cuidado dessa sociedade com o patrimônio público da cidade. Em *As alegações são bem pertinentes [...]*, diríamos que as alegações são pertinentes, mais que válidas, porém não convencíveis ou determinantes para influenciar a temporalidade do acontecimento.

As alegações, enunciadas de diferentes lugares sociais se cruzam sobre o destino da *ponte branca* e se juntam, constituindo traços de memória que advêm de outros enunciados, em outros tempos e lugares, disponibilizando outros dizeres, outras memórias. E nesse ir/vir descontínuo da memória, os sujeitos são marcados pelo modo como se relacionam com o patrimônio público local, como se significam e são significados no texto jornalístico no qual são relatados

O § 1º do artigo 216 da Constituição Federal de 1988 (CF/88) diz que O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. No entanto, o apoio compartilhado dos segmentos ao embargo da demolição da ponte branca parece ter ficado invisível para o Governo municipal, que mesmo sabendo de seu papel em relação ao patrimônio histórico e cultural, descumpriu a prescrição constitucional de proteger a ponte branca.

A não confluência desses sentidos entre parte da comunidade que defende a conservação da ponte, e a administração municipal que autoriza a demolição face às obras de canalização, produz o embate político e constrói uma nova memória que se junta a outros dizíveis.

Os sentidos de *preocupação* e das *alegações* de parte da sociedade cacerense e do jurídico afetados pelo acontecimento da demolição da ponte se deslocam pela presença do operador **mas**, que orienta para uma conclusão contrária ao embargo, dada a irreversibilidade da manutenção da forma física da *ponte branca*, como mostra a sequência abaixo:

Mas agora [...], se nos parece um pouco tarde chorar o leite derramado durante tantos anos.

Na sequência *se nos parece um pouco tarde chorar o leite derramado [...]* funciona como limite, como ponto final a quaisquer *alegações*, sem volta, pela memória das imagens da fase de conclusão da demolição da ponte. Percebe-se na linguagem do jornalista ironia e crítica àqueles que tiveram muito tempo para agir e não o fizeram.

Os recortes seguintes (2 e 3) foram também extraídos do jornal *Correio Cacerense* do dia 29/05/1998, um dia após a destruição da ponte.

R2. Demolida pela Saneoeste na madrugada de ontem

Ontem pela manhã, várias pessoas compareceram no local para observar a composição (sic) da ponte. Alguns arriscaram levar restos de pedra canga, tijolos e outros tipos de rocha. “Vou guardar como recordação estes tijolos, pois a ponte branca passará a existir somente na memória dos cacerenses”, observou o advogado José Maurício Jorge da Cunha; o também advogado Claudio Palma Dias retirou das ruínas alguns tijolos para guardar como lembrança.

O título “Demolida pela Saneoeste na madrugada de ontem” condensa a matéria jornalística e reproduz os modos como *Alguns* (indivíduos) presentes ao local dizem e se relacionam com a ponte agora em ruína.

Em *Alguns arriscaram levar restos de pedra*, a forma verbal *arriscaram levar* poderia imprimir sentidos de que apoderar-se de partes dos destroços não era recomendável, não era aconselhável, no entanto, os gestos de pegar/tomar para si *restos de pedra* significam pelo memorável dos gestos dos alemães após a queda do muro de Berlim, em 1989, resguardadas as especificidades de cada acontecimento, e também pela construção de uma nova memória que inclui sentimentos de nostalgia pela destruição de um bem patrimonial que simbolizou, por quase setenta anos, um dos pontos de união entre moradores de uma mesma cidade.

Os sentidos dos argumentos dos advogados se tocam quanto à tomada de *tijolos* como *recordação/lembrança*.

Na sequência enunciativa

Vou guardar como lembrança estes tijolos, pois a ponte branca passará a existir **so-**
mente na memória dos cacerenses [...],

O locutor-advogado fala do lugar de nativo que “pretende” arrogar para si e para os cacerenses o direito à memória da *ponte branca*, excluindo desse direito todos aqueles que não nasceram na cidade de Cáceres, mas que se identificam como cidadãos cacerenses. Nesse modo de dizer, o locutor-advogado se significa pelas marcas que o identificam como filho da terra, filho da cidade, que busca tomar para si o papel de “guardião” da memória das ruínas da ponte, que o jornal registra e faz circular.

Por outro lado, a memória não é algo que se guarda como lembrança ou recordação ou que se possa existir somente na memória de alguém, o espaço de memória é constitutivo dos sentidos do que já foi dito e, por isso mesmo, escapável à totalidade que produz em cada acontecimento de linguagem.

Ou seja, de tudo que se fala e se tem falado da *ponte branca*, uma parte pode escapar ou ser absorvida na memória, pois segundo Orlandi (2005, p. 28), a memória “se estrutura pelo esquecimento: esquecemos como os sentidos se formam de tal modo que eles aparecem como surgindo em nós”, sem que o sujeito perceba como se dá o processo de inscrição do acontecimento no espaço da memória.

R3. Professores e estudantes se manifestaram no período da tarde, realizando um protesto que atraiu centenas de pessoas. Todos, pelo menos naquele instante, se manifestavam contra a destruição da ponte. O Prof. Domingos Sávio da Cunha Garcia, morador da rua Riachuelo, analisa que muita gente era

favorável à retirada da ponte. Porém, mudaram de opinião quando a demolição ocorreu. “Isso é natural, o povo só dá valor quando algo não existe mais – ensina [...]. A historiadora Joana Castrillon foi até a manifestação levando consigo uma tela pintada a óleo, observando que agora a Ponte Branca passa a existir na memória do cacerense. (p. 02).

O recorte acima, extraído da seção Cidade do jornal *Correio Cacerense*, narra o modo de manifestar de professores e estudantes da cidade contra a destruição da ponte, a partir do momento em que a demolição torna-se um acontecimento de linguagem propagado na cidade.

Os modos de dizer de pessoas que se posicionavam favoravelmente à demolição e que mudaram de opinião ante à destruição são contraditórios na avaliação do locutor-professor que, ao justificar essa mudança como natural, apoia-se no ditado popular de que *o povo só dá valor quando algo não existe mais*, assimilando o lugar de dizer do enunciador genérico, aquele que (re)diz o que os outros dizem.

Essa contradição nos remete ao que diz Orlandi (2005, p. 96), “No confronto de gestos de interpretação, expressão de confronto do simbólico com o político, há a presença ausente de outras formulações possíveis, forma da política do dizer”, e dado ao modo como o sujeito se constitui, ele também está sujeito à incompletude, à indistinção.

Passamos agora a observar o funcionamento de *algo* na sequência que se segue: “o povo só dá valor quando **algo** não existe mais”.

A forma “algo” assume a função de nome que significa o que se perde de modo impreciso, e que por produzir sentidos indescritíveis, o lugar de “algo” pode ser preenchido por qualquer forma linguística, dependendo da relação de quem enuncia com o objeto perdido.

Dada a contradição dos sujeitos em relação à conservação e/ou destruição da *ponte branca*, podemos questionar: o quê o povo perderia com a destruição da ponte? Perderia o apoio dos que não compartilham da mudança de opinião? Com essa nova posição, o povo perderia o direito de lutar pelos bens públicos da cidade? As questões são muitas e se juntam com as daqueles que resistem à demolição, constituindo um novo memorável das relações sociais e históricas entre os sujeitos da cidade e a *ponte banca*.

A sequência enunciativa

A historiadora Joana Castrillon foi até a manifestação levando consigo uma tela pintada a óleo [...]

Reverbera sentidos de que a ponte, enquanto corpo simbólico exposto à exterioridade, se textualiza na pintura, materializando a imagem nas telas e nas matérias do jornal. Da mesma forma que o locutor-advogado do recorte 2, o locutor-historiador fala de um lugar social de nativo que, segundo o relato, teria dito *agora a Ponte Branca passa a existir na memória do cacerense*. Ou seja, repete-se o ‘desejo’ de que a imagem da ponte sobreviva, a partir de sua destruição, apenas na memória do cacerense, como forma de estabilizar os sentidos e de impedir que eles se movimentem e/ou ultrapassem as fronteiras locais.

Vejamos o último recorte.

R4. A ponte virou lenda

Com o passar dos anos, e crescimento populacional da cidade, a ponte branca foi lembrada pelos mais antigos com estórias e lendas. Contam os antigos que, nas noites de sexta-feira, ouvia-se um grito de criança no pé da ponte, o choro aumentava quando alguém pegava

o recém-nascido abandonado, ele começa a pesar à medida que andava no colo. [...]. Além das lendas do lobisomem e da loura do Sangradouro que atraíam jovens boêmios.

Nesse recorte, rememora-se da *ponte branca* o que ela protagonizou como corpo físico e simbólico à época em que a cidade não dispunha de rede elétrica e reluzia pelo clarão da lua, cenário que contribuiu para a aparição de lendas que afugentavam os que ali passavam durante a noite ou de madrugada.

A *ponte branca* não é lenda nem mito, mas se particulariza como o espaço físico urbano no qual as personagens das lendas são vistas e/ou imaginadas. Ou seja, o imaginário das lendas se produz pela presença da ponte e sua localização sobre o sangradouro nas noites de sexta-feira, elementos que ajudam a compor a narrativa de cada uma delas.

A sequência enunciativa *a ponte branca foi lembrada pelos mais antigos com estórias e lendas*, o advérbio *mais*, ao incidir sobre *antigos*, atribui-lhe um lugar de exclusividade na contação de lendas, gesto que exclui os *antigos* e outras gerações, provocando rupturas nos sentidos naturalizados de que as lendas e mitos são ‘transmitidos de geração a geração’.

As lendas se textualizam nas narrativas que se renovam toda vez que são narradas e/ou reproduzidas, mantendo no imaginário social aquilo que não se pode alterar ou silenciar. Uma vez narradas por sujeitos diversos, as lendas se desenvolvem a partir de pontos conexos que se juntam para reconstruí-las. As lendas, por se tratarem de uma produção oral, muitas vezes localizada, diferem entre si pelos lugares sociais de quem narra ou de quem ouve, pois para que as lendas produzam sentidos, o locutor-narrador precisa historicizar-se, ou

seja, o seu dizer precisa estar legitimado pelo lugar social que ocupa na enunciação em que se inscreve.

No título da lenda *A loura do Sangradouro*, a *loura* não faz referência à *ponte branca*, mas significa pelo memorável das narrativas que se constroem a partir da presença da ponte e do imaginário que produz aos passantes noturnos. A lenda, criada pelo imaginário dos antigos moradores, constrói memórias descontínuas que o jornal faz circular.

Concluindo

Compreendendo que não há acontecimento sem um antes (o passado de dizíveis), e um depois (a futuri-dade e/ou novas enunciações que o acontecimento produz), podemos dizer que a *ponte branca* se presentifica pelo que significou e significa e pelo que protagoniza até os dias de hoje. É um acontecimento de linguagem perpassado pelo dizível que se dá como espaço de memória no acontecimento, do qual o jornal participa, construindo a memória local da ponte e da população afetada pela sua demolição. Os traços de memória que circulam nos recortes jornalísticos imprimem no dizer dos sujeitos os modos como dizem e se representam na relação com a ponte antes e depois de sua demolição.

Nesse movimento, a imagem do espaço público urbano de referência histórica à *ponte branca*, localizada entre o centro da cidade e o bairro Cavallhada, rememora o desaparecimento da forma física da ponte, mas não o de sua história.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Renato Fonseca. *Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação*. 2014, f.161 Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

BRÉAL, Michel. O mito de Édipo. *In: Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes Editores, jul/dez., 1980.

DIAS, Luiz Francisco. Enunciação e forma linguística. *In: Revista de Estudos da Linguagem*. Belo Horizonte, v. 21, nº 1, jan-jun, 2013.

COURTINE, Jean-Jacques. O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. *In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. (Orgs.). Os múltiplos territórios da análise do discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzatto, 1999.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres - História da Administração Municipal*. Cáceres-MT, 1973.

MENDES, Natalino Ferreira. *Efemérides Cacerenses*. Cáceres-MT, 1992.

MENDES, Natalino Ferreira. *Memória Cacerense*. Cáceres-MT: Carlini & Caniato, 1998.

ORLANDI, Eni. 2001. (Org.). Tralhas e troços: o flagrante urbano. *In: Cidade atravessada: os sentidos públicos no espaço urbano*. Campinas, SP: Pontes, 2001

ORLANDI, Eni. Os sentidos de uma estátua: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. In: *Discurso, espaço, memória*. Caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas, Editora RG, 2011.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto*. Formulação e circulação dos sentidos. Campinas, SP: Pontes, 2. ed., 2005.

ORLANDI, Eni. Ler a cidade: o arquivo e a memória. In: *Para uma enciclopédia da cidade*. ORLANDI, Eni. (Org.). Campinas, SP: Pontes/Labeurb. Unicamp, 2003.

PAYER, Maria Onice. Memória da imigração e processo de identificação em mídia jornalística. In: *Discurso, espaço, memória*. Caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas, Editora RG, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. *Papel da memória*. ACHARD, Pierre *et al.*; tradução e introdução José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

ZATTAR, Neuza. Os sentidos do dizer e do não dizer no filme publicitário *Caixa 150 Anos*. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Editora RG, nº 32, jul-dez 2013.

ZOPPI-FONTANA, Mónica G. Língua política: modos de dizer na/da política. In: ZANDWAIS, Ana e ROMÃO, Lucília Maria Souza. (Org.). *Leituras do político*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

A PRAÇA DA FEIRA COMO LOCAL DE RESISTÊNCIA CONTRA OS DISCURSOS DA VIOLÊNCIA, MODERNIZAÇÃO E DA HIGIENIZAÇÃO

Vivian Lara Cáceres Dan¹
Maria Aparecida da Silva²

Introdução

As praças se evidenciam como importantes espaços públicos urbanos, e mesmo no Brasil Colônia, quando estas tinham um aspecto religioso preponderante, ali também se exercia a função comercial (CRUZ, 2009). Cruz (2009) ressalta que as políticas sanitaristas e de embelezamento fomentaram a construção delas e isso auxiliou no processo de deslocamento da população mais pobre para as periferias. Destaca ainda, que as praças modernas têm a função de serem “áreas de lazer ativo”, e, portanto, de convivência e de passeio da população local.

É possível perceber em algumas cidades (principalmente capitais, como: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belém) uma ênfase na modernização de praças públicas, colocando-as enquanto espaços públicos mais valorizados, e, portanto, sendo tratadas como ponto de convergência para a população, local de lazer, encontros, comércio e eventos políticos.

1 Vivian Lara Cáceres Dan é Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense (2016); Docente adjunta do Curso de Bacharelado em Direito no Campus de Barra do Bugres da UNEMAT. E-mail: vivian.dan@unemat.br

2 Maria Aparecida da Silva é Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Mato Grosso; Professora Substituta do curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. E-mail: tida.h@unemat.br

Desta forma, as Prefeituras e a iniciativa privada, as encaram como uma prioridade, revitalizando-as e multiplicando-as, já que são tidas também como pontos turísticos e se inserem no conceito de qualidade de vida, ou seja, as praças além de embelezarem as cidades, também propiciam a melhoria da qualidade de vida dos moradores e visitantes, constituindo, hoje, numa boa opção de lazer.

O projeto “*Photographias*” de pesquisas, sobre a cidade de São Paulo, argumenta que as imagens históricas devem ser “resgatadas”, especificamente neste projeto, do Centro de Documentação do jornal *Folha de S. Paulo*, e mostra as praças e largos como sendo “um dos mais importantes espaços públicos da cidade e a praça desempenha papel fundamental nas relações sociais”. (DADOS DA FOLHA UOL, s/p).

A revitalização de praças, o estado intervencionista e a modernização à la brasileira

Em Cáceres, algumas praças públicas consideradas “centrais” passaram por reformas, tendo destaque no jornal “*O Correio Cacerense*” já em 1969, e nos davam pistas de locais considerados prioridade para obras realizadas pelo Poder Público: “[...] a Praça Duque de Caxias terá suas obras concluídas até 25 de agosto do corrente ano, época em que será entregue ao público” (CORREIO CACERENSE, 04/05/1969, Ano I, n. 48).

E esta reportagem também mostra a continuação desse tipo de obra, num outro anúncio de obras, do mesmo jornal, em 04/05/1969, Ano I, n. 72:

Tão logo os trabalhos de pavimentação e ajardinamento da Praça Duque de Caxias estejam concluídos, a Praça Barão do Rio Branco, a mais central da cidade, terá suas obras iniciadas [...] (CORREIO CACERENSE, 04/05/1969, Ano I, n. 48, grifo nosso).

Ainda destacamos essas obras no mesmo jornal em 25/09/1969, Ano I, n. 78, que coloca esse tipo de intervenção como exemplo de “progresso”, quando coloca o título dessa reportagem como: “Cáceres progride através de seu dinâmico prefeito” e vem trazendo a reportagem que diz:

[...] Sr. Prefeito Municipal Ernani Martins declarou que dando prosseguimento ao seu plano de administração, já iniciou as obras da Praça Barão do Rio Branco, nosso principal logradouro da cidade e constará de passeio público [...] (CORREIO CACERENSE, 25/09/1969, Ano I, n. 78, grifo nosso).

De certa forma, abordar sobre a revitalização de praças desta cidade significa inseri-las dentro do tema das políticas públicas de reformas urbanas, que no final da década de 60 até os anos 80, assinalou ser, conforme Sant’anna (1996), uma política voltada para a questão da higienização da cidade, como também da segurança e da ordem, buscando controlar os fluxos produtivos da cidade como um todo:

[...] o processo de modernização não cessa de afirmar e de atualizar as separações entre produtivos e improdutivos, sadios e doentes, limpos e sujos, aprofundando os níveis de sensibilidades tornando menos toleráveis odores, gestos e paisagens, outrora aceitos. (SANT’ANA, 1996, p. 125).

Não nos esqueçamos que este é o período do regime militar e o modelo de Estado burguês adotado é “intervencionista e corporativista, pelo menos até o governo Geisel” (COUTINHO, 2006, p. 179). Isto significava reforçar a ideia da intervenção do Estado na economia, que visou, fundamentalmente, criar condições “para o capital privado existir e se expandir (Ibidem).

Segundo Mendonça (1986), a proposta “nacional desenvolvimentista”, de se evitar o capital estrangeiro se inviabilizou, na prática, no governo Juscelino, quando o capital internacional passou a ser instrumento de acumulação capitalista no país. E, como cita a própria autora: “[...] o papel da ditadura militar foi o de consolidar o modelo econômico implantado nos anos 50, aperfeiçoando-o” (MENDONÇA, 2004, p. 84). Sendo assim, o capital estrangeiro teve enorme peso na indústria do país, como tentativa de solucionar o problema de falta de recursos para o crescimento industrial e por isso se intensifica o processo de “internacionalização da economia brasileira” e o Estado brasileiro passa a ter mais uma função, segundo a autora, o de gerenciador do mercado financeiro (Ibidem).

Mas o mais importante, para se ater deste período, é perceber a serviço de quem este Estado, autoritário e centralizador estava: “a serviço de interesses estritamente privados” (COUTINHO, 2006, p. 179), ou seja, das diferentes frações da burguesia. A esse respeito, Mendonça salienta:

Claro está que para os grandes empresários, nacionais e estrangeiros, todo esse processo era visto como satisfação, pois além de terem os seus lucros ampliados, também viam crescer o seu poder político no governo. Afinal, numa economia fortemente oligopolizada – ou seja, com poucos concorrentes, seriam eles que, mais cedo ou mais tarde, passariam a impor os preços, chegando mesmo, em certas ocasiões, a enfrentar o governo, quando se vissem pressionados a diminuí-los. (MENDONÇA, 2004, p. 89).

Neves (2005) esclarece que a burguesia induziu o processo de modernização brasileira para se apropriar do Estado:

A história do Brasil desenvolvimentista (1930-1989) foi, ao mesmo tempo, a história da apropriação burguesa do Estado, para induzir o processo de modernização capitalista e desenvolver estratégias com vistas a sua legitimação social [...] (NEVES, 2005, p. 87).

Ao analisar os arquivos da Câmara Municipal de Cáceres no tocante aos requerimentos realizados pelos vereadores desta Casa, da década de 1960 a 2008, verificamos na ata da Sessão Ordinária do dia 08/02/1963, o vereador Dr. Ailton Pinheiro Leite requerendo verbalmente ao senhor Prefeito a “extinção de um início de negócios de camelô que está se verificando na Praça Major João Carlos, sem obedecer aos preceitos de higiene” (CÂMARA MUNICIPAL DE CACERES, 1983); no ano de 1983 é possível ainda constatar que o Presidente da Câmara Municipal, Argemiro Antunes Maciel (PMDB), requere à Mesa:

Todo o esforço necessário para a mudança da Feira Livre, localizada na Praça Duque de Caxias para o lugar a ela destinado, já que ali onde se encontra é um lugar impróprio (CÂMARA DE VEREADORES DE CÁCERES, 1983, grifo nosso).

Um outro requerimento ressalta que: “[...] a feira livre já tem local próprio (a Praça da Feira) e como tal não causa transtorno à vida da comunidade”. Há também um grande número destes documentos requerendo ações do Poder Público Municipal para atender à Rua Padre Casimiro, onde está localizada a Praça da Feira.

Através destes documentos percebemos que era um local numa rua sem rede de esgoto (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. Requerimento n. 60/1983), sem canalização das águas estagnadas

na rua (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, Requerimento n. 130/83), não existia ainda arborização da área (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, Requerimento n. 237/83), nem telefone público (sendo aprovado somente em ata do dia 18/11/1985), também não existia um programa de limpeza da feira (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, Requerimento n. 261/83), inexistiam banheiros públicos (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, Indicação n. 54/83 e posteriormente, indicação n. 109/87 pois, ainda não haviam sido construídos) e não existia ponto de taxi nas imediações da Feira (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, Requerimento n. 238/83). Neste último documento, a justificativa apresentada era a de que: “era necessário um ponto de táxi nas imediações da feira por esta ficar um pouco distante do centro” (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, Requerimento 238/1983, grifo nosso).

Porém, os feirantes não iniciaram suas atividades nesta praça e, sim, em 1969, em outra praça, denominada Major João Carlos, em bairro mais central da cidade. É possível concluir que, na década de 1980, essa área ainda estava um pouco distante do centro. Uma ex-feirante, a senhora Theodora da Cruz Geraldês, de 85 anos, (ENTREVISTADA 1, 2008), e um senhor que ainda continua no ramo de vendas de verduras na atual Praça da Feira, Toshihiko Shimo Kowa, de 56 anos (ENTREVISTADO 2, 2008), confirmam as informações inicialmente coletadas no Museu Municipal da Cidade, através do Sr. Antônio Miguel Faria Senatore (ENTREVISTADO 3, 2008), com 57 anos, diretor do Museu e filho de um feirante que foi deslocado, juntamente com os demais, para lugares cada vez mais afastados do “centro” da cidade, à época (1969-1983).

E, de acordo com as informações coletadas (Entrevistados 1, 2 e 3), esses feirantes fizeram quatro (04) deslocamentos rumo a lugares mais distantes do antigo “centro histórico”: o primeiro foi para se fixarem na Praça Major João Carlos (1969-1974); depois, foram alocados na Praça Luís de Albuquerque (1975-1978); posteriormente, na Praça Duque de Caxias (1979-1983) e, a partir de 1983 fixaram-se na Praça da Feira da Rua Marechal Deodoro.

Então, na década de 1980, vimos a criação de um espaço público para agrupar feirantes e outros trabalhadores informais, retirando-os das áreas mais centrais da cidade. O interessante é que não ocorreram discussões na Câmara a respeito desse deslocamento, a justificativa para a mudança era a de que “a Praça Duque não era um lugar adequado e, portanto, causava transtorno à vida da comunidade”, conforme consta requerimento n. 329/83, de autoria de Luís Souza Costa (PDS) e Sebastião Xavier de Alcântara (PMDB). (CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, Requerimento n. 329/1983).

A Praça da Feira em Cáceres reúne uma grande quantidade de trabalhadores informais, ambulantes e autônomos, e foi construída em 1983, para o fim de reuni-los ali, numa área que, na década de 1980, não tinha nenhuma infraestrutura (ENTREVISTADO 4, 2008). E, portanto, aparenta ser produto de uma política que incluiu de forma diferenciada as pessoas que ali frequentam e trabalham, restando-lhes esta área degradada quando de sua criação. Segundo Adilson Reis, Secretário da Indústria e Comércio, em entrevista:

Na década de 1980 ali ainda não era central, centro mesmo só o centro histórico, mas ali já era uma zona de primeira orla da parte central e a ampliação da zona central está ligado

a esse processo de urbanização, expansão do comércio. A feira criada como uma oportunidade de trabalho para diminuir o problema do desemprego (gerou empregos indiretos e renda) e ali foi surgindo outras atividades. (ENTREVISTADO 5, 2008).

Além de constarem como parte do plano de administração do prefeito em 1969, algumas praças em Cáceres foram utilizadas para eventos políticos, principalmente em 1969, quando começam as reformas das praças centrais da cidade. Em 1985 (dois anos depois da construção da Praça da Feira), com a reabertura política, estas passaram a ser palco de comícios e, na gestão do Prefeito Ricardo Henry (2004-2008), ele reestruturou várias praças, que passaram a utilizá-las para promoções públicas, homenagens, desfiles, discursos políticos e atividades sociais.

Esses vários momentos podem ser ilustrados nas reportagens do Jornal *O Correio Cacerense*, tais como a do dia 08/06/1969, Ano I, n. 69: “Os festejos comemorativos do aniversário da União Social de Assistência (USA) realizado na Praça Barão do Rio Branco teve um saldo satisfatório (...)”. Esta outra, com destaque para atividades rotarianas na semana da Pátria, no mesmo jornal, em 07/09/1969, Ano I, n. 73: “O Rotary Clube de Cáceres com a colaboração do 2º Batalhão de Fronteira, fará realizar em comemoração ao dia da Pátria, uma competição esportiva infanto-juvenil na Praça Duque de Caxias [...]”. Ou atividades de comemoração do aniversário da cidade, em 25/09/1969, Ano I, n. 78: “Frisou ainda o Sr. Prefeito que a parada no dia 6 de outubro em comemoração ao aniversário da cidade, será realizada na Praça Duque de Caxias, que está em fase final de acabamento”.

Em 1985, com a reabertura política, festas comemorativas e discursos políticos voltam a acontecer com maior incidência em praças, como podemos evidenciar na reportagem de 01/10/1985, Ano VI, n. 2198, do jornal “O Correio Cacerense”:

Das atividades políticas em comícios, realizadas na noite de anteontem em Cáceres, apenas o PMDB foi à praça pública da Cohab Velha levar sua mensagem (...). Ocorreram também a festa de São Miguel e a gincana estudantil integrada na Praça Barão do Rio Branco [...]. (CORREIO CACERENSE, 1985).

Um *site* criado pela Prefeitura Municipal (Gestão do Ricardo Henry 2004-2008) informava às pessoas sobre as atividades do Prefeito e seus auxiliares e também ilustrava a continuidade da utilização das praças públicas para promoção de eventos. Notamos ainda, a preocupação com a limpeza e higienização desses espaços públicos pelos vereadores da Câmara, mas agora visualizando melhorar a “imagem” destes espaços, já que a área central cresceu e abrangia também essa área da feira e também visando atender a um segmento organizado em Associação (feirantes) que faz uso desse espaço e que cobravam ações do Poder Público Municipal:

[...] seja encaminhado expediente ao Prefeito Túlio Fontes, com cópia ao Secretário de Obras com a seguinte proposição plenária: que **se promova serviços de limpeza e reurbanização das praças públicas da cidade**, no que se inclui a regagem periódica de canteiros. Justificativa: As condições em que vem sendo atendidas as praças da cidade, inclusive as mais centrais, **não condiz com a necessidade de sua conservação, higiene e embelezamento**. (CÂMARA MUNICIPAL DE CACERES, 2002, grifo nosso).

Neste requerimento, percebemos a preocupação em urbanizar as praças públicas da cidade que aparece como parte da estratégia de ordenação urbana para que essas exerçam sua função de tornar-se lugar de entretenimento para as pessoas e ainda embelezar a cidade:

[...] solicitando ao Executivo Municipal, especiais gestos no sentido de **viabilizar projeto de reurbanização de todas as praças públicas da cidade**, com serviços de poda de árvore, agrupamento da arborização, plantio de grama, ordenação de canteiros ornamentais, construção de bancos, etc, bem como reativar os chafarizes dos logradouros onde estes já existem. Justificativa: as praças da cidade, de modo geral, encontram-se em **condições de conservação bastante precárias, urgindo ações efetivas no sentido de humanizá-las**, oferecendo um ambiente mais saudável e mais digno de uma cidade bicentenária, **capital regional e em emergente expansão ecoturística**. (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, 2002, grifo nosso)

Nestes requerimentos, a preocupação com a higiene, já que a Praça da Feira não detinha rede de escoamento pluvial, nem era um local higienizado, já se articulava a ideia de um novo espaço para os produtores rurais ou feirantes:

[...] solicitando que a Prefeitura através de sua Secretaria de Obras e serviços urbanos, **promova projeto de implantação de rede de escoamento pluvial e de águas servidas nas vias circundantes da praçada feira**, nesta cidade. Justificativa: no entorno da área, além dos moradores e comerciantes fixos, há o movimentos comércio ocasional - feira livre e praça de alimentação

noturna – **aonde não existe saída para o considerável volume de água servida produzido na praça**, além é claro, do sempre grande volume de águas pluviais que acumulam no trecho em dias de chuvas mais pesadas. (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, 2004, grifo nosso).

Aqui destaque para a ideia de retirar a feira da Praça ou reestruturá-la:

[...] solicitando ao Prefeito Ricardo Henry e Secretário de Obras e serviços urbanos, para que os mesmos viabilizem projeto de reestruturação da praça da feira e/ou projeto de um novo espaço em parceria com os próprios produtores rurais/feirantes, que tenham toda a infraestrutura necessária para um bom atendimento e higiene aos que trabalham e requeitam o referido local. Justificativa: Muitas administrações anteriores cogitaram em buscar recursos financeiros para estruturar a atual praça que atende a feira livre, mas nenhuma ação concreta foi levada adiante. A possibilidade de se organizar os espaços de cada produtor; a padronização das barracas; a administração do banheiro público; um espaço totalmente coberto; a limpeza e higiene do local são ações que buscam uma melhor qualidade de vida aos que trabalham e frequentam a referida praça. (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, 2004, grifo nosso).

Aqui o requerimento pretende a modernização da Praça da Feira com a construção de calçamentos:

Nós, abaixo-assinados, associados e simpatizantes da Associação dos Feirantes e comércio rotativo de Cáceres, vem respeitosamente solicitar de Vossa Senhoria empenho em **priorizar as obras de construção do calçadão**

da rua lateral da Feira. Esta obra é de suma importância para os feirantes e os usuários da feira, uma vez que a transformação desta praça completa sua modernização. (CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, 2007, grifo nosso).

O engenheiro civil Adilson Reis, em entrevista, enfatiza a ação da Associação dos Feirantes como um dos responsáveis por essas melhorias pois pressionam os vereadores e prefeitos:

A própria Associação dos Feirantes repetiu insistentemente que precisavam de melhorias pois, estavam no centro da cidade e têm muita resistência em mudar de local. Os melhoramentos foram feitos a pedido dos feirantes e a Prefeitura veio gradativamente alterando aquele espaço ao longo de três administrações consecutivas vem recebendo essas melhorias. (ENTREVISTADO 5, 2008)

Esta Associação dos Feirantes e Comércio Rotativo de Cáceres (AFECORC) foi criada em 04/04/2004 e contava com mais de 150 associados, até 2009. Destes, alguns eram pequenos produtores (plantavam em pequenas áreas nos quintais de suas casas), outros, eram chacareiros com uma produção maior, alguns ainda compravam de outros produtores para revenderem na feira livre que acontece duas vezes na semana (quintas-feiras e domingos).

Em 12/09/2005, o Prefeito Ricardo Henry anunciou 20 obras para o município. Essas obras, em sua maioria decorreram de parceria com o governo estadual e federal, resultantes de emendas parlamentares do deputado federal Pedro Henry (irmão do prefeito). Dentre as obras, houve a preocupação com praças públicas e foi anunciado:

[...] o projeto de recuperação da praça da feira, que terá boxes fixos e cobertos, além de palco e área de lazer, além da construção da Praça Vilas Boas e de uma pista de skate” que foram construídas em sua gestão (PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES, 2005).

Adilson Reis, então secretário da Indústria e Comércio, quando perguntado o que achava das praças da cidade, assim comentou sobre elas e também a respeito da necessidade de sua “revitalização”:

As praças são pulmões por causa das plantas, ponto de descontração, reunião, as praças têm que cumprir esse papel, tratadas, mantidas e no caso de Cáceres, 90% das praças têm que ser revitalizadas. Hoje as praças são pontos de passagem, às vezes até depósito de lixo. Desavisadamente ou por falta de programas de educação ambiental vão descartando seu lixo por aí. (ENTREVISTADO 5, 2008).

Em anexo, existe um relatório realizado em novembro de 2007, denominado de “*Projeto de revitalização das Praças de Cáceres*”, que foi fornecido a esta pesquisa pelos Engenheiros da Secretaria de obras Joaquim Francisco da Costa Neto e Eliseu de Marchi, em 30/03/2008, quando foi feito um levantamento preliminar de todas as praças de Cáceres e ele trouxe o que faltava de infraestrutura, podendo isso sinalizar o objetivo de “melhorar” aqueles espaços públicos.

A Praça da Feira passou por reformas entre 2006-2007, numa parceria do Governo do Estado com a Prefeitura Municipal, as quais, segundo o então prefeito Ricardo Henry (PP), transformou aquele local num “lugar mais digno para consumidores”, já que a Praça da Feira é tida como um local que concentra bares de

baixa renda, uma praça de alimentação popular e é conhecida como a “região de diversão marginal cacerense” (CUYABANO, 2009, p. 57).

Um dos espaços públicos escolhidos para o destaque de sua figura política (sua promoção pessoal) como um “bom prefeito e trabalhador”, realizando atividades sociais, educacionais, homenagens e outros eventos, foram as praças. Assim, é possível pensar que esse projeto do ex-Prefeito Ricardo Henry, de “urbanizar a cidade” e revitalização da Praça da Feira, figurou como uma política de convencimento, cuja finalidade era a propaganda de sua gestão visando se reeleger, alterando lugares e emitindo a ideia de benefício e ganho com essas obras que, na realidade, pretenderam reordenar os espaços públicos e dar-lhes novas funções.

O artigo *“El proceso de renovación urbana em La Boca: organizaciones bariales entre nuevos usos y viejos lugares”*, de Herzer (2008) e outros, abordam sobre o processo de reforma urbana, relacionando mecanismos de preservação e transformação do patrimônio cultural do bairro La Boca, na Argentina. Assim, o que se depreende do artigo é que a intervenção estatal de reformar um local no sentido de revalorizá-lo, preservando suas características e trazendo mais segurança. Aponta também para aspectos de transformação deste local e, portanto, consequência do sistema de estratificação e desigualdade social, pois, este local, reformado servirá para atender novas funções e atores sociais.

É provável que a reestruturação da Praça da Feira também tivesse a intenção de torná-la um local onde novos segmentos pudessem usufruir deste espaço, na tentativa de iniciar um acesso mais “seletivo” do lugar. As modificações estruturais que “revalorizam” o lugar (“deixando-o mais digno”, como disse o então Prefeito),

bem como o policiamento permanente no local acenam para isso, pois, pretender um ambiente mais higienizado, mais seguro é torná-lo mais atrativo para setores de melhor poder aquisitivo da sociedade, significando não apenas transformar o local, mas hábitos, com a inserção de novos usos e “novos atores” no espaço. Isto pode ser traduzido como uma medida da racionalização urbanística onde o processo de “limpeza” também ativar o “consumo visual”, além da promoção pessoal ao ser utilizada como propaganda política. Para Bourdieu:

[...] as representações do mundo social (...) classificam a realidade e atribuem valores, no caso, ao espaço, à cidade, à rua, aos bairros, aos habitantes da urbe, não é neutra, nem reflexa ou puramente objetiva, mas implica atribuições de sentidos em consonância com relações sociais e de poder. (BOURDIEU, 1995, 279).

Neste contexto o discurso de higienização, ordenação da urbe, e suas melhorias estruturais mascaram as transformações pretendidas: alterações de hábitos e inserção de novos atores sociais expulsando os trabalhadores e outros segmentos sociais de classe ou renda baixa para as periferias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em momento algum as discussões feitas pelos textos que abordam a função das praças associaram-nas a ponto de encontro da marginalidade, locais de prostituição, ambulantes e local de diversão noturna para pessoas de menor poder aquisitivo. Porém, estas imagens são associadas a algumas praças, incluindo aí a Praça da Feira de Cáceres-MT. As relações de trabalho ali se misturariam com as relações familiares,

de amizade e também de vizinhança. Ali se configuram relações tênues de competitividade e também de cooperação. Essas regras e acordos existentes fazem com que seja perfeitamente possível uma rede de relações sociais com diferentes feições. Nesse sentido, é possível as várias práticas de trabalho (diurno e noturno) e ainda espaço de sociabilidade criado na praça.

A feira livre no Brasil é uma modalidade do mercado varejista, tendo origem na virada do século XIX para o XX, símbolo da modernidade da época, e volta-se para a distribuição local de gêneros alimentícios e abastecimento urbano, estando presente na maior parte das cidades brasileiras. Mas, nos últimos 30 anos, segundo Mascarenhas (1991), passaram a enfrentar políticas públicas diversas, inclusive uma mudança na sociabilidade, já que a rua perdeu seu tradicional significado de local privilegiado da convivência tranquila para tornar-se árida via monopolizada pelo automóvel. Assim, a “morte” da rua também englobaria a “morte” da feira, já que as cidades e bairros que passaram pela urbanização progressista a retiraram de cena, não incluem esse ambiente informal de velhas quitandas, ambiente pretérito, que já não fazem parte deste projeto civilizador e na maioria das vezes excludente.

A feira livre, outrora símbolo da modernidade, implantada pelo próprio poder público, é agora seu filho bastardo, restando-lhe as áreas degradadas e miseráveis. O território das feiras foi transfigurado: novas práticas comportamentais passaram a existir bem distante do “projeto civilizador”, sociabilidades alheias àquelas às quais foi concebida: os comerciantes estão estabelecidos junto à rua lateral da praça da feira, ali existem lanchonetes, pequenos mercados, ponto de moto táxi, bares. Nesse sentido, por entre

os usos do espaço de acumulação capitalista (e também da economia informal), está se reproduzindo um “espaço banal”, lugar onde a vida cotidiana se reproduz: alguns buscando formas de sobrevivência material, outros fazendo deste lugar, o *lócus* de encontro, da vida coletiva, da interação e do vício. Em suma, uma infinidade de atores sociais anônimos tomam ou circulam este espaço com diferentes interesses e necessidades em jogo. Pois, diferentes grupos de pessoas trabalham, consomem, vivenciam experiências, nos pedindo uma compreensão mais consistente sobre esta realidade.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre 1982. *In*: PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995.

COUTINHO, Carlos Nelson. O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas. *In*: Lima, Júlio César França (Org). *Fundamentos da educação escolar no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/EPSJV, 2006.

CORREIO CACERENSE. *Reforma da Praça duque de Caxias*. 04/05/1969, Ano I, n. 48. (jornal impresso)

CORREIO CACERENSE. *Reforma da Praça Barão do Rio Branco*. 25/09/1969, ano I, n. 78. (jornal impresso)

CORREIO CACERENSE. *Festejos na Praça Barão do Rio Branco*. 08/06/1969, Ano I, n. 69 (jornal impresso)

CRUZ, Natália Micossi Da. Resenha. Robba, Fábio; Macedo, Silvio Soares. *Praças Brasileiras*. São Paulo: Edusp, 2003. Disponível em: cecemca.rs.unesp.br/ojs-index-php-estgeo-article-203. Acesso em: 21-04-2009.

CUYABANO, Felipe Otávio de Souza. *A política da salvação: a política e o encantamento da Igreja Universal do Reino de Deus em Cáceres-MT*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - PUC. São Paulo, 2009.

HELZER, Hilda; DI VIRGILIO, Mercedes; LANZETTA, Lucas Martín, REDENDO, Andréa; RODRIGUEZ, Carla. El proceso de renovación urbana em La Boca: organizaciones bariales entre nuevos usos y viejos lugares. *Revista Actual On Line*, 2008.

MASCARENHAS, Gilmar; Dolzani, Miriam. C. *S. Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea*. Disponível em: www.revistas.ufg.br/index.php-atelie-article-view-4710-3971. Acesso em 23-05-2009.

MENDONÇA, Sônia. *A industrialização brasileira*. São Paulo: Moderna, 2004.

MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. In: NEVES, Lúcia W (Org). *A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo: Xamã, 2005.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. O Receio dos trabalhos perdidos: Corpo e cidade. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC*. EDUC, 1996.

SATO Leny. Processos Cotidianos de organização do trabalho na feira livre. *Psicologia & Sociedade*. 19, Edição Especial 1: 95-102, 2007.

UOL. Banco de dados da folha. *Photografias de São Paulo*. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/largos_e_pracas_home.htm>. Acesso em 04. Jun. 2023.

Documentação

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. *Ata da sessão ordinária*. 08/02/1963, Vereador Dr. Ailton Pinheiro Leite, Sr. José da Lapa Arruda, Luiz Castrillon, José Natalino de Oliveira Guisti, Raimundo Cândido dos Reis (presidente), Walter Fidelis Mendonça.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. *Requerimento n. 05/1983 aprovado*. (jornal impresso)

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. *Ata da sessão ordinária*. 08/02/1963, Vereador Dr. Ailton Pinheiro Leite, Sr. José da Lapa Arruda, Luiz Castrillon, José Natalino de Oliveira Guisti, Raimundo Cândido dos Reis (presidente), Walter Fidelis Mendonça.

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. *Requerimento n. 329/1983 aprovado*. 05/12/1983. Autoria dos vereadores: Luiz Souza Costa (PDS) e Sebastião Xavier de Alcântara (PMDB).

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. *Requerimento n. 275/2002. 11/11/2002.* Vereadores: Vilma Moura Rubchini (PSDC), Valdeníria Dutra (PPB) e Leomar Amarante Mota (PSDC).

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. *Requerimento aprovado n. 09/2002. 18/02/2002.* Vereadora: Filomena Maria Alcântara (PSDB). grifo nosso).

CÂMARA MUNICIPAL DE CACERES. *Indicação aprovada n. 37/2004. 15/03/2004.* Vereadora: Filomena Maria Alcântara (PSDB).

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. *Indicação n. 88/2005. 28/03/2005.* Vereador Wilson Kishi (PP).

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES. *Anexo à indicação n. 120/2007. 01/08/2007.* vereador Mário Masao Tanaka (PP)

ENTREVISTAS

Entrevistada 1. Theodora da Cruz Geraldês. Cáceres, 25/06/2008.

Entrevistado 2. Toshihiko Shimo Kowa. Cáceres, 25/06/2008.

Entrevistado 3. Antônio Miguel Faria Senatore. Cáceres, 28/06/2008.

Entrevistado 4. Eliseu de Marchi. Cáceres, 22/07/2008.

Entrevistado 5. Adilson Reis. Cáceres, 29/09/2008.

HISTÓRIAS E MEMÓRIAS DE CÁCERES

Oswaldo Mariotto Cerezer¹

A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma a que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão do homem” (LE GOFF, 1996, p. 477).

Introdução

Este ensaio tem por objetivo tecer algumas considerações acerca da cidade de Cáceres e os lugares de memória e história presentes no cenário urbano. São considerados como “lugares de memória” e “lugares de história”, na perspectiva abordada por Pierre Nora (1993, p. 13), os “museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhais de uma outra era, das ilusões de eternidade”. São, portanto, lugares carregados de significados atribuídos geralmente pelo poder político, pela historiografia, pelos poetas, mas também pelas pessoas que reconhecem nesses espaços aspectos importantes por evocar vivências, histórias e memórias que fazem parte da trajetória da cidade desde a fundação de Vila Maria do Paraguai em 1788, hoje Cáceres.

Nesse processo, cada sujeito vivencia, contempla e atribui valores, percepções e significados distintos,

¹ Oswaldo M. Cerezer é Professor do Curso de Licenciatura em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, *Campus* Jane Vanini, Cáceres, MT. Doutor em Educação UFU. E-mail: osvaldocerezer@unemat.br

assim como práticas, diferentes usos e apropriações, pois suas relações com a cidade e os lugares de memória também são diferentes e, às vezes, complementares.

A trajetória histórica percorrida por Cáceres desde sua gênese até contemporaneidade, configurou a cidade como um espaço/tempo histórico, político e cultural em que colonizadores, negros escravizados e diferentes grupos indígenas estiveram presentes de forma ativa, construindo peculiaridades históricas e culturais que, apesar das semelhanças com outras regiões do país, são únicas pelos desdobramentos desse processo, possibilitando a configuração de uma história e cultura extremamente importante.

Há diferentes temporalidades registradas na paisagem urbana da cidade de Cáceres, como o traçado urbanístico do centro histórico que guarda as marcas da fundação de Vila Maria do Paraguai, no ano de 1778, com importantes marcos do patrimônio cultural em seus casarões de diferentes épocas e estilos arquitetônicos e em seus monumentos políticos, como o Marco do Jauru.

O período compreendido entre 1772 a 1778 representou um avanço importante para a capitania de Mato Grosso, com a expansão do território, estendendo-se do Vale do Rio Guaporé às margens do Rio Paraguai. Para a consolidação da expansão, a fundação de vilas e fortes representou a expressão mais intensa das ações políticas postas em prática pela coroa portuguesa naquele contexto. A criação de núcleos populacionais e fortes militares foi uma importante estratégia de Portugal para garantir a posse das terras e a proteção da fronteira. Cáceres nasceu dessa estratégia política.

Cáceres foi constituída pelas relações de poder e dominação entre os colonizadores portugueses e a

população indígena que habitava a região e os negros escravizados e, posteriormente, por novos grupos de imigrantes, como os italianos e migrantes de várias regiões do país. Esse contexto atravessado por relações de conquistas, conflitos e resistências marcaram profundamente a história desse lugar e estão inscritos na história, na memória e identidade da cidade.

Desde a fundação de Vila Maria do Paraguai aos 6 de outubro de 1778, houve, por parte do governo, uma preferência pelos indígenas Chiquitanos, provenientes da Bolívia, e por outras etnias de Mato Grosso, para ocupar o novo povoado e “[...] representava um aval à expansão territorial portuguesa ao território espanhol, contrariando as determinações do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 pelas duas Coroas ibéricas (ALMEIDA, 2011, p. 36).

A bandeira coordenada por Pimenta Bueno contra os indígenas Cabaçal ocorreu em 1837, cujo objetivo principal era liberar o caminho que ligava Vila Maria do Paraguai (Cáceres) e o distrito de Mato Grosso (Vila Bela). Desde o processo de divisão do grupo Bororo no século XVIII e de sua dispersão pelo Território Oeste, os Bororo Cabaçal passaram a residir na região de Vila Maria, próximo à Fazenda Jacobina, em Cáceres, e em Vila Bela. Os ataques dos Cabaçal à Vila Maria tornaram-se constantes, levando o governo da província a organizar bandeiras de captura para transformá-los em “civilizados”.

O povo Guató, conhecido como os últimos indígenas canoeiros do Pantanal, habitavam ilhas ao longo das margens do Rio Paraguai, inclusive nas proximidades de Cáceres. Durante o processo de ocupação dessas terras, os Guató foram intensamente atingidos e quase extintos pelo processo histórico de ocupação pelos

colonizadores, especialmente pela propagação de doenças como varíola. Esse processo se intensificou após a Guerra do Paraguai (1864 a 1870) com a intensificação da ocupação da região pantaneira e, principalmente, nas décadas de 1940 e 1950, com o crescimento da criação de gado, invasão das terras ocupadas há séculos pelos Guató, obrigando-os a se refugiar nas periferias de algumas cidades pantaneiras, como Corumbá, Poconé e Cáceres e outras. Apesar da tentativa de extermínio, a ancestralidade indígena Guató permanece viva. Portanto, torna-se necessário compreender que a cultura Guató assim como a Chiquitana, permanecem vivas nos descendentes desses povos indígenas, contribuindo para a riqueza cultural e identitária da cidade.

A presença de negros escravizados no território de Mato Grosso estava inserida no contexto histórico do Brasil colonial, onde a mão de obra negra era usada intensamente. Na ocupação do território de Mato Grosso não foi diferente, os negros participaram em todas as etapas de desbravamento e expansão da ocupação das terras da fronteira Oeste.

O negro escravizado, segundo Chaves (2000, p. 5),

[...] foi o sustentáculo de todo o edifício colonial no século XVIII. Derrubou a mata, carregou tronco, mercadorias, abriu estradas, construiu açudes, drenou córregos, pavimentou ruas, construiu prédios, fortes, presídios, pontes e foi, inclusive, minerador nas insalubres minas de Cuiabá e do vale do Guaporé.

Entre as formas de resistência dos escravizados, a exemplo do que ocorria em outras capitanias, a fuga e a formação de Quilombos foram as principais medidas adotadas no estado de Mato Grosso. A exemplo, a região de Vila Bela da Santíssima Trindade foi palco de

inúmeras revoltas pela libertação, sendo estabelecidos vários quilombos nos arredores da vila. Dentre os vários Quilombos formados ao longo do território mato-grossense, o mais famoso foi o “Quilombo de Quariterê ou do Piolho, ao Norte do rio Galera, formado por negros, mulatos e índios, tendo sido por duas vezes atacado” por forças enviadas pelo governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho, em 1770 e 1795 (FERREIRA, 2006).

Dados analisados por Evangelista (2010) evidenciam que, no início do século XIX, a população de pretos e mulatos atingia a cifra de 81,1% da população, o que demonstra a importância deles na composição da sociedade mato-grossense. Ao longo do século XIX, um número expressivo de negros escravizados atuava em engenhos de açúcar e cachaça na região de Chapada dos Guimarães, além do trabalho desenvolvido em vilas, como Vila Maria (Cáceres), São Pedro Del Rey (Poconé), Porto Geral para Cima (Nossa Senhora do Livramento) e Porto Geral Abaixo (Santo Antônio de Leverger). Além do trabalho nas minas, nos engenhos e povoados, a presença dos negros escravizados foi imprescindível na defesa das fronteiras, construção de vilas e fortes (EVANGELISTA, 2010). A condição de território fronteiriço com a Bolívia fez com que fossem criados quilombos em terras espanholas, estes formados por negros e indígenas.

Diante do cenário histórico de Cáceres, alguns questionamentos são necessários: De que Cáceres estamos falando? Que imagens as pessoas têm a respeito de Cáceres? Que história conhecem? Quem são os “personagens” centrais dessa história? A população indígena originária desse local e região estão presentes na história contada e conhecida pela população? A população africana e afrodescendente escravizada, sobretudo nas

grandes fazendas do século XVIII e XIX, fazem parte da história de Cáceres? Qual é o lugar social e histórico dado a esses sujeitos nessa história?

Quais memórias sobre a história de Cáceres estão vivas na atualidade na população da cidade? Os lugares de memória e história da cidade são compreendidos? O que o centro histórico representa para a população? Que relações são estabelecidas com o centro histórico e os lugares de memória e que representações esses lugares carregam? A história do colonizador ou uma história mais abrangente que inclui as populações indígenas, os africanos e afrodescendentes escravizados e presentes na história da cidade desde sua fundação há 244 anos atrás?

Lugares e memória e esquecimentos

O centro histórico e seu patrimônio cultural carregam histórias de diferentes períodos. O casario e seus diferentes estilos arquitetônicos são marcas incontestes de uma história que permanece viva, embora nem sempre percebida e/ou compreendida pelos sujeitos do presente. Qual é a relação que estes estabelecem com os casarões do centro histórico de Cáceres? O que eles significam?

Os lugares de memória representam esses “espaços físicos como âncoras”, como representação da memória e da história coletiva, espaços que estabelecem um diálogo entre memória, história e identidade cacerense. Lugares de memória são lugares de identificação individual e coletiva. Os usos dados pela sociedade a estes lugares de memória são representativos, pois nesses espaços o passado distante no tempo é evocado a partir do presente.

Cáceres, como cidade colonial construída pelas mãos negras, indígenas e dos colonizadores europeus, possui um passado sensível² que se alonga no presente. As marcas da história estão presentes na identidade cultural da cidade e nos seus habitantes. A herança da escravidão permanece viva no presente como um passado sensível para as pessoas vítimas do racismo e do preconceito racial. Ao mesmo tempo, as populações indígenas também são vítimas da intolerância, do preconceito e estereótipos de desumanizam suas vivências, suas histórias e culturas. Compreender os passados sensíveis é compreender a historicidade que constitui a cidade e seus sujeitos, especialmente a população negra e indígena, os pobres e as mulheres. Compreender para romper com as permanências e construir outras realidades possíveis com princípios éticos nas relações com os outros e suas diferenças é, portanto, um desafio necessário:

No que se refere especificamente aos passados sensíveis e aos modos de expressão desses passados, pensamos que a decolonialidade nos indica uma relação íntima com o debate sobre os usos do passado no presente e sobre como o passado só pode ser visto, contemplado e usado no presente, através das perguntas que a ele fizermos, de acordo com as problemáticas que hoje se apresentam, o que demonstra que passado e presente aí convivem num só tempo, não simplesmente de um passado que não passa, mas de um presente que é acúmulo e que se desenvolve no exato instante em que passa. (PEREIRA & PAIM, 2018, p. 1249).

² PEREIRA, Nilton Mullet; PAIM, Elisa Antonio. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 32, n. 66, p. 1229-1253, set./dez. 2018. ISSN 0102-6801. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/40152>. Acesso em 02 de abr. de 2023.

O crescimento das lutas de movimentos sociais, especialmente dos movimentos negro e indígena, assim como de outras perspectivas de escrita da história, colocou em pauta a necessidade de repensar, problematizar e ressignificar os diferentes espaços de memória e as representações predominantes. Nesse movimento, questionamos: que histórias estão representadas nos lugares de memória de Cáceres? É uma história única, ou uma história plural?

No percurso das transformações históricas, sociais e culturais que constituíram a cidade, a memória foi sofrendo alterações, assimilações e, também, imposições, marca contundente das relações de poder presentes em nossa sociedade. Nesse processo,

Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são revelados destes mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1996, p.422).

Entre os importantes lugares de memória e história de Cáceres, encontramos o Museu Emília Darci de Souza Cuyabano, onde objetos em exposição fazem referência à história política do município. Uma sala com fotografias, maquete da catedral e objetos variados, além de vestes ritualísticas da religião católica ganham destaque, ao mesmo tempo que silencia as representações de elementos que remetem à outras manifestações culturais religiosas, como as religiões de matriz africana. Soma-se a isso o silenciamento da história da escravidão negra presente na constituição da cidade desde a sua gênese.

Se contarmos a história da cidade a partir da história dos povos indígenas que aqui já estavam, teríamos outra narrativa histórica. Se contássemos a história a partir da história dos negros que viveram na condição de escravizados nas inúmeras fazendas de Cáceres no período colonial, teríamos uma história diferente. Se o museu histórico possuísse um acervo mais plural, teríamos outras representações da história e cultura da cidade.

Portanto, todas as histórias são importantes e precisam ser conhecidas e representadas nos diferentes lugares de memória que constituem a cidade.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada. (ADICHIE, 2018, p. 16).

Como importante lugar de história e memória da cidade, as ausências e a falta de representatividade da diversidade cultural e religiosa reforçam as relações de poder e hierarquia construídas por uma narrativa única da história com ênfase no colonizador, secundarizando a história e a diversidade cultural, especialmente a negra e indígena. Sobre os povos originários, com exceção de urnas funerárias da etnia Xarayés e poucos objetos culturais indígenas e exposições pontuais temporárias, o museu não contempla a rica e diversa história dos povos indígenas em seu acervo em exposição.

Defender e exaltar a heterogeneidade que compõe a história e a cultura de Cáceres implica na construção de narrativas e ações educativas de afirmação da rica diversidade do seu povo e história. Significa a inclusão

na história escrita e ensinada a história de todos os imigrantes, migrantes, povos originários, negros escravizados dentre outros sujeitos da história, com o objetivo de romper com hierarquias pré-estabelecidas e dominantes, permitindo formas de reconstrução da história e da memória e memória coletiva.

De acordo com Halbwachs (2004):

Não é suficiente reconstituir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança; é necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. (HALBWACHS, 2004, p. 31).

A memória coletiva representa o encontro do passado com o presente por meio dos lugares de memória e da história de um determinado lugar. O passado é vivido, ritualizado, comemorado e lembrado pela história, pelos monumentos e documentos, mas também pelas lembranças dos sujeitos que mantêm um vínculo vivo, pois representa a sua identidade e sentimento de pertencimento ao lugar. A memória é individual e coletiva e representa elementos de pertencimento e sentimento de coletividade. Ao mesmo tempo, a memória está sujeita a novas construções, reconstruções e ressignificações, pois representa as transformações humanas e sociais sempre em movimento. Para Pierre Nora (1993):

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente

de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno o presente; a história, uma representação do passado [...]. (NORA, 1993, p. 9).

Nesse cenário, a ressignificação da história e memória da cidade faz-se necessária para que a sua pluralidade possa ocupar os mesmos lugares de pertencimento na rica história que constitui a cidade de Cáceres.

Outras histórias possíveis e outros olhares sobre o passado-presente

Pensar a história de Cáceres a partir do olhar do povo negro escravizado e dos povos indígenas que vivem/vivem nessas terras que eram suas desde sempre e não são mais. Por que os lugares de memória incrustados na cidade e a história oficial não podem ser conhecidos a partir dos indígenas e negros escravizados? Por que a história sempre coloca o colonizador como o grande agente dessa história? Ao pensarmos na história de Cáceres a partir dos que aqui já estavam e dos que para aqui foram trazidos na condição de escravizados, teremos a possibilidade de compreender outras histórias, uma história de conquistas para os europeus colonizadores, mas uma conquista que só foi possível pela presença marcante das populações indígenas e dos negros escravizados.

Além disso, ao revertermos a ótica da história tradicionalmente contada, teremos condições de entender que essa história carrega as marcas da invasão,

da escravidão, das perdas e sofrimentos de negros e indígenas e não apenas a “glória” do “conquistador”. Portanto, uma outra história precisa ser compreendida, escrita e contada considerando os múltiplos sujeitos envolvidos nesse processo e não apenas contada exaltando a “vitória dos povos conquistadores”.

Em alguns textos e poemas sobre a cidade é possível ler afirmações sobre o Marco do Jauru, referindo-se a ele como representante legítimo de “Todo um passado de glória” e outras frases revestidas de tons ufanistas glorificando os colonizadores. Resta-nos questionar: “Glória” para quem? “Glória” sobre quem?

A “glória” do passado representa, evidentemente, os acordos de redefinição territorial entre os reinos de Portugal e Espanha que definiram o território hoje pertencente a Mato Grosso como terra do reino português no Brasil. Nesse sentido, o Marco do Jauru conta a gloriosa história para eles e devastadora para os indígenas e escravizados. O monumento exalta o “conquistador”, mas silencia os povos subjugados. Quais lugares, aos negros escravizados e aos povos indígenas, a cidade reservou para eles? Uma história onde há dor, sofrimentos e perdas não pode haver somente glória.

Na praça central está o Marco do Jauru, como símbolo das conquistas europeias. Onde estão os monumentos que preservam a memória dos indígenas e escravizados? A história da cidade de Cáceres carrega em sua gênese e essência múltiplas histórias, múltiplas culturas e identidades que a constituíram como cidade e um lugar histórico e culturalmente diverso. Portanto, encobrir histórias e exaltar somente os colonizadores não favorece e nem nos faz esquecer da tragédia da escravidão humana que construiu Cáceres, nem o sofrimento dos povos indígenas que viram seus

territórios invadidos, sua existência aniquilada e suas histórias e culturas esfaceladas em nome da “conquista gloriosa” dos colonizadores.

O dever de memória para com todos os sujeitos participantes dessa história se impõe a todos nós, que cotidianamente circulamos pela cidade e contemplamos seus monumentos e lugares de memória. O dever de memória de um passado sensível que permanece ativo no presente representa a possibilidade de entendermos problemas e conflitos que atingem diretamente pessoas negras e indígenas na atualidade. Conhecer para compreender e, a partir disso, construir outras realidades possíveis com representação e respeito à alteridade.

As marcas do tempo e da história

Há beleza nas ruínas e há pela cidade muita história também nos casarões em estado de ruína. As cicatrizes nas paredes causadas pela queda do reboco mostram as técnicas usadas na sua construção, em alguns casos dos tijolos de adobe, muito usados no período colonial. Esses materiais carregam uma história, pois mostram as marcas do seu tempo, mas também as marcas dos trabalhadores envolvidos na sua produção nem sempre lembrados pela história. Representam também as técnicas usadas na fabricação dos tijolos de adobe, produzidos a partir da mistura de lama, vegetais e outros materiais disponíveis. Há história nas paredes das ruínas e há, portanto, memórias nelas também.

As poucas ruínas presentes na região central da cidade são fragmentos da história que carregam lembranças de um período que representa o próprio ciclo da história e das mudanças, vivências e experiências humanas ali inscritas. São lembranças de um passado

que permanece vivo, mesmo em pedaços e com as cicatrizes do tempo. São estratificações do tempo no cenário urbano da cidade que nos forcem a pensar num passado carregado de representações, histórias e memórias individuais e coletivas. Quantas memórias essas ruínas que são fragmentos da história podem contar aos cidadãos de hoje? O silêncio de casarões fechados e outros em estado de ruína, são silêncios que falam, que contam histórias de um passado da cidade.

O abandono demonstra também a importância da preservação do patrimônio cultural de uma cidade que guarda histórias, memórias e esquecimentos. São ruínas/documentos que despertam curiosidade e imaginação dos sujeitos que transitam pela cidade e possuem um valor documental e histórico que retratam um determinado contexto histórico vivido por Cáceres. O passado presente nos fragmentos em dissolução pela ação do tempo e do abandono é um triste capítulo da história da cidade.

Além das ruínas espalhadas pela cidade, é possível encontrar casarões antigos de diferentes épocas e estilos arquitetônicos fechados e em processo de deterioração visível. São testemunhos de quem os construiu e do lugar social, político e econômico dos seus proprietários. Quantas histórias da vida privada e suas relações com a cidade escondem as portas e janelas hoje lacradas? Sua existência evoca memórias e, ao mesmo tempo, o vazio e o silêncio de hoje testemunham a materialidade da história com as marcas do tempo.

O patrimônio cultural se esvaindo diante dos nossos olhos, representando também a desvalorização dos bens culturais e a necessidade de sua preservação: “O apelo que nossa sociedade faz de preservação de sua memória é, em última instância, a necessidade de

reconstituição de si mesma, encarada como algo formado do passado para o presente, por isso, preservar vestígios, trilhas, fósseis etc” (ARÉVALO, 2005, p. 3).

Compreender para além das fachadas, paredes, janelas, telhados. Imaginar os modos de vida e trabalho, os fazeres femininos numa sociedade dominada pelo patriarcalismo. Compreender e conhecer as técnicas empregadas nas construções, os materiais usados, as diferentes referências arquitetônicas são questões importantes para compreender a própria história de Cáceres.

Usos e apropriações do passado pelos sujeitos do presente

Cáceres é uma cidade que fala, que conta histórias a partir de suas ruas, seu traçado urbanístico que revela a gênese da cidade e nas suas construções de diversos períodos da história. Percorrer o centro histórico é percorrer a história da cidade. É no presente que a história toma sentido de pertencimento, mas é importante compreender os usos que a sociedade faz desses espaços físicos detentores de memória e história.

As crianças que cotidianamente brincam no Marco do Jauru têm conhecimento do seu significado histórico? Os jovens e adultos que fazem fotos e *selfies* em frente ao monumento conhecem sua história, ou o consideram apenas como “um monumento fotogênico” para fotografar e postar nas redes sociais? O que o Marco do Jauru representa para esses sujeitos? Que memória histórica ele representa? A história que o marco representa é conhecida pela população, ou ele representa apenas um monumento fugaz do passado?

Compreender o seu significado e a história que este monumento está representando é vital para compreender a sua presença física, mas, e principalmente,

a representação da história e da identidade de um povo. O Marco do Jauru é um monumento, um lugar de memória que mantém viva na memória social uma história, ao mesmo tempo em que a sua presença física evita o esquecimento e uma necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo com suas origens e identidade.

Os monumentos existem para criar e representar uma memória coletiva sobre um determinado fato histórico. Embora o Marco do Jauru não tenha sido pensado como monumento histórico no momento de sua edificação, pois sua localização às margens do Rio Jauru possuía como objetivo demarcar as fronteiras geográficas e políticas das coroas portuguesa e espanhola na América, ao ser trasladado para a praça central da cidade de Cáceres, em 1880, o marco passou a representar um monumento histórico, constituindo uma narrativa histórica do passado para o presente e para o futuro. Se, por um lado, o Marco do Jauru representa a conquista de um acordo político de paz e diplomacia entre Portugal e Espanha resultante do Tratado de Madri de 1750, por outro lado sua presença representa também histórias não tão nobres assim.

Nesse contexto, o monumento simboliza também histórias nem sempre conhecidas e muitas vezes silenciadas, como as vidas negras escravizadas no processo histórico de ocupação do território, assim como das vidas de grupos indígenas que viram seus territórios invadidos e sua existência, suas histórias, culturas e identidades destruídas pelo processo colonizador. Portanto, ao olharmos para o Marco do Jauru como um monumento de poder e de memória, precisamos compreender as diferentes histórias e sujeitos que sofreram as consequências dos acordos tomados na Europa, representados pela edificação do marco. Um passado

de “conquistas e glórias” para a coroa portuguesa e os colonizadores em terras brasileiras, mas também um passado violento de dores, sofrimentos, exploração e morte especialmente de negros escravizados e populações indígenas, histórias que passam despercebidas pela maioria das pessoas que circulam pelos espaços públicos e lugares de memória do centro de Cáceres. Essas histórias não podem ser esquecidas!

Outra construção importante é a Catedral São Luiz de Cáceres, que reúne em sua edificação no espaço central da cidade, um lugar de história, arte, fé, arquitetura que se unem de forma a compor um cenário de múltiplas possibilidades de compreensão da história da cidade. É um lugar carregado de simbolismo que dialoga com a fé, a arquitetura neogótica e, ao mesmo tempo, com a memória e a história, pois situa-se dentro do traçado original elaborado para a edificação de Vila Maria do Paraguai, em 1778. Sua presença marcante em um lugar de destaque da cidade representa o poder da fé católica presente na cidade desde sua fundação.

Trata-se, portanto, de compreender as representações e os usos que a população atual faz dos lugares de memória representados pelo traçado urbano colonial, pelos monumentos e casarões tombados como patrimônio histórico e cultural, pela Catedral, e pelas relações de poder e representações aí inscritas. Diante disso, precisamos questionar: Que histórias e memórias eles representam para a população atual? Que olhares são dados para o passado a partir das memórias e símbolos do presente? Assim, é necessário “confrontar as representações simbólicas com as realidades que elas representam”, como disse o historiador Jacques Legoff (1996, p. 12), e, a partir disso, compreender como o passado é compreendido e representado no presente.

Parafraseando Pierre Nora³, os lugares de memória de Cáceres são restos, pedaços da sua história espalhados por lugares que carregam as marcas de um tempo e que contam a história aos sujeitos de hoje. O passado histórico distante no tempo permanece perto pela presença física representada pelos lugares de memória do qual o Marco do Jauru é um exemplo. Um monumento do século XVIII contando a história aos sujeitos do século XXI.

Numa sociedade dominada pelas tecnologias e mídias sociais, a preservação dos monumentos enquanto lugares de memória representa uma necessidade de reconstituição da própria história e da identidade de um povo na contemporaneidade. Uma memória viva e presente no dia-a-dia que identifica as origens históricas da cidade de Cáceres e a constituição da sua riqueza histórica, étnica e cultural.

Andar pelas ruas da cidade é andar pelos caminhos de uma trajetória de mais de duzentos anos que marcam a história dos sujeitos do presente. É preciso olhar os monumentos históricos e o patrimônio cultural para além das aparências externas e ver/compreender a historicidade e a memória neles impressa, mas nem sempre percebidas e/ou compreendidas pelos sujeitos de hoje.

Nos livros de história estão os nomes de alguns personagens “ilustres”. Quem mais participou dessa história? Que cortou a mata, limpou o terreno, transportou as pedras e madeiras para a construção das primeiras casas e prédios públicos de Cáceres? A terra onde Cáceres foi edificada não tinha dono, dizem os colonizadores. E os povos indígenas que viviam há

3 NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993).

séculos nesse lugar não eram donos desta terra? O que aconteceu com eles? Como e do que viviam? Que língua falavam? Que rituais realizavam para expressar/viver sua cultura? Qual foi o papel deles no processo de fundação e posterior desenvolvimento da cidade? Qual é o lugar que a história dá para esses sujeitos? O que a população atual sabe/conhece sobre eles?

Há história nas paredes, nas ruas estreitas, nos monumentos, no traçado da cidade, nos traços arquitetônicos dos casarões antigos, histórias nem sempre percebidas e conhecidas. Histórias que estão silenciadas pelas marcas do tempo, pelas relações de poder e pelo esquecimento da memória que se foi e não estão escritas/gravadas em textos/documentos.

A narrativa histórica sobre a cidade de Cáceres a partir dos lugares de memória e história torna possível compreender as características distintas que a compõe, que, reagrupadas sob o ponto de vista do historiador, transformam-se em características sociais que adquirem contornos e características de uma história coletiva, vivida por todos. A permanência de fragmentos do passado na memória dos sujeitos acaba influenciando o comportamento social de outros cidadãos, que não necessariamente viveram de perto os fatos históricos e, neste processo, interpretados e reinterpretados. Portanto, a memória social carrega elementos da história, da cultura e da identidade dos sujeitos que fazem parte do cenário da cidade. Diferentes histórias, memórias, culturas e identidades se cruzam, se entrelaçam e se fundem formando a rica diversidade cultural de Cáceres que carrega o passado em íntima relação com o presente.

Referências Bibliográficas

AREVALLO, Marcia C. M. *Lugares de memória ou a prática de preservar o invisível através do concreto*. Disponível em: www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol3.2005. Acesso em 23 de abril de 2023.

ALMEIDA, Marli Auxiliadora. A presença indígena em Vila Maria do Paraguai: os Bororo Cabaçal. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. (Org.). *História e Memória Cáceres*. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CHAVES, Otávio Ribeiro. *Escravidão, Fronteira e Liberdade: resistência escrava em Mato Grosso, 1752-1850*. 2000. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

EVANGELISTA, Suelme Fernandes. Raízes negras de Mato Grosso: Benguelas, Congos e Minas. In: SANTOS, Ângela Maria dos.; SILVA, João Bosco (Org.). *Educação em diálogos com a diversidade*. Cuiabá: KCM Editora, 2010.

FERREIRA, Mário Clementino. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no século XVIII: notas de uma investigação. *Território e Fronteiras*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, v. 7, n.1, jan./jun. 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, p. 12. 1993.

PEREIRA, Nilton Mullet; PAIM, Elison Antonio. Para pensar o ensino de história e os passados sensíveis: contribuições do pensamento decolonial. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 32, n. 66, p. 1229-1253, set./dez. 2018. ISSN 0102-6801. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/40152>. Acesso em 2 de abr. de 2023.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

POR UMA OUTRA HISTÓRIA DE CÁCERES-MT: AS PERIFERIAS E SEUS MÚLTIPLOS SENTIDOS NA HISTÓRIA NO TEMPO PRESENTE

Thiago Pereira da Silva Magela¹

*Até que os leões tenham seus próprios
historiadores, as histórias de caça
continuarão a glorificar o caçador.
Provérbio africano*

Todo cacerense “raiz”, morador da cidade ou turista que visita Cáceres-MT se depara em algum momento com a Praça Barão do Rio Branco. A beleza da praça, seus monumentos, a igreja e a arquitetura de seu entorno remetem cada sujeito para diferentes temporalidades que se entrelaçam neste espaço público produzido ao longo de pouco mais de 244 anos de história.

A caminhada desvela diferentes camadas históricas para o sujeito que observa aquele espaço. Há uma sensação de (re)encontrar o passado naqueles instantes e de reconectar-se com bases “antigas” de uma identidade local, forjadas por diferentes estratégias sociais, uma sensação que se espraia nas escolhas realizadas ao longo de gerações do que conservar e do que descartar do passado.

Portanto, a praça “Barão” é este lugar da cidade onde os passados afloram, eles estão ali como vestígios de épocas que conectam e desconectam o tempo presente dos sujeitos. No entanto, a praça “Barão” e toda a sua monumentalidade também ocultam

¹ Thiago Pereira da Silva Magela é doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor substituto do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. E-mail: thiago.magela@unemat.br

sujeitos, ideias e histórias. Parafraseando o poema de Bertold Brecht, podemos nos perguntar, quem construiu Cáceres, a princesinha do Pantanal? Nos livros, nomes de senhores e aristocratas; os senhores e aristocratas carregaram as pedras?

Este capítulo procura responder três questões que têm as periferias cacerenses como pontos de partida. Primeiro, qual o seu lugar na história da Cidade de Cáceres? Em segundo lugar, qual a contribuição do *rap* local para entendermos o cotidiano cacerense? E, por fim, quais podem ser os efeitos de construirmos histórias de Cáceres vistas de baixo sobre as consciências históricas dos sujeitos periféricos? As respostas para estas perguntas não são simples, mas pretendo avançar algumas respostas provisórias.

A Periferia e os periféricos cacerenses no Tempo Presente

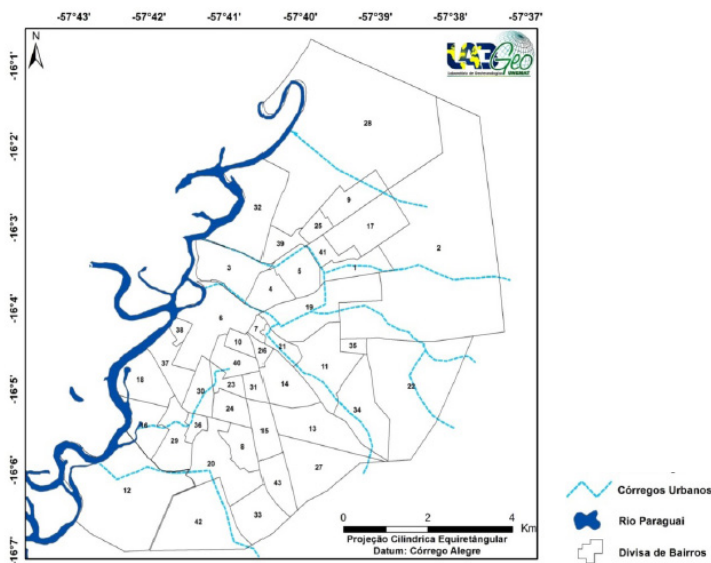
Periferias, vielas, cortiços
Você deve tá pensando
O que você tem a ver com isso?
Desde o início, por ouro e prata
Olha quem morre, então
Veja você quem mata
Racionais MC's

A historiografia que se dedica a história recente da cidade de Cáceres teve uma preocupação significativa com os aspectos políticos da cidade, tais como a administração e a atuação dos agentes políticos (ARRUDA, 2011; MENDES, 2009), os aspectos econômicos também receberam muita atenção (MENDES, 2009; 2010), e os processos de consolidação e estruturação dos modelos urbanísticos (MININEL, 2021). Devo destacar também

que mais recentemente os estudos sobre o patrimônio cultural da cidade têm avançado de forma significativa (ARRUDA, 2014). Uma historiografia diversa, é verdade, mas ainda operando um tipo de história vinculada aos elementos e agentes do poder institucional, ou melhor dizendo, uma história vista de cima.

A perspectiva predominante sobre a história da cidade de Cáceres concentra sua atenção apenas em bairros mais centrais, como o Centro e a Cavallhada, com destaque, como já ressaltai, para a praça Barão do Rio Branco e o seu monumento mais destacado, que é o marco do Jauru. Como o leitor pode ver na planta que se segue, a cidade atualmente é muito maior que os bairros centrais:

Figura 1 - Bairros da cidade de Cáceres/MT em 2013



Fonte: LABGEO UNEMAT, 2014.

1. Betel 2. Carrapatinho 3. Cavalhada 4. Cavalhada II 5. Cavalhada III 6. Centro 7. Cidade Alto 8. Cidade Nova 9. Cohab Nova 10. Cohab Velha 11. DNER 12. Garcês 13. Guanabara 14. Jardim Celeste 15. Jardim do Trevo 16. Jardim Imperial 17. Jardim Padre Paulo 18. Jardim Paraíso 19. Joaquim Murtinho 20. Junco 21. Lavapés 22. Lobo 23. Maracañzinho 24. Marajoara 25. Massa Barro 26. Monte Verde 27. Nova Era 28. Olho D'água 29. Rodeio 30. Santa Cruz 31. Santa Isabel 32. Santa Rosa 33. Santo Antônio 34. Santos Dumont 35. São Jorge 36. São Lourenço 37. São Luiz da Ponte 38. São Miguel 39. Vila Irene 40. Vila Mariana 41. Vila Nova 42. Vila Real 43. Vitória Régia.

Como o *rapper Shok* (2017) diz, em “Cáceres tudo passa, mas só fica a praça”. Na letra do *rapper* há a sensação de que a cidade se resume aos seus núcleos centrais em detrimento da diversidade que reside nos bairros periféricos. Como um *zoom* de uma câmera digital que concentra o foco num lugar e oculta o restante. Esta história ocultada é também história de Cáceres. Como construir esta história?

O primeiro passo envolve adotar uma definição clara do que é uma periferia. Muito embora o termo aparente uma obviedade, os estudos mais recentes (D'ANDREA, 2020; JESUS, 2021) têm demonstrado a dificuldade de definição deste objeto de análise. Uma simples busca pela palavra “periferia”, nos jornais digitais que noticiam o cotidiano cacerense, revela a dificuldade e o preconceito que envolvem esta palavra.

A periferia é resumida a dois estereótipos. O primeiro, é o da associação entre periferia e criminalidade, engendrado numa série de narrativas sobre as periferias enquanto lugares, por excelência, da violência, ainda que ela não se faça presente no cotidiano de

muitos bairros periféricos. E, como consequência destas narrativas, os sujeitos(as) periféricos(as) são estigmatizados como vinculados ao mundo da ilicitude.

O segundo, é o da periferia como local da ausência, carência, território de “pobres coitados”, ou seja, o lugar ideal para o assistencialismo. Nestas narrativas assistencialistas não se trata de levar cidadania e dignidade, mas de gerenciamento das franjas da sociedade e minimizar conflitos. Aqui os(as) sujeitos(as) periféricos(as) são sempre retratados(as) como passivos(as) e dependentes dos dispositivos assistenciais.

Uma fonte mais rigorosa sobre o termo pode ser um dicionário como Michaelis. Quando buscamos o verbete “periferia” encontramos três definições. Destaco a que possui relação mais direta com os objetivos deste capítulo: periferia é a “região distante do centro urbano, com pouca ou nenhuma estrutura e serviços urbanos, onde vive a população de baixa renda” (MICHAELIS, 2015).

Apesar desta definição do dicionário, o termo carrega uma grande complexidade porque envolve sentidos políticos, econômicos e sociais. Por um lado, serve como uma tentativa estatal de perpetuar as desigualdades mais diversas no âmbito urbano. Por outro, compreende também uma distância dos padrões de comportamento, estéticos e linguísticos idealizados e normalizados pela sociedade. Ou seja, uma forma de territorializar aqueles que não ocupam os espaços de privilégio e poder.

Como diz Jesus (2021, p. 59), “a periferia é produto do distanciamento, da exclusão, da segregação”. E devo acrescentar que o tal distanciamento, em muitos casos, não é dado pela distância física, mas também por elementos sociais e simbólicos. Assim, a periferia é um fenômeno multidimensional que só pode ser entendido

em conexão com os vínculos que estabelece com aquilo que lhe é dado como “centro”. Diante destes parâmetros mínimos, onde está a periferia da cidade de Cáceres?

A história das periferias de Cáceres está vinculada aos processos migratórios pelos quais a cidade passou, principalmente desde os anos 1960, com o desenvolvimento das vias de comunicação com Cuiabá e o restante do estado, como a ponte Marechal Rondon. Esta onda migratória foi causada pelo desenvolvimento agrícola, que potencializou a produção de Mato Grosso, e, em especial, na cidade de Cáceres.

A cidade se expandiu consideravelmente, ainda que não estivesse preparada para receber tal fluxo migratório. Certo é que o crescimento urbano não planejado de Cáceres teve consequências para a dinâmica de interação dos(as) sujeitos(as) tendo em vista que uma série de serviços básicos não são plenamente ofertados em muitos bairros, e que não há transporte público regular. Somando-se a isto, a cidade possuiu um contraste social marcante, fruto das desigualdades sociais, desigualdades atestadas pelo trabalho de Souza *et al* (2018, p. 162),

Cáceres, em relação à distribuição de renda, não é diferente das demais cidades de igual porte distribuídas pelo País, pois há concentração espacial dos maiores valores de renda no bairro Centro e os do entorno no ano 2000 e 2010 [...] Um fator que se pode observar é que quanto maior o bairro e mais distante da região central, menor a renda.

Além disso, o trabalho de Souza *et al.* (2018) indica que os moradores dos bairros afastados do centro apresentavam menor escolaridade. Um bom termômetro é observar os bairros atendidos por projetos sociais governamentais ou privados (ONGs).

O projeto Gonçalves, por exemplo, atende as camadas mais pobres de bairros, como Cavahada I, II, III, Carrapatinho, Espírito Santo, Cachorro Sentado, Dner, Cidade Alta, entre outros.

Outro dado que pode colaborar com a nossa tentativa de circunscrever os bairros periféricos se encontra nas escolhas do Programa Minha Casa Minha vida do governo federal – Lei 11.977/2009 (Brasil, 2009), de implementar conjuntos habitacionais nos bairros Vila Real, Santos Dumont, Jardim Guanabara e Olhos D'água (VENDRAMINI *et al*, 2016).

No entanto, como já destacamos anteriormente, as periferias não se definem somente por critérios espaciais. O bairro de Vila Irene é vizinho do bairro Cavahada, ou seja, está próximo ao centro e aos bairros que concentram mais riqueza. Apesar disso, Vila Irene tem problemas de infraestrutura e acesso aos serviços públicos, o que é contornado pelos moradores através do improvisado (COSTA *et al*, 2014).

Como nos ensinou Milton Santos,

Em termos geográficos, a periferia não será definida pela distância física entre um pólo e as zonas tributárias, mas antes em termos de acessibilidade. Esta depende essencialmente da existência de vias de transporte e da possibilidade efetiva de sua utilização pelos indivíduos, com o objetivo de satisfazer necessidades reais ou sentidas como tais. Mas a incapacidade de acesso a bens e serviços é, em si mesma, um dado suficiente para repletir o indivíduo e também, afirma, a uma situação periférica. (SANTOS, 1979, p. 229).

Nesta perspectiva, o crescimento da cidade gera especulação imobiliária, déficits de residências e periferização, algo que é observado no bairro Jardim das

Oliveiras, conhecido popularmente como Empa. A ocupação inicial deste bairro foi feita por pessoas de baixa renda através de grilo, o que não lhes garantia qualquer documentação de propriedade.

O bairro, como se pode ver no mapa, fica às margens do rio Paraguai e, logo, foi alvo do interesse de pessoas com maior poder aquisitivo que instalaram pousadas, restaurantes e casas de veraneio, além de tablados para pesca. Assim, temos um contraste entre construções bem desenvolvidas nas margens do rio e do outro lado casas simplórias ou terrenos baldios. Ademais, o bairro sofre com problemas estruturais básicos, como coleta de lixo e água tratada (COSTA et al, 2014).

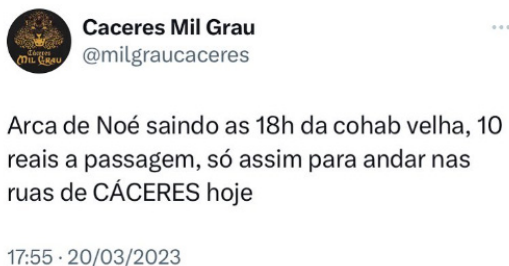
Outro tipo de documentação que podemos utilizar para nos aproximarmos do tema da periferia em Cáceres no tempo presente são os memes. Segundo Shifman (2014), os memes refletem estruturas sociais e culturais e podem ser vistos como partes de informação cultural compartilhada amplamente entre os indivíduos, capazes de influenciar pensamentos, formas de comportamento e até ações de grupos sociais.

Partindo destas premissas, estamos então diante de uma documentação digital que pode auxiliar-nos a perceber como certos bairros são representados pelos habitantes da cidade através de memes. Em razão do espaço que temos no capítulo, analisei apenas alguns memes do perfil Cáceres *Mil Grau*. Perfil de atuação local que conta com um bom número de seguidores.

Assim, como se pode visualizar nas Figuras 2, 3, 4 e 5 a falta de estrutura dos bairros Cohab Velha, EMPA, Nova Era e Vila Irene são retratadas a partir do humor. Seja a falta de escoamento da água da chuva, as ruas não asfaltadas ou comparando a praça “Barão” com os bairros periféricos, os memes apresentam uma

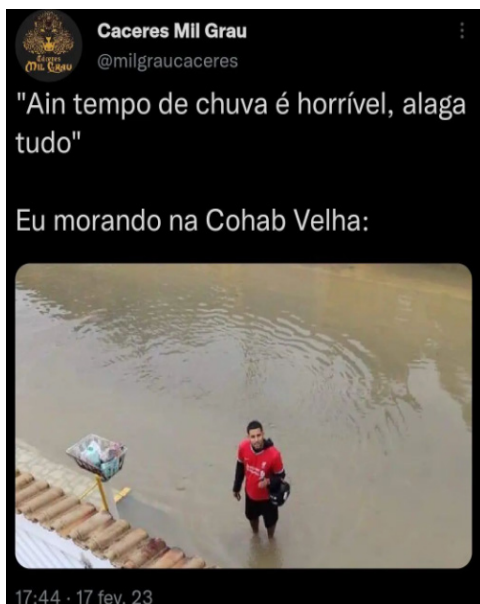
perspectiva hierarquizante do espaço da cidade. E esta forma de perceber os espaços urbanos encontra eco nos elementos já destacados aqui no capítulo:

Figura 2 - Meme Cohab Velha em dia de chuva



Fonte: CACERES MIL GRAU, 2023.

Figura 3 - Meme Cohab Velha em dia de chuva



Fonte: CACERES MIL GRAU, 2023.

Figura 4 - Meme sobre o delivery no EMPA



Fonte: CACERES MIL GRAU, 2022.

Figura 5 - Ruas e infraestrutura dos bairros



Fonte: CACERES MIL GRAU, 2022.

Diante disto, estou de acordo com Tiaraju D'Andrea (2020, p. 35), que define assim,

[...] periferia expressa fundamentalmente uma desigualdade na distribuição da riqueza no espaço. No momento em que se aplacarem as diferenças sociais entre centralidade e periferia, essa dicotomia terá um sentido apenas geográfico, esvaziando, assim, a necessidade de uma afirmação política, social e subjetiva por meio do conceito periferia. Enquanto isso não ocorrer, o conceito periferia segue vigente.

Logo, em Cáceres as periferias são a cidade, pois elas não podem aqui ser definidas pela distância geográfica do centro, mas pelas fronteiras econômicas e simbólicas que os sujeitos periféricos(as) enfrentam todos os dias na sua vivência. As territorialidades estabelecidas e constantemente reorganizadas pelo poder estabelecido produzem invisibilidade e modulam a inserção social e as oportunidades que os habitantes periféricos podem alcançar, ainda que tais elementos possam ser tensionados pela luta cotidiana desses sujeitos.

O RAP Cacerense e a experiência histórica periférica no Tempo Presente

*Comece uma história com as
flechas dos nativos americanos,
e não com a chegada dos britânicos,
e você tem uma história totalmente diferente.*
Chimamanda Adichie (2009)

O famoso historiador Eric Hobsbawm (1990, p. 32), certa vez, afirmou que:

A história das artes não é uma única história, mas, em cada país, pelo menos duas: aquela das artes enquanto praticadas e usufruídas pela minoria rica, desocupada ou educada, e aquela das artes praticadas ou usufruídas pela massa de pessoas comuns.

O *rap* certamente se enquadra no segundo grupo. Roberto Camargos (2015), em seu livro *Rap e Política*, destacou que a maneira negativa como essa experiência cultural é tratada e tem relação com o fato de que o *rap* não é sintonizado com as ideias e os valores dominantes da sociedade. Por essa razão, durante os anos 1990 e 2000, diversas interpretações tentaram desautorizar o *rap* como arte, expressão cultural, postura e até mesmo comportamento.

Certo é que por meio do *rap* os sujeitos constroem interrelações entre os seus padrões culturais, sua vida cotidiana e a política. Portanto, os *rappers* traduzem o mundo vasto e contraditório em que vivem, através de suas letras. O que constitui o *rap* como uma expressão cultural privilegiada para adentrarmos às representações subalternas sobre a sua vivência na cidade de Cáceres.

Afinal, “a música não é apenas ‘boa para ouvir’, mas também é ‘boa para pensar’” (NAPOLITANO, 2002, p. 5). Assim, as letras dos *rappers* cacerenses podem nos ajudar a compreender o que significa, para os sujeitos periféricos, viver na periferia desta cidade e os dilemas sociais e políticos desta experiência histórica. Afinal, não podemos esquecer que o *rap* é uma prática de tempo e contextos específicos.

Como muito bem destaca Grazielly Alves Pereira (2017, p. 1),

Os rappers são sujeitos históricos que intercambiam saberes com a juventude periférica e que, portanto, constroem leituras de fatos históricos a partir de pontos específicos: juventude negra, periférica e rebelada, ressignificando os seus lugares de fala e configurando singulares leituras sobre o passado.

De fato, a capacidade do *rap* de mobilizar a juventude periférica e os seus dilemas no mundo contemporâneo deve ser destacada, tendo em vista que sob certo aspecto as canções procuram amalgamar visões, sentimentos e concepções de mundo que favorecem a análise histórica sob ótica subalterna. As músicas logo se convertem em documentos históricos, através dos quais se acessa a história do tempo presente. Tendo em vista a perspectiva de analisar a periferia de Cáceres, me limitei a canções produzidas entre 2017 e 2023, que permitissem um caleidoscópio das sociabilidades e sensibilidades.

Sendo assim, importa dizer que o *rap* cacerense, muitas vezes, versa sobre um cotidiano sofrido. Vejamos um trecho da canção *Caus urbano*, de Mc Fernandes (2019, MC FERNANDES),

[...] O ser humano vive sempre todo dia
Lutando a cada dia e cai sempre em uma cilada
Sem estrutura pra viver e estudar
A criança de bons frutos se torna pessoa frustrada
É lamentável hoje vai chover
E o Rio de lama vai alagar
Peço ao Pai pra nos proteger
Muitas famílias vão se afundar
O nosso mundo é diferente de vocês
Eles nos caçam e maltratam como um animal
Esbanjam grana, carro e poder
Enquanto aqui cato migalhas pro natal
Eu falo mesmo e ataco como um bicho

A tua grana não vai me calar
Se eles falam que meu rep é um lixo
E o sangradouro no Paraguai o que será?

A canção retrata a desigualdade entre pobres e ricos como sua linha motora. A falta de infraestrutura e de possibilidades e/ou alternativas de futuro surgem como impulsionadores de uma revolta e/ou protesto, expressa através do *rap*, estilo musical que é questionado como prática cultural válida, pelos dominantes. A violência surge como outro elemento do cotidiano pois o *rapper* destaca que “eles” são caçados e maltratados.

Aqui devo destacar que esta violência é potencializada pelo racismo estrutural que vigora na sociedade brasileira (ALMEIDA, 2019). Como muito bem cantou Mc Fernandes, no *rap Tempo de escravidão* (2019, MC FERNANDES),

[...] O sangue do negro escorre na rua
De dia de noite açoitado e nua
O que a raça negra fez pra merecer?
Nunca nos dá sorriso só nos faz sofrer
Sonhando um dia em poder dizer
Na frente dos brancos vou aparecer
Hoje o negro conquistou poder
A real é pesada, cês vão entender
Esse preconceito um dia tem que acabar.

O tema da desigualdade social também aparece na canção *Hoje ou nunca*, de Mavimi, Shok, M4ciel Mc, Chaen03 e Dj Vini (2017, CILIAR RECORDS):

[...] Mano fica esperto
O protesto é contra os boas pintas de terno
**Que comemora a derrota das mãos ca-
lejadadas**
[...] a União faz a força
[...] Direto de outro planeta me resido em

Cáceres

[...] Lutando contra o abate humanitário e desigual

Ideia louca ou real vai depender do seu ponto de vista

[...] anomalias dominando nossa essência

E meio a tudo isso o capitalismo te obriga

A correr para chegar no final de tarde

Sentar a bunda em frente a tv

e assistir novela com ideia alienada

pare pra pensar

[...] do bairro que eu vim tudo já era motivo para briga.

Nesta letra, os *rappers* aprofundam sua crítica ao grupo dos “boa pintas” e ao capitalismo, que utiliza os meios de comunicação como forma de alienar as pessoas comuns. O *rap*, aqui, serve como um alerta e um chamamento para refletir sobre a realidade vivenciada na cidade de Cáceres. Tendo em vista que estamos analisando o período de 2017 até 2023, deve-se destacar que as transformações nas relações de trabalho impulsionadas pelo neoliberalismo aprofundaram as desigualdades sociais, retirando direitos trabalhistas e precarizando os trabalhadores.

Na realidade mato-grossense, o agronegócio representa esta faceta do grande capital e da precarização do trabalho que empurra jovens para as periferias de cidades como Cáceres. Por isso, no *rap Vacas Magras*, Mc Fernandes (2020, MC FERNANDES) diz que “[...] Quem tem dinheiro planta soja [...] Quem não tem planta capim [...] terra de monstro, onde falta querubim”.

Apesar do olhar crítico, as letras também expressam certa frustração em relação as expectativas de mudança social por parte de certos *rappers*. M4ciel Mc, Mavimi e OhZeh no *rap Enquanto eu canto* (2019) dizem que “Enquanto eu canto já passei por tanto [...] Já passei

da fase de escrever sobre político [...] Querendo ou não eu continuo pobre e ele mais rico”. M4ciel Mc no rap Interior do Interior (2020, M4CIEX) amplia a incerteza sobre o futuro “estudando a história compreendo nosso rumo / cada vez mais duvidoso sobre esse tal mundo”.

Esta sensação de incerteza ou impotência diante do sistema não deve nos fazer esquecer que a ação desses *rappers* deve ser interpretada enquanto expressão política, pois mobilizam críticas ante a realidade. Evidentemente, aqui não se trata de uma política institucional ou de uma organização política, mas de uma “arma dos fracos”, para usar a expressão de James Scott (1985). O *rap* é um artefato cultural chave na luta de representações. Quero com isto dizer que a política se manifesta de muitas formas na vida pública.

Este é o caso, por exemplo, do *rap MT-Pede Socorro!*, do Fascínio Lírico (2020, MC FERNANDES),

[...] O pantanal pegando fogo e o MT ficando em brasa
Corre corre que vem fogo
Acabando com o recurso natural que vale ouro
[...] Corre corre da queimada
MT tá mais sinistro que o deserto do Saara
Corre corre que vem fogo
O disparo da parda e o pantanal pede socorro.

As queimadas, ocorridas em 2020, afetaram de forma significativa a vida dos cacerenses naquele período. O *rap* retrata essa situação dramática, além de demonstrar a preocupação com meio ambiente, que “vale ouro”.

A criminalidade também é retratada. No *rap Aprendizado do cotidiano*, de Kibe Mc (2018, CILIAR RECORDS), o *rapper* diz que?

[...] Heróis não oprimem combatem o crime
Perante o sistema que é bem pior
[...] Mas é por inteira a lua tá cheia
Comtemplo da minha quebrada
[...] **os frutos que vem do modo mais fácil**
Tá muito moiado tá muito moiado.

E ainda quando M4ciel Mc no rap *No interior do interior* (2020, M4CIEX) diz que “o tóxico movimenta o capital da quebrada”. Certo é que nos raps analisados a criminalidade existe, mas não é representada como uma opção boa ou que deva ser seguida. Tanto no rap de Kibe Mc ou no rap *Fato Real* (2018, MC FERNANDES) de Mc Fernandes “Não tem coisa melhor do que dormir em paz [...] Acordar seis da manhã sem chute e sem gás”.

Embora a desigualdade, pobreza, criminalidade, e o protesto social sejam regulares nos raps analisados, a periferia não é só isso para esses *griots* cacerenses. A periferia pulsa vida, por isso os sujeitos periféricos insistem na esperança, solidariedade e na criatividade como nos indica o rap *Realidade Periférica*, de Mc Fernandes (2018, MC FERNANDES),

Vem fechar comigo
Vem fechar com os irmãos
**Se unirmos nossas forças o bonde fica
pesadão**
Não importa o que eles dizem
Não importa o que eles façam
Eu sei que todo dia vai ter rap lá na praça
[...] **Na perifa o dia a dia é improvisando.**

E no rap *Fato Real*, também de Mc Fernandes (2019, MC FERNANDES)

Grandes obstáculos você vai encontrar
E muitas pessoas também vão te desanimar
Siga o teu caminho isso não vai te abalar
Pode estar sozinho alguém lá em cima
vai te ajudar.

E é justamente este lado ocultado da periferia que desejamos destacar. Ou seja, quero dizer que, apesar das contradições sociais que se apresentam no cotidiano periférico cacerense, os sujeitos periféricos expressam com orgulho o seu pertencimento: “[...] aqui é cohab velha. me tromba alí na praça” (M4CIEL MC, 2020, M4CIEIX). Assim, estes sujeitos subalternos apresentam uma outra perspectiva da história imediata de Cáceres. Uma história onde os protagonistas não têm casarões e nem estão na praça “Barão”, mas têm mãos calejadas por construí-los. Seja no Junco, na Cohab Velha, na Vila Irene ou no EMPA, o *rap* está bradando a anseios da periferia desta cidade.

Considerações Finais: Uma pedagogia da periferia?

Aí, maloqueiro, aí, maloqueira
Levanta essa cabeça
Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo)
Respira fundo e volta pro ringue (vai)
‘Cê vai sair dessa prisão
‘Cê vai atrás desse diploma
Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?
Faz isso por nós, faz essa por nós (vai).
Te vejo no pódio
Emicida (2019, EMICIDA OFICIAL)

Após este percurso, parece-nos necessário dizer que para reescrevermos a história da cidade de Cáceres temos que considerar três fatores. Primeiro, admitir que a cidade é ocupada por uma diversidade de pessoas. Em segundo lugar, admitir que as mesmas ocupam e frequentam lugares diferentes no tabuleiro urbano. E por último, precisamos entender que existe um vínculo histórico, tenso, entre a cidade e a democracia.

Isto significa que o espaço público é a força motriz das mudanças. É onde os periféricos podem protestar e reivindicar melhorias para seus bairros e suas vidas. É o lugar por excelência das ações políticas organizadas, mas como vimos neste capítulo a política se manifesta nas expressões culturais como o *rap* e de forma desorganizada e/ou espontânea.

Por fim, é necessário romper com uma perspectiva caricatural da periferia vista como espaço homogêneo e dependente das áreas centrais e que tem uma função estéril. E pior quem acredita que a periferia nada tem a ensinar para a cidade. Uma das funções do historiador é lembrar aquilo que muitos querem esquecer, por isso, precisamos contar histórias outras das periferias de Cáceres, que demonstrem que felicidade, comunidade e solidariedade também fazem parte da História dessas localidades.

É urgente uma pedagogia da periferia que se construa **com** os sujeitos periféricos e não para eles, na qual, a História pode cumprir um papel chave na reescrita do passado e perspectivando o presente, para, assim, auxiliar os(as) sujeitos(as) a sonhar com futuros diferentes. Na periferia pedagogia é sinônimo de esperança. E como disse Walter Benjamin (2020), a esperança da nova geração é olhar para o passado para pensar alternativas mais felizes para os seres humanos. **Cada geração tem a chance de fazer história.** Assim, a potência que reside nas periferias de Cáceres pode esperar nossas histórias.

Referências e Fontes

CÁCERES MIL GRAU. Procede as ruas e a infraestrutura dos bairros serem assim? Cáceres,

8 mar. 2022. Instagram: @ caceresmilgrau_. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Ca2tVWrPpn9/> Acesso em: 14 jun. 2023

CÁCERES MIL GRAU. Poucos assentos disponíveis. Cáceres. 20 mar. 2023. Instagram: @ caceresmilgrau_. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CqBs8eIuq61/> Acesso em: 14 jun. 2023

CÁCERES MIL GRAU. Real ou faike?. Cáceres. 3 nov. 2022. Instagram: @ caceresmilgrau_. Disponível em <https://www.instagram.com/p/CkhOBhXuXAW/> Acesso em: 14 jun. 2023

CÁCERES MIL GRAU. Suavidade. Cáceres. 17 fev. 2023. Instagram: @ caceresmilgrau_. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cox3BHVuRaT/> Acesso em: 14 jun. 2023

KIBE MC. *Aprendizado do cotidiano*. Cáceres: Ciliar Record's, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Z6glJwH12T8>. Acesso em 14 jun. 2023.

MAVIMI; SHOK; M4CIEL MC; CHAENO3; DJ VINI. *Hoje ou Nunca*. Cáceres: Ciliar Record's, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P8SiiFjNw9A>. Acesso em 14 jun. 2023.

MC FERNANDES. *Caus urbano*. Cáceres: Ciliar Record's, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qu1yWg5NSEY&t=3s>. Acesso em 14 jun. 2023.

MC FERNANDES. *Realidade Periférica*. Cáceres: Ciliar Record's, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FYFwS4isOy8>. Acesso em 14 jun. 2023.

MC FERNANDES. *Fato Real*. Cáceres: Ciliar Record's, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=15Ux3l6Fdqg>. Acesso em 14 jun. 2023.

M4CIEL MC; MAVIMI; OHZEH. *Enquanto eu Canto*. Cáceres: Ciliar Record's, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8rD3Wolx6E8&t=4s>. Acesso em 14 jun. 2023.

M4CIEL MC. *Interior do Interior*. Cáceres: Ciliar Record's, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=89bIpiJaGxk>. Acesso em 14 jun. 2023.

FASCÍNIO LÍRICO; MC FERNANDES; DJ VINI. *MT-Pede Socorro*. Cáceres: Ciliar Record's, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iA33xmBhaoc>. Acesso em 14 jun. 2023.

MC FERNANDES. *Tempo de Escravidão*. Cáceres: Ciliar Record's, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2mK-OlOstPE>. Acesso em 14 jun. 2023.

MC FERNANDES. *Vacas Magras*. Cáceres: Ciliar Record's, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T9pIA7f3nMM>. Acesso em 14 jun. 2023.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda. Vídeo. “Os perigos de uma história única”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZUtLR1ZWtEY>. Acesso em: 15/06/2023

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARRUDA, Adson de. Os discursos dos administradores públicos sobre a cidade de São Luiz de Cáceres nas primeiras décadas do século XX. In: CHAVES, Otávio Ribeiro; ARRUDA, Elmar Figueiredo de. História e Memória: Cáceres. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

ARRUDA, Renato Fonseca. *Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação*. Dissertação (mestrado profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, p. 161. 2014.

BENJAMIN, Walter. *Sobre o conceito de História: edição crítica*. São Paulo: Alameda, 2020.

CAMARGOS, Roberto. *Rap e Política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

COCHEV, Jakeline Santos et al. Espaço urbano de Cáceres/MT analisado a partir de imagens de sensoriamento remoto e SIG. *Revista GeoPantanal*, Corumbá/MS, v. 5, n. 8, p. 145-160, 2010.

COSTA, Alex et al. Olhar geográfico sobre o espaço urbano de Cáceres-MT: experiências e vivências compartilhadas através da aula a campo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7, 2014, Vitória. *Anais eletrônicos* [...] Vitória: AGB. s/p. Disponível: http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404693213_ARQUIVO_Alex_Art_Final_CBG2014.pdf Acesso em 14/06/2023

D'ANDREA, Tiaraju. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos

periféricos. In: *Novos Estudos*, São Paulo, 39, 1, p. 19-36, janeiro-abril, 2020.

HOBBSAWM, Eric. *História social do jazz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

JESUS, Likem Edson Silva de. Periferia, um termo crítico: distanciamentos espaciais, sociais e simbólicos nas cidades. In: *Revista movimentos sociais e dinâmicas espaciais*, Recife, X, 1, p. 58-78, janeiro/dezembro, 2021.

MENDES, Natalino Ferreira. *História da Administração Municipal*. Cáceres-MT: Editora da UNEMAT, 2009.

MENDES, Natalino Ferreira. *História de Cáceres (Tomo II): origem, evolução, presença da força armada*. Cáceres-MT: EdUNEMAT, 2010.

Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 2015.

MININEL, Wiliam Jonas. *De Vila Maria do Paraguai à Cáceres: estudo do desenvolvimento do traçado urbano*. Dissertação de mestrado (mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário de Várzea Grande-MT/ PUC Campinas. Várzea Grande-MT, p.123. 2021.

NAPOLITANO, Marcos. *História & Música: História cultural da música popular*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

OLIVEIRA, Heli Sabino de; OLIVEIRA, Elaine Ferreira Rezende de. *Juventudes, periferias e o debate teórico*

acerca dessa temática no campo da educação. In: *Ensaios Filosóficos*, 19, p. 37-54, julho, 2019.

PEREIRA, Grazielly Alves. O ensino de história e as letras de rap. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 29, 2017, Brasília. *Anais eletrônicos* [...] Brasília: Anpuh. s/p. Disponível: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502849528_ARQUIVO_TextoAnpuh.pdf Acesso em 14/06/2023.

ROSA, Juliana. Colonização recente no Mato Grosso entre 1964-1984: antigas terras e territórios transformados em novos espaços. In: RODRIGUES, Cândido; NETO, Vitale Joanoni (Org). *Nova história do Mato Grosso Contemporâneo*. Cuiabá: EdUFMT, 2018.

SCOTT, James. *Weapons of the Weak: everyday forms of Peasant resistance*. New Haven/London: Yale University Press, 1985.

SHIFMAN, L. *Memes in digital culture*. Cambridge: MIT Press, 2014.

SOUZA, Éder et al. Dinâmica da população cacerense. In: *Ciência Geográfica*, Bauru/SP, XXII, 1, p. 152-166, janeiro/dezembro, 2018.

VENDRAMINI, William et al. Análise espacial do crescimento urbano de Cáceres/MT, Pantanal mato-grossense. In: Simpósio de Geotecnologias do Pantanal, 6, 2016, Cuiabá. *Anais eletrônicos* [...] Cuiabá: Embrapa Informática Agropecuária/INPE. p. 728-737. Disponível: <https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2016/cd/pdf/p134.pdf>. Acesso em 14/06/2023.

O ESTADO BRASILEIRO E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE PANTANEIRA DE ALEXANDER DAVERON EM MATO GROSSO NOS ANOS 1930

Heráclio Tavares¹

Naturalistas em Mato Grosso: coletar, preservar e analisar espécimes

Historicamente, a região que hoje compreende o estado do Mato Grosso foi palco de diversas expedições com objetivos distintos. Nos séculos XV e XVI, espanhóis, portugueses e brasileiros promoveram incursões na área movidas, principalmente, pela busca de metais preciosos (BRASIL, 2019). A partir da modernidade, destacamos a expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, que cruzou terras matto-grossenses, de 1789 a 1791, e a de Georg Heinrich von Langsdorff, passando pela capitania de Matto-Grosso entre 1826 e 1827. A Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira se inscreve em um período de exploração de territórios coloniais pela Coroa portuguesa. No Brasil, a ideia era percorrer as capitanias do Grão-Pará, Rio Negro e Matto-Grosso, registrando elementos que permitissem o estudo dos reinos animal, vegetal e mineral. As duas últimas capitanias mencionadas foram exploradas com ênfase em seu aspecto mineralógico e na avaliação de suas fronteiras, segundo Maria de Fátima Costa (2001, p. 994). O método científico, na figura da História Natural, através da coleta e preservação de espécimes para seu posterior estudo, estava na base

¹ Heráclio Tavares é doutor em História professor adjunto contratado do Curso de História da Universidade do Estado do Mato Grosso – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. Contato: heraclio.tavares@gmail.com

dessa expedição, de acordo com Figuerôa, Silva e Pataca (2004), inserindo a parte continental brasileira na rota daqueles que buscavam compreender a realidade para nela atuar, transformando-a.

Outra expedição em terras matto-grossenses cuja existência é bem conhecida foi a que o alemão Georg Heinrich von Langsdorff liderou. Médico de formação, representante diplomático do Governo Imperial russo no Brasil, Langsdorff atravessou várias capitânicas,² explorando a região de Matto-Grosso, de janeiro de 1827 a março de 1828, com a missão de “reparar em tudo e não perder nada.” (KOMISSAROV, 2010, p. 19). Contando com naturalistas, artistas e, pela primeira vez na história das expedições no Brasil, um astrônomo, além de infundáveis recursos financeiros e da inexistência de prazo para seu término, a expedição Langsdorff, como é conhecida, deixou inúmeros registros sobre o Brasil, em sua maioria, depositados em arquivos na Rússia. Apesar da existência desse vasto material e dos diários de Langsdorff estarem traduzidos para o português (SILVA, 1997), Figueirôa lamenta a escassez de análises sobre essa expedição (1997, p. XXXIX). Há uma leve ironia por trás do fato de não sabermos os detalhes do que Langsdorff fez ao longo de sua viagem pelo interior de nosso país. Isso porque ele contraiu uma doença quando atravessava Matto-Grosso, em 1828, que o levou à imediata perda da memória, esquecendo-se de si, do seu trabalho e do Brasil (FLORENCE, 2020).³

Adentrando o século XX, os esforços liderados pelo marechal Cândido Rondon para integrar o

2 Um excelente trabalho é o mapa interativo do traçado da participação de Hercule Florence na expedição Langsdorff, de 1825 e 1828, pelas províncias de São Paulo, Matto-Grosso e Grão-Pará. Disponível em: <https://ihf19.org.br/pt-br/hercule-florence/expedicao-langsdorff-mapa>. Acesso em: 11 jun. 2023.

3 O autor argumenta que Langsdorff contraiu algum tipo de malária.

território nacional no alvorecer da Primeira República, abrindo caminhos em meio à mata para passar fios de telégrafo pelos, agora, Estados do Mato Grosso, Goiás e Amazonas, entre 1891 e 1930, já foram objetos de análise em diferentes trabalhos (DIACON, 2004; BIGIO, 2000; MACIEL, 1998). Contudo, a dimensão científica que o conjunto dessas missões possuía não ficou evidente à época de sua realização. É importante marcar que, quando nos referimos a trabalhos científicos nos períodos mencionados até aqui, via de regra, estamos falando de uma ciência com base na História Natural, cuja prática passava por mudanças. Se, por um lado, no momento histórico das comissões lideradas por Rondon, temos a captura de imagens dos espécimes deslocada da habilidade manual do artista para a reprodução fotográfica mecânica, por outro, ainda estava em alta a participação de naturalistas, botânicos e zoólogos, que coletavam espécimes para seu estudo e preservação em instituições de ciência, como demonstram Dominichi Miranda de Sá, Magali Sá e Nísia Trindade de Lima (2008).

A centralidade de Rondon nas expedições de integração do território brasileiro levou o então ex-presidente dos EUA, Theodore Roosevelt, a procurá-lo para guiar uma viagem pelo interior de nosso país, entre o final de 1913 e início de 1914. Os objetivos centrais de Roosevelt eram viver a experiência da caça esportiva de onças e ajudar cientistas do *American Museum of Natural History*, de Nova York, a registrar a flora e fauna da região em fotografias e coletar espécimes (DIACON, 2004, p. 42). Não é de se ignorar que os relatos e registros fotográficos da expedição Roosevelt-Rondon, divulgadas como aventuras e publicadas em jornais e livros à época, despertaram o fascínio do estadunidense médio para explorar áreas desconhecidas e

viver a mesma experiência desbravadora relatada pelo ex-presidente estadunidense, dando forma a uma ideia que unia o desenvolvimento de pesquisas científicas naturalistas a caçadas (RATTES, 2021, p. 223).

A principal companhia de Roosevelt em terras brasileiras foi a de seu filho Kermit, que, à época, era um entusiasta de expedições dessa natureza. Nos anos 1920 e 1930, Kermit viajou à Ásia e à África, com apoio do *Field Museum of Natural History* de Chicago e se tornou escritor de histórias de aventura, alcançando relativo sucesso. Ele também foi vice-presidente da *New York Zoological Society*, entre 1937 e 1939.⁴ Essa é uma importante personagem histórica para nossa análise na medida em que trabalharemos com vestígios que relacionam Kermit Roosevelt a Alexander Daveron e porque é possível entender Kermit como um dos principais elos que ligam Daveron à visão construída de Mato Grosso, tomado como um espaço natural idílico por homens que compartilhavam uma mentalidade que unia caça à ciência.

De médico desconhecido a naturalista líder de expedição

Desembarcando no Brasil pela primeira vez no início de 1931, Alexander Sólton Daveron parecia entusiasmado para iniciar uma nova fase da vida. Havia muitos jovens estadunidenses desiludidos com as oportunidades de trabalho pós-quebra da bolsa de Nova York, em 1929, que atendiam aos inúmeros anúncios publicados nos jornais de vagas em expedições científicas para viajar o mundo (HOBSON, 2014). Contando 31 anos de idade, ele desempenhou o cargo de médico, especialista

4 Ver: *Annual report of the New York Zoological Society*. Disponível em: https://archive.org/stream/annualreportofne5819newy/annualreportofne5819newy_djvu.txt. Acesso em: 11 jun. 2023.

em doenças tropicais, em uma expedição que saiu dos EUA para registrar em vídeo, com som e imagem, o conhecimento de populações indígenas no interior do Mato Grosso bem como coletar animais e exemplares de nossa flora que, na visão de nossos visitantes, seriam extintos em breve.⁵ Inegavelmente, a ação de preservação dos estadunidenses era nobre. Entretanto, talvez ela encobrisse a projeção da ideia de não civilizados e incultos, país supostamente sem regras, que os visitantes faziam de nós. É importante entender o ambiente de influências que Daveron experimentou na expedição de 1931 para compreendermos suas ações posteriores diante de órgãos oficiais do Estado brasileiro.

Liderados por Alexander “Sasha” Siemel, letão de nascimento, que havia morado em Mato Grosso por quinze anos, período em que aprendeu com os nativos a caçar onças (PEZZATI, SUTTON, 2009), e pelo artista viajante russo Vladimir Pertilieff, essa foi uma clássica aventura expedicionária de homens excitados com a ideia de percorrer terras isoladas. O teor científico era dado por estudantes de pós-graduação, que tinham na figura do antropólogo Vincenzo Petrullo, da Universidade da Pensilvânia, seu consultor e principal referência. É possível entender a pesquisa de vampiros morcegos⁶ de Daveron como parte dos trabalhos científicos de sua expedição, cujas especialidades se estendiam da antropologia ao cinema. A presença do fotógrafo Floyd Crosby, envolvido em filmes premiados, rodados em locações tidas como exóticas,⁷ revela o potencial estético da equipe de filmagem (KING, 1993).

5 *New York Times* de 06 de junho de 1931, *Apud* POURSHARIATI, 2023.

6 Relatos de Daveron sobre sua viagem ao Brasil de 1931. Caixa 01, pasta 01. Núcleo de Documentação Escrita e Oral (NUDHEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

7 Participou do filme *Tabu*, de 1931, ganhador do Oscar de melhor filme do mesmo ano.

Essa expedição durou cerca de doze meses e produziu o documentário *Matto Grosso, the great Brazilian wilderness*, primeiro filme que se tem notícia a captar som em ambiente aberto.

Em 30 de julho de 1935, Daveron retornou ao Brasil para uma longa estadia, após uma breve passagem de quatro meses em nosso país em 1933, sobre a qual pouco sabemos. Dessa vez, acompanhado de Kermit Roosevelt, filho do ex-presidente Theodore Roosevelt, que participara da expedição de 1913-1914 com o Marechal Rondon, podemos imaginar um Daveron com a maturidade que os 35 anos de idade conferiam aos homens daquela época, dono de certa experiência expedicionária e novamente empolgado com a expectativa de realização de caçadas e pesquisas em Mato Grosso. Gozando da amizade de fazendeiros da região do Oeste mato-grossense, o grupo de estadunidenses pareceu confortável diante do jornalista que o entrevistou em sua chegada ao Rio de Janeiro.⁸ Pudera. Seu destino era a fazenda de Descalvados, conhecida de longa data pelos visitantes, seja por sua localização geográfica, às margens do rio Paraguai, ser uma parada quase obrigatória para reabastecimento das embarcações que vinham do Sul ou do Norte do país, seja por conta da diversidade biológica que lá existia, que propiciara coletas de espécimes em 1931. Não podemos desconsiderar a gerência texana do rancho e as conexões políticas, sociais e científicas que estar nesse local proporcionavam aos estadunidenses (HOBSON, 2014).

As atribuições iniciais de Daveron nessa oportunidade não estavam diretamente ligadas à caça ou

8 Diário de Pernambuco (PE) - de 30 de julho de 1935, p. 01. Disponível em: https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=daveron&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=15906. Acesso em: 11 jun. 2023.

a pesquisas naturalistas. Ele pesquisou as propriedades terapêuticas da erva-mate para a firma *Crosse and Blackwell*, projeto abandonado por complicações comerciais nos EUA.⁹ Acreditamos que diante da derrocada de sua empreitada com a erva-mate, Daveron tenha se dirigido para Mato Grosso e voltado suas atenções, de maneira oficiosa, para o atendimento da requisição do *United States National Museum*. Pouco antes de sua chegada ao Brasil em 1935, ainda nos EUA, ele recebera um pedido do *United States National Museum*, ligado ao *Smithsonian Institute*, por informação sobre a estrutura óssea de veados e de tamanduás-bandeiras.¹⁰ Em março de 1937, a Embaixada dos EUA enviou um ofício ao Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil¹¹ pedindo facilidades para que seu cidadão realizasse esse trabalho. Se olharmos os detalhes dessa troca de correspondência, veremos alguns pontos de tensão burocrática, na medida em que a Embaixada dos EUA diz ter:

[...] a honra de trazer ao conhecimento de Sua Excellencia que o Dr. Alexander Daveron, cidadão americano, se acha nesse paiz afim de colleccionar specimes ornithologicos e mamíferos, assim como para executar estudos scientificos em conjunto com a Fundação Rockefeller e o Instituto Oswaldo Cruz.¹²

9 Histórico de Alexander Daveron, escrito pelo próprio. Sem data. Caixa 01, pasta 13. NUDHEO-UNEMAT.

10 Carta de Gerrit S. Miller Jr. a Alexander Daveron, 25 de Junho de 1935. Caixa 01, pasta 08. NUDHEO-UNEMAT.

11 Daqui em diante CFEACB ou, simplesmente, Conselho. Criado em 1933, cuja missão era autorizar a entrada e fiscalizar as ações das expedições científicas e artísticas em solo brasileiro (TAVARES, 2012; LISBOA, 2004).

12 Memorando Secretario geral interino ao presidente do CFEACB, em 16 de março de 1937. CFE.T.2.085_do1. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_do1.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

A questão é que o CFEACB não tinha o “[...] o conhecimento oficial de que o Doctor Alexander Daveron está neste paiz, colectando especimens ornithologicos e mamíferos, bem como realizando estudos scientificos em conjucto com a Fundação Rockefeller e o Instituto Oswaldo Cruz”.¹³ Em outras palavras, se Daveron estivesse executando esse trabalho, ele o fazia de forma irregular, na medida em que havia um órgão do Estado brasileiro responsável pela liberação da entrada e fiscalização dos trabalhos de expedições dessa natureza. Ainda de acordo com o documento enviado à Embaixada dos EUA pelo CFEACB, Daveron deveria atender ao Regulamento corrente para obter a licença e realizar seu trabalho. Os artigos 9 e 10 do Regulamento mencionado especificavam a lista de informações a ser entregue por Daveron, dentre as quais destacamos o roteiro da viagem e os objetivos da expedição.¹⁴

A Embaixada dos EUA não tardou em responder ao Conselho, definindo o nome da expedição como *Daveron-Xingu Expedition*, que ia atuar nas águas do alto Paraguai bem como nos rios Xingu, Amazonas, em direção a Belém, e no Araguaia. Entre os objetivos, temos o estudo de morcegos vampiros, a coleta de fauna para o *United States National Museum* e para o Instituto Oswaldo Cruz, (IOC, para o qual Daveron também ia busca informações sobre a leishmaniose), levantamento de dados sobre a febre amarela para a

13 Memorando do presidente do CFEACB ao Secretario geral interino, em 30 de março de 1937. CFE.T.2.085_do2. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_do2.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

14 Modificações no regulamento do Conselho, incluindo os regulamentos de 1933, 1934 e 1935, além de propostas de alterações, rascunhos e recortes de jornais. CFE T.1. 01. Disponível em: http://zenith.mast.br/v_dossie_textual_x_textolist.php?showmaster=v_dossie_textual_pesq&ID_DOSSIE=2675. Acesso em: 11 jun. 2023.

Fundação Rockefeller, além de observações antropológicas que seriam feitas com grupos indígenas encontrados ao longo do caminho.¹⁵

O IOC era dirigido, à época, por Evandro Chagas, que, em 1936, chefiou a Comissão Encarregada dos Estudos da Leishmaniose Visceral Americana. Daveron, em tese, investigava quais animais silvestres poderiam servir de reservatórios primários ao vetor, buscando dados que se adequassem ao perfil epidemiológico que o IOC possuía da doença (BENCHIMOL, GUALANDI, BARRETO, PINHEIRO, 2019).¹⁶ É importante ressaltar que esse era um acordo verbal entre Daveron e os representantes do IOC,¹⁷ que desejavam relações amistosas com as instituições dos EUA que apoiavam a *Daveron-Xingu Expedition*, emprestando de maneira informal sua legitimidade ao estadunidense frente ao CFEACB.¹⁸ Esse detalhe acerca do caráter officioso da relação não fora mencionado por Daveron em seu requerimento de licença expedicionária junto ao Conselho. Aparentemente, isso não causaria problemas caso os outros apoios institucionais que ele diz ter recebido se confirmassem. Como veremos, não foi

15 Memorando do consulado dos EUA ao Itamarati, em 23 de abril de 1937. CFE.T.2.085_do3. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_do3.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

16 Memorando do Instituto Oswaldo Cruz ao CFE, em 13 de maio de 1937. CFE.T.2.085_do4. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_do4.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

17 Ofício do diretor do IOC ao diretor do CFE, em 31 de maio de 1937. CFE.T.2.085_do6. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_do6.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

18 Isso fica evidente no pedido feito pelo diretor do IOC para que o CFEACB liberasse o envio de uma onça, capturada por Daveron, aos EUA. Ofício IOC ao CFE, em 08 de junho de 1938. CFE.T.2.085_d10. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d10.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

bem isso o que ocorreu. Ainda sobre Evandro Chagas, Daveron deixou registrado que estava planejando uma expedição científica, que duraria dois anos, para o estudo da leishmaniose ao seu lado. A ideia, segundo o estadunidense, era percorrer a área amazônica a partir do rio Paraguai, passando pelo rio Guaporé e Guajará-mirim até Porto Velho, de onde iam singrar todo o rio Amazonas até chegar a Belém.¹⁹ Entretanto, Evandro Chagas faleceu em acidente de avião, em 1940, e a viagem que Daveron disse estar planejando não ocorreu.

Enquanto se reposicionava profissionalmente, documentos mostram que Daveron escreveu relatos sobre suas viagens por Mato Grosso e os submeteu a editoras estadunidenses, não conseguindo publicá-los.²⁰ O fotógrafo Roy Carlson chegou a desembarcar no Brasil em 1935 para registrar em imagens os trabalhos de Daveron, mas foi obrigado a voltar para os EUA por ter adoecido enquanto esperava a concessão da licença pelo Conselho.²¹ Daveron, então, assumiu a responsabilidade de capturar a essência imagética de suas viagens pelo Oeste brasileiro. Diferente da expedição de 1931, quando raramente o nome de Daveron aparece nos registros, nesse período, ele era não apenas o líder da equipe, mas, também, o responsável pelo trabalho científico, acumulando, ainda, a tarefa de construir e divulgar a narrativa exploratória que vivia.

19 Histórico de Daveron escrito pelo próprio. Sem data. Caixa 01, pasta 13. NUDHEO-UNEMAT. Creio que evidências sobre essa viagem poderão ser encontradas em investigações no Fundo Evandro Chagas. Disponível em: <https://basearch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-evandro-chagas>. Acesso em: 11 jun. 2023.

20 Carta de The Editorial Rooms a Ralph Wilkins, em 13 de julho de 1936. Caixa 01, pasta 02, e de Harper's Magazine a Ralph Wilkins, na mesma data e localização. Ambas em NUDHEO-UNEMAT. Os artigos que Daveron escreveu não estão em sua coleção no NUDHEO.

21 Carta de Alexander Daveron a Ascanio Faria, em 19 de dezembro de 1939. Caixa 01, pasta 05. NUDHEO-UNEMAT.

Daveron e o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil

Voltando ao comissionamento do *United States National Museum*, Daveron recebeu a licença do CFEACB para atuar como expedicionário em 7 de junho de 1937.²² De junho e setembro do mesmo ano, o Conselho recebeu pedidos de liberação das taxas alfandegárias do equipamento fotográfico importado para ser utilizado pela *Daveron-Xingu Expedition*. Com a promessa de compartilhar as fotografias que ia obter com o Museu Nacional [MN] e outras instituições brasileiras, Daveron tentava persuadir nossos órgãos estatais: “Ficarei feliz em enviar meus negativos”, argumentou o estadunidense, “ao Museu Nacional brasileiro e ao Instituto Oswaldo Cruz”,²³ tentando a liberação do pagamento de taxas de importação, como fez inúmeras vezes nos anos 1940 e 1950.²⁴

Apesar da promessa de compartilhamento e da provável liberação do pagamento das taxas ter ocorrido, Daveron não enviou material algum às instituições brasileiras.²⁵ Em junho de 1938, quando a validade

22 Permissão dada a Alexander Daveron para a *Daveron-Xingu Expedition*, em 07 de junho de 1937. CFE.T.2.085_do7. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_do7.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

23 No original: “*I shall be happy to submit my negatives to both the Brazilian Nationam [sic] Museum and to Oswaldo Cruz Institute.*” Daveron pede que seja autorizado o envio de equipamento fotográfico da Zeiss, que não é vendido no Brasil, e isentá-lo de taxas. Carta de Alexander Daveron a P. Campos (presidente do CFE), em 01 de setembro de 1937. CFE.T.2.085_do9. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_do9.pdf. Acesso em: 11 jun.

24 Não é intenção desse artigo entrar nos anos 1940 e 1950, o que será feito em uma próxima publicação.

25 Ofício IOC ao Presidente do Conselho Nacional de Caça, em 04 de julho de 1939. CFE.T.2.085_d13. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d13.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

de 12 meses de sua licença expirou, temos o registro de um contato seu com o CFEACB para solicitar permissão para o envio de uma onça aos EUA, atendido pelo órgão brasileiro ainda no mesmo mês.²⁶ Após esse contato, por onde Daveron andou e o que fez nos doze meses seguintes é um mistério. Ele não possuía autorização para atuar como expedicionário e seu paradeiro era desconhecido por nossas autoridades.²⁷ Diante da situação e da missão institucional do Conselho, ações imediatas precisavam ser tomadas.

A primeira delas foi a expedição de ordens para que os inspetores das alfândegas dos portos de Belém e Corumbá apreendessem qualquer material que Daveron tentasse despachar para fora do país.²⁸ Ao longo do sumiço de Daveron, as informações que, aos poucos, chegavam ao Conselho não eram das mais auspiciosas. Ao consultar a Divisão Sanitária Internacional que a Fundação Rockefeller mantinha no Rio de Janeiro,²⁹ Fred Soper, seu representante, disse ao CFEACB que:

26 Pedido em: Ofício IOC ao CFE, em 08 de junho de 1938. CFE.T.2.085_d10. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d10.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023. Autorização em: CFE.T.2.085_d11. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d11.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

27 Ofício IOC ao Presidente do Conselho Nacional de Caça, em 04 de julho de 1939. CFE.T.2.085_d13. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d13.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

28 Ofício do CFE à inspetoria do porto de Belém. CFE.T.2.085_d15. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d15.pdf e à inspetoria do porto de Corumbá, na mesma data. CFE.T.2.085_d16. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d16.pdf. Ambos os acessos em: 11 jun. 2023.

29 Ofício do CFE a Fred Soper, em 04 de julho de 1939. CFE.T.2.085_d14. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d14.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

[...] não tenho conhecimento algum sobre a Rockefeller-Xingú-Expedition, e, comunico-vos que essa comissão nada tem em comum com a Fundação Rockefeller. Quanto ao Dr. Daveron não recebi notificação alguma sobre a sua atuação no Smithsonian Institute de Nova-York. Ignoro por completo em que ponto do território nacional se encontra o Dr. Daveron.³⁰

Essa informação mostrava ao Conselho que Daveron não tinha suporte da Fundação Rockefeller, como a Embaixada dos EUA disse que possuía. Contudo, o mistério quanto à localização de Daveron logo ia ter fim. O Serviço de Caça e Pesca³¹ comunicou ao CFEACB, em 13 de julho de 1939, que Daveron estava na região do Xingu, em Mato Grosso, exportando animais pelo porto de Corumbá.³² Acreditamos que se a história tivesse terminado com essa notícia, a situação de Daveron já seria bem complicada, tendo em vista que estava autorizado a enviar tão e somente uma onça para os EUA. Entretanto, mais coisas ocorriam sem o conhecimento do Conselho.

Em meio a esses acontecimentos envolvendo seu nome, Daveron se apresentou ao CFEACB, no Rio de Janeiro, no dia 20 de julho de 1939 afirmando: “[...] ter tido notícia pelos jornais, de que era suspeitado de estar remetendo animais de nossa flora silvestre para

30 Ofício de Fred Soper ao CFE, em 07 de julho de 1939. CFE.T.2.085_d17. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d17.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

31 Instância decisória do Serviço de Caça e Pesca, que, por sua vez, era parte da estrutura do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura (FILHO, 2017).

32 Ofício do Serviço Nacional de Caça e Pesca ao CFE, em 13 de julho de 1939. CFE.T.2.085_d18. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d18.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

os Estados Unidos pelo porto de Belém.”³³ Por conta da afirmação categórica contida no trecho da fala de Daveron, que trataremos a seguir, preferimos apresentar o documento e deixar que o leitor tenha contato com o que o estadunidense afirmou aos representantes do Conselho nessa ocasião. Essa afirmação foi feita a um órgão da estrutura oficial do Estado brasileiro, devendo ser tomada como verídica e assim certamente ocorreu (Figura 01).

Um mês após Daveron de ter dado essas afirmações, em 19 de agosto de 1939, eis que o inspetor responsável pelo porto de Corumbá, tendo lido no *Diário Oficial* a declaração que o estadunidense deu ao CFEACB, julgou ser útil transmitir ao Conselho o “Mapa Demonstrativo do Trânsito de Animais Silvestres Vivos” das exportações que Daveron fez entre 1937 e 1939 por aquele posto. Novamente, pela mesma razão que nos levou a exibir o documento anterior, segue a imagem do documento oficial emitido pelo órgão brasileiro (Figura 02).

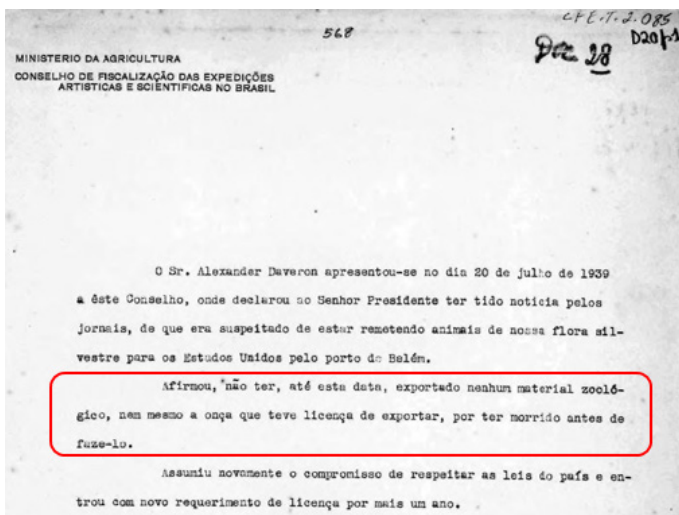
A reação do CFEACB não poderia ter sido outra. Diante das declarações que Daveron prestou, de “não ter, até esta data, exportado nenhum material zoológico”, o representante do Serviço de Caça e Pesca sugeriu ao presidente do CFEACB, em 31 de agosto de 1939, que cassasse a idoneidade de sua licença para realizar expedições científicas no nosso país.³⁴ A partir dessas evidências, compreendemos a ordem que o representante do Serviço de Caça e Pesca emitiu para se apreender

33 Documento de 20 de julho de 1939, contendo declaração de Alexander Daveron nas dependências do CFEACB. CFE.T.2.085_d20. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d20.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

34 Ofício Serviço de Caça e Pesca ao CFE, em 31 de agosto de 1939. CFE.T.2.085_d24. Disponível em: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d24.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

o equipamento de caça que Daveron possuía, assunto sobre o qual o estadunidense reclamou com a diretora do Museu Nacional, Heloisa Torres, em diferentes ocasiões,³⁵ recebendo a polida resposta de que, apesar de a cassação de sua licença prejudicar diretamente o MN, que tinha interesse nos espécimes coletados, ela acreditava que dificilmente algo poderia ser feito naquele momento para reverter a situação.³⁶

Figura 01 - Documento de 20 de julho de 1939, contendo declaração de Alexander Daveron nas dependências do CFEACB. CFE.T.2.085_d20.



Fonte: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d20.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

Não satisfeito em reclamar com a responsável pelo MN, Daveron escreveu uma longa carta a Ascanio Faria,

35 Telegramas de Alexander Daveron a Heloisa Torres (diretora do Museu Nacional), em 17, 19 e 28 de dezembro de 1939. Caixa 01, pasta 01. NUDHEO-UNEMAT.

36 Carta de Heloisa Torres a Alexander Daveron, em 24 de janeiro de 1940. Caixa 01, pasta 01. NUDHEO-UNEMAT.

diretor do Serviço de Caça e Pesca (NOMURA, 1990), na qual tenta justificar seus atos e solicita ações para a renovação de sua licença junto ao CFEACB. Nesse documento, Daveron parece se contradizer dizendo que:

Figura 02 - Ofício do diretor do Serviço de Caça e Pesca ao diretor do CFEACB (Mapa elaborado por Paulo Freire Ferreira do Posto de Fiscalização do Serviço de Caça e Pesca do Estado do Mato Grosso/Corumbá). CFE.T.2.085_d23.

CÓPIA E.V.V. 590 CFE.T.2.085 Doc 32

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DA PRODUÇÃO ANIMAL
SERVIÇO DE CAÇA E PESCA
Posto de Fiscalização do Estado de Mato Grosso.

M A P A demonstrativo do TRANSITO DE ANIMAIS SILVESTRES VIVOS durante 1937, 1938 e de Janeiro a Maio de 1939.

P O R T O D E C O R U M B Á

M A T O G R O S S O

Ano	Espécies	Qde.	Meio de trans- porte.	Procedencia	Destino
1937	N Ã O		H O U V E		
1938	Cotia	1	-----	Corumbá	Rio de Janeiro.
	Canario da terra.....	7	-----	Corumbá	Campo Grande
	Galo do Mato	1	-----	Corumbá	Rio de Janeiro.
	Jaboti	1	-----	Corumbá	Rio de Janeiro.

Fonte: http://zenith.mast.br/MAST_DOC/TEXTUAL/CFE.T.2.085/CFE.T.2.085_d23.pdf. Acesso em: 12 jun. 2023.

Eu nunca, pessoalmente, exportei do Brasil desde que recebi minha licença, nem uma única pele, osso ou qualquer outra parte de um animal ou inseto. Eu apenas tentei fornecer ao Museu Nacional dos Estados Unidos materiais que eles especificamente me pediram para obter, e até agora, eu não enviei absolutamente nada.³⁷

³⁷ Carta de Alexander Daveron a Ascanio Faria, em 19 de dezembro de 1939. Caixa 01, pasta 05. NUDHEO-UNEMAT. No original: *I have never, myself, exported from Brazil since I was first*

O que temos são documentos oficiais que mostram a exportação de inúmeros animais silvestres por Daveron a partir do porto de Corumbá, somados, por um lado, à sua declaração, feita nas instalações do CFEACB, de que nada havia exportado e, por outro, a sua carta a Ascanio Faria, na qual afirma nunca ter enviado animal algum aos EUA, tendo apenas tentado atender ao pedido feito pelo *United States National Museum*. Daveron ignora essa contradição aparente em sua carta a Faria e tergiversa culpando a burocracia brasileira e os supostos gastos excessivos para se manter enquanto esperava a licença que lhe foi concedida em meados de 1937. Sobre esse período, ele deixou registrado que: “Por dois longos anos, fui obrigado a viver de forma miserável, realizando trabalhos manuais pesados que deveriam ser feitos por ‘trabalhadores comuns’.”³⁸ Essa afirmação é, no mínimo, estranha, tendo em vista que Daveron é de família com boas condições financeiras e possuía várias propriedades nos EUA, como o mesmo afirma.³⁹

De toda forma, em maio de 1940, Daveron conseguiu outra licença do CFEACB para atuar como naturalista, coletando material zoológico.⁴⁰ Não demorou muito para que ele enviasse ao MN duas araras e

granted a license, a single skin, bone, or any other part of an animal or insect. I have only attempted to furnish to the United States National Museum material that specifically asked me to obtain and to date, I have sent them exactly nothing.

38 Carta de Alexander Daveron a Ascanio Faria, em 19 de dezembro de 1939. Caixa 01, pasta 05. NUDHEO-UNEMAT. No original: “[...] for two long years, I was obliged to live very miserably indeed, doing hard manual work that should have been done by day laborers.”

39 Documento preparado por Alexander Daveron relatando suas experiências no Brasil. Sem data. Caixa 01, pasta 10. NUDHEO-UNEMAT.

40 Permissão dada a Alexander Daveron para a coleta de material zoológico com o fim de fazer pesquisas científicas, em 13 de maio de 1940. Caixa 01, pasta 03. NUDHEO-UNEMAT.

seiscentas borboletas,⁴¹ aparentemente, tentando se redimir de comportamento inadequado demonstrado nos anos anteriores.

Daveron *pantaneiro* e perguntas ainda sem respostas

Como vimos, a capitania de Matto-Grosso estava na rota de expedições naturalistas desde o século XVIII. Se as tomarmos em comparação com a expedição de Daveron de 1937, veremos que o que havia de fundamentalmente diferente era a existência de um Estado brasileiro regulador. Tomadas as devidas proporções, a expedição de Daveron se enquadra na linha da viagem de Alexandre Rodrigues, no século XVIII, e da conduzida por Langsdorff, no século XIX.

Ao analisarmos os anos 1930 como um todo, fica evidente que uma das características de Daveron é sua versatilidade profissional. Ele atuou como médico, pesquisador de erva-mate, naturalista comissionado por instituições de pesquisa e escritor em potencial com suposta habilidade fotográfica. Essas informações nos permitem dizer que Daveron se reinventava profissionalmente de acordo com demandas ligadas a *estar em viagem pelo interior do Brasil*. Como a centralidade das atividades de Daveron estava no seu conhecimento das matas e rios mato-grossenses, é possível dizer que ele, aos poucos, *se transformava em pantaneiro*, aprendendo as habilidades que os nativos possuíam acerca da geografia do espaço, da caça, do conhecimento do clima e da navegação nos rios.

O reconhecimento de sua *identidade pantaneira* por seus pares veio com o comissionamento do

41 Certificado de inspeção sanitária animal, em 05 de dezembro de 1940. Caixa 01, pasta 08. NUDHEO-UNEMAT.

Zoológico de Nova York para a captura de determinadas espécimes, na medida em que, até onde sabemos, essa foi a primeira vez que Daveron recebeu diretamente um pedido dessa natureza. O fato de a Embaixada dos EUA ter mobilizado a Fundação Rockefeller, sem que essa soubesse, para legitimar o *status* de expedicionário de Daveron junto ao CFEACB, parece ter sido uma estratégia para arregimentar aliados institucionais, tendo em vista que o apoio do IOC, de maneira informal, se confirmou. O simbolismo científico que o nome da Fundação Rockefeller possuía, na avaliação de Daveron e da Embaixada dos EUA, valia o risco de ser pego repassando informação imprecisa a órgãos oficiais do Estado brasileiro.

Algo que escapa da nossa compreensão é o fato de Daveron não ter enviado parte do material que coletou às instituições brasileiras após ter firmado acordo para tal. Lembramos que Kermit Roosevelt, que acompanhava Daveron em seu desembarque no Brasil de 1935, era o vice-presidente da *New York Zoological Society*, entre 1937 e 1939, mesmo período em que o CFEACB não tinha notícias de Daveron e ele realizou exportações de animais para os EUA. As declarações contidas nos documentos por nós apresentados não deixam dúvidas sobre as ações de Daveron na região em 1938 e 1939. Sua insistência em tentar se justificar aos diretores do Museu Nacional e do Serviço de Caça e Pesca só complicou sua situação. O fato é que enquanto havia uma ampla variedade de espécimes na lista de animais silvestres exportados para os EUA, por Daveron em 1937 e 1938, o mesmo não se pode dizer sobre o que ele enviou ao Museu Nacional em 1940. A razão dessas ações, por ora, permanecerá em aberto.

Por fim, tal como Alexandre Rodrigues e Langsdorff, Daveron ainda foi pouco estudado por nossa historiografia. Esperamos que essa situação mude nos próximos anos, tendo em vista que, *ao se tornar pantaneiro*, Daveron, mais do que os outros dois expedicionários famosos que por aqui passaram, nos permite olhar para a história e memória de Mato Grosso, que o acolheu em vida e o eternizou na Cidade de Cáceres, com sua sepultura integrada à margem do Rio Paraguai.

Referências Bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime Larry; GUALANDI, Frederico da Costa; BARRETO, Danielle Cristina dos Santos; PINHEIRO, Luciana de Araujo. Leishmanioses: sua configuração histórica no Brasil com ênfase na doença visceral nos anos 1930 a 1960. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 2, p. 611-626, maio-ago. 2019.

BIGIO, Elias dos Santos. *Cândido Rondon*. A Integração Nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRASIL, J. F. D. *Expedições de conquista ibérica e tentativas de submeter os povos indígenas do Pantanal ao domínio europeu no século XVI*. *Tellus*, 19, 2019, p. 159-175.

COSTA, M. de F. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 993-1014, 2001.

DIACON, Todd. *Stringing together a nation: Cândido Mariano da Silva Rondon and the construction of a modern Brazil, 1906-1930*. Durham and London: Duke University Press, 2004.

FIGUEIRÔA, S. F. de M. Algumas considerações sobre a obra. In: SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). Os Diários de Langsdorff. *Associação Internacional de Estudos Langsdorff*. Rio de Janeiro, Vol. 1, 1997, p. XXXVII-XXXIX.

FIGUEIRÔA, S. F. de M., SILVA, C. P. da e PATACA, E. M. Aspectos mineralógicos das Viagens Filosóficas pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, vol. 11(3): 713-29, set.-dez. 2004.

FILHO, Alcides Goulart. *Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: as políticas públicas voltadas às atividades pesqueiras no Brasil*. Planejamento e Políticas Públicas, n. 49, jul./dez. 2017.

FLORENCE, Francisco. *Langsdorff: amnésia e transtorno mental*. 2020. Disponível em: <https://ihf19.org.br/pt-br/ensaios-e-reflexoes/langsdorff-amnesia-e-transtorno-mental>, 4. Acesso em: 11 jun. 2023.

HOBSON, Eric H. Por que Descalvados? Expedições no Mato Grosso entre as guerras. *Colóquio "Expedição Mato Grosso 1931"*, organizado pelo Núcleo de Documentação Escrita e Oral (NUDHEO) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em outubro de 2014. Disponível em: <https://diariodecaceres.com.br/noticia/9845/-Expedicao-Mato-Grosso-1931-mostra-a-chegada-de-Daveron-a-Caceres>. Acesso em: 11 jun. 2023.

KING, Eleanor. Fieldwork in Brazil. Petruccio's visit to the Yawalapiti. *Expedition*, Vol. 35, N. 03, 1993. Disponível em: <https://www.penn.museum/>

documents/publications/expedition/PDFs/35-3/
Fieldwork.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

KOMISSAROV, Boris. Langsdorff: com o Brasil para sempre. In: *Centro Cultura do Banco do Brasil*. Expedição Langsdorff. p. 19, 2010.

LISBOA, Araci Gomes. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: ciência, patrimônio e controle*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: Educ/Fapesp, 1998

NOMURA, Histoshi. Necrológio: Ascânio de Faria (1903-1987). *Revista Brasileira de Zoologia*, 7 (4), 1990.

PEZZATI, Alessandro; SUTTON, Darien. The Present Meets the Past. Edith and Sasha Siemel. *Expedition*, volume 51, number 3, 2009. Disponível em: <https://www.penn.museum/documents/publications/expedition/PDFs/51-3/from%20the%20archives.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2023.

POURSHARIATI, Kate. *A history of an expedition to Mato Grosso Brazil and Matto Grosso, the Great Brazilian Wilderness (1931)*. Disponível em: <https://www.penn.museum/sites/mattogrosso/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

RATTES, Cecília Luttembarck Oliveira Lima. Em busca das onças: as fotografias do jaguar sul-americano no relato de viagem de Theodore Roosevelt.

História, Ciências, Saúde-Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 28, supl., dez. 2021, p. 221-234.

SÁ, Dominichi Miranda de; SÁ, Magali Romero; LIMA, Nísia Trindade. Telégrafos e inventário do território no Brasil: as atividades científicas da Comissão Rondon (1907-1915). *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 779-810, jul.-set. 2008.

SILVA, Danuzio Gil Bernardino da (Org.). *Os Diários de Langsdorff*. Associação Internacional de Estudos Langsdorff. Rio de Janeiro, 3 vol. 1997.

TAVARES, Heráclio Duarte. Planos e negociações para observar o céu: a “National Geographic-Bureau eclipse expedition” e o eclipse total do Sol de 1947 no Brasil. *Revista de História*, 4, 1 2012, p. 159-178.

VILA MARIA DO PARAGUAI, OS BORORO E OS PEREIRA LEITE: UMA HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA FRONTEIRA OESTE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Reinaldo Norberto da Silva¹

A nossa trama se passa na Fronteira Oeste do Brasil Império. Eis que apresentamos Vila Maria do Paraguai, fundada em 6 de outubro de 1778, como estratégia da política da Coroa Metropolitana portuguesa na ocupação e defesa da fronteira Oeste da Colônia. Apesar de na ata de fundação estar designada com a categoria de “Vila”, estabeleceu-se apenas como “freguesia”². Somente em 1859, por lei provincial, foi elevada a “Vila”, e em 1874 a município, mudando o nome para “São Luiz de Cáceres”. E, finalmente, no ano de 1938, passou a se chamar apenas Cáceres. É nesse cenário que buscamos a visualização da construção institucional e local desse espaço como fronteira que “separa”, ou melhor, que transforma ou tenta transformar os sujeitos dessa espacialidade em brasileiros e bolivianos, utilizando para esse fim, tática de agenciamento de trabalhadores de origem indígena.

O ano era 1827, quando um grupo de viajantes da Expedição Langsdorff estava sentado na sala de almoço do espaçoso sobrado da Jacobina, fazenda situada na estrada que liga Vila Maria à Cuiabá, ouviram o estalar das cornetas que anunciava a chegada de um grupo de índios Bororo, que se posicionou em frente ao grande pátio.

1 Reinaldo Norberto da Silva é Mestre em História pela UFMT. Agente Universitário Unemat. E-mail: reinaldonorberto@unemat.br

2 CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. *O Governo Local na fronteira Oeste do Brasil: A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)*. Dissertação. UFMT: 2006

Estes estavam pintados com urucum, e apenas um vestia camisa e calça de pano, aparentemente, já usados. O cacique Bororo se denominava tenente-coronel João Pereira Leite, o mesmo nome do padrinho e anfitrião da comitiva. Os índios tinham sido convidados pelo fazendeiro para fazer uma apresentação das suas danças aos viajantes. A apresentação não escondia a falsa alegria dos trágicos acontecimentos de um passado recente, alguns índios ainda traziam no corpo as marcas do conflito, a exemplo de uma velha índia que tinha à mostra, no braço esquerdo, a marca de uma bala que, segundo os relatos, foi disparada por gente do Tenente-Coronel João Pereira Leite, proprietário da fazenda Jacobina, na guerra promovida contra o grupo. Tratava-se de uma bandeira empreendida com permissão do rei D. João VI, que matou mais de 450 Bororo e fez 50 prisioneiros, muitos agora empregados no trabalho da fazenda, principalmente no manejo do gado. Ficando outros como esse grupo, nas proximidades da fazenda. E, desde então, periodicamente estes índios apareciam na sede da referida fazenda em busca de víveres e aguardente. Nessas visitas era comum ficarem alguns deles, principalmente mulheres e crianças, que podiam ser empregados na lida do gado e nos afazeres em geral³. Estes relatos fazem parte das narrativas do viajante Hercules Florence, eternizado no texto *Esboço da Viagem feita pelo Sr. De Langsdorff no interior do Brasil, desde Setembro de 1825 até março de 1829*, traduzido por Alfredo D'Escragnolle Taunay⁴.

3 Passagem extraída do relatório de viagem de Hercule Florence, que narrou esse episódio em 4 de setembro do ano de 1827 (FLORENCE, Hercules. *Esboço da Viagem feita pelo Sr. De Langsdorff no interior do Brasil, desde Setembro de 1825 até março de 1829*. Tradução Alfredo D'Escragnolle Taunay. IN: Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXXVIII. Primeira Parte, 1875. Pág. 241.

4 Idem.

Esse grupo indígena classificado, ordenado e enunciado pela ponta da pena do viajante Hercules Florence, vivia entre a margem direita do Rio Jauru e a margem direita do Rio Paraguai, sendo denominados de *Bororo da Campanha*. No início do século XIX foram “pacificados” e aldeados após conflito que, segundo o viajante Karl von den Steinen, teve seis anos de duração⁵.

Um destino não menos trágico iria ter outro grupo pertencente também à família Bororo, os chamados *Bororo Cabeçais*, porém estes ocupavam o território entre o lado esquerdo do rio Jaurú e direito do rio Cabaçal. Em 1838, José Antonio Pimenta Bueno, em seu relatório enquanto Presidente de Província, destacou que os índios *Bororo Cabeçais*, desde os primeiros tempos da província, vinham causando grandes estragos tanto aos moradores vizinhos ao Rio Jauru, quanto aos viajantes que partiam da Vila Maria para a cidade de Mato Grosso⁶. Anunciava ainda mais uma correria:

Em maio último começaram a reproduzir suas hostilidades, cometendo roubos, não só nas plantações, como nas próprias casas dos agricultores, e por último além de terem já morto um escravo, assassinarão o negociante Joaquim Pereira de Sousa Leite, junto ao ribeirão das Pitas e ameaçando novas barbaridades obrigaram quase todos aqueles agricultores a refugiarem-se em Villa Maria⁷.

Ainda, segundo o mesmo presidente da Província, mediante os roubos e assassinatos constantes, e

5 STEINEN, Karl von den. *Entre os Borôros*. Tradução de Basilio de Magalhães. IN: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo LXXVIII. Parte II. 1915. Pág. 392.

6 Discurso recitado pelo Exm. Presidente da Provincia de Matto-grosso, José Antonio Pimenta Bueno na Abertura da Primeira Sessão da Segunda Legislatura da Assembléia, em o dia 1º de março de 1838. Pág. 10.

7 Ibidem, p. 11.

atendendo à aclamação dos agricultores moradores desse local, mandou formar uma bandeira composta de 110 (cento e dez) homens⁸.

Oswaldo Machado Filho, baseando-se nos relatos das autoridades da Província de Mato Grosso, afirma que as “correrias” indígenas quase sempre resultavam em mortes e ferimentos, atingindo principalmente, pequenos sitiantes, roceiros, camponeses, freguesias e vilas indefesas, mas quando se tratava de senhores abastados, estes poderiam ter ao seu dispor exércitos particulares de jagunços e camaradas, formados em grande parte por desertores e criminosos⁹. Assim, tais ações das autoridades provinciais estão relacionadas à proteção de uma população, logo, para o mesmo autor:

Certamente, tais bandeiras e expedições voltadas para dizimar e afugentar os índios e devolver certa tranqüilidade à população, apesar de uma ineficácia insistentemente comprovada, atendia a um objetivo nem de longo desprezível – mapear o território¹⁰.

A bandeira, segundo o relatório do citado presidente de província, teve a missão de penetrar a mata em busca da aldeia daquele grupo, mas, quando localizaram a aldeia não encontraram mais os índios na localidade acima referida. Somente depois de alguns dias na mata é que localizaram os Cabaçais, que ofereceram resistência, tendo a bandeira que guerrear. Segundo o delegado de Villa Maria, o resultado desse confronto foi o seguinte: de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) índios mortos e feridos, 28 (vinte e oito) prisioneiros divididos em 4 (quatro) adultos e 24 (vinte e quatro) crianças e, da bandeira, a perda de uma praça.

8 Ibidem, p. 11.

9 Oswaldo Machado Filho.

10 Ibidem.

Há que ressaltar que os prisioneiros foram levados para a vila e distribuídos entre as pessoas de “boa índole” daquele local¹¹. Neste ponto, é importante dizer que essa prática teve como objetivo “civilizar” os indígenas através da sua separação do grupo, considerando que as crianças eram mais fáceis de se adaptar aos costumes “civilizados”. Diante disto, é elucidativa a fala de Pimenta Bueno em seu relatório de Presidente de Província, assim diz:

Parece que todas as províncias resumem-se na fortuna de achar homens zelosos, que se appliquem com interesse dirigido ao trabalho de dar-lhe aquelle grão de civilisação necessário para que elles se deprendão da vida selvagem, cumprindo desde então separal-os para que percão no todo os costumes bárbaros, que juntos nunca deixão, e sobre tudo **aproveitar os filhos, que com facilidade recebem nossos hábitos**¹².(grifo nosso).

Em 1845, os *Bororo Cabaçais* vão ocupar novamente as páginas do relatório do presidente de província. Contudo, eles agora não são notícia pelas suas correrias, mas pela sua “pacificação”. O relatório comunica que se encontram aldeados e “domesticados” no porto do Jauru, dando esse crédito ao cônego José da Silva Fraga¹³, que os convenceu a se fixar naquele ponto.

Diante das controvérsias das palavras, eis que surge outra versão para os acontecimentos que desencadearam o aldeamento dos *Bororo Cabaçais*. O engenheiro

11 Ibidem.

12 Discurso Recitado pelo exm. Presidente da Província de Matto Grosso, José Antonio Pimenta Boeno na Abertura da Terceira sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em o dia 1º de Março de 1837, pp. 19-20.

13 Discurso Recitado Pelo Exmº. Presidente da Província de Matto Grosso Ricardo José Gomes Jardim, na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de Março de 1845, p. 28.

e explorador Rodolfo Waehnetdt, que em 1860 circulou pelos campos de Villa Maria mapeando as potencialidades minerais da região, nos ofereceu outra visão não tão harmonioso como apresentado acima, a saber:

Esta tribu foi há pouco tempo ainda muito numerosa, até que um d'elles matou um fazendeiro que alli passava, e a conseqüência d'este assassinato foi que a mãe do infeliz mandára matar a maior parte d'elles, os outros renderam-se e o pequeno resto foi occupar Caeté, perto do Jaurú, em caminho geral de Villa Maria a Mato Grosso (WAEHNETDT, 1864, p.226).

O explorador ainda completa: “Foi me tido que o fazendeiro ao perceber os índios fez-lhes fogo, o que talvez fosse causa que estes, sentindo-se feridos, tratassem de sua defesa, e por isso assassinassem o seu inimigo” (WAEHNETDT, 1864, p.226).

Entretanto o explorador estabeleceu um silenciamento na acusação. Desconfiamos que o silêncio foi empregado como forma de não se contradizer, pois, nas páginas anteriores de seu relatório, ele tece grandes elogios a um determinado fazendeiro, que nos parece ser irmão do infeliz defunto, como sendo um dos poucos indivíduos industriais de Villa Maria. Logo, não seria oportuno dizer que ele, juntamente com a sua mãe, foi capaz de ordenar tamanho genocídio.

Mas, afinal, quem era o fazendeiro assassinado que o viajante não quis revelar? Talvez essa resposta fosse encontrada cruzando as duas versões dos documentos, pois o que um revela, o outro silencia e vice-versa. Desta arte, o tal fazendeiro assassinado é o negociante morto na primeira versão, Joaquim Pereira de Sousa Leite, e ao consultarmos o laudatório trabalho de

José de Mesquita sobre a origem das ditas “importantes” famílias mato-grossense, encontramos algo que interliga as versões. Do modo seguinte, Mesquita assim escreve:

Joaquim Pereira de Sousa Leite

De um assentamento particular de João Pereira Leite, transcrevo o tópico inicial referente ao seu primogênito: “Nasceu o meu primeiro filho Joaquim P. de Souza Leite no dia 6 do mez de junho de 1814, foi baptisado nesta Capella (S. Antonio da Jacobina) pelo Rev. Pe. Joaquim José da Silva, seu Tio no dia 14 de julho forão Padrinhos o Exo. João Carlos Augusto de Oeynhausien e sua avó D. Anna Maria da Silva foi também chrismado.

Joaquim Pereira de Souza Leite faleceu sem descendência (MESQUITA, 1992, p.125).

Este personagem encaixa perfeitamente com as nossas conjecturas. Era filho do Coronel João Pereira Leite, o mesmo que promoveu a “pacificação” dos *Bororo da Campanha*, mas já falecido por estes tempos¹⁴. E ainda, Joaquim Pereira deveria ter na época do acontecido 24 (vinte e quatro) anos de idade e a sua mãe, segundo próprio Mesquita, administrava com mãos de ferro a Fazenda Jacobina¹⁵. Logo, o viajante insinua nas entrelinhas do seu texto que os proprietários dessa Fazenda foram os verdadeiros responsáveis pela mortandade dos *Bororo Cabaçais* e a consequente rendição do restante, que foram aldeados.

14 Segundo José Mesquita, o fazendeiro faleceu em 1833. Ibidem, pág. 127.

15 A título de informação, neste ponto Mesquita levanta uma suspeita sobre quem realmente administrava a Fazenda Jacobina. Para ele, a administração dos negócios da Família cabia à matriarca Maria Josepha de Jesus Leite, e só depois teve a ajuda do segundo filho João Carlos Pereira Leite.

Se foi vingança particular ou se foi a pedido de pequenos agricultores da região que margeia o Rio Jauru, não nos importa neste momento. Destarte, apenas procuramos conjecturar que tanto essa bandeira quanto a promovida contra os *Bororo da Campanha* garantiram, por um lado, o avanço da fronteira e, por outro lado, a expansão das posses de alguns fazendeiros para a margem direita do Rio Paraguai, assim como, o agenciamento de camaradas, vaqueiros, roceiros etc., para serem empregados nas nascentes fazendas de gado e na extração da poaia, atividade que se desenvolveu justamente nos anos posteriores ao aldeamento dos *Bororo Cabaçais*¹⁶.

Dito isto, a região mais próxima da fronteira, entre a margem direita do rio Jaurú e a margem direita do Rio Paraguai, até onde foi estabelecida a linha divisória com a Bolívia, floresceu a formação das grandes fazendas de criação de gado *vaccum*. Enquanto, em região anteriormente ocupada pelos *Bororo Cabaçais* vai se desenvolver a atividade comercial de extração da poaia que, na segunda metade do século XIX, encontrava boa aceitação no mercado exportador.

Joaquim Ferreira Moutinho, na década de 1860, em suas “*Notícias sobre a Província de Mato Grosso*”, não deixou de descrever a atividade de extração da poaia, mesmo porque o seu trabalho historiográfico/

16 Nessa perspectiva, Para Lisandra Zago (2005, p. 43) “Houve muitos conflitos com os fazendeiros que tomaram posse de campos situados à margem direita do Rio Paraguai, principalmente com o comandante militar do distrito e membro de uma das suas principais famílias, João Carlos Pereira Leite, dono da fazenda Jacobina. As guerras contra os Bororo Ocidentais na década de 1820, mataram muitos índios e os fizeram, submetidos a trabalhar ao seu mando”. Acreditamos que seja muito mais complexa essa relação de agenciamento de indígenas para o trabalho nas fazendas, não é algo de simples captura e escravização, mas um processo de agenciamento, de convencimento, de adestramento.

propagandista pretendia ser direcionado para os homens empreendedores que ambicionassem realizar investimentos na Província, e a poaia era um bom investimento no período, como ele próprio diz:

A ipecacuanha é presentemente o único ramo de exportação da província, além da diminuta quantidade de couros. Deixa ella na actualidade um excellente lucro (MOUTINHO, 1869, p. 41).

A poaia ou ipecacuanha crescia nas cabeceiras dos rios Guaporé e Paraguai, mas a sua maior concentração e onde se colhia a maior parte dela era entre os rios Sepotuba, Cabaçal e Jaurú, região conhecida por *Mattas da Poaia* (FONSECA, 1880, p. 151). Este era um pequeno arbusto que crescia, geralmente, em grande quantidade concentrados em moitas. Assim, segundo Moutinho, o extrator na hora na colheita arrancava com a mão esquerda uma porção do pequeno arbusto e com a outra mão cavava a terra com um *saracó*a pontudo, feito de madeira até que as raízes se soltassem (MOUTINHO, 1869, p. 151). Logo, o melhor período para sua extração era no período das águas, quando o solo estava úmido e mais macio. De acordo com Divino Marcos de Sena, a poaia “era usada com viés medicinal, as suas raízes contêm um poderoso estimulante vomitivo e tratamento de infecções intestinais e das vias respiratórias” (SENA, 2010, p. 109).

Ademais, o controle dos *Bororo da Campanha* e o aldeamento dos *Bororo Cabaçais*¹⁷ eram estratégico para as autoridades da província. Situados na fronteira, forçavam a ocupação de um território em litígio

¹⁷ Os Bororo Cabaçais foram submetidos a um projeto oficial de aldeamento em 1845. Já os Bororo da Campanha, não encontramos nas fontes a indicação se foram ou não submetido a essa prática.

entre o Império Brasileiro e a República da Bolívia. De tal modo, logo que anunciam o aldeamento dos *Bororo Cabaçais*, as autoridades da província ressaltaram a importância da sua localização:

Este aldeamento deve continuar a merecer-vos particular atenção, pois que além de outros motivos de geral interesse, pode por sua posição ser mui útil sob o ponto de vista defensivo¹⁸.

Aliás, essa estratégia não é tão nova na região. A administração portuguesa já havia utilizado desse recurso ao criar as Fazendas Nacionais da Caissara e de Casalvasco, que tinham a dupla função: forjar a ocupação da área da fronteira com indígenas proveniente de reduções jesuíticas da América Espanhola; e de protegê-la, pois também eram postos militares.

Diante do exposto, o Major João Carlos Pereira Leite cumpria com os interesses do Império, visto que essa área passou a ser objeto de questionamento. Assim, pelo tratado de Santo Ildefonso, a fronteira entre o Império Português e o Império Espanhol tinha como marcos o leito do Rio Paraguai e o do Rio Jauru. Todavia, houve questionamento a esse tratado, como afirma Joaquim José de Oliveira, em seu relatório de presidente de Província, que:

Até uma época bem recente entenderam alguns presidentes desta província, e mesmo alguns membros do ministério, que as questões de limites entre o Império do Brasil e a república de Bolívia deviam ser reguladas pelo tratado preliminar de limites entre Portugal e Hespanha, celebrado em Santo Ildefonso

18 Discurso Recitado Pelo Exm^o. Presidente da Província de Matto Grosso Ricardo José Gomes Jardim, na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 1^o de Março de 1845, p. 28.

no 1º de outubro de 1777, não obstante ter caducado o mesmo tratado pela guerra que a Portugal declarou a Hespanha em 1801, visto ser princípio corrente que a guerra entre os estados importa a rescisão dos tratados anteriores¹⁹.

Perante esse questionamento, segundo o mesmo relatório de presidente de província, a República da Bolívia promoveu um projeto de ocupação da região, fundando, em 1846, o Villa del Marco do Jauru, e a Colonia Del Tremedal, ações que não prosperaram. Pelo lado brasileiro, se baseando no conceito de *uti possidetis*²⁰, em que a posse era assegurada pela efetiva ocupação, foi instalada na antiga colônia do Tremedal, o destacamento da Grande Corixa e foi distribuída sesmarias beneficiando principalmente a família proprietária da Fazenda Jacobina. No referido relatório trazia os motivos do emprego desse conceito:

O presidente da republica de Bolivia, na mensagem apresentada á convenção nacional installada em Sucre em 23 de abril de 1843, declarou que um tratado de limites entre o Brasil e Bolivia só podia ter por base o uti possidetis depois da existencia politica da republica Boliviana, e nunca o tratado de 1777. Ora, tendo Bolivia sacudido o jugo dos hespanhoes pela batalha de Ayacucho em 10 de dezembro de 1824, e declarado a sua independência em 6 de agosto de 1825, e datando de épocas anteriores as possessões do Brasil nas fronteiras desta província, entendo que o principio para servir de regra, nas questões de limites, entre o império do Brasil e a

19 Relatório do Presidente de Província de Matto Grosso, o Major Joaquim José de Oliveira apresentado ao seu sucessor, o Excelentíssimo Presidente das Armas da mesma Província o Coronel João José da Costa Pimentel. 1850, p. 4.

20 Ibidem, p. 5.

republica de Bolivia, deve ser o principio solememente emittido pelo presidente desta republica, isto é, o UTI possidetis depois da existência política das duas nações”

Sob o aspecto militar, nos estudos de Newman di Carlo Caldeira, que analisando as relações internacionais do Império brasileiro com a República boliviana pelo prisma da fuga internacional de escravos de 1825 à 1867, apresenta esse espaço sendo ocupado ora por tropas brasileiras, ora por tropas bolivianas em uma disputa de ações efetivas, movimentações militares, e também de rumores, informações desconstruídas. Assim, ainda segundo o mesmo autor, no decorrer de 1848, um incidente quase provocou declaração formal de guerra da República da Bolívia, devido a invasão da região do Tremedal ou Corixa Grande por tropas da província de Mato Grosso. E ainda, a tal invasão foi motivada pela informação de que a República boliviana organizava uma força militar para invadir a região, mas, posteriormente, tal informação foi declarada equivocada, porém as autoridades da província não recuaram as suas posições, ocupando definitivamente a região e estabelecendo um destacamento na Corixa Grande (CALDEIRA, 2007, p. 119).

Já quanto ao processo de ocupação dessas terras, Domingos Sávio da Cunha Garcia, em sua pesquisa sobre a ocupação belga na Fronteira Oeste, que aconteceu após a morte do Major João Carlos Pereira Leite, na década de 1880, explica que o mesmo tomou posse de um conjunto de sesmarias, sendo a mais importante a denominada de “fazenda do Cambará, que centralizava a criação de gado na parte da antiga Jacobina. No início da década de 60 do século XIX, já havia mais de 20 mil cabeças de gado na fazenda do Cambará” (GARCIA, 2009, p. 87).

Nesse mesmo sentido, o viajante Rodolfo Waehnetdt destaca, na sua passagem por esse local, que os terrenos abaixo do Jauru até acima da aldeia dos *Bororo*, pertenciam ao Major João Carlos Pereira Leite, possuindo além da quantidade aproximada de gado vacum já citado, apenas 500 (quinhentas) cabeças de gado cavalari e mular, em virtude da peste da Epizootia²¹, que reduziu drasticamente os seus números na província (WAEHNETDT, 1864, p. 213).

No meio dessas manobras e discussões sobre a posse do território pelos dois Estados, estavam vários grupos indígenas que povoavam esse espaço, estabelecendo relações culturais e sociais entre si, como por exemplo, os *Bororo da Campanha* que foram divididos pela fronteira, ficando uma família localizada em terras bolivianas e outra em terras brasileiras. Deste modo, os *Bororo da Campanha* são assim descritos por um relatório de Presidente de Província:

Uma habita entre os bolivianos que estão estabelecidos nas Salinas, e outra em frente do Escalvado, á margem direita do Paraguay. Os Bororós são pacíficos. Plantão e colhem o milho e mandioca. O que lhe sobra vendem ou permutão com fazendas, ferramentas e aguardente. Crião porcos e galinhas. Fazem redes de algodão e tecido. Alguns já percebem e até fallão o idioma nacional. Procurão as povoações, coadjuvão os viajantes e (cousa notável) mais de uma vez tem apprehendido e conduzido aos pontos em que existem destacamentos militares, desertores e

²¹ Doença que atingiu os rebanhos cavalari e mular na província de Mato Grosso e que segundo CAMARGO (2010, p. 106) “Um aspecto observado entre os anos 1850 e 1880 foi o pequeno número de cavalos, explicado como reflexo da epizootia conhecida como *peste de cadeira ou Trypanosomiasse equina* que assolou os equinos em 1850 e causou grandes danos à economia pastoril”

escravos que se evadião para a Bolívia. A família dos Bororós está já bastante resumida. Cauçula-se conter 150 a 200 pessoas²².

Nesse sentido, o viajante Rodolfo Waehnetdt nos oferece uma descrição de duas aldeias dos *Bororo da Campanha*, uma no território de frente ao Escalvados²³ e outra na frente do destacamento da Corixa, considerado pelas autoridades da província já como território boliviano²⁴. Segundo o nosso explorador, a primeira aldeia está assim descrita:

N'estes montículos perto do Paraguay achase uma aldeia de índios bororós de 140 almas, que por causa do seu isolamento poucas relações têm com a gente civilizada, e por isso se conservam no seu estado primitivo (WAEHNETDT, 1864, p. 213).

Um ponto importante apresentado no relato de Rodolfo Waehnetdt, é a do fato desses Bororo estarem desenvolvendo trabalhos nas fazendas da região, que nas palavras do explorador:

Os homens trabalham pouco; a caça, a pesca e as festas lhes tomam todo o tempo: contudo encontrei índios que serviam de vaqueiros nas fazendas mediante um salário de 3\$ a 5\$ por mez, quando muito, e, no entanto, estavam satisfeitos (WAEHNETDT, 1864, p. 219).

22 Relatório Apresentado á Assembléa Legislativa da Província de Matto-Grosso no dia 4 de Outubro de 1872, pelo Presidente da mesma Província o Exm. Sr. Tenente-Coronel Dr. Francisco José Cardoso Junior, p. 141.

23 Para Domingo Savio da Cunha Garcia, Escalvado era uma região alta na margem direta do rio Paraguai, que progressivamente foi alterando o nome para Descalvado (passado provavelmente de “do Escalvado” para “D’Escalvado”, e depois apenas Descalvados), conforme a ocupação do Major João Carlos Pereira Leite, como mais uma de suas sesmarias de criação de gado. GARCIA: 2009, p. 87.

24 Adolfo Waehnetdt passou pelo local em 1860 e o tratado de limite só foi celebrado em 1867.

E ainda, já vinham prestando serviços nas fazendas do inteligente, e abastado fazendeiro o Sr. Capitão João Carlos Pereira Leite (WAEHNETDT, 1864, p. 206).

A outra aldeia estava situada em território boliviano, denominada de aldeia de San Mathias, que segundo o Rodolfo Waehnetdt era composta por 1 (um) corregedor, 8 (oito) famílias bolivianas e 80 (oitenta) índio Bororo, que além da língua materna, alguns falavam o português e possuíam laços de parentesco com a aldeia localizada em Descalvados.

Quanto ao último grupo, os Bororo Cabaçais, segundo o Rodolfo Waehnetdt, já, tinham sido submetidos a uma tentativa de aldeamento²⁵ mas, não em regime conveniente, pois: “em verdade, já se experimentou de estabelecer ali os pobres restos dos bororós cabaçal, porém ninguém se importou mais com eles; deixando ali somente um ou dois soldados” (WAEHNETDT, 1864, p. 226). Em outras palavras, os soldados quase sempre analfabetos eram os verdadeiros professores, responsáveis por toda a pedagogia civilizatória.

Somente em 1867 que o Império Brasileiro celebrava um acordo com a República da Bolívia, o chamado Tratado de La Paz de Ayacucho, que estabelecia a amizade entre as duas Nações e regulava os limites, a navegação, o comércio e a extradição de criminosos, desertores e escravos. Ficava fixada a linha divisória entre as duas nações e as bases diplomáticas para repatriação daqueles que viam a fronteira como possibilidade de fuga, principalmente, de escravos fugidos.

A fronteira ficou assim definida:

²⁵ Ver primeiro capítulo.

A fronteira entre o Império do Brasil e a República de Bolívia partirá do rio Paraguai na latitude de 20 graus, 10 minutos, onde deságua a baía Negra; seguirá pelo meio desta até ao seu fundo e daí em linha reta á lagoa de Cáceres, cortando-a pelo seu meio; irá daqui à lagoa Mandioré e a cortará pelo seu meio, bem como as lagoas Gaíba e Uberaba, em tantas retas quantas forem necessárias, de modo que fiquem do lado do Brasil as terras altas das Pedras de Amolar e da Insua. Do extremo norte da lagoa Uberaba irá em linha reta ao extremo da Corixa-Grande, salvando as povoações brasileiras e bolivianas que ficarão respectivamente do lado do Brasil ou da Bolívia; do extremo sul da Corixa-Grande irá em linha reta ao Morro da Boa-Vista e aos Quatro Irmãos; deste, também em linha reta, até as nascentes do rio Verde baixará por este rio até a sua confluência com o Guaporé e pelo meio deste e do Mamoré até ao Beni, onde principia o rio Madeira.²⁶

Diante dos acontecimentos, a ocupação iniciada por João Pereira Leite principalmente após os aldeamentos dos *Bororo da Campanha* e *Cabaçais*, resultou em dois claros desdobramento. Primeiro, a população indígena daquela localidade foi sendo incorporada como camaradas, vaqueiros e roceiros das fazendas e integraram a atividade de extração de poaia, ou seja, utilizaram desse meio para agenciamento de indivíduos para o trabalho nas fazendas. E, em segundo lugar, foi a partir dessa ação que posteriormente o segundo filho do então fazendeiro, o major João Carlos Pereira Leite, consolidou o domínio das terras família para o lado direito do rio Paraguai, mesmo sendo pelos tratados de até então, terras bolivianas.

²⁶ Relatório do presidente da província de Mato-Grosso, o chefe de esquadra barão de Melgaço, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869.

Por fim, percebe-se que esse movimento foi fundamental para se forjar a ocupação e posse do território em litígio entre os dois Estados. A princípio, utilizando os aldeamentos como ponto de avanço dos domínios da Província de Mato Grosso e, posteriormente, ocupando a área efetivamente, militarmente, e principalmente, com indivíduos de origens indígenas representados como “brasileiros”.

Referências Bibliográficas e Fontes

CALDEIRA, Newman di Carlo. *Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do Império do Brasil com a República da Bolívia (1825-1867)*. Dissertação: Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ/IFCS, 2007.

CAMARGO, Isabel Camilo de. *O sertão de Santana de Paranaíba: Um perfil da sociedade pastoril – escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História) UFGD: 2010.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. *O Governo Local na fronteira Oeste do Brasil: A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)*. Dissertação. UFMT: 2006

Discurso Recitado pelo exm. Presidente da Província de Matto-Grosso, José Antonio Pimenta Boeno na Abertura da Terceira sessão ordinária da Assembléia Legislativa Provincial, em o dia 1º de Março de 1837.

DISCURSO recitado pelo Exm. Presidente da Provincia de Matto-grosso, José Antonio Pimenta Boeno na Abertura da Primeira Sessão da Segunda Legislatura da Assembléia, em o dia 1º de março de 1838.

DISCURSO Recitado Pelo Exm^o. Presidente da Província de Matto Grosso Ricardo José Gomes Jardim, na Abertura da Sessão Ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 1^o de Março de 1845.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. *Territórios e negócios na “Era dos Impérios”*: os Belgas na fronteira Oeste da Brasil. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009.

FLORENCE, Hercules. *Esboço da Viagem feita pelo Sr. De Langsdorff no interior do Brasil, desde Setembro de 1825 até março de 1829*. Tradução Alfredo D’Escragnolle Taunay. In: Revista trimestral do Instituto Histórico Geográfico e Ethnographico do Brasil. Tomo XXXVIII. Primeira Parte, 1875.

FONSECA, João Fonseca da. *Viagem ao Redor do Brasil 1875-1878*. V. 1. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C. 1880, p. 151.

MACHADO FILHO, Oswaldo. “Cartografia de vidas infames: nomadismo e biopolítica na Província de Mato Grosso”.. In: Ernesto Cerveira de Sena; Cláudio Pereira Elmir; Oswaldo Machado Filho. (Org.). “Política e Identidades em região de fronteira (séculos XIX e XX)”. Cuiabá: EdUFMT, 2012, v. 1, p. 42-89.

MESQUITA, José. *Genealogia Matogrossense*. São Paulo: Resenha Tributária, 1992.

MOUTINHO, Joaquim Ferreira. *Notícia sobre a Província de Mato Grosso*. São Paulo: Henrique Shroeder, 1869.

RELATÓRIO do Presidente de Província de Matto Grosso, o Major Joaquim José de Oliveira apresentado ao seu sucessor, o Excellentrissimo Presidente das Armas da mesma Província o Coronel João José da Costa Pimentel. 1850.

RELATÓRIO Apresentado á Assembléa Legislativa da Província de Matto-Grosso no dia 4 de Outubro de 1872, pelo Presidente da mesma Província o Exm. Sr. Tenente-Coronel Dr. Francisco José Cardoso Junior.

SENA, Divino Marcos de. Camaradas: Livres e pobres em MatoGrosso (1808-1850). Dissertação (Mestrado em História). UFGD: 2010, p. 109.

STEINEN, Karl von den. *Entre os Borôros*. Tradução de Basilio de Magalhães. In: Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro. Tomo LXXVIII. Parte II. 1915.

WAEHNETDT, Rodolfo. *Exploração da Província de Mato Grosso*. In: Revista Trimensal do Instituto Historico Geographico e Ethnographico do Bazil. Tomo XXVII. Parte Primeira. 1864.

ZAGO, Lisandra. *Etnoistória Bororo: contatos, alianças e conflitos (SÉCULO XVIII E XIX)*. Dissertação. UFMS: 2005.

É PRECISO TER RAZÃO! ALGUMAS REPRESENTAÇÕES SOBRE O PERIÓDICO A RAZÃO DE CÁCERES-MT

Rodrigo dos Santos¹

Conforme os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), o município de Cáceres possui uma população estimada em 95.339 habitantes e está localizado no estado de Mato Grosso, com 24.495,510 km² de extensão. Em um município com mais de duzentos anos, é preciso ter razão! Uma razão que não é um atestado de verdade, finalista, até porque não acreditamos, como historiadores e historiadoras, que somos, em uma verdade definitiva ou absoluta, que confirma uma imposição, mas por verdades, marcadas pelas interpretações, representações e problematizações das fontes que um passado resolveu salvaguardar. Um dessas, de um órgão noticioso do Partido Republicano de Mato Grosso, o jornal *A Razão*, que circulava por todas as localidades do município de Cáceres-MT, e em algumas partes do Estado e do país.

Posto isto, o capítulo, que é uma pesquisa em andamento, versa sobre as representações do periódico *A Razão*, fundado em 1917 e extinto em 1954, oriundo do município de Cáceres-MT. Uma das justificativas por sua escolha é a longa duração, sendo um dos mais duradouros da região, mais de trinta anos, e a vinculação de assuntos locais, nacionais e internacionais nas suas páginas estampam publicações próprias ou reproduzidas de outros jornais. Nesse sentido, o objetivo principal do

¹ Rodrigo dos Santos é Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente do curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres-MT. E-mail: s.rodriigo@unemat.br

texto é discutir as representações sobre ele e seus personagens, a partir de si e de outros, (re) apresentando-o a sociedade cacerense, por meio de sua materialidade, e reconstruindo sua trajetória em conexão com outros veículos da imprensa periódica.

Para atingir essa finalidade, pauta-se em uma metodologia dos Estudos Culturais, pensando a cultura, enquanto plural, circular e múltipla, especialmente concretizada nas práticas, as relações cotidianas dos sujeitos que estão na ordem do dia,² e dialogando com pesquisadores provenientes da área da História da Imprensa. Utiliza-se de fontes da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional³, que estão disponibilizadas em formato público para pesquisadores e curiosos das narrativas históricas.

Primeiras aproximações do periódico *A Razão de Cáceres*-MT

A imprensa periódica, no que hoje chamamos de Cáceres-MT, inicialmente Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres, surgiu no final do século XIX, com suas produções de duração efêmera⁴. No século XX, o destino foi quase o mesmo, com raras exceções, como

2 Os Estudos Culturais (EC) é uma área de investigação que agrega as Ciências Humanas e Sociais. Ela pensa a cultura de forma crítica, de forma plural, circular e nas práticas cotidianas (ORTIZ, 2004; JOHNSON; ESCOSTEGUY; SCHULMAN, 1999; PESAMENTO, 2008). A análise do periódico pauta-se nas discussões de Luca (2014) e o conceito de representação é oriundo de Chartier (1990) e Hall (2016).

3 A Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional reuni acervo de periódicos de diversos períodos e de variadas localidades e está disponível no endereço: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>

4 Entre os jornais efêmeros que foram encontrados com suas respectivas datas de publicação: *O progresso* (1878/1879), *O Atalaia* (1888), *A Cidade de Cáceres* (1892), *O Argos* (1912/1918), *O Comércio* (1917), *O Combate* (1918), *A Rua* (1928), *A Fronteira*, *A Sentinela do Oeste*, *O Pioneiro*, os últimos sem data precisa (MENDES; MENDES, 2021; ARRUDA, 2002).

A *Razão*, objeto de nosso estudo. É com esses aspectos que os jornais cacerenses surgiram como interlocutores de grupos políticos locais ligados a partidos estaduais e nacionais, com suas disputas político-partidárias representadas em suas páginas. No periódico *A Razão*, a relação direta era com o Partido Republicano.

O jornal *A Razão*, inicialmente se caracterizava com o subtítulo: Órgão do Partido Republicano de Matto-Grosso, começou suas atividades precisamente em 17 de maio de 1917⁵, tinha edições semanais, aos sábados, até 1939 e decenais (10, 20 e 30 do mês), ou quinzenais até sua extinção, em 1954. Além do que, a sua criação não foi uma construção individualizada, mas fomentada por uma associação de redatores ligados à política partidária, sujeitos que não apenas diagramavam, mas também escreviam nele. Isso era comum na imprensa periódica brasileira do início e meados do século XX, ocasião em que, geralmente, os candidatos aos cargos públicos figuravam como autores de matérias e também nas colunas sociais, demarcando viagens, nascimentos, casamentos, óbitos e mudanças das localidades (SANTOS, 2015).

Entre os personagens d'A *Razão* estavam os considerados ilustres pela sociedade cacerense, como Alfredo Corrêa Pacheco, Hildebrando Esteves, Demétrio Pereira, João Vidal, Eduardo Malhado, entre outros (*A Razão*, 1942 *apud* MENDES; MENDES, 2021)⁶. Eles eram representativos de alguns setores

5 Há divergências sobre a data de criação do periódico *A Razão* e dos demais. Sobre *A Razão*, Mendes e Mendes (2021) afirmam que iniciou seus trabalhos em 1921, Silva (2017) aponta o ano de 1924 e Arruda (2002) em 1917. Realizou-se a regressão da data do seu vigésimo quinto aniversário, informado pelo *O Estado de Mato Grosso* e *A Cruz*, para precisar a data de 1917.

6 A lista completa com todos os nomes foi publicada na edição do periódico *A Razão* de 16 de maio de 1917 (MENDES, 1992, p. 124).

desta sociedade, como políticos, médicos, advogados e professores: “Estes [redatores/editores e colonistas] escreviam com grande elegância, buscando quase sempre incluir em seus comentários palavras de origem latina” (ARRUDA, 2002, p. 16).

A *Razão* esteticamente foi produzida em preto e branco, com aproximadamente quatro páginas, estruturado em formato de tabloide e três ou quatro colunas, dependendo da edição e com as medidas 27, 5cm x 39,5 cm. Apresentava propaganda, principalmente próximo ao seu fim, em 1954, com imagens que representavam os produtos das casas comerciais: remédios, animais e ferramentas mecânicas. Inicialmente, sua editoração e reprodução foi realizada na Rua do “Alégre” e, posteriormente, passou a ser denominada Marquês de Pinedo, Rua João Pessoa; e a mudança à 13 de Junho, onde o periódico findou seus trabalhos⁷. Isso era marcado em quase todas as edições nos cabeçalhos da primeira página, junto aos nomes de redator e seu *slogan*.

O custo do periódico *A Razão* foi encontrado em edições disponibilizadas nos anos de 1923 e 1944. Em 1923, a assinatura custava 12\$000, semestral 6\$000 e o número avulso: \$200 Réis (*A RAZÃO*, 22/09/1923, p. 4). Já em 1944, o seu número do dia custava 0,40 de Cr\$, o atrasado era mais caro: Cr\$ 0,60⁸ e sua assinatura realizada apenas anualmente por Cr\$ 20,00

⁷ As ruas que tinham designações populares com o passar dos anos foram se modificando em todo o país, inclusive em São Luiz de Cáceres para ajustar-se ao processo de modernização (BERMAN, 2007). A Rua do “Alégre”, passou a ser denominada, em 30 de novembro de 1927, de Marquês de Pinedo, posteriormente Rua João Pessoa. Já a Rua 13 de Junho, homenagem a retomada de Corumbá (MS) na Guerra do Paraguai, era a antiga Rua Direita e Rua D’Albuquerque, a primeira enunciada em relação à posição da Igreja Matriz e a segunda em relação ao fundador da cidade (MENDES, 2009; REIS; KARIM, 2018).

⁸ A *Razão* não vendia números atrasados apenas na década de 1940.

(*A RAZÃO*, 20/10/1944, p. 4). Os valores são representativos de uma sociedade considerada pobre da fronteira entre Brasil e Bolívia, e que a maioria de seus moradores era analfabeta, sendo suas edições destinadas a um público restrito, o que podia consumir e interpretar as letras.

A Razão possuía algumas características comuns de jornais interioranos. Uma delas é que suas matérias, em alguns casos, eram vinculadas em outros periódicos do Estado, ou ainda, ele próprio passava a ser notícia na capital. Isso é evidente na matéria sob o título “*A Razão*”, em que o cuiabano *O Estado de Mato Grosso* utiliza parte de uma coluna na sua segunda página para homenagear periódico interiorano. Acompanha-se um trecho dela: “Temos sobre a mesa o prestigioso órgão cacerense ‘*A Razão*’, edição comemorativa do 25º. Aniversário do seu aparecimento na bela cidade de Cáceres” (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, 11/06/1942, p. 2)⁹. Infelizmente não se teve a mesma sorte do *O Estado de Mato Grosso* e não foi possível o acesso a essa edição comemorativa, apesar disso, pela menção é perceptivo que havia um intercâmbio de informações entre eles, uma imprensa parceira, até com correspondentes dos municípios do interior de Mato Grosso.

Apesar de ser criado por uma associação anônima do Partido Republicano de Cáceres-MT, o periódico *A Razão* se cristalizou na memória pelos seus fundadores: Hildebrando Esteves e Demétrio da Costa Pereira, políticos locais da sociedade. Isso é significativo nas felicitações do seu vigésimo quinto aniversário, noticiadas pelo cuiabano *A Cruz* (31/05/1942, p. 2):

⁹ Na menção dos periódicos se optou pela grafia original dos periódicos, por isso há divergências na língua portuguesa utilizada na atualidade.

Registramos com o maior júbilo, a passagem do 25º, aniversário do jornal *A Razão* que se edita na vizinha cidade de Cáceres [MT], ocorrido aos 17 dias do mês andante. Fundado por Hildebrando Esteves e Demétrio da Costa Pereira, encontra-se hoje sob a orientação do [médico] Dr. Leopoldo Ambrósio Filho, a quem apresentamos nossos cordiais cumprimentos de par com os melhores votos por que *A Razão* prossiga no seu labôr, para maior glória da imprensa de nossa terra.

O trecho remete a três personagens das narrativas cacerenses, dois dos fundadores d'*A Razão*: Hildebrando Esteves e Demétrio da Costa Pereira, e um diretor: Leopoldo Ambrósio Filho. Para compreender a sua historicidade e como foi sua trajetória é preciso acompanhar algumas matérias sobre eles. A partir delas, mesmo que parcialmente, responde-se: quem são esses indivíduos? O que eles desenvolviam na sociedade cacerense e mato-grossense? Quem eram esses interlocutores de partidos políticos?

Hildebrando Esteves foi militar e político mato-grossense, sobre ele encontrou-se a seguinte matéria no jornal *O Mato-Grosso* (23/03/1919, p. 2): “Parte esta manhã a cidade de S. Luiz de Cáceres, de onde tomará passagem com sua Exm^a Família para a villa de Porto Murtinho, o prestigioso político, Tenente Coronel Hildebrando Augusto Esteves”. Na matéria em questão, é observado que Hildebrando Esteves é Tenente e iria assumir o cargo de “Collector das rendas estadoaes” em São Luiz de Cáceres. Em 1926, ele atuou como “Collector Federal” (*A RAZÃO*, 08/05/1926, p. 4).

Em 1933, Hildebrando e sua família foram morar na capital, Cuiabá, conforme menção da Revista *A Violeta* (30/04/1933, p. 9): “Para esta cidade [Cuiabá], onde pretende fixar residência, veio, de S. Luiz de Cáceres,

o Coronel Hildebrando Esteves, acompanhado de sua exma. Família. A [Revista] Violeta visita-os com prazer, desejando-lhes a mais agradável permanência entre nós”. O referido periódico noticiou nos anos seguintes o seu aniversário.

O aniversário de Hildebrando Esteves também foi noticiado pela *A Cruz* (20/02/1944, p. 2): “Festejou o seu natalício, no dia 14 do fluente [mês de fevereiro de 1944], nosso estimado amigo e assinante Sr. Hildebrando Esteves alto funcionário da Delegacia do Imposto sobre a renda desta Capital. Nossos cumprimentos com os melhores votos de felicidade *d’A Cruz!*”. O periódico aponta que ele era cristão¹⁰, assinante do seu jornal e morava na Capital do Estado.

Hildebrando Esteves foi casado com Maria Josepha Pereira Esteves e tiveram alguns filhos, Dentre eles, encontraram-se informações sobre Dimas Alexandrino Esteves, que faleceu precocemente, com quatorze anos, no município de São Luiz de Cáceres. Observa-se o que o periódico *A Cruz* (22/08/1926) notícia seu falecimento:

Ao Sr. Hildebrando Esteves nosso velho e fiel amigo, a Ex^m S^a D^a Maria Josepha Pereira Esteves, pai e mãe do jovem e caríssimo Dimas, as nossas mais sinceras condolencias pela dor immensa que lhes causara perda de um tal filho [...]

Rumo a Matto Grosso! Quantas belas almas lá nos aguardam!

¹⁰ Hildebrando Esteves tinha uma relação muito próxima com a religião católica, ele foi mencionado como festeiro, um dos responsáveis pela festa, da Catedral Nossa Senhora das Dores em duas oportunidades. A primeira em 1942, relativo ao ano seguinte: “São festeiros de Nossa Senhora das Dores para o ano de 1942, os Exmos. Snrs. José Duarte de Figueiredo e Hildebrando Esteves, e as Exmas. Senhoras D. Isabel de Matos e D. Rita Pimenta Ribeiro” (*A Cruz*, 20/04/1941, p. 2). A segunda em 1953: “Festeiros para 1953- Provedores- Sr. Dr. Fernando Corrêa da Costa, Des. Palmiro Pimenta, Sr. Gonçalo Antunes de Barros, Sr. Hildebrando Esteves, Sr. Severiano Benedito de Almeida” (*A Cruz*, 06/01/1952, p.2).

Dimas Alexandrino Esteves ficou conhecido pela sociedade cacerense, mesmo que não canonizado pela igreja católica, como um santo. O que motiva, ainda hoje, peregrinações em seu túmulo, localizado no cemitério São João Batista de Cáceres-MT¹¹. Os pedidos ao santo de cemitério estão relacionados a passar em concursos, provas e vestibulares. Ele, que nasceu em 1912, foi proclamado o primeiro de sua turma na aprovação ao Ginásio, com menção honrosa, antes do falecimento de tétano, em 1925.

Em 1947, Hildebrando Esteves mudou-se para Corumbá, município que hoje pertence ao estado de Mato Grosso do Sul:

Despedida - HILDEBRANDO ESTEVES, senhora e filhos, viajarão hoje para Corumbá, apresentam suas despedidas aos parentes e pessoas de suas relações de amizade, oferecendo-lhes seus préstimos naquela cidade, à Rua Cuiabá, 1288. Cuiabá, 8 de janeiro de 1947 (*A Cruz*, 12/01/1947, p. 2).

Outras informações sobre ele, além dessas, não foram encontradas nos periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital, pretende-se, na continuidade da pesquisa, buscar novas menções dos representantes do periódico *A Razão* no Arquivo físico do município de Cáceres-MT, acompanhando as trajetórias.

Outro personagem do periódico *A Razão* foi Demétrio da Costa Pereira¹². Ele exerceu as funções de professor, redator e diretor do referido jornal até 1939, período em que deixou de ser semanal e se tornou

11 O cemitério São João Batista está localizado na Avenida Sete de Setembro em Cáceres-MT.

12 Atualmente, há no município de Cáceres-MT a Escola Estadual Prof. Demétrio Costa Pereira no Bairro Cidade Alta, nomeada pelo decreto nº2 de 3 de janeiro de 1980.

decenal e, posteriormente quinzenal. A matéria de capa da edição da *A Razão* (23/09/1939, p.1) foi dedicada à sua memória, em homenagem póstuma: “Esse órgão que ha de 22 annos vem publicando [...] acabou de perder o seu incansavel e competente proprietário – director e o mais antigo redactor, Professor Demétrio Costa Pereira”. Ele faleceu com idade avançada, mas decorrente de doença não mencionada pelo periódico, em 13 de setembro de 1939.

Os cargos de Demétrio da Costa Pereira também são demarcados nesta matéria fúnebre: “[...] desempenhou nesta cidade os cargos de vereador em várias legislaturas, suplente de Juiz de Direito, Promotor de Justiça e Juiz de Paz e finalmente desempenhou por alguns annos, o cargo de Director do Grupo Escolar ‘Esperidião Marques’ [...] (A RAZÃO, 23/09/1939, p.1). Nas duas páginas seguintes, das quatro, é apontada a data da missa de sétimo dia de seu falecimento e diversas homenagens de seus ex-alunos, “À beira de sua sepultura, usaram da palavra, três de seus ex-alunos: Dis. Gabriel de Arruda, Luiz Marques Ambrósio e Ambrósio Filho” (A RAZÃO, 23/09/1939, p.1). Nesta edição, reserva-se apenas a última página para os demais eventos da semana como a ocupação da Polônia durante a Segunda Grande Guerra (1939-1945).

A morte de Pereira repercutiu na imprensa mato-grossense, sendo vinculada em jornais do interior e da capital. Ela foi noticiada na coluna *Notas Sociais* do jornal *O Estado de Mato Grosso* (17/09/1939, p. 6): “[...] faleceu a 15 do corrente na cidade de Cáceres, o conhecido advogado Demétrio da Costa Pereira, muito estimado naquela cidade”.

O seu falecimento também foi mencionado pelo periódico *A Cruz* (17/09/1939, p. 3):

Demétrio da Costa Pereira – Notícias particulares de Caceres trouxeram-nos ao conhecimento haver falecido, a 15 andante, naquela cidade oestina, o velho professor e jornalista Demetrio da Costa Pereira.

Demetrio exerceu, por longos anos, o magisterio e foi Director da nossa conceitunda collega 'A Razão', até ao seu falecimento, devendo-lhe inestimaveis serviços a imprensa cacerense.

Registando, com pesar, o desaparecimento do antigo Inctador, 'A Cruz' apresenta suas condolencias aos seus parentes e, de modo especial, ao nobre órgão da imprensa que teve no Prof. Demetrio, durante muito tempo, o seu dedicado dirigente.

A mesma matéria do *A Cruz* foi reproduzida um mês depois na capa do periódico *A Razão* (07/10/1939). É perceptível que diante da magnitude do fato, ainda em dezembro se comentava sobre a morte. Na edição de 2 de dezembro de 1939, *A Razão* (02/10/1939, p. 1):

Mais uma homenagem- Do Sr. Alvaro Rodrigues diretor da 'A vez de Murtinho' [periódico], recebemos a carta que abaixo publicamos, agradecendo mais essa homenagem prestada ao saudoso mestre. [...]

Ainda sobre a impressão da noticia do falecimento do Sr. Demetrio Costa Pereira, cumpro o dever de enviar-vos duas linhas portadoras do meu pezar e da minha saudade.

Durante a minha estadia nêssa hospitaleira cidade, tive a ventura de conhecer o venerando educador e emérito jornalista, e guardo ainda a lembrança da sua palavra discreta, dos seus consêlhos comedidos, da sua serena compreensão do papel da imprensa, do respeito que a sua presença impunha e sobretudo, da sua modéstia imensa.

A matéria em questão divide a primeira página com informações dos dois meses da Segunda Guerra Mundial, enfatizando que a Grã-Bretanha e a França estão apreendendo as exportações alemãs e como ofensivas eles colocaram minas flutuantes. Ainda há a expectativa do final do conflito, rápido e sem muitas perdas para ambos os lados durante a guerra. Já a matéria em pauta demonstra como o redator era amado por todos, não apenas do município, mas de outras regiões de Mato Grosso.

Após a morte do professor Demétrio Costa Pereira, assumiu a direção do jornal *A Razão* o médico Leopoldo Ambrósio Filho, também conhecido por Dr. Nito, como afirma o periódico *O Estado de Mato Grosso* (07/03/1940, p. 1): “Assumi a direção do periódico local ‘A Razão’, o distinto médico, nosso presado confrade Dr. Leopoldo Ambrosio Filho”. O nome da matéria é sugestiva: “*O Estado em Cáceres*”. Ela menciona que os dois jornais eram do mesmo partido político, sendo companheiros, levando as palavras do Partido Republicano de Mato Grosso.

Leopoldo Ambrósio Filho nasceu em Cáceres-MT, aos 4 de janeiro de 1899, e se formou em medicina no Rio de Janeiro. Assim, como Demétrio Costa Pereira, foi diretor do Grupo Escolar Esperidião Marques (MENDES; MENDES, 2021) e, diferente do primeiro, décimo segundo intendente de São Luiz de Cáceres, entre 1927 e 1929, sendo responsável pela construção do Cais do Porto, denominado “Mario Corrêa”, e pelo prédio do governo municipal (MENDES, 2009).

Há algumas propagandas no periódico *A Razão* sobre seus atendimentos nos anos de 1920: “Dr. L. Ambrosio Filho: Médico – Atende a chamados a qualquer hora” (*A RAZÃO*, 22/05/1926), e agradecimentos:

“Vimos por meio da imprensa, agradecer de todo coração, ao illustre Doutor Leopoldo Ambrosio Filho, pelos carinhos e interesses com que tratou do nosso saudoso esposo [...] durante a sua enfermidade e pela consideração que nos despendeu [...]” (*A RAZÃO*, 08/06/1935, p. 4).

Em 1935, antes de assumir a direção n’*A Razão*, Ambrósio Filho foi nomeado Delegado de Higiene de São Luiz Cáceres: “Por circular datada de 28 do p.p, o Sr. Dr. Leopoldo Ambrósio Filho se dignou de nos comunicar que, por Acto n.º 148, de 30 de Março do corrente anno, da Interventoria Federal, foi nomeado Delegado de Hygiene deste Municipio [...]” (*A RAZÃO*, 01/06/1935, p. 2). Em 1945 ele foi demitido do cargo, o que mobilizou alguns protestos no periódico: “funcionario antigo e cumpridor dos deveres do seu cargo, acaba de ser demitido o Snr. Dr. L. Ambrosio Filho, medico chefe do Posto de Higiene desta cidade [...]” (*A RAZÃO*, 30/05/1945, p. 3).

Outro personagem de *A Razão* foi Nilo Ferreira Mendes. Inicialmente tipógrafo, ele adquiriu o periódico nos anos de 1940:

A Razão honra a cidade em que circula, como outr’era ‘O Atalaia’, de Mariano Ramos. A sua existência acham-se também ligados dois nomes, que não podem ser esquecidos – Hildebrando Esteves, a vontade creadora de seu aparecimento, e Nilo Ferreira Mendes, agora proprietário das oficinas, remodeladas por sua capacidade técnica. (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, 11/06/1942, p. 2).

O periódico, além de destacar a compra de Mendes d’ *A Razão*, enfatiza de forma nostálgica, que ele segue os mesmos caminhos de *O Atalaia*, um dos primeiros jornais cacerense, um semanário distribuído

aos domingos, entre os anos 1887 e 1889, fundado por Mariano Ramos.

Além do que, *O Atalaia* (13/03/1887, p. 4) apresenta um dos últimos anúncios de venda de pessoas escravizadas em São Luiz de Cáceres:

Vende-se uma escrava de nome Benedicta, de 14 annos de idade, solteira, perfeita lavadeira, engomadeira, cosinheira, excelente doceira, sem vicio algum, ultimamente matriculada na collectoria desta cidade, pelo preço da lei, que é 675\$000 conforme se pode facilmente verificar na matricula.

É também nesse periódico que outra edição fez um levantamento da quantidade de pessoas escravizadas no município em 1887:

Ora, o nº. attingido dos matriculados neste município foi de 305 escravos, esto é, o numero apenas de ordem, porque durante o correr do anno se libertaram diversos, morreram alguns: estão ahi comprehendidos os fugidos e os de todas as idades de ambos os sexos.

Actualmente, porem, existem em Caceres 285, porque 10 estão fugidos, 9 se libertaram e 1 morreo.

Destes, somente 152 são homens e 133 mulheres.

Dos 152 homens tira-se ainda 46 que pertencem ao serviço domestico, e, por conseguinte, não figurados no numero dos trabalhadores.

Accresce ainda que 21 d'elles são maiores de 50 annos, e, portanto, não contados como aptos para o serviço activo. (O ATALAIA, 10/07/1887, p. 2).

O foco do texto não é problematizar a escravidão em São Luiz de Cáceres, que possuía mais de três centenas de pessoas escravizadas e abrigou na sua região

o Quilombo do Quariterê¹³. Apesar disso, é relevante demarcar os registros de um passado, a partir das inferências demonstradas na representação do periódico *A Razão*, como a menção ao periódico *O Atalaia*, considerado um dos pioneiros da localidade.

Na edição de 11 de julho de 1936 de *A Razão* encontrou-se uma mensagem sobre Nilo Ferreira Mendes referindo-se ao casamento de sua filha: “[...] foi contractado o casamento do Sr. Sebastião Fanaia com a gentil Srt^a Miguelina Ferreira Mendes, filha dilecta do Sr. Nilo Ferreira Mendes, dedicado Gerente desta folha” (*A RAZÃO*, 11/07/1936, p. 3). Ele, que a partir dos anos de 1940 começa a ser grafado na capa do periódico como editor proprietário.

Nilo Ferreira Mendes faleceu em Campo Grande, hoje Mato Grosso do Sul, em 19 de maio de 1953:

A lei inexorável da fatalidade veio arrancar de entre nós, na madrugada de 19 deste mês, aquela criatura boníssima, aquele amigo leal, dos seus e de todos, aquele trabalhador, que era um exemplo vivo de constância, que se chamava Nilo Ferreira Mendes. [...]

Há 36 anos, no dia 17 de maio de 1917, quando, um grupo de políticos idealistas fez surgir o primeiro número deste jornal, Nilo Ferreira Mendes, levado pelas mãos do saudoso mestre Demétrio Costa Pereira, foi também o seu primeiro tipógrafo e, pela sua invejável capacidade de trabalho, pela sedução que o ofício exercia sobre o seu espírito, nunca mais daqui se afastou, subindo de degrau em degrau, até ser o proprietário do *A Razão*, jornal que não era somente uma das folhas da imprensa

13 O Quilombo do Quariterê ou Piolho resistiu até 1770, abrigando, entre negros e indígenas, mais de cem pessoas e se localizava na fronteira do Brasil com a Bolívia, sendo o maior do Mato Grosso. Em 1994 a sua líder Tereza de Benguela foi homenageada em um samba enredo da Viradouro (Rio de Janeiro) com o título: “Tereza de Benguela: Uma Rainha Negra no Pantanal”.

mato-grossense, era mais ainda, era o prolongamento da sua própria pessoa (A Razão, 30/05/1953 apud MENDES, 1992, p. 127).

A personalidade n'A *Razão* foi mencionada na matéria. O falecimento de Nilo Ferreira Mendes, que estavam no quadro de funcionários desde a sua fundação, abalou as estruturas. As dificuldades foram tantas que no ano seguinte o jornal foi extinto. Ele era considerado uma extensão do seu editor e proprietário.

O periódico *A Razão* participava de diversos acontecimentos do município, inclusive dos considerados culturais, como a promoção de um concurso de frases, organizado pelo editor Nilo Ferreira Mendes com apoio da Prefeitura Municipal:

Realiza-se o concurso de frases sobre o recenseamento na Prefeitura Municipal, por uma comissão de que faziam parte o Prefeito Sr. João Evaristo Curvo, Dr. Gabriel Pinto de Arruda, Cap. Taltibio de Araujo, Sr. João Campos Widal e Dr. Luiz Marques Ambrósio. O Concurso foi inspirado pelo Diretor do jornal *A Razão*.

Obteve o 1º lugar a frase de D. Stella Rodrigues Ambrósio:

'Brasil! Grande Pátria, grande Terra! Quantos, porém, labutam pela sua grandeza? Só o Serviço de Recenseamento no-lo dirá. Auxiliai-o, pois'.

O 2º lugar coube à frase da senhorita Hilda Dia:

'O Brasil vai mostrar ao estrangeiro e aos seus próprios filhos, através dos resultados censitários, o que ele de fato já é como nação organizada e progressista'.

Foi classificada em 3º lugar a frase de Frei Jerónimo:

'O conhecimento de si mesmo era o princípio da sabedoria antiga. O censo fornecerá os dados para o Brasil se conhecer a si mesmo:

número, força, riqueza, as suas esperanças, a fé no próprio destino’.

E concluí o jornal *A Razão* de 20-4-1940, de onde tiramos esta notícia:

‘Terminaram-se assim os trabalhos deste original concurso que foi uma bela demonstração de patriotismo da nossa gente que acompanha sempre com muito interesse e civismo tudo quanto se relaciona intimamente com os grandes e vitais problemas deste Brasil querido’. (MENDES, 1992, p. 101).

A premiação do concurso de frases foi realizada cinco dias depois, aos 24 de abril de 1940, juntamente com a instalação do serviço de recenseamento local. A primeira colocada foi à professora Stella Rodrigues Ambrósio, que recebeu cinquenta mil-réis e doou as obras de caridade do município.

Outro elemento relevante da imprensa periódica em São Luiz de Cáceres foi a rivalidade político-partidária nos anos de 1920, entre *A Razão* e *O Combate*¹⁴. Observa-se como o segundo foi representado nas páginas do primeiro sob o título, até certo ponto é verdade:

Há quem affirme o ser de vantagem não compreender muita gente aquilo que lê. Os rabuscadores d’O Combate, ao que parece, vivem no mundo da lua e têm até certo ponto embotadas as suas faculdades de percepção. Querem a prova? Vejam O Combate, de 13 do corrente, página primeira. [...] Confessem logo a verdade, digam finalmente, que a natureza não lhes prodigalizou saber nem bom senso, requisitos indispensáveis, sem os quais, a individuo, na carreira da vida prática, a cada passo tropeça, mesmo em terreno o mais plano, (A RAZÃO, 22/09/1923, p. 1).

¹⁴ Conforme Arruda (2002) *O Combate* refletia as ideias do Partido Republicano Conservador em Cáceres. Ele foi criado em 1918 e saiu semanalmente às quintas-feiras até sua extinção nos anos seguintes.

Nos anos de 1940, mais precisamente em 1941, *A Razão*, para continuar existindo, foi registrada no Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP): “Registrada no D.I.P –Proc. 9.134. Em 4 de Fevereiro de 1941” (*A RAZÃO*, 20/10/1944, p. 1), mudando seu *slogan* da década de 1930: “Órgão Independente, dedicado aos interesses do município” (*A RAZÃO*, 23/12/1939, p. 1). O referido departamento tinha como função realizar a censura do teatro, cinema literatura e imprensa durante o Estado Novo, uma ditadura instaurada por Getúlio Vargas entre 1937 e 1945.

Em 1954, o periódico cacerense *A Razão* despediu-se, sendo extinto. Conforme Araújo (2011), mesmo, uma década após seu esfacelamento, Cáceres continuava tendo uma vida pacata e saudável, sem uma constância de energia elétrica era iluminada pelos lampiões a querosenes, apesar de ser um polo de desenvolvimento econômico do Oeste mato-grossense. Ela possuía um pouco menos de trinta mil habitantes e sua produção, predominantemente bovina, era complementada com milho, arroz e algodão.

Nos anos que se seguiram, e mesmo após o fechar das cortinas, *A Razão* continuou a ser lembrada pela sua relevância em contar histórias sobre o povo cacerense. Outros periódicos, efêmeros e alguns nem tanto, surgiram, contudo, nenhum como ele. O município de Cáceres-MT se transformou em bicentenário com quase cem mil habitantes. A imprensa cacerense continua a todo vapor, singrando pelas águas do Rio Paraguai, demonstrando aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais e salvaguardando uma memória que pode ser transformado em história.

Considerações finais

Para findar a narrativa, alguns pontos devem ser evidenciados sobre as relações realizadas com *A Razão*. O primeiro, que o periódico é um dos mais duradouros do que hoje chamamos município de Cáceres, estado de Mato Grosso. Enquanto alguns tiveram uma trajetória curta, ele permaneceu por mais de trinta anos, apresentando o cotidiano do município, acompanhando as fases das políticas nacional, regional e, principalmente, locais. É durante sua existência que tivemos a mudança da Primeira República para o golpe de 1930 e, conseqüentemente, a ditadura do Estado Novo. Adentramos à Semana da Arte Moderna, construído e buscando definir o que é ser brasileiro. Ele sobreviveu a todos esses processos, e ao mesmo tempo as mudanças internas, como o falecimento de um de seus editores, apesar de findar em um período democrático nos anos de 1950, após a morte do outro.

O segundo ponto que merece destaque refere-se à narrativa histórica que cria quase personagens. É profícua a necessidade de comentar sobre as personalidades d'*A Razão*. As trajetórias são inacabadas, como o processo histórico o é. Diante da tomada de objetos enquanto fontes históricas, é possível outras narrativas sobre Hildebrando, Demétrio, Ambrósio e Nilo, dentre tantos outros que colaboraram para que as páginas do periódico fossem levadas à público, representando a mentalidade de uma época entre os anos de 1917 e 1954.

Outro aspecto relevante é a necessidade de mais pesquisas que tenham como foco *A Razão*, preencher as lacunas de uma história sobre ele, e também a partir dele com temáticas específicas. Alguns temas podem ser foco de pesquisas dentro do referido jornal, ampa-

rados pelos Estudos Culturais, que não foram explorados pelo espaço diminuto que as linhas editoriais deste texto permitem, como as representações da mulher, propagandas, colunas e editais, entre outros.

Por fim, retoma-se ao título do capítulo: É preciso ter Razão! Algumas representações sobre o periódico *A Razão* de Cáceres-MT. É necessário tê-lo, não apenas como um objeto a ser possuído e guardado a sete chaves, mas como uma fonte discutida, sepultada e salvaguardada várias vezes, ou ainda, tantas quanto necessária para ser tomada enquanto história e memória.

Referências e Fontes

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital

A CRUZ, 22/08/1926.

A CRUZ, 17/09/1939.

A CRUZ, 20/04/1941.

A CRUZ, 31/05/1942.

A CRUZ, 20/02/1944.

A CRUZ, 12/01/1947.

A CRUZ, 06/01/1952.

A RAZÃO, 22/09/1923.

A RAZÃO, 08/05/1926.

A RAZÃO, 22/05/1926

A RAZÃO, 01/06/1935

A RAZÃO, 08/06/1935

A RAZÃO, 11/07/1936.

A RAZÃO, 23/09/1939.

A RAZÃO, 02/10/1939.

A RAZÃO, 07/10/1939.

A RAZÃO, 23/12/1939.

A RAZÃO, 20/10/1944.

A RAZÃO, 30/05/1945.

O ATALAIA, 13/03/1887.

O ATALAIA, 10/07/1887.

O ESTADO DE MATO GROSSO, 17/09/1939.

O ESTADO DE MATO GROSSO, 07/03/1940.

O ESTADO DE MATO GROSSO, 11/06/1942.

O MATO-GROSSO, 23/03/1919.

REVISTA VIOLETA, 30/04/1933.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. do S. de S. Memórias subscritas em um tempo revisitado. In: CHAVES, O. R; ARRUDA, E. F. de. *História e Memória Cáceres*. Cáceres: Editora UNEMAT, 2011. p. 339-350.

ARRUDA, A. de. *Imprensa, vida urbana e fronteira: a cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900-1930)*. 146f. 2002. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, 2002.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasil/Mato Grosso/Cáceres. Disponível e: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/caceres/historico> Acesso em 08 abr. 2023.

HALL, Stuart. *Cultura e Representação*. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rio; Apicuri, 2016.

JOHNSON, R.; ESCOSTEGUY, A.C.; SCHULMAN, N. *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C.B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2014.

MENDES, N. F. *Efemérides Cacerenses*. Vol.1. Brasília: 1992.

MENDES, N. F. *Memória Cacerense*. Cáceres MT: 1998.

MENDES, N. F. *História de Cáceres: história da administração municipal*. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2009.

MENDES, N. F.; MENDES, O. M C. *Letras Cacerenses*. Cuiabá-MT: Carlini & Caniato Editorial, 2021.

ORTIZ, R. *Estudos Culturais*. Tempo Social. v. 1, n.16. 2004.

PESAVENTO, S. J. História Cultural: caminhos de um desafio contemporâneo. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N.M.W.; ROSSINI, M. de S. *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

REIS, M. G. S.; KARIM, T. M. A constituição do centro histórico de Cáceres-MT: um acontecimento construído a partir de nomes de ruas. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 4, p. 138-161, Jan/jul 2018.

SANTOS, R. dos. *Discursos sobre imigração no jornal Folha do Oeste – Guarapuava, Paraná (1946-1960)*. 113f. 2015. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História, UNICENTRO, Irati, 2015.

SILVA, G. F. Nas linhas dos jornais: discursos de modernização/modernidade em Cáceres/MT nas primeiras décadas do século XX. *Cordis*, v. 2, São Paulo, n. 19, p. 286-310, jul./dez. 2017.

CÁCERES: CIDADE CAIS E “ENTREPORTO” FLUVIAL REFLEXÕES DE UM HISTORIADOR DEPOIS DE 30 ANOS DE ESTUDO

*Romyr Conde Garcia*¹

Neste ano de 2023 faz trinta anos que cheguei à Cidade de Cáceres, e desde então me interesso em estudá-la. Até agora, quase tudo que escrevi sobre o centro desta cidade baseou-se em antigas leituras, pesquisas feitas nos tempos em que era professor do curso de História da UNEMAT. Meus textos são resultado de reflexões entre o que estudei e o que debati com colegas e acadêmicos. Por isso, apesar de ser, sim, um texto acadêmico, não estranhem não citar outros autores. Na verdade, foi apenas um.

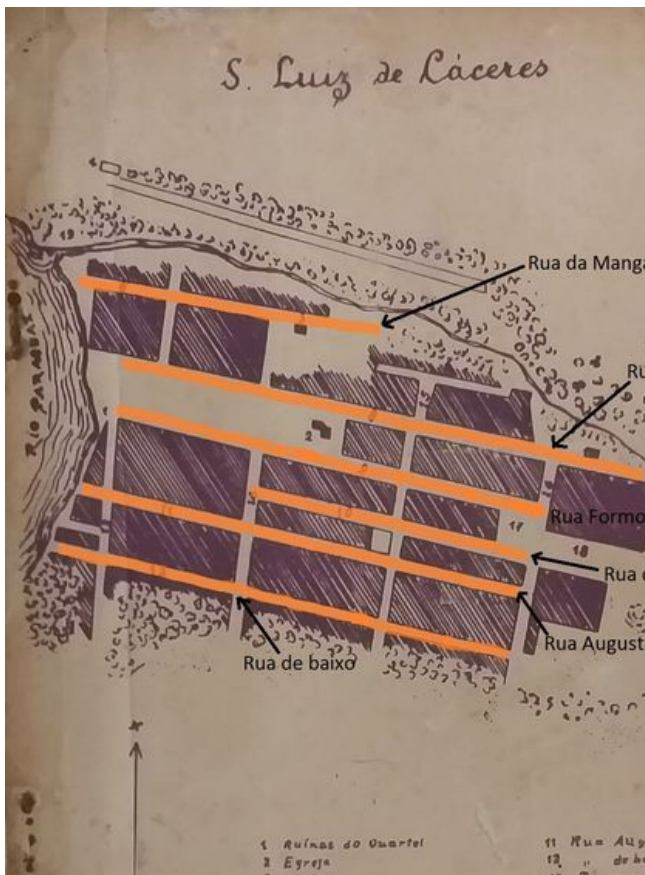
Este texto trata de uma conversa referente às formas de pensar a cidade de Cáceres dentro da sua evolução da urbe, no decorrer da história, partindo da sua realidade urbana atual e seu espaço geográfico natural, que nos são dadas pela história.

Este texto abordará o velho centro histórico, tendo por base o plano urbano de 1778, de Luís de Albuquerque. Minhas reflexões vão partir deste plano original, passando pelas formação e expansão das suas ruas e travessas, até os momentos históricos mais recentes. E a maior de todas elas é o pós-guerra do Paraguai, ano de 1870, quando a navegação ficou liberada e Cáceres viveu o seu *boom*, quando poderemos chamar de cidade portuária e porque a chamo de “cidade cais”.

¹ Romyr Conde Garcia é Professor Adjunto vinculado ao Campus de Barra do Bugres-MT- Curso de Direito na área de Ciência Política e Sociologia Jurídica da Universidade do Estado de Mato Grosso. E-mail: romyrconde@gmail.com

Antes de tratar do “porto” de Cáceres, preciso falar primeiro da fundação de Vila Maria, em 1778, e o seu planejamento urbano. Para isso, será preciso que vejam o famoso Mapa Roxo (Figura 1), a qual não se tem referência da sua datação. Acredito que tenha sido feito na década de 1870. Não pode ser anterior ao ano de 1874, marco da sua elevação, de vila, para Cidade, quando foi nominada São Luiz de Cáceres.

Figura 1 - Planta de Vila Maria, em 1870



Fonte: Documentos históricos para o bicentenário de Cáceres. CUIABÁ/MT: publicação NEDHIR/UFMT, 1978.

Olhando a planta e lembrando que no plano original de 1778 existiam apenas duas ruas ligando o rio ao interior e duas travessas, posso afirmar que em quase cem anos de vida a antiga Vila Maria cresceu muito pouco. E o sentido deste crescimento foi para o interior, para o Largo da Jacobina.

Ruas como a “do Meio”, “Augusta”, “de Baixo” e “Sete de Setembro” surgiram num período anterior à abertura da navegação, contra apenas duas travessas de baixa extensão, da “Cavidade” e a “da Jacobina”. O fato das travessas serem curtas, demonstra que o “sentido” da cidade voltava-se para as áreas que a abasteciam e para a Estrada Real, que ligava Vila Maria a Cuiabá, e não para a beira rio. Antes da abertura da navegação e o *boom* urbano de Cáceres, Vila Maria do Paraguai servia de entreposto entre Cuiabá a Vila Bela. Por isso, seu sentido voltava-se para o nascente, para o interior.

Voltando à planta, posso dizer que foram os bons tempos em que nossos centros urbanos tinham nomes de logradouros que refletiam a vida urbana das cidades.

Sou natural da cidade do Rio de Janeiro e apreciava muito as ruas da “Quitanda”, do “Ouvidor”, do “Comércio”, e a melhor de todas “Rua da Alfândega”, que era o paraíso das compras de Natal e Carnaval. Por sua vez, Vila Maria do Paraguai foi criada com nomes dos seus fundadores: Rua do Albuquerque e Rua do Mello, em homenagem ao capitão-general e governador da capitania e Travessas do Pinto e do Rego, em homenagem ao oficial que projetou a vila.

Ao falar da nomenclatura, gostaria que refletissem para o fato que, em Vila Maria, foram trocados os nomes dos logradouros de homenagens a pessoas para “qualidades” ou “particularidades”, como “Quartel”, “Cadeia”, “Cavidade”, “Meio”, “Baixo”, “Augusta”, “Formosa” e “Direita”. Apenas uma travessa ainda carrega algo de homenagem, a Travessa da “Jacobina”.

Sobre esta homenagem, ela pode não estar muito clara para nós hoje, pois Jacobina é apenas uma fazenda, apesar de não ser uma fazenda qualquer. Acontece que, para aqueles que viviam, então, na antiga Vila Maria do Paraguai, depois cidade de São Luiz de Cáceres, “Jacobina” significava família Pereira Leite. Não é coincidência que o antigo Largo da Jacolina hoje se chama Praça Major João Carlos. João Carlos Pereira Leite. Pelo largo pode se entender melhor o quanto o sentido da antiga Vila Maria se voltava para o interior.

Mas, não falarei da família Pereira Leite, agora. Quero falar das Travessas.

Olhem bem a planta Cinza (Figura 2). Por ela, a Cidade de Cáceres está preste a sofrer a sua primeira grande mudança de sentido. Ela vai se voltar para si mesma, não mais para o interior. Nesta expansão, as travessas serão as protagonistas.

Basta olhar para ele e percebemos que a cidade mais que dobrou de tamanho. Também se verificam duas áreas de expansão, a principal, ao Sul, e a outra, para o Norte, para a Cavallhada.

Nota-se que a expansão para a Cavallhada, à época, ainda está no seu início. Existe já a praça principal do bairro, mas são poucos os quarteirões formados e as ruas parecem que estão apenas sendo formadas.

Sempre soube que a Cavallhada era uma área de sítios. Um colega me disse que na sua infância, nos anos sessenta, ali passava os finais de semanas no sítio da sua família. Do jeito que falava, parecia que era longe. Mas não era. Trata-se da distância de um menino.

Neste momento, retratado no mapa cinza, temos a expansão para o Sul. Prestem atenção nas travessas. A cidade volta-se para si e não para o interior. Este movimento “para si” tem a ver com o rio, com a beira-rio e suas

barranqueiras, com seus múltiplos cais. Neste momento, a ajuda de um colega vale mais do que alguns livros.

O professor Acir Montechi me revelou informações valiosas. Sinto informar que nossas conversas não foram gravadas, e nem se trata de um evento acadêmico, tratava-se apenas de conversa. Mas, tentarei mostrar aqui os pontos mais relevantes para se estudar a Cidade Cais.

Como já disse, através destas conversas pretendo entender a cidade, de como ela encontra e perde os seus sentidos no decorrer da história. E cada sentido, deixa suas marcas na sua malha urbana, como um cruzamento fora do plano, a inclinação de uma rua, ou o estreitamento de uma travessa.

Quem acompanha os textos que posto no grupo do *Faceboock* “*História de Mato Grosso Comentada*”, sabe que procuro mostrar como o espaço urbano de Cáceres avançou dentro de momentos históricos distintos. Estes momentos se apresentam como sentidos históricos.

Gosto muito do conceito de “sentido”, de Caio Prado Júnior, na sua obra clássica *Formação do Brasil Contemporâneo*, lançado em 1942, na cidade de São Paulo, pela editora Brasiliense. Nesta obra incrível, o sentido da colonização é algo maior que simplesmente tentar explicar como a colonização ocorreu. Resumindo, de forma bem tosca, no caso do Brasil, a nossa colonização se voltou para o mercado externo, tendo por base o latifúndio, a monocultura e a escravidão. No nosso caso particular, o sentido se aplica também à cidade de Cáceres. A cada momento histórico, a cidade se volta para um lugar, uma atividade econômica, e é possível perceber isso na sua evolução urbana.

Nos cem primeiros anos de Cáceres, de 1778 a 1870, Vila Maria foi apenas um entreposto comercial militar situado entre Cuiabá e Vila Bela, e por isso sua expansão se volta em direção do interior, feita pelas Ruas:

Direita, Formosa, Meio Augusta e Sete de setembro. São por estas vias que se alcança a Rua do Lavapés e a Estrada Real, para Cuiabá. O sentido da vila volta-se para a sua principal atividade econômica, na época, a produção agrícola, o abastecimento dos quarteis e o contato com Cuiabá.

Com a abertura da navegação em 1870, a cidade volta-se para a beira-rio. O sentido da cidade será dado pelos portos. Neste momento, serão as travessas que determinaram a principal expansão da cidade.

As antigas travessas hoje se chamam ruas: Cel. Faria, Com. Balduino, Gal. Osório e Padre Casimiro. No passado, seguindo a mesma ordem, travessas do Quartel, depois da Cadeia, da Concavidade e da Jacobina.

Para entender este momento histórico e o seu sentido, devemos prestar muita atenção nos portos.

Entre 1750 a 1870, tempo que o principal veículo de navegação eram canoas e batelões, Vila Maria tinha dois portos, o cais central, em frente à praça da matriz, atual Praça Barão, e o Porto da Manga. Mas, se tratando de canoas, era possível aportar em qualquer lugar da sua barranqueira, inclusive, nas cheias, subir o sangradouro.

Na medida em que a cidade cresceu em direção ao Sul, seguindo a beira-rio, novos portos vão surgindo.

O Prof. Acir Montechi me disse que tinha um porto onde é hoje o Dito Gato. Mas, com certeza, o mais importante destes “novos” portos era o do “Fonseca”, que ficava quase em frente à boca do Rio Paraguai, na entrada da Baía.

Hoje, no lugar encontra-se um grande galpão que outrora servia de armazém dos Fonseca. Na frente, era o porto, atrás, a rampa para a balsa.

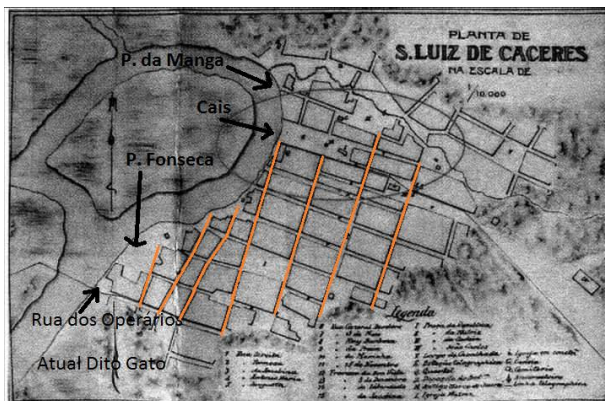
Acir Montechi me contou que a balsa subia o Paraguai, passava pela praia do Julião e alcançava a

praia da Campina, perto onde é hoje o posto da Polícia Rodoviária Federal. Significa, então, que, antes de se inaugurar a Ponte Marechal Rondon, todo trânsito de pessoas e mercadorias, entre Rondônia e o Sudeste, passava pelo Porto Fonseca e pelo centro de Cáceres. Praticamente, toda colonização de Porto Esperidião, Mirassol, Quatro Marcos, Araputanga, Glória do Oeste, etc... tinha que passar por ali.

Essa informação é por demais importante para deixar passar em branco.

Precisamos refletir um pouco mais sobre a importância do Porto Fonseca. Neste ponto, chegamos ao Mapa Cinza, que também não sabemos a data da sua confecção, mas percebe-se que estamos no século XX, trinta anos depois da abertura da navegação. O porto Fonseca não deveria existir como tal, pois ele está mais ligado à estrada de rodagem, visto a ligação com Rondônia e a colonização das áreas em torno de Cáceres. Mas, peço que olhem com atenção este mapa. Com ele, poderemos debater a relação rio cidade e se Cáceres seria uma cidade Portuária.

Figura 2 - Planta de Cáceres (século XX)



Fonte: Renato Fonseca de Arruda. Dissertação de mestrado, 2014, p. 120.

Meus primeiros estudos sobre Cáceres tocavam muito nas ruas e praças desta antiga cidade, do viver urbano com suas residências, lojas, quarteis e prédios públicos municipais. Porém, faltava falar numa questão muito importante: o porto, ou melhor, portos, se bem que prefiro pensar a cidade como um imenso cais.

E qual a diferença entre porto e cais?

Bem, recorri ao dicionário *on line* Português e vejam o que eles me elucidaram:

Abrigo natural ou artificial para os navios, munido de instalações necessárias ao embarque e desembarque de mercadorias e de passageiros. Os portos grandes e movimentados dispõem de construções e equipamentos apropriados para receber, armazenar e reembarcar mercadorias. Essas instalações constam de desembarcadouros, depósitos, rebocadores, carregadores e descarregadores mecânicos, barcos de passagem, vagões e caminhões. (<https://www.dicio.com.br/porto/>)

Por esta definição, a baía de Cáceres oferece, sim, um bom “abrigo natural”, apenas isso. O restante, como “de instalações necessárias ao embarque e desembarque de mercadorias e de passageiros”, no período que vai de 1778 até 1960, ou mais além, posso dizer que não (Ibidem).

O atual porto de Cáceres tem tudo isso, mas ele é um porto moderno, mas, antes da sua inauguração não podemos afirmar que a cidade tinha um porto digno desse nome.

Agora, vejam o que vem a ser “cais”

1) Plataforma onde um navio se atraca para embarque e desembarque de passageiros e carga.

2) Muralha de alvenaria, levantada ao longo de um curso de água para firmar as margens e impedir transbordamentos.

3) Margem de um porto, geralmente empedrada ou lajeada para facilitar o acostamento dos barcos, bem sua descarga. Fonte: <https://www.dicio.com.br/cais/>

Entenderam?

O termo “cais” se apresenta mais adequado para uma cidade à beira-rio, como é Cáceres, do que o termo “porto”. A beira-rio da cidade pode “facilitar o acostamento dos barcos, bem como sua carga e descarga”. Vai depender muito se está na estação da cheia ou na vazante.

Antes, a transferência do quartel, da Praça da matriz, atual Praça Barão, em 1903, ocasionou a expansão para o Sul. Essa transferência também “forçou” a “inclinação” das ruas Sabino Vieira e XV de Novembro, que tiveram que seguir uma linha que fugia do plano original dos tempos de Luís de Albuquerque. Só que, agora, percebi que estava equivocado.

As ruas tendem a se inclinar e “fugir” do traçado original, ou seja, não seguir a linha reta original do plano urbano de 1778, para poder ficar paralelas ao rio, e não para alcançar o quartel. Na verdade, acredito que essa expansão para o Sul influenciou e determinou a transferência do Quartel.

Na minha primeira interpretação, o Quartel guiaria as mudanças urbanas em direção ao Sul, porém, hoje percebo que semelhante conclusão é o mesmo que ver o rabo abanando o cachorro, quando o certo é o cachorro abanar o rabo. Ou seja, a expansão em direção ao Sul, pela beira-rio é que determinou a transferência do Quartel.

Nestes termos, seguindo as definições entre “porto” e “cais”, entendi que, mesmo Cáceres sendo uma cidade portuária, visto que ela foi e ainda é um ponto de arrecadação alfandegária, desenvolveu e ainda desenvolve serviços de natureza portuária, sendo a melhor definição para ela a de “Cidade Cais”.

Fiz esta afirmação porque a cidade tem vários lugares onde podem aportar pequenas e médias embarcações, dependendo das cheias do rio Paraguai. E, se a cidade tem em cada barranca da beira-rio um lugar para aportar, significa que ela tem vários cais. Eu chego a pensar num imenso cais.

Uma “cidade cais”.

Porém, a geografia me impele a ir mais longe, visando buscar novas perspectivas e também novos termos, novas palavras.

Nesta busca, encontrei “Entreperto” ou “Entrepertos”.

Vila Maria do Paraguai, criada por Luís de Albuquerque no ano da graça de 1778, antes mesmo da sua fundação já era um entreposto fluvial no caminho que ligava Vila Bela a Cuiabá, já no reinado de Dona Maria I, aquela que chamavam de Louca, mas tinha o título de piedosa.

A palavra e o sentido é “entreposto”

No dicionário *online* da língua portuguesa, do francês *entrepôt*, trata-se de um substantivo masculino e tem como significados:

a) Depósito de mercadorias em grandes proporções; armazém;

b) Lugar com grande fluxo comercial; empório.

c) Lugar de vendas exclusivas de determinados produtos;

d) Local onde ficam mercadorias à espera de liberação alfandegária (<https://www.dicio.com.br/entreposto/>)

Entre 1770, primeira referência que tenho deste local, a 1860, elevação de Freguesia à vila, com foros de município, Vila Maria do Paraguai nunca foi um “entreposto” com “E” maiúsculo. Tudo porque aquilo que ela tinha de melhor, sua baía dentro da maior

rede fluvial navegável do Cone Sul, sempre esteve bloqueada por impérios e nações não tanto amigáveis. Primeiro, de 1642 até 1810, era o Império Espanhol que impedia a navegação Paraguai acima. Depois, Vieram a Argentina e o Paraguai.

Só no ano de 1858 foi celebrado o acordo parcial de navegação na região do Pantanal, porém parcialmente, porque existiam muitas limitações e empecilhos.

A navegação foi definitivamente liberada com o final da Guerra do Paraguai, em 1870. A partir daquele momento é que Cáceres deixou de ser “entrepoto” para ser aquilo que sempre fora, um “entrepoto” fluvial.

Não faz muito tempo, Cáceres foi uma cidade portuária. Mais que isso, o porto e cidade tinham uma relação tão próxima que eles se fundiam.

Para entender esta afirmação, basta ver o que é o porto desta cidade hoje.

Atualmente, o porto de Cáceres se localiza longe do centro urbano e seu entorno é deserto. Sua capacidade de carga e descarga foi ampliada e também se especializou. Trata-se de um porto graneleiro, voltado especialmente para escoar soja.

Assim como outros portos modernos, o porto de Cáceres encontra-se cercado de grandes muros e o movimento de carga e descarga em nada altera a vida da cidade. Na verdade, se alguém dissesse que Cáceres não tem porto faria todo sentido, pois ele em nada mexe na vida da cidade. Se bem que, comparando com o que um dia foi, tanto em volume quanto em peso, o porto atual deve superar em muito do que se movimentava no passado.

Contudo, os antigos portos, num passado que não é tão distante assim, questão de meio século, o que são 50 anos para um lugar que tem 245 anos? Pois é, num passado não tão distante, a região portuária de

Cáceres, mesmo com um movimento menor que o atual, praticamente ditava a vida da cidade. Quase todas as mercadorias e pessoas, que saíam e chegavam, tinham que passar pelos cais da cidade.

A cidade e o porto era uma coisa só.

Antes mesmo de ter sido criada como Vila Maria do Paraguai, em 1778, a localidade já servia de entreposto entre Vila bela e Cuiabá. Era no entorno da atual Praça Barão, antiga Praça da Matriz, que aportavam canoas e batelões que iam e vinham do registro do Jauru.

Existia também o “Porto da Manga” e, julgando pelo nome, está claro que se trata de um local onde se embarcava e desembarcavam animais, já que na região, “manga” também significa “cercado para animais”.

Contudo, o termo “porto” não é apropriado para a época. Como disse, em toda beira de rio dava para se aportar.

O Termo “porto” só fará sentido com a abertura da navegação, no final da década de 1850. Só que demorou para Vila Maria ganhar um porto digno deste nome. Foi necessário o fim da Guerra do Paraguai, em 1870, para a dinâmica da cidade e da navegação mudar.

Depois de 1870, não era mais canoas e batelões que chegavam a Vila Maria do Paraguai, mas sim barcos a vapor, e de diversos calados. E embarcações desse porte precisam de um lugar adequado, e este foi o cais construído em frente à Praça da matriz.

Só que não se tinha um porto propriamente dito. Existia apenas um cais. Na verdade, vários, já que a barranqueira do rio permitia diversos acessos.

Nada impedia que, nas cheias ou mesmo nas vazantes, uma prancha fosse esticada a um trapiche e realizasse o embarque e desembarque de pessoas e mercadorias.

Com o fim da guerra, a cidade passou a ter outro sentido. Agora não mais para o interior, através das ruas que se dirigiam para o Nascente, para o interior, pelo velho trajeto da Estrada Real, que ligava a Cáceres à capital. A cidade se voltava para a beira-rio, em direção ao Sul, e são as travessas que farão a expansão da cidade.

Fiz questão de falar do porto atual para que possamos entender que, se no passado Cáceres não tinha um porto digno deste nome, sua orla era um imenso cais.

Diferente de Corumbá e Cuiabá, que tinham regiões portuárias específicas, Cáceres era uma cidade cais.

Seu núcleo urbano margeia a Beira-Rio e avança para o interior.

Todas as suas ruas batem no rio e, com isso, a cada início de rua deveria existir um “porto” “para chamar de seu”. Mas que não passavam de cais

Destes “portos” chama atenção o da Rua dos Operários. No início desta rua, poucos metros da beira-rio, tínhamos a maior zona de meretrício da cidade, o Buraco Quente.

Toda cidade tem suas zonas de meretrício, acontece, porém, que estas tendem a ficar na periferia das cidades, e não tão centrais, como a de Cáceres, que se situava entre duas centralidades, a da praça Barão e o Quartel.

Resumindo, por ser uma cidade de Beira-Rio, entre 1870 até quem sabe, nos anos de 1940, Cáceres foi mais que uma cidade portuária. Foi uma cidade cais.

Agora, chegamos à data principal, 1870, momento que celebra a abertura ampla, geral e irrestrita da navegação na bacia do alto Paraguai. Quando São Luiz de Cáceres tornou-se uma cidade portuária, ela era, e ainda é, um “entreporto” fluvial. Faço esta afirmação não por razões históricas, mas sim pela sua geografia. A história apenas potencializa o que a geografia concedeu a esta cidade beira-Rio.

Cáceres se encontra no centro de uma imensa trama fluvial, formada por rios, canais, vazadouros, braços e baías. E quando digo imensa, falo de um raio superior a cem 100 km de extensão, que inclui Barra do Bugres, Porto Esperidião e a Lagoa Uberaba.

A vantagem da baía de Cáceres está justamente na sua parte seca, que leva ao seu interior. Como os antigos diziam, “hinterlândia”. Desta baía, no seu acesso fácil ao interior, na direção do sol nascente, chega-se a Cuiabá.

Por esta razão, Vila Maria, ou o povoado que surgiu antes dela, era um “entreposto”. Poderia nem ser um entreposto com “E” maiúsculo, com armazéns, galpões, trapiches e sítios para pousos, mas já cumpria esse papel entre 1752 e 1770, devido à criação de Vila Bela, pelo primeiro governador da capitania, Antônio Rolim de Moura Tavares.

Mas, agora, preciso falar de Cáceres como “entreporto” fluvial.

Antes da abertura da navegação chegou ao apogeu após ela ser, e ainda é, um “entreporto”, mesmo com o fim da navegação.

Pensem em cada fazenda do Pantanal, seja da Caiçara, Pau Seco, Limão, Onças etc..., cada uma delas possui o seu “porto”. A maioria não recebe embarcações de médio porte, ou seja, de 40 pés. No máximo, recebem chalanas de 20 pés.

Existiam portos de médio porte no rio Jaurú, como Porto Esperidião, antigo Porto Salitre, como no Paraguai acima, a exemplo do Porto Estrela e Porto da Barra do Bugres, mas estes só eram alcançados por navios maiores na época das cheias.

Significa que os grandes barcos, como o Etrúria, aportavam na baía de Cáceres e de lá suas mercadorias e passageiros eram distribuídos Pantanal adentro, através de canoas e chalanas.

O “porto” de Cáceres, com seus diversos cais, servia de “entrepporto” para dezenas de pequenos “portos”.

A navegação pode ter desaparecido, as estradas passaram alcançar as fazendas e sítios, mas sabemos que ainda dá para se chegar mais rápido em certos lugares no Pantanal de “voadora”, do que de carro.

Cáceres ainda é um entreporto.

Mas o que seria um “entrepporto”?

Como não encontrei nada específico em dicionários, terem que fazer a minha definição: Substantivo Masculino, composição das palavras “entre” e “porto”.

1. Local que abastece e atende porto menores; 2. Região portuária, fluvial ou marítima, que centraliza o serviço de outros portos e cais.

Espero que tenha ficado claro, pois o termo “porto” pode sugerir muitos entendimentos.

Sempre pensei em Cáceres como uma cidade portuária, e na verdade o é. Sempre ouvi falar no “porto da Manga” e agora no “Porto Fonseca”, e sempre acreditei que fossem “portos”. Porém, hoje, o meu entendimento mudou.

Cáceres tem, sim, diversos cais, cuja tradição oral são chamados de portos.

Ter muitos cais ou mesmo apenas um, não tira de Cáceres o status de cidade portuária. Na verdade, reforça.

No apogeu da navegação fluvial, de 1870 a 1930, Cáceres não tinha um lugar digno de chamar de porto, mas era a cidade portuária mais distante do litoral. Tudo porque a sua geografia a favoreceu ser uma cidade cais. Cada canto da sua beira-rio onde tem uma barranqueira e praia permite aportar, descarregar ou carregar mercadorias. Em cada cais permite o embarque e desembarque de passageiros.

Porém, pela sua localização no centro de um grande trecho da baía pantaneira, Cáceres, é também um

“entreperto”, um local que interliga e abastece uma imensa rede fluvial que também pode ser entendida como imenso cais.

Esta é a justificativa do título: “Cáceres: cidade cais e “entreperto” fluvial”.

Referências Bibliográficas

DICIONÁRIO On Line Português. In:

<https://www.dicio.com.br/porto/>

GARCIA, Romyr Conde. *Faceboock "História de Mato Grosso Comentada"*

MONTECHI, Acir; GARCIA, Romyr Conde. *Conversas informais não gravadas e referente à evolução urbana da cidade de Cáceres. Cáceres: anos diversos.*

PLANTA DE CÁCERES EM 1870. Fonte: Documentos históricos para o bicentenário de Cáceres. CUIABÁ/MT: publicação NEDHIR/UFMT, 1978.

PLANTA DE CÁCERES NO SÉCULO XX. Fonte: Renato Fonseca de Arruda. Dissertação de mestrado, 2014, p. 120.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 1942.

COMO SE DE VENTRE LIVRE NASCESSE

Auxiliadora Coutinho¹

É adequado afirmar que MEMÓRIA é um tema que neste momento absorve nossa atenção e merece aprofundamento, ao mesmo tempo em que expressa entendimento com objetivo de avaliação.

Para este fim, opto pela reflexão mais atenta das leituras de Michel Pollak e Alessandro Portelli sobre memória e suas aplicações, apreciação e contextualização em Documentos Históricos, – mais precisamente as “*Cartas de Liberdades*”, estudadas como objeto de dissertação, elas prometiam aos negros foros que “passariam a viver como se de ventre livre tivessem nascido” – era isso que estava escrito – Nossa questão nesse momento é compreender o sentido da escritura e sua correspondência na realidade histórica, e como era configurada na memória individual dos escravos.

A pretensão da dissertação como um todo foi o de realizar a leitura e análise de documentos que garantiam a liberdade individual e o livre trânsito de indivíduos antes escravos, dentro do sistema que permanecia escravista, mesmo depois de conquistada a liberdade individual.

Para fins desse artigo, apontamos rapidamente uma nota contraditória sobre o conceito de alienação, entendido como o distanciamento do escravo do resultado de sua produção, como o não reconhecimento de si mesmo e nem do resultado do seu trabalho individual no conjunto produtivo do sistema.

¹ Auxiliadora Coutinho é Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora aposentada da Unemat – Campus de Cáceres. E-mail: auxiliadoracoutinhoadv@hotmail.com

Esta foi a hipótese adotada por uma historiografia que explicou, durante os anos 60, o funcionamento do *status quo* escravista como Modo de Produção e as conexões internacionais do sistema escravista colonial brasileiro.

Mesmo considerando a alienação econômica, ou seja, ainda considerando que estando alienados, apartados do resultado do trabalho no interior do modo de produção escravista, os escravos investiram em sua liberdade, sendo esta memória que buscamos relatar, consideramos que eles sobreviveram, resistiram e construíram uma memória, mesmo no escopo permitido pelo sistema jurídico escravista.

Os instrumentos de libertação possíveis de serem manejados na estrutura jurídica do sistema escravista eram: A Carta de Alforria, a Coartação, e as Manumissões e, obviamente, quando obtidas, em grupo ou individualmente, geraram comportamentos que fazem parte de uma memória interna e ainda subterrânea dos escravos, seu comportamento cotidiano e, principalmente, sua luta pela liberdade.

Sabemos que antes de ser lida, criticada, ou até mesmo debatida, uma versão permeia fatos que devem ser escritos, pois, só assim pode vir à tona, submergir, ser apreciada e, quando explicado pela escrita, tem ressignificação enquanto monumento.

O que se descortina como objeto neste estudo é contextualizar os termos das Escrituras oficiais de Cartas de Liberdade encontradas no Cartório de 1º Ofício da Vila Maria, atualmente cidade de Cáceres-MT, entre os anos de 1860 e 1880.

Pretendemos acompanhar o pensamento que o discurso revela não só a prática social ou uma construção social, mas também a prática individual que,

consequentemente, pode ser observada sob a ótica da história social e da micro história, pois esta última, ao explicar atitudes comportamentais pela redução na escala, segue densificando a narrativa e ignorando cadeias condicionantes da estrutura social.

Esta versão não é contraditória com a História social, ela apenas torna possível uma abordagem diferente, permitindo destacar ao longo de um destino específico de um homem, ou de uma comunidade mais reduzidos. Por isso não renunciamos à História social e sim reconsideramos e profundamos alguns conceitos, e neste caso especificamente o conceito de Memória individual.

Grande quantidade de estudos a respeito da escravidão que foi impingida na América Ibérica, surgida a partir de 1970, ganhou corpo, apostando numa gama extensa de documentação gerada em arquivos notariais e judiciais, o que resultou em rica produção sobre a mobilidade do escravo e os efeitos das alforrias, manumissões e coações.

Perseguindo esta linha, diversos autores marcaram, em relação ao tema escravidão, uma passagem dos estudos estruturalistas para os estudos de história social e da micro história, elegendo como objeto as formas de obtenção de liberdade e as normas dispensadas ao tratamento dos escravos no interior do sistema escravista.

Aceitamos como premissa inicial a tese de que os países Ibéricos adotaram nas suas possessões ultramarinas, o “*Direito Indiano*”, um conjunto de disposições legais que fixaram e regularam as relações políticas, administrativas, sociais e comerciais dos habitantes das Índias Ocidentais, originadas na “*siet partidas*”, conhecida como corpo normativo redigido no Reino de Castela durante o reinado de Afonso X(1252-1284), trazendo uniformidade jurídica ao Reino. Seu nome

original era *Libro de las Leyes* («Livro das Leis») e, por volta do século XIV, recebeu a atual denominação, pelas sete seções em que se encontra dividida.

A Obra é considerada o legado mais importante da Espanha para a história do direito, enquanto corpo jurídico de ampla e longa vigência na Ibero-América, até o século XIX, qualificada de “*enciclopédia humanista*”.

Memória na versão de Pollak

Nossa abordagem tomou corpo e ressignificação quando, através da leitura de Pollak (1989), tomamos contato com o caráter potencialmente problemático de uma memória coletiva e o anúncio da inversão de perspectiva que se interessa por processos e atores que intervêm na constituição e formalização da memória.

Quanto mais discriminado historicamente um grupo, maior é a dificuldade de integrar suas memórias no interior da memória coletiva de uma nação, e quanto maiores as impressões constituídas como memória oficial, aumentam a necessidade de análise no contexto presente.

Vidas marcadas por rupturas e traumatismos no campo individual, quando individualmente reconstituídas geram tensões e contradições no contexto geral, fazendo emergir a precariedade dos estudos quando estes são realizados com o intuito de salvaguardar grupos ou identidades, reforçar sentimentos de pertencimentos e fronteiras, ou fornecer referências.

Pollack (1989) usa os conceitos de análise coletiva de Maurice Halbwachs, que enfatizam diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória, inserindo na memória da coletividade a que pertencemos, evidenciando os monumentos, o patrimônio arquitetônico,

as paisagens, as datas e personagens históricas que somos incessantemente lembrados.

A memória, quando define o que é comum a um grupo e o que o diferencia dos outros, fundamenta e reforça o sentimento de pertencimento e as fronteiras socioculturais. Em muitas ocasiões Halbwachs (1990) apela pela seletividade de toda memória, mas também do processo de negociação para conciliar memória coletiva e memórias individuais.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memória subterrânea enquanto parte integrante das culturas minoritárias e dominadas. As memórias subterrâneas prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e quase imperceptivelmente afloram em momentos de crise com sobressaltos bruscos e exacerbados.

Pollack (1989) remete ao exemplo dos sobreviventes dos campos de concentração, onde os nazistas usavam parte importante dos judeus na administração de sua política antissemitista, mas, posteriormente nenhuma fala assumiu a condição de colaborador e sim de negociador de melhor tratamento, em face dessa lembrança traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que evitavam culpar as vítimas.

Neste caso, o silêncio teve razões bastante complexas. A memória envergonhada de uma geração perdida seguiu e das associações de desertores evadidos e recrutados a força que lutaram pelo reconhecimento de uma situação valorizadora das vítimas.

Existem nas lembranças, de uns e outros, zonas de sombras, silêncios e não ditos com o esquecimento definitivo e o reprimido no inconsciente e que estão em constantes deslocamentos.

As memórias subterrâneas levam a crer que o tempo trabalha em favor delas próprias, pois, esquecimento e perdão se instalam com o tempo, porém o tempo também pode favorecer e reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados.

Memória na abordagem de Portelli

Já Portelli (1996) nos remete à reflexão da subjetividade do sujeito individual, exemplificada pela fala do escravo Frederick Douglas. Nela, o autor demonstra como é dada a fala e principalmente sua representatividade. E, mais uma vez, tomamos conhecimento do bom exemplo que pode ser dado a partir de uma má interpretação.

Douglas, o escravo entrevistado, percebia evidente contradição entre natureza humana e escravidão, o que não foi considerado pelos interlocutores imediatos, pois, apesar de antiescravistas, os patrocinadores brancos e instruídos eram discriminadores da fala do negro, quando separavam a filosofia do interior dela.

Este só fato percebido por Portelli muito depois do ocorrido, quando assim escreveu:

O sistema escravista desumaniza, pois, tanto os escravos como os senhores, mas algo continua resistindo-lhe escapando-lhe: por isso nos resíduos da humanidade, na irreduzível subjetividade de ambos, estão as raízes da resistência dos escravos e das contradições dos senhores. A subjetividade do Senhor Hopkins, e a interpretação que dele nos dá Douglas, se transformam agora num fato histórico de grande importância, pois contribuí para fundamentar a subjetividade antagonista de Douglas sua filosofia de resistência e crítica à escravidão. (PORTELLI, 1996, p. 62).

Observamos que, para além da subjetividade do indivíduo, que é estudado e analisado, o observador

pode estabelecer sua própria subjetividade, e na escravidão, como na História, o chicote e a caneta podem ser manejados pela mesma mão, e a subjetividade é característica indestrutível dos seres humanos, e não sendo nossa tarefa afasta-la, uma vez que é a própria subsistência das fontes.

No decorrer das leituras, foram inúmeros os exemplos utilizados para demonstrar a subjetividade individual modificando contextos, pois o que importa não são os fatos relatados, mas o processo de visão gerado pelo narrador imerso no interior do fato.

Enfim, percebe-se que a história e a memória não oferecem um esquema de experiência, ou um modelo a ser seguido e sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginariamente.

Sob influência dos textos já destacados, exercitamos em nosso objeto de estudo o conceito de **possibilidades** na maneira proposta por Portelli como:

No plano textual a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável, não tanto que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E o complexo horizonte das possibilidades que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada. (PORTELLI, 1996, p. 70).

Restaram como palavras-chave **possibilidades** no plano textual apresentado, a representatividade das fontes orais e das memórias medidas pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas.

Portanto, saibam que, conforme as possibilidades jurídicas e reais do sistema escravista colonial no século dezenove, na Freguesia de São Luiz do Paraguai de Vila Maria, atual cidade de Cáceres-MT, restou provado que ali viveu uma escrava de nome Michaela Crioula e frações de sua existência real podem ser resgatadas, outras só imaginadas.

A parte real de sua existência resiste nos documentos cartoriais do 1º Ofício, da Vila Maria do Paraguai, em seu nome foi lavrada por duas vezes Escritura de Liberdade e Alforria dada por seu senhor, um boliviano de nome Antônio José Furtado.

A primeira escritura de Liberdade e Alforria, outorgada e assinada por ele foi datada de 31 de setembro de 1858 e endereçada a uma de suas escravas de nome Michaela Crioula:

Saibam quantos este público instrumento de escritura de liberdade e alforria virem que sendo no ano de nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil, oitocentos e cinquenta e oito. Trigésimo ano da Independência e do Império, aos trinta e um dias do mês de setembro do dito ano, nesta freguesia de São Luiz do Paraguai de Vila Maria, no meu escritório, perante mim escrivão compareceu como outorgante o boliviano Antônio José Furtado, reconhecido como próprio de mim escrivão, diante de duas testemunhas que vão abaixo-assinado me foi dito e declarado que é senhor e possuidor de uma escrava de nome Michaela de idade de cinquenta e sete anos, na qual escrava tinha inteira propriedade, por isso mesmo sendo de sua muito livre e espontânea vontade longe de constrangimento, mas sim pela declaração de sua consciência, atender não só sua avançada idade, aos fiéis serviços já prestados, como mesmo pelo amor de seus filhos

da legítima e boa liberdade com que poderá na sociedade gozar de todas as regalias como se de ventre livre fosse nascida, (grifo nosso), com a condição única da dita Michaela prestar três anos de serviço aos filhos do outorgante, a contar desta data, findo os quais poderá gozar os indultos da lei, ao direito das gentes de cuja liberdade que acaba de conferir promete não reclamar e muito menos contradizer em tudo ou parte por assim sua inteira e verdadeira vontade a tal respeito me foi dito perante as mesmas testemunhas que invoca as autoridades legítimas toda cooperação, e aos particulares que livre da escravidão reconhece supra mencionada Michaela. Assim de que como as testemunhas os cidadãos Manoel Jachinto Paes de Carvalho e Antônio Vieira Almeida.

Sem possibilidade de transpor a individualidade para a análise social, afirmaríamos que o documento foi elaborado conforme a fórmula da época, sem qualquer dado que a faça específica e particular, e nela foi determinado para a escrava como condição para alcançar a liberdade, devendo servir os filhos do senhor pelo prazo de três anos, o documento expressa a vontade senhorial, neste caso único em condições de dar a liberdade.

Porém, se aceitarmos que a subjetividade individual pode modificar todo um contexto, não importando apenas os fatos relatados, mas o processo imerso no interior do fato, e as condições de possibilidades do período, poderemos ouvir a voz de Michaela.

Percebendo que a memória não oferece um esquema de experiência, ou um modelo a ser seguido, e sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias, ouvimos o ressoar da indignação e frustração da escrava Michaela, principalmente a partir da segunda Carta, esta sim já registrada por ela dois anos depois:

No ano de nascimento do nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e sessenta, trigésimo da Independência, aos vinte e quatro dias do mês de março do dito ano nesta vila Maria. Em casa do meu cartório compareceu presente Michaela Crioula que dou fé, após ela me foi dito que para maior segurança lhe lançasse em meu livro de notas a sua Carta de sua Alforria que é do teor seguinte: Digo eu abaixo assinado que sendo senhor e possuidor de uma escrava de nome Michaela Crioula de idade de cinquenta anos mais ou menos, a qual se por minha e minha tenção foi sempre de dar liberdade por seus bons serviços a mim prestados, e como este deve constar por esta escritura privada. Declaro a referida Michaela livre de toda escravidão como se de ventre livre nascesse, com a condição porem de não sair de minha companhia se não por meu falecimento, o que acontecendo pode ir para onde bem lhe convier, e peço a justiça do Império que por qual reconheça. E para isto conte, fiz passar a presente que assino com as testemunhas presentes. Vila Maria 1º de fevereiro de mil oitocentos e sessenta. Antônio Jose Furtado. Como testemunhas _ Manoel Maria assunção. Epifanio Xavier Pinto e Valentim dos Santos Almeida.

Conclusão

Não se trata agora de inventar uma versão para a história de Michaela, mas traçar um paralelo entre o instrumento legal de libertação e o contexto da escravidão, entendendo que nada é isolado. A escravidão não acabava em nenhum lugar, mas fazia parte da Lei Geral da propriedade em termos amplos, e a conquista da Carta de Liberdade dava-se pelo esforço individual, ora pelo pecúlio, ora pela gratidão, pelo afeto, pelo ódio

etc. Enfim, a individualização de cada caso de liberdade, pode ajudar entender o complexo paradoxo entre o comportamento humano do escravo, sua consciência de ser humano e seu uso como mercadoria.

Referências Bibliográficas

COUTINHO, Maria Auxiliadora de Avedo – Como Se De Ventre Livre Tivesse Nascido-Alforrias Em Vila Maria Do Paraguai/ São Luiz De Cáerea, Fronteira Entre Brasil Bolívia-1860 Á 1877. Mestrado em História - Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Federal de Mato Grosso, sob orientação do Prof. Dr. Ernesto Cerveira de Sena. Cuiabá - MT-2015.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990. (Caps. 1 e 2).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *In: Estudos Históricos*, v. 2 n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos. *In: Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, 1996.

CONJUNTO ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO DE CÁCERES, MATO GROSSO: DE QUE PAISAGEM ESTAVAM FALANDO?^{1*}

*Sandra Mara Alves da Silva Neves*²

*Renato Fonseca de Arruda*³

Introdução

A preservação do patrimônio cultural é uma preocupação constante da sociedade contemporânea, cujos objetivos e valores são revisados periodicamente pela população, seja para salvaguardar identidades, memórias e as diversidades culturais, seja para apoiar e reforçar as lutas de diferentes grupos situados nos diferentes lugares dos territórios nacionais.

No Brasil, desde 1937, com o Decreto-Lei 25/1937 (BRASIL, 1937), a preservação do patrimônio cultural constitui-se como um direito cultural (CUNHA FILHO, 2018) de responsabilidade do poder público. A partir da Constituição de 1988, esse dever foi estabelecido aos diferentes entes da federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e tem se consolidado como responsabilidades compartilhadas e concorrentes entre os entes, em conjunto com a sociedade civil (BRASIL, 1988, Arts. 215 e 216).

A noção de patrimônio cultural atualmente é vista como uma construção social dentro de arenas institucionais e sociais ocupadas por diferentes grupos que

1 *Texto produzido a partir da orientação da pesquisa do pós-doutorado, com fomento da CAPES.

2 Sandra Mara Alves da Silva Neves é Doutora em Geografia pela UFRJ e docente do Curso de Licenciatura em Geografia da Unemat – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. E-mail: ssneves@unemat.br

3 Renato Fonseca de Arruda é Doutor em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST). E-mail: fonscaarruda@gmail.com.

atribuem valores e ressignificam os bens patrimonializados a partir das suas referências culturais, constituídas por suas múltiplas vivências e experiências (MENESES, 2012; ARRUDA, 2014; ARRUDA, 2022).

Neste contexto, a paisagem corresponde a uma das categorias de proteção do patrimônio cultural brasileiro. A definição de paisagem é debatida por diversos pesquisadores, dentre estes o geógrafo Milton Santos (2006, p.61), que a compreende como “Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.”. Espaço e paisagem não são sinônimos, conforme Ribeiro (2020), Santos toma a paisagem como secundária do espaço, que detém a ação.

Neste sentido, o conceito de paisagem deve ser compreendido, portanto, considerando a sua complexidade e multidimensionalidade, que têm “muitas acepções e está em permanente construção” (RIBEIRO, 2007, p. 31). Com base em Ribeiro (2007; 2013; 2018; 2020), a noção de paisagem engloba tanto elementos naturais como humanos, sendo entendida como a resultante da interação entre esses componentes. Assim, a paisagem pode ser compreendida como uma leitura visual do ambiente no seu conjunto, mas também é fruto das relações sociais, culturais e econômicas estabelecidas em determinado território ao longo do tempo.

Estas noções de Santos (1986; 2006) e Ribeiro (2007; 2013; 2018; 2020) trazem abordagens ampliadas e complexas que impõem múltiplos desafios à preservação do patrimônio cultural na atualidade. Pensar a paisagem como uma categoria do patrimônio cultural, portanto, nos remete a múltiplas referências

culturais, territórios e formas de expressões e manifestações humanas em interação direta com o meio natural em que vivem.

Em vista disso, este artigo visa analisar a categoria de paisagem apresentada e patrimonializada no processo de tombamento federal do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres, Mato Grosso, que ocorreu entre 2008 e 2012. Para tanto, a pesquisa foi desenvolvida com base nas pesquisas bibliográfica e documental realizadas em repositórios digitais de universidades e instituições públicas, bem como no Arquivo Central do IPHAN, respectivamente, com acesso aos acervos disponibilizados digitalmente de forma aberta ou através de consulta a Lei de Acesso a Informação. O processo de tombamento contém um conjunto de informações apresentadas a partir de pareceres técnicos, mapas, plantas e outros documentos que formam um conjunto de mais de 500 páginas.

Os resultados da pesquisa foram apresentados em duas etapas a partir da descrição argumentativa dos resultados. Os documentos acessados foram considerados um documento/monumento, conforme Le Goff (1990). O processo de tombamento foi abordado a partir do entendimento de que a documentação patrimonial se constitui como um “dispositivo de mediações” e a sua construção um “gesto como vetor de força no fazer preservacionista” (GRIGOLETO, 2012, p. 1).

A preservação federal pelo IPHAN no contexto brasileiro e mato-grossense

Desde 1937, por meio do Decreto-Lei 25/1937, foram criados quatro Livros Tombo denominados: Livro das Belas-Artes; Livro Histórico; Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; e Livro de Artes Aplicadas

(BRASIL, 1937). O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem sido a instituição responsável pela preservação de bens culturais materiais e imateriais.

Atualmente, o patrimônio cultural brasileiro constitui-se de “bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 1988, Art. 216). Dentre esses, estão presentes: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988, Art. 216). A responsabilidade pela proteção do patrimônio cultural é compartilhada entre o poder públicos e a sociedade civil (BRASIL, 1988, Art. 216).

Com o Decreto 3.551/2000, o IPHAN passou a atuar na institucionalização do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e na implementação do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, onde também criou quatro Livros de Registro: o Livro de Registro dos Saberes; o Livro de Registro das Celebrações; o Livro de Registro das Formas de Expressão; e o Livro de Registro dos Lugares (BRASIL, 2000).

Ao enfocarmos os conjuntos urbanos tombados pelo IPHAN, estes se constituem em lugares com características históricas, arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas e/ou arqueológicas consideradas de relevante valor cultural nacional.

Atualmente, o Brasil possui 87 conjuntos urbanos protegidos pelo IPHAN, dentre estes, 63 tombados, quatro (04) tombamentos provisórios, 18 rerratificados, esses conforme Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento atualizada em 29/12/2022 (IPHAN, 2022). Todavia, nem todos os bens inscritos no Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico foram valorados na categoria Paisagem, ou, quando foram, ora aparece de forma implícita, ora em meio as falhas nos textos dos dossiês, conforme aponta Silva (2009), ao analisar os critérios para intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do antigo Bairro do Recife.

Em Mato Grosso, a preservação federal do patrimônio aconteceu a partir da década de 1950, com o tombamento da Igreja de Santana, em Chapada dos Guimarães. Conforme Tabela 01, há atualmente oito (08) bens tombados, sete (07) em instrução, um (01) com tombamento provisório e um (01) com tombamento rerratificado.

Tabela 01 - Lista de Cidades com bens tombados, instruídos, tombamentos provisórios e rerratificados pelo IPHAN (1957-2022)

N.	Cidade	Tipo	Nome do Bem Cultural	Ano	Situação
1	Chapada dos Guimarães	Edificação e Acervo	Igreja da Sé de Santana	1957	Tombado
02	Cuiabá	Bem móvel ou integrado	Retábulos da Catedral de N.S. Bom Jesus	1957	Tombado Provisoriamente
03	Cuiabá	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário, com todo o seu recheio	1957	Tombado

TRAMAS DE MEMÓRIAS NOS FIOS DA HISTÓRIA DE CÁCERES

04	Vila Bela da Santíssima Trindade	Ruína	Ruínas da Igreja da Matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade e Ruínas do Palácio dos Capitães Gerais	1973	Tombado
05	Cáceres	Bem móvel	Marco do Jauru	1977	Tombado
06	Cuiabá	Conjunto Urbano	Cuiabá, MT: conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico	1985	Tombado
07	Vários	Patrimônio Natural	Lugares indígenas sagrados denominados Kamukuaká e Sagihengu - Alto Xingu, estado do Mato Grosso.	2006	Rerratificado
08	Cáceres	Conjunto Urbano	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres - Mato Grosso	2007	Tombado
09	Vila Bela da Santíssima Trindade	Sítio arqueológico	Complexo Arqueológico Histórico do Arraial de São Francisco Xavier	2012	Instrução
10	Diamantino	Conjunto Urbano	Centro Histórico de Diamantino	2016	Instrução

11	Nova Xavantina	Edificação	Igreja Nossa Senhora de Auxiliadora	2022	Instrução
12	Nova Xavantina	Edificação	Fachada da Casa do Senhor Venâncio	2022	Instrução
13	Nova Xavantina	Edificação	Casa dos Irmãos Villas Boas	2022	Instrução
14	Nova Xavantina	Infraestrutura ou equipamento urbano	Teatro Municipal Heitor Villa Lobos	2022	Instrução
15	Nova Xavantina	Edificação	Casa do Coronel Vanique	2022	Instrução

Fonte: ARRUDA, 2022.

A maioria dos bens tombados ou em estudo são edificações individuais e acervos religiosos, como a Igreja da Sé de Santana em Chapada dos Guimarães, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário em Cuiabá e as Ruínas da Igreja da Matriz e do Palácio dos Capitães-Generais de Vila Bela da Santíssima Trindade. Há também um (01) conjunto urbano e um (01) bem móvel e integrado (Retábulos da Catedral de N. S. Bom Jesus) tombados provisoriamente em Cuiabá, um (01) monumento individual e um (01) conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico em Cáceres. Há também bens culturais em instrução em outras cidades, como o Complexo Arqueológico Histórico do Arraial de São Francisco Xavier, em Vila Bela da Santíssima Trindade, o Centro Histórico de Diamantino e vários bens em Nova Xavantina (IPHAN, 2022).

A partir dos dados apresentados, constata-se que o estado de Mato Grosso possui número pequeno de bens e conjuntos tombados pelo IPHAN, sendo que a

maioria relacionados à história religiosa, arquitetônica e de ocupação da região, a partir do período de expansão da colonização no século XVIII, o que reflete na importância dada a esses bens e valores culturais pela população e pelas autoridades responsáveis pela preservação do patrimônio cultural.

A preservação do patrimônio cultural de natureza material, como as ruínas, edificações e lugares sagrados, também é fundamental para a ampliação da política nacional de memória voltada para a valorização da diversidade cultural e tradições dos diferentes povos e comunidades em Mato Grosso. Contudo, atualmente, há dois conjuntos tombados que foram valorados pela paisagem como categoria, sendo: o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cuiabá (1995) e o Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade Cáceres (2010).

A categoria de paisagem sempre esteve dentre os valores considerados no patrimônio (RIBERIRO, 2020), por vezes sendo associada aos bens arquitetônicos e urbanísticos tomados individualmente ou em conjunto. Enquanto conjunto, a categoria paisagem vem sendo composta por elementos como ruas, praças, edificações, espaços verdes, mobiliário urbano e elementos naturais, como rios ou relevos, por exemplo. Além disso, pode ser influenciada por características sociais, como as práticas e as vivências das comunidades locais.

De acordo com Ribeiro (2020, p.21), o IPHAN vinha buscando construir um instrumento que pudesse transformar a maneira como a paisagem vinha sendo tratada, aliando a relação sociedade e natureza. Com base na Portaria Iphan n. 127/2009, ao instituir a Chancela da Paisagem Cultural, o IPHAN passou a definir institucionalmente como “uma porção peculiar

do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2010, p.13).

Isso significa que a preservação da paisagem é fundamental para a manutenção da integridade e autenticidade de conjuntos e bens tombados individualmente, pois ela auxilia na tradução e exposição de identidades e histórias das comunidades atingidas e envolvidas. Por meio deste entendimento foi realizada a análise das trajetórias da patrimonialização do sítio urbano de Cáceres e a contextualização da noção de paisagem apresentada e protegida, presente no processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres, Mato Grosso.

Patrimônio cultural em Cáceres

O município de Cáceres possui uma legislação de preservação do patrimônio de natureza material, criada em 1982. Além disso, possui um conjunto de bens tombados, registrados, cadastrados e chancelados nas esferas internacional, federal, estadual e municipal. Atualmente, existem 105 bens de diversas categorias, incluindo paisagística, natural, museológica, urbanística, história, expressões, saberes, fazeres, que foram identificados, acautelados e valorados via tombamento, chancela ou registros (Tabela 02).

Tabela 02 - Bens patrimonializados e instituições museais em Cáceres-MT

Nº	Bens e Instituições culturais	Esfera	Tipo de acautelamento	Natureza do bem	Ano
1	Marco do Jauru	Federal	Tombamento	Material	1978
2	Museu Histórico Municipal de Cáceres	Municipal	Lei Municipal	Museológico	1978
3	Arquivo Público Municipal	Municipal	Lei Municipal	Documental	1978
4	Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico de Cáceres (CAUPC)	Federal	Tombamento	Material	2012
5	Sítios arqueológicos (quantidade 46), incluindo: Sítio Arqueológico Índio Grande; Carne Seca; Facão; Descalvado I e II; Santo Antônio das Letras; Cemitérios São Miguel Arcanjo e Pita Canudos, etc	Federal	Cadastro do Patrimônio Arqueológico	Material	1991 a 2018
6	Imóveis no Centro Histórico e entorno (quantidade 43)	Municipal	Tombamento	Material	1996
7	Reserva da Biosfera do Pantanal - Estação Ecológica de Taiamã	Unesco	Chancela	Natural	2000
8	Fazenda Descalvados	Estadual	Tombamento	Material	2001
9	Centro Histórico de Cáceres	Estadual	Tombamento	Material	2002

10	Capela de Nossa Senhora do Carmo, na comunidade Taquaral	Municipal	Tombamento	Material	2002
11	Centro de Pesquisa e Museu de Humanidades “Alaíde Montecchi” – UNEMAT	Estadual	Resolução 36/2004 CONSUNI	Museológico	2004
12	Modo de Fazer a Viola-de-Chocho	Federal	Registro	Imaterial	2005
13	Fazenda Jacobina	Estadual	Tombamento	Material	2007
14	Ofícios dos Mestres de Capoeira	Federal	Registro	Imaterial	2008
15	Roda de Capoeira	Federal	Registro	Imaterial	2008
16	Pesca Artesanal da comunidade ribeirinha	Federal	Processo em Aberto	Imaterial	2016

Fonte: ARRUDA, 2022.

A preservação do patrimônio cultural em Cáceres tem, portanto, uma trajetória constituída de esforços de intelectuais, agentes técnicos e políticos mobilizados para tal fim, aos quais vem sendo valoradas através das dimensões paisagística, histórica, urbanística, arquitetônica, formas e expressões.

Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres

Na década de 1990, o pedido de tombamento federal da Centro Histórico de Cáceres foi motivado pela gestão municipal, que enfrentava diversos problemas relacionados à proteção do sítio urbano e 42 edificações patrimonializadas nos níveis municipal e estadual. Embora tenha sido aberto o processo

administrativo n. 01516.000072/94-90 junto ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), o pedido de tombamento foi pautado por um ofício do Prefeito Municipal Dr. Antônio Carlos Souto Fontes, acompanhado do Inventário Cadastral do Centro Histórico de Cáceres elaborado em 1987 e 1988, realizado pela Fundação Cultural/ Divisão do Patrimônio Histórico e Prefeitura de Cáceres e com financiamento da Fundação Pró-Memória.

Contudo, em 1994 o arquivamento do processo administrativo aconteceu pela ausência de uma planta da proposta da área do Centro Histórico que seria tombada e seu entorno, bem como a descrição dos perímetros, a necessidade de “estudo da Evolução Urbana e sua arquitetura, aspectos econômicos ao longo da vida da cidade”. Neste processo, o valor histórico do sítio urbano e das 41 edificações tombadas fundamentou o pedido. Naquele momento, a paisagem enquanto categoria do patrimônio não foi utilizada no pedido de patrimonialização.⁴

A retomada das ações federais de patrimonialização em Cáceres pode ser entendida como um reflexo de um contexto sociopolítico com grande mobilização nacional em prol da preservação do patrimônio no âmbito do setor cultural e da promoção do desenvolvimento social. De acordo com Paula Porta (2012), neste período houve:

⁴ PARECER TÉCNICO – Tombamento a nível federal do Centro Histórico de Cáceres - MT, de 06 de maio de 1994. Walter Vilhena Valio. Assunto: processo administrativo n. 01516.000072/94-90. In: Processo de Tombamento nº 1.542-T-07. Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A. C. IPHAN.

[...] um renascimento da política de patrimônio como política de Estado, após um período de difícil sobrevivência. Primeiro, o desmonte das estruturas de gestão da cultura, no início da década de 90, resultou na quase paralização das atividades. Depois, com a política de redução da ação do Estado, atribuiu-se à cultura baixíssima relevância e investimento mínimo, o que retardou a reconstrução do IPHAN e de seus instrumentos de ação. (PORTA, 2012, p. 7).

Assim, no IPHAN foi aberto, em 4 de setembro de 2007, o Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64, denominado de Processo de Tombamento nº 1.542-T-07, *Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres*.⁵ Com isso foram reiniciados os procedimentos e articulações internos de discussão sobre a pertinência do tombamento federal dentro do IPHAN, surgindo concepções divergentes acerca de alguns valores e convergentes em outros.

A instalação aconteceu em meio à ameaça de construção da Hidrovia Paraguai-Paraná, a falta de eficácia na aplicação das leis e a preocupação de reforçar a proteção do Centro Histórico de Cáceres e imóveis tombados individualmente nas instâncias municipais e estadual.

Foi nessa conjuntura favorável à preservação do patrimônio cultural em nível federal, em meados da década de 2000, que foram desenvolvidos estudos históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos para o tombamento do perímetro no centro de Cáceres, executados pela empresa Mato Grosso Memória,

5 ANEXO 02. Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A. C. IPHAN.

especializada em estudos culturais, sob a supervisão da Sub-Regional do IPHAN em Mato Grosso. Esses estudos formaram o dossiê que incluiu as informações do processo administrativo elaborado na década de 1990 e uma publicação sobre o Centro Histórico de Cáceres, do governo estadual, de 2006.

O lugar da paisagem e suas definições

Com a instauração do processo, deu-se início ao debate interno de construção e fundamentação dos valores e categorias que fundamentariam a defesa do tombamento federal, a apreciação pelos membros do Conselho Consultivo e as inscrições nos Livros de Tombo.

Na tramitação interna, os documentos submetidos à área central do IPHAN e ao Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), nos memorandos n. 21/2007 e 176/07, oriundos das técnicas Helena Mendes dos Santos e Jurema Kopke Eis Arnout, respectivamente, foram externados os entendimentos e valores principais em nível institucional do sítio urbano de Cáceres. Nestes indicavam o incontestável valor histórico em função da “posição estratégica na ocupação do território brasileiro”, assim como o valor urbanístico, tendo em vista a sua formação ter seguido as definições estabelecidas na Ata de Fundação de 1778. Neste caso, os preceitos que orientaram as definições de sítio histórico urbano foram de “testemunho de um processo de organização social”,⁶ por isso, ele constituía um “documento histórico” e a cidade por si,

6 Memo. nº 21/2007 HMS/GPrt/DEPAM. Assunto: Processo de tombamento nº 1.542-T-07, de 10/12/2007. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN. fl. 142

um “documento da história urbana do País”.⁷ Por outro lado, os valores arquitetônico, urbanístico e paisagístico, que apresentavam critérios técnico-conceituais consolidados em nível regional, assim como a delimitação dos perímetros do sítio histórico e seu entorno, foram considerados insuficientes ou pouco claros.

Jurema K. E. Arnout,⁸ em seu parecer, destaca sete (07) ponderações e observações que fosse consideradas na proposta apresentada pela 14^a Superintendência Regional do IPHAN, relacionadas à: 1) morfologia do sítio, que demandavam mais informações sobre aspectos urbanísticos acerca do tecido urbano, o papel desempenhado pelo meio físico na constituição da forma urbana, o parcelamento, volumetria das edificações; 2) referências ao acervo arquitetônico, contemplando maiores informações sobre a situação de preservação e conservação do conjunto, em sua totalidade; 3) sugestão do uso de elementos geográficos e a planta e o traçado histórico de 1907, elaborada pela Comissão Rondon⁹ (Figura 01), presente no Parecer 05/2010.¹⁰

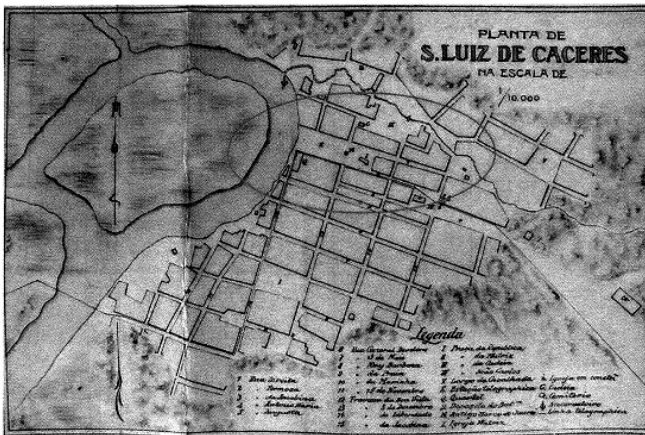
7 PARECER N° 05/2010, de 08 de abril de 2010. Helena Mendes dos Santos. Assunto: Processo de Tombamento n° 1.542-T-07. In: Processo Administrativo n° 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de n° 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN.

8 Memo. n° 176/2007 JKEA/GPrt/DEPAM. Jurema Kopke Eis Arnout – JKEA. Assunto: Processo de tombamento n° 1.542-T-07, de 06/10/2007. In: Processo Administrativo n° 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de n° 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN.

9 Memo. n° 176/2007 JKEA/GPrt/DEPAM. Jurema Kopke Eis Arnout – JKEA. Op. cit.

10 PARECER N° 05/2010, de 08 de abril de 2010. Helena Mendes dos Santos. Op. Cit.

Figura 01 - Mapa do Perímetro sugerido para tombamento federal a partir da “Planta da cidade de São Luiz de Cáceres 1905”



Fonte: IPHAN, Processo nº 1.542-T-07.

Nos pontos 4, 5, 6 e 7, constavam apontamentos relacionados a ausência das justificativas da área do entorno, a inclusão de elementos geográficos na proposta de tombamento, como a Baía do Malheiro, a faixa de água do Rio Paraguai e o Córrego Sangradouro, entendidos como determinantes na formação e composição da morfologia do sítio urbano.¹¹

Em resposta, em Nota Técnica da Arquiteta e Arqueóloga Maria Clara Migliácio, a Sub-Regional em Mato Grosso destacou que os preceitos conceituais que nortearam a proposta de tombamento federal pautavam-se nas:

Cartas e Recomendações Internacionais para proteção do patrimônio histórico arquitetônico e urbano, **o caráter documental** do centro histórico de Cáceres foi amplamente utilizado, tanto para justificar

11 Memo. nº 176/2007 JKEA/GPrT/DEPAM. Jurema Kopke Eis Arnout – JKEA. Op. cit.

a relevância histórica do bem a tombar e para explicitar os elementos que o constituem, quanto para definir as poligonais do Tombamento e de Entorno.¹²

Maria Clara Migliácio acrescentou que ao submeter as informações dos imóveis inventariados e tombados pelos governos estadual e municipal, este ato se constituía em apenas uma forma de enfatizar e contextualizar os valores e o interesse dos demais entes políticos em garantir a preservação. A delimitação das poligonais encontrava-se pautada em critérios gerais, atentando aos “elementos arquitetônicos, urbanísticos e **paisagísticos**, vinculados à trajetória histórica da cidade, considerando-se os diversos momentos e contextos, desde a sua fundação no século XVIII até os dias atuais” critérios específicos ligados à coesão das “qualidades urbanísticas do conjunto e edificações tipologicamente coerente”.¹³ Migliácio externava claramente a preocupação com o conjunto e possíveis resultados da implantação de grandes empreendimentos na cidade, tal qual a Hidrovia Paraguai-Paraná, compreendendo que o “tombamento federal é, nesse momento, o único instrumento capaz de garantir a preservação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres”¹⁴.

A definição da categoria de paisagem girou em torno dos elementos históricos, arquitetônicos e urbanísticos que deram materialidade ao sítio urbano proposto através da área delimitada para tombamento e seu entorno. Por causa das contradições

12 NOTA TÉCNICA: referente à apreciação da instrução do processo de Tombamento do Conjunto Arquitetônico Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres. Maria Clara Migliácio. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN. Vol. I, fl. 154

13 Ibidem., Idem. fl. 158

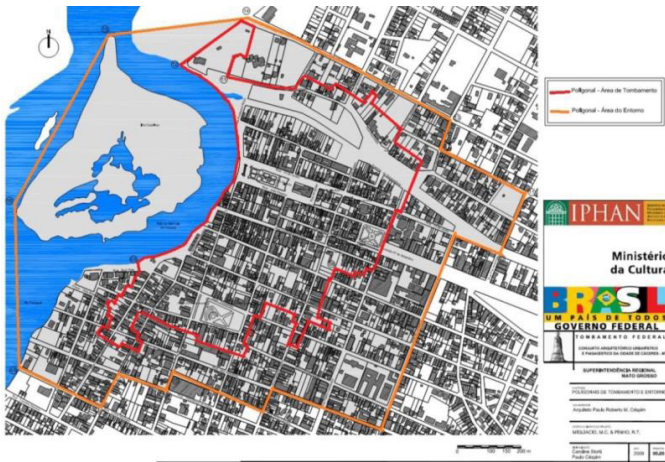
14 Ibidem., Idem. fl. 163

conceituais e técnicas, a equipe do DEPAM fez uma visita *in loco*, acompanhada pelos técnicos da Sub-Regional/ IPHAN e do governo estadual, com o propósito de aferir e complementar os estudos sobre os valores históricos, arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos do sítio urbano para melhor definir a poligonal de tombamento federal, realizar o levantamento fotográfico e cartográfico e (re)delimitar as propostas de tombamento e entorno, com tecnologias digitais e espaciais de levantamento geográfico¹⁵. A equipe do DEPAM enfatizou durante a visita técnica que a delimitação do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres era “grande”, o que poderia vir a causar problemas posteriores na gestão, sendo necessário estudos complementares.

Neste entremeio, a Sub-Regional foi transformada na Superintendência do IPHAN em Mato Grosso, em 2009, com conquista de maior autonomia financeira e política. Entretanto, nesta fase de estruturação, apesar de contar com menos de dez técnicos efetivos para lidar com a preservação de sítios arqueológicos, do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico, Paisagísticos de Cuiabá e da salvaguarda de bens de natureza imaterial, a equipe regional não abriu mão dos valores e levou até as últimas consequências técnicas e políticas a defesa do perímetro de tombamento, seu entorno, bem como dos bens arquitetônicos. Os estudos complementares requeridos, incorporando as questões geográficas, foram enviados pela Superintendência do IPHAN em 14 de janeiro de 2010, para que passasse por uma nova avaliação do DEPAM (Figura 02).

15 Ata reunião de 24 de junho, em Cáceres. Assunto: Estudo de tombamento da cidade de Cáceres. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN. fl. 178

Figura 02 - Perímetros tombados do Centro Histórico e Entorno, em nível federal em 2010



Fonte: IPHAN, 2010.

Conforme Claudio Quos Conte, superintendente do IPHAN em Mato Grosso, a área submetida como proposta para o tombamento federal do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico

[...] foi redefinida tendo como princípio uma área compacta, orgânica, seguindo sua divisória pela linha de fundo dos lotes **com vista a uma maior unicidade e facilidade no gerenciamento futuro da área**, evitando-se, ao máximo, propositalmente o eixo das ruas que faz com que um lado do logradouro esteja tombado e o outro não (item 04 da pauta). A **redelimitação da área de entorno**, englobando a **ilha fronteira a área proposta para tombamento, visando a integridade paisagística do conjunto** (item 05 da pauta).¹⁶

16 Estudos complementares para instrução do processo de tombamento do Centro Histórico de Cáceres. Claudio Quos Conte, Superintendente IPHAN Mato Grosso. In: Processo Administrativo

Estes olhares internos e a fundamentação passaram ser apontados através de memorandos que vão definindo e esmerilando o entendimento sobre o conjunto que deveria ser tombado.

Helena Mendes dos Santos, em 2008, destacou o importante papel desempenhado pela malha urbana “desde a implantação do núcleo setecentista de Vila Maria para a definição de fronteiras entre terras lusas e castelhanas e, mais tarde, entre terras brasileiras e bolivianas”.¹⁷ Contudo, também a “necessidade de um estudo que contemple os aspectos urbanísticos e paisagísticos do conjunto, prevendo informações que possam atender às demandas advindas ao tombamento”¹⁸.

Embora o DEPAM tenha considerado o acervo arquitetônico de Cáceres pouco significativo para sua utilização como parâmetro na delimitação dos perímetros do sítio e seu entorno, nesta fase final do processo de tombamento, a arquitetura foi usada como elemento do conjunto que deu forma à paisagem e às condições urbanísticas, e não como exemplares ligados às Artes, conforme citação a seguir:

Ao falarmos de valor arquitetônico do conjunto não estamos rigorosamente identificando-lhe um mérito artístico que o distingua como bem “de excepcional valor artístico”, para usarmos os termos do art. 1º do Decreto-Lei 25/37. No conjunto, há valor suficiente para se proceder a inscrição no

nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN. fl. 180

17 MEMORANDO GProt/DEPAM nº 100/2008, de 17 de abril de 2008. Helena Mendes dos Santos. Assunto: Processo de Tombamento nº 1.542-T-07. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN.

18 MEMORANDO GProt/DEPAM nº 100/2008, 17 de abril de 2008. Helena Mendes dos Santos. Op. cit.

Livro do tombo histórico, **mas não para justificar sua inclusão no Livro das belas artes**, já que a proteção daquele bem **não é relevante para a história da arte do País (...)**. Sempre se deve buscar o valor arquitetônico nos bens e conjuntos históricos, para se assegurar a necessária ligação entre o imóvel e o fato ou processo histórico que ele representa, mas a inscrição no Livro das belas artes requer, mais do que isto, **a identificação de uma excepcionalidade artística e arquitetônica**, o que não é o presente caso¹⁹.

Helena Mendes dos Santos, em Parecer n. 05/2010, de 8 de abril de 2010, ao se reportar a Coordenadora da área de Proteção – DEPAM, Jurema K. E. Arnout, destacava que ao sítio urbano poderia ser atribuído o valor paisagístico em decorrência da possibilidade de “aplicação do enfoque dos estudos voltados para a compreensão da história do território que abordam a influência do meio geográfico sobre as sociedades”. Contudo, recomendava que as informações do inventário dos bens arquitetônicos e paisagísticos fossem ampliadas e atualizadas, em especial para “contemplar informações relativas aos aspectos urbanísticos e paisagístico do conjunto”. Para a Santos,

Ao longo da trajetória institucional, a **seleção das paisagens** e sítios evoluiu da abordagem voltada para as características físicas e de beleza cênica de um sítio” para a compreensão da **evolução histórica da paisagem urbana construída**, abrangendo áreas ou trechos das cidades entendi-

19 ARNAUT, Jurema Kopke Eis, apud NERI, Antonio Fernando Alves Leal. Parecer nº 030/2010 – PF/IPHAN/SEDE/GM, Brasília, 30 de julho de 2010. Volume II, Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07, (fl.221). Rio de Janeiro.

dos como documentos da história urbana.” O tombamento de um sítio urbano pelos valores urbanísticos e ***paisagísticos admite a proteção do traçado urbano remanescente e da vegetação***, tanto pública quanto particular, de modo a preservar a arborização e a escala da idade por meio do controle da densidade e da fixação do gabarito das novas construções.

Ao contrário da documentação escrita, iconográfica ou cartográfica, a fonte primária passa a ser o próprio sítio: a fonte de informação está ainda inscrita no solo e, ao mesmo tempo, essa informação diz respeito a uma forma modificada da paisagem, se tornando “... testemunho e não o próprio processo”.

[...] Em relação aos aspectos naturais, o rio Paraguai se destaca acentuadamente na configuração do sítio urbano além de ser o principal elemento que marca e interage com a paisagem urbana. A cidade de Cáceres, localizada na microrregião do Alto Pantanal, distingue-se neste complexo bioma por servir de acesso terrestre à região, ao mesmo tempo em que este complexo influencia a vida da população local “... fortemente caracterizada pelo modo de ser pantaneiro, tanto condicionado pelo ritmo das águas do rio Paraguai e de seus tributários, como pela situação de fronteira cultural que o pantanal representa desde tempos pré-coloniais.” [sic] (grifos nossos).²⁰

Em nota técnica, tanto Jurema K. E. Arnout quanto Helena Mendes dos Santos concordavam em direcionar o tombamento do Conjunto urbanístico e paisagístico da

20 Parecer Técnico nº 05/2010, de 08 de abril de 2010. Helena Mendes dos Santos. Op. cit. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

Cidade de Cáceres-MT, aos quais fizeram suas recomendações que foram encaminhadas para apreciação pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 8 de abril de 2010.

No memorando 119/2010, Jurema K. E Arnout encaminhou ao Diretor do Departamento de Patrimônio Material o processo de tombamento n. 1542-T-07 – Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres, onde concorda com o parecer favorável ao tombamento de trecho da cidade, considerando os valores:

- 1) históricos — pelo papel que desempenhou desde a implantação do núcleo setecentista de Vila Maria do Paraguai (primeira designação do núcleo) para a definição de fronteiras entre terras lusas e castelhanas e, mais tarde, por seu destaque na defesa da fronteira entre terras brasileiras e bolivianas, representando importante documento da história urbana do país; e no incremento da comunicação entre Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá e, pelo Rio Paraguai, com a Capitania de São Paulo;
- 2) urbanísticos — pela forma urbana assumida como precipitação espacial da estratégia portuguesa de expansão da colônia para oeste, e pela função que cumpriu como entreposto comercial;
- 3) paisagístico — como testemunho do intercâmbio entre os processos naturais e sociais, em que o Rio Paraguai se destaca acentuadamente na configuração do sítio urbano e como principal elemento que marca e interage com a paisagem urbana²¹.

²¹ Memo. n^o 119/20010. JKEA/Proteção/DEPAM. Jurema Kopke Eis Arnout – JKEA. In: Processo Administrativo n^o 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de n^o 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C.IPHAN.

Em minuta da Procuradoria-Geral Federal/IPHAN, seguindo as notas técnicas, antes da apreciação do Conselho Consultivo do IPHAN, destacavam os principais valores acima que contrastavam com a percepção de técnicos da Superintendência do IPHAN em Mato Grosso. Tais posições resultaram na publicação do Edital de Tombamento Provisório assinado pelo presidente do IPHAN, Luiz Fernando de Almeida, em 31 de agosto de 2010, enquanto Conjunto Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, Mato Grosso.

Estas posições, quando comparadas à Nota Técnica de Maria Clara Migliácio, demonstraram as contradições e as quedas de braço existentes no processo de tombamento que serão levadas para apreciação do Conselho Consultivo do IPHAN, onde as diferentes noções conceituais adotadas institucionalmente foram debatidas, margeadas pelos debates sobre as inscrições de determinados bens em alguns Livros do Tombo, como o de Belas Artes. Concepção essa que tem hierarquizado as inscrições nos livros tal como aponta Chuva (2017).

A paisagem de Cáceres sob o olhar do Conselho Consultivo do IPHAN

Na sua 66^a reunião, entre os dias 9 e 10 de dezembro de 2010, em contraste aos pareceres e memorandos dos técnicos do DEPAM, os membros presentes manifestaram-se de forma unânime a favor do tombamento federal do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres. O relator e Conselheiro Synésio Scofano Fernandes destacou em seu parecer, submetido através do Ofício CC/IPHAN/n 146/10, os valores históricos e urbanísticos, o paisagístico “pela interação dos processos naturais e sociais, no qual o Rio Paraguai marca profundamente

a configuração do sítio urbano”.²²

Os valores arquitetônicos foram associados aos estilos “*art déco*, ao colonial ou mesmo contemporâneo”. Também se enfatizou a necessidade da incorporação da ilha fluvial, que margeia o cais da cidade, definida como área de entorno, na área tombada, a fim de protegê-la de eventuais interesses particulares, tal qual a de construir um hotel.²³

Finalmente, um ano e seis meses depois, houve a homologação do tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres, sendo inscrito nos livros Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Diferente da proposta encaminhada pelo DEPAM para apreciação do Conselho, que incluía apenas os aspectos urbanísticos e paisagísticos, este último acompanhou o voto do relator²⁴ e reconheceu os valores arquitetônicos como “documento da história urbana do País”, sem necessariamente ter ligação com às belas artes. A cidade, por meio do processo de tombamento, apresentava um conjunto arquitetônico que retratava a “evolução da sua história, econômica e social, nesses seus duzentos e trinta anos de existência”. Da mesma forma, a “configuração do seu arruamento setecentista,

22 Ofício CC/IPHAN/n 146/10. Synésio Scofano Fernandes. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN.

23 Ata da 66ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, entre 09 e 10 de dezembro de 2010. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN. Vol. II, fl. 283/288.

24 FERNANDES, Synésio Scofano. Parecer do Relator do Processo de nº 1.542-T-07, Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres, de 09 de dezembro de 2010. In: Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica “Processos” de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN. Vol. II, fls. 266-269.

as edificações, de estilos diversos, mas harmonizadas pela escala e volumetria, já se encontravam como que prenunciadas no documento de sua fundação”.²⁵

A dimensão paisagística do perímetro tombado e seu entorno tornou-se ainda maior e mais complexa do que a área do tombamento em nível estadual (ARRUDA, 2008; 2009; 2010; ARRUDA et. al., 2011), bem como incorporou um conjunto de bens arquitetônicos antes acautelados individualmente pelos governos estadual e municipal (ARRUDA, 2011; 2012; 2014).

De modo inovador, se comparado aos demais, reconheceu a importância do patrimônio natural na construção social e cultural do centro histórico. Todavia, a revisão da área tombada conforme deliberado pelo Conselho Consultivo do IPHAN não foi atendida e a representação cartográfica da área permaneceu, até final de 2022, com a delimitação encaminhada em 2010, sem incorporar a Ilha fluvial na área tombada.²⁶

Considerações Finais

A preservação da paisagem nos conjuntos urbanos tombados é fundamental para garantir a continuidade das relações entre o ambiente construído e seu entorno, possibilitando a compreensão dos valores históricos e culturais presentes. Pois, a paisagem é capaz de transmitir e possibilitar uma leitura do passado, permitindo a identificação das transformações ocorridas ao longo do tempo, além de fornecer um contexto para a

25 Idem, *ibidem*.

26 De acordo com os dirigentes do IPHAN em Mato Grosso, a área já foi alterada. No entanto, não consegui encontrar nenhum documento legal (publicado em Diário) que confirme tal alteração. Por isso, compreende-se que ainda não foi alterada, haja vista que no âmbito da administração pública tudo acontece, ou deveria acontecer, através de atos normativos regulamentados e divulgados amplamente.

interpretação dos elementos arquitetônicos, urbanísticos e naturais presentes nos conjuntos tombados pelas diferentes esferas governamentais.

Todavia, enfrenta desafios relacionados à pressão do desenvolvimento urbano, a degradação ambiental e a falta de conhecimento e afeto sobre a importância da paisagem como patrimônio cultural.

De modo geral, o estudo demonstra como foi enfatizada a importância do rio Paraguai no desenvolvimento econômico e a promoção da malha urbana, bem como das manifestações populares, artísticas na cidade. Urbanisticamente, reafirmava a concepção do vilarejo de Vila Maria do Paraguay como um lugar fundado planejadamente e de modo estratégico para a defesa do território luso-espanhol e brasileiro, de acordo com os trabalhos de Arruda (2002), Moraes (2003) e Castrillon (2006)²⁷.

Enquanto isso, nos campos da arquitetura, do urbanismo e da paisagem foram identificadas, analisadas e definidas as tipologias e estilos arquitetônicos na cidade, marcando a heterogeneidade do conjunto arquitetônico, composto pelos estilos neoclássico, eclético, *art decó* e colonial, visando contemplar tanto a *evolução* quanto a formação da paisagem urbana.

A paisagem desempenha um papel fundamental para a compreensão e possibilita criação de elementos para preservação, aos quais passam a considerar aspectos arquitetônicos, históricos, paisagísticos, urbanísticos e socioambientais, bem como as ações e interações humanas que interferem na paisagem.

²⁷ MIGLIÁCIO, Maria Clara; PINHO, Rachel Tegon de. **Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da cidade de Cáceres**: instrução do processo de tombamento. Cuiabá: IPHAN, 2007. ANEXO 01. Processo Administrativo nº 01458.000043/2007-64 de 04 de setembro de 2007, integrando a Série Histórica "Processos" de nº 1.542-T-07. Rio de Janeiro, A.C. IPHAN.

Os diferentes olhares e a queda de braço na definição da paisagem constituída pelo patrimônio arquitetônico edificado não se encerrou com a votação, com aprovação unânime, do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de Cáceres pelo Conselho Consultivo e terá novos capítulos no futuro processo de regulamentação da gestão da preservação, através dos estudos técnicos de elaboração da Instrução Normativa.

Referências Bibliográficas

ARRUDA, Renato Fonseca de. *Edificações inventariadas no Centro Histórico de Cáceres/MT, desdobramentos nas histórias e memória local*. 96 fls. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT, 2009.

_____. *Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas: a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação*. 162 fls, 2014. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

_____. *Política de Museu e Patrimônio cultural da UNEMAT: trajetórias, perspectivas e desafios*. 565 fls, 2022. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Museu de Astronomia e Ciências Afins (UNIRIO/MAST), Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Rio de Janeiro, 2022.

ARRUDA, Renato Fonseca de; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES, Ronaldo José. *Uso do SIG*

na espacialização das edificações antigas do centro histórico de Cáceres/MT. In: *XIX ENCONTRO SUL-MATO-GROSSENSE DE GEÓGRAFOS - III Seminário de Estudos Fronteiriços*, 2011, Corumbá. XIX Encontro Sul-Mato-Grossense de Geógrafos - III Seminário de Estudos Fronteiriços, 2011.

_____. Espacialização de elementos do centro histórico de Cáceres, MT e seu entorno: subsídios para o desenvolvimento de atividades educacionais e turísticas. In: *3º SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO PANTANAL*, 2010, Cáceres. 3º Simpósio de Geotecnologias. Campinas; São José dos Campos: Embrapa Informática Agropecuária; INPE, 2010. p. 962-972. <https://www.geopantanal.cnptia.embrapa.br/2010/cd/p266.pdf> Acesso em: 20 mai. 2023.

ARRUDA, Renato Fonseca; FERREIRA, Ana Maria; CASARIN, Rosália; NEVES, Ronaldo José. Estudo de caso: Rua Quintino Bocaiuva no Centro Histórico de Cáceres/MT, no contexto da educação patrimonial e turismo. In: *II SEMINÁRIO DO AMBIENTE URBANO* (2, 2011: Cáceres, MT) “Desafios e Dilemas das cidades brasileiras no século XXI “. Cáceres/MT: EdUNEMAT, 2011.

ARRUDA, Renato Fonseca; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES, Ronaldo José; CASARIN, Rosália; COCHEV, Jakeline Santos. Paisagem do centro histórico de Cáceres, MT analisada a partir das categorias forma e função. In: *Anais... XV ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS: “O espaço não pára por uma AGB em movimento”*. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB, São Paulo 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 03 jun. 2022.

_____. *Decreto nº 3.551, de 2 de outubro de 2000*. Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

_____. *Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937*. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 5 ed. São Paulo: Estação Liberdade: EdUNESP, 2006.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. *Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades*. São Paulo: Sesc, 2018.

GRIGOLETO, Maira Cristina. Informação e documento: expressão material do patrimônio. In: *CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 57-69, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42369>. Acesso em: 20 mai. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Lista dos bens tombados e processos em andamento atualizada*

em 29/12/2022. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_dos_Bens_Tombados_e_Processos_em_Andamento_atualizado_em_29_12_2022.xls Acesso em: 20 maio 2023.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. *Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural - desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, I, 2012. **Anais...** Brasília: IPHAN, 2012. p. 25-39. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2023.

MOTTA, Lia (Org.). *Um panorama do campo da preservação do patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Caderno de Estudos do PEP-MP, 9).

_____. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio Augusto. *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 256-286.

NEVES, Sandra Mara Alves da Silva. *Modelagem de um banco de dados geográficos do Pantanal de Cáceres/MT: estudo aplicado ao turismo*. 284 fls, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2006.

REIS, Gabrielle Alves *et. al.* A paisagem no ordenamento urbano brasileiro: a produção de leis da paisagem no Recife e no Rio de Janeiro entre 1950 e

2019 . *Revista Espaço e Geografia*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 197-222, 2022.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Brasília: Iphan, 2007.

_____. Paisagem, Patrimônio e Democracia: novos desafios para políticas públicas. In: CASTRO, Iná Elias de; RODRIGUES, Juliana Nunes, RIBEIRO, Rafael Winter (Orgs.). *Espaços da Democracia: para a agenda da geografia política contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

_____. A política da paisagem em cidades brasileiras: instituições, mobilizações e representações a partir do Rio de Janeiro e Recife. In: FIDALGO, Pedro. (Org.). *A paisagem como problema: conhecer para proteger, gerir e ordenar*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2018. p. 155-170

_____. Paisagem. In: IPHAN. (Org.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Brasília: IPHAN, 2020.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos*. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: EdUSP, 2006.

SILVA, Aline de Figueroa. Critérios para a intervenção no Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico do Antigo Bairro do Recife. In: IPHAN. *Programa de Especialização em Patrimônio – Artigos (2005 e 2006)*. Coordenação-Geral de Pesquisa e Documentação. Rio de Janeiro: IPHAN/Copedoc, p. 10-55, 2009.

CÁCERES: MEMÓRIA, ESTRUTURA FUNDIÁRIA E EXCLUSÃO SOCIAL

*Otávio Ribeiro Chaves*¹

Antoine Prost², em sua última aula na Universidade de Sorbonne/Paris, em 1998 oportunizou a discussão de questões pertinentes ao ofício do historiador. Destacando, entre essas, tratar acerca do *Dever de história*³. E, sob esse olhar, ensina que ato de lembrar nos remete a alguma experiência que reconhecemos como valorosa; assim, quando a memória é acionada, emergem lembranças às quais, de certa forma, foram significativas ao longo da nossa trajetória. Ao dizer isso, Prost atinge um dos motes sensíveis ao profissional de História, qual seja o respaldo da memória, como fonte histórica.

A utilização da memória na construção do conhecimento histórico configura-se escolha do historiador que parte de “um contexto mais amplo, onde se arrisca a ser dissolvido, ele o isola, para melhor colocá-lo em evidência” (PROST, 1998, p. 4). Além disso e, na esteira dessa aula, podemos dizer que recordar, lembrar de

1 Professor doutor em História Social, vinculado ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/UNEMAT. Membro do Grupo de pesquisa: Fronteira Oeste: Poder e economia e sociedade, sob a coordenação do professor doutor Domingos Sávio da Cunha Garcia/UNEMAT/CNPq. Integrante como pesquisador do “Projeto educação ambiental e patrimonial a partir do centro histórico de Cáceres” /PROEEDAP/UNEMAT., sob a coordenação da professora doutora Dilma Lourenço da Costa/Geografia/UNEMAT.

2 Antoine Prost é um historiador da sociedade francesa do século XX, em particular por meio de estudo de grupos sociais, das instituições e das mentalidades. Metodologicamente, ele contribuiu decisivamente com a evolução da história política contemporânea, especialmente por sua reflexão sobre as palavras e a linguagem na política.

3 PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? **Revista anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, volume 8, número, 14, dezembro de 2000. Disponível na Internet: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6792>

fatos ocorridos, oportuniza nos reportar à vivências importantes da nossa caminhada. Quando passamos a lembrar de episódios ocorridos, isso não acontece de forma cronológica mas, por meio da “acumulação de referências justapostas, como palavras extraídas de um dicionário sem que delas se façam frases” (PROST, 1998, p. 11). Nesse sentido, cabe ao historiador sistematizá-las, de modo que se configure coerente com o fato ocorrido. Desse modo, dá-se a construção de uma narrativa histórica!

O uso da memória surge como um poderoso instrumento que nos faz conectar a antigos episódios. Como dissemos, o movimento de rememorarmos acerca de acontecimentos configura-se como ato seletivo, considerando que “a memória não retrata a vida como ela é ou foi; mas, a realidade lembrada por quem a vivenciou!” (PESAVENTO, 2000, p. 47). O ato da escrita de um artigo, também prescinde de nos reportarmos às lembranças, porque provoca reações tais como a busca nas estantes pelos livros guardados, a reativação do diálogo com os autores lidos em outros contextos; o acesso a lugares de memórias existentes no espaço sobre o objeto da escrita; enfim, escrever suscita a lembrança, à tomada de consciência, reconstruída a propósito das experiências vivenciadas e ou compartilhadas.

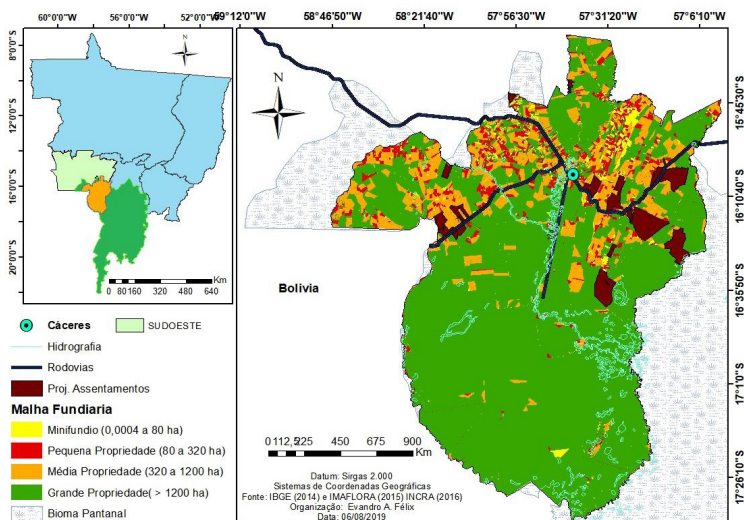
Em face do convite para escrever sobre a Cáceres, seguiu-se da emersão de um entrelaçamento de lembranças, considerando o quanto das memórias e vivência nesta cidade, além de três décadas. Em que pese, de antemão, providenciar o necessário para que traçasse o roteiro da escrita, por vezes foi alterado, reconstruída a configuração inicial; na verdade, fruto de revisitações à memória pessoal, ao acervo disponível, busca de significantes mais fiéis ao proposto; em suma, escolhas foram necessárias e oportunas.

O primeiro contato com a cidade de Cáceres foi textual. A produção historiográfica surgida nas décadas de 1980 e 1990 marcadamente para a leitura sobre Mato Grosso e, em especial, sobre a cidade de Cáceres. A pesquisa documental sobre o período colonial realizada no Arquivo Público de Mato Grosso (Cuiabá, MT) e no Núcleo de Documentação de Informação Histórica Regional (NDHIR-UFMT/Cuiabá) possibilitaram leituras sobre essa cidade configurada por singularidades. De uma pequena povoação luso-brasileira surgida no século XVIII, em um espaço de fronteiras com o Vice-Reinado do Peru, até a constituição enquanto cidade no século XIX. Atualmente, esse município traz forte herança colonial, como a existência de população pluriétnica (grande parte pauperizada), considerável extensão territorial, concentração de propriedades rurais (latifúndios) em mãos de poucos grupos sociais, localizada em um espaço de fronteira com o Estado Plurinacional da Bolívia.

A proposta deste artigo consiste em discutir a percepção sobre a cidade de Cáceres, a partir de alguns fragmentos historiográficos. Não obstante, alargaremos a discussão procurando pensar sobre a organização fundiária do município e suas relações de poder e de exclusão social - a “cidade vista de baixo”. Recorreremos às lembranças de sujeitos sociais que vivem (ou viveram) no município cacerense – produzindo narrativas sobre acontecimentos que revelam aspectos do cotidiano do mundo do trabalho. Para finalizar, discutiremos sobre atuais impactos socioambientais no município de Cáceres.

Fragmentos historiográficos sobre a cidade de Cáceres

O mapa a seguir, traz a localização de Cáceres no território brasileiro. Contém informações sobre a estrutura fundiária, a localização da hidrografia, rodovias e projetos de assentamentos. Nele, também é possível observarmos o tamanho e localização das pequenas, médias e grandes propriedades. Não sendo difícil percebermos a presença, expressiva, das grandes propriedades ocupando o território municipal.



Fonte: IBGE (2014); IMAFLORA (2015) e INCRA (2017). Org. FÉLIX e LOIOLA, 2019. (APUD, SILVA, O' LOIOLA, 2019).

No rastro da historiografia de Mato Grosso obtivemos o acesso primeiro a diferentes leituras sobre a cidade de Cáceres.⁴ Essas pesquisas foram fundamentais

⁴ Essas leituras estão referenciadas em produções bibliográficas brasileiras entre as décadas de 1980 e 1990. Algumas delas estão citadas nas referências bibliográficas no final deste texto.

para a compreensão acerca da ocupação e povoamento da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso no século XVIII. No mesmo sentido, a concepção sobre administração colonial nas minas de ouro surgidas nas repartições de Cuiabá e Vila Bela; da penúria vivida pela população colonial mato-grossense; das intrincadas relações inter-étnicas envolvendo homens brancos, africanos, crioulos, libertos, ameríndios, trabalhadores pobres e livres, dentre os sujeitos que, enfim, fizeram parte da sociedade luso-mato-grossense.

Com base nessas obras, foram realizadas pesquisas historiográficas importantes sobre Mato Grosso.⁵ Entretanto, não somente essa produção foi importante para se ter leitura mais acurada sobre Mato Grosso, mas, o acesso a uma vasta documentação existente em dois lugares de memórias, quais sejam, o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APMT, e o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR, da Universidade Federal Mato Grosso; entes, imprescindíveis às pesquisas atinentes à História Colonial, Imperial e Republicana brasileira. Podemos destacar e relacionar nessas obras, dois enfoques, no que tange à cidade de Cáceres: 1) a fundação da antiga Vila Maria do Paraguay, em 8 de outubro de 1778, enquanto povoação luso-brasileira. Importante avultar,

⁵ Estudos mais recentes surgiram abordando temas como a constituição da fronteira oeste no âmbito do Império português; o espaço de fronteiras com os antigos domínios da Espanha na América do Sul – Vice-reinado do Peru e Vice-reinado do Prata; a organização da economia de Mato Grosso assentada na exploração do ouro, diamantes e no extrativismo; a estrutura fundiária organizada com base na pecuária e na lavoura; as relações comerciais com antigos centros urbanos da América portuguesa; administração colonial; a mulher na frente de colonização luso-brasileira, as câmaras municipais na organização do território colonial mato-grossense; o surgimento de núcleos urbanos como vilas, arraiais, fazendas e fortificações; as diferentes formas de resistência afro-indígena, entre outros temas.

que, no século XVIII, a Povoação Vila Maria do Paraguay não chegou a se estabelecer enquanto vila – não havia requisitos político-administrativos para isso, segundo determinava a legislação portuguesa naquele período histórico.

A fundação desse núcleo populacional pela Monarquia portuguesa tinha dentre vários motivos, a função primordial em manter o controle de rotas comerciais entre o antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão e, o Estado do Brasil. Importante observar que, a localização estratégica, dessa povoação luso-brasileira, também foi fundamental para a administração portuguesa assegurar uma vasta espacialidade com os domínios da Espanha, nesta parte do continente sul-americano. Portanto, a criação dessa povoação foi uma ação geopolítica estratégica, tendo como base as discussões travadas entre Portugal e a Espanha durante as formulações do Tratado de Madri (1750). Não é possível pensar a cidade de Cáceres sem atentarmos para a constituição da fronteira oeste do Brasil. A história dessa cidade está assentada, intrinsecamente, nas relações fronteiriças estabelecidas com os antigos domínios da Espanha – antes Vice-Reinado do Peru e Vice-Reinado do Prata, contemporaneamente, com o Estado Plurinacional da Bolívia.

Um segundo destaque, no entanto, não menos importante, diz respeito à organização fundiária do município de Cáceres. No século XVIII, a monarquia portuguesa tinha como um dos instrumentos para garantir o controle político-administrativo e fiscal do território luso-brasileiro, a concessão de sesmarias para colonos.⁶ Neste espaço geográfico do continente

⁶ Ver o DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO. Período colonial. Nauk Maria de Jesus (org.). Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2011, p. 259. “A lei de sesmarias surge em 1375, em Portugal, no reinado

sul-americano, tal prática não foi diferente. Diante desse fato, podemos considerar que o atual município de Cáceres se estruturou ao longo de mais de dois séculos com base no latifúndio. Atualmente a sua base produtiva encontra-se assentada na criação de gado e, mais recentemente, com o avanço do plantio de soja. Cresce, porém, a produção de lavouras dos mais diferentes gêneros alimentícios e a criação de pequenos animais nos assentamentos rurais que foram criados nas décadas de 1990 e 2000. O pescado também é uma das fontes de alimentação da sociedade cacerense.

A organização fundiária desde o século XVIII, sob o manto da Monarquia portuguesa, fez com que fossem produzidas relações de poder assentadas no tipo de propriedade latifundiária. Uma das heranças marcantes do período colonial luso-brasileiro (1500-1822), pode-se descrever que diz respeito à relação entre o poder econômico assentado no latifúndio e, o baixo índice de desenvolvimento humano. Destacamos outrossim, outra característica desse legado, a formação de uma sociedade patriarcal, assentada no mando do proprietário de terras que, de forma trágica, acompanha a sociedade brasileira, produzindo a continuidade da exploração do trabalhador e, a constituição de práticas racistas e sexistas. Para avançarmos nessa discussão, recorreremos em alguns dados divulgados sobre o município de Cáceres pelo Instituto Brasileiro e Geográfico de Estatística –

de D. Fernando, como forma de solucionar os problemas agrários e de produção daquela e de produção daquele país. E passaram ao longo do tempo a integrar as Ordenações Afonsinas (1446), Manuelinas (1521) e Filipinas (1603). [...] Na América portuguesa, a concessão de sesmarias significou não apenas a concessão de terras para quem pudesse cultivar, mas também a expansão e ocupação dos domínios portugueses. A concessão de sesmarias na Capitania de Mato Grosso, criada em 1748, foram procedidas por práticas similares nas “Minas do Cuiabá” desde 1726, no termo da Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá, por Rodrigo César de Menezes”.

IBGE, na investigação das relações existentes entre o discutido na historiografia e, o momento atual.

Área Territorial
24.495,510km² [2022]
População estimada
95.339 pessoas [2021]
Densidade demográfica
3,61hab/km² [2010]
Escolarização 6 a 14 anos 97,8% [2010]
IDHM Índice de desenvolvimento humano
municipal 0,708 [2010]⁷

A priori, considerando a estrutura fundiária, como óbice ao desenvolvimento municipal, e, por consequência, à melhoria das condições de vida, acreditamos na impossibilidade de, no escopo deste artigo, estabelecermos dados comparativos entre o município de Cáceres e os demais municípios brasileiros, que proporcione de plano, a percepção do como são aplicados os recursos públicos.

O que, inicialmente, nos desperta atenção nos dados do IBGE, balizamos em três indicadores: a população estimada de 95.339 [2022]; a baixa densidade demográfica que chega apenas a 3,61hab/km² [2010]; e, o índice de desenvolvimento humano de 0,708 [2010]. Percebemos que a herança colonial ainda demonstra a sua força, nos dias atuais, ao cravar nessa abrangente região municipal, as fortes desigualdades ante a concentração de terras, como também, na distribuição de riquezas. Os efeitos decorrentes desse fato, tranquilamente, aparecem nas diferentes faces da cidade de Cáceres.

Historicamente sabemos que a concentração de terras nas mãos de alguns, e, a formação de grandes

⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível na Internet: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/caceres.html>

propriedades rurais, resulta na expropriação, de grande parte da população, ao acesso à produção de gêneros alimentícios, habitação, renda, enfim, dos meios necessários para, dignamente, viverem. Ressaltamos a relevância dessa discussão sobre o montante de riquezas produzidas a partir dessa estrutura fundiária. Afinal, quais são as quantidades de riquezas geradas pelas grandes e médias propriedades que tem na pecuária, na produção de soja e demais monoculturas a base de produção? Quem se apropria e se beneficia dessas riquezas? Qual a renda dos trabalhadores dessas propriedades? Os impostos recolhidos pelo Estado brasileiro, a partir desses setores produtivos, retornam para o município de Cáceres? Quem paga e, quanto pagam de impostos? Questões que podem ser melhor discutidas, no âmbito de grupos de pesquisas existentes e, que poderão ser criados, não apenas no interior das universidades públicas, assim como, a partir da participação de setores da sociedade civil organizada.

Os dados do IBGE assinalam a existência de forte concentração de terras em mãos de uma classe proprietária no município de Cáceres. Na rodovia federal BR-070, que liga Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso até Cáceres (cerca de 220 quilômetros), as fazendas de gado fazem parte da paisagem. Ao visitar os demais municípios dessa região, tal percepção não se altera.

As contradições estão a céu aberto, haja vista que, na cidade, as faces humanas estampam as dificuldades enfrentadas para lhes garantirem a sobrevivência. Algumas famílias moram à beira de córregos, precariamente, visíveis a busca ainda que, apenas pela sobrevivência; a cidade, não apresenta estrutura asfáltica adequada e, nem rede de esgoto. Como apontam os dados do IBGE, o índice de desenvolvimento

humano – IDH - no município de Cáceres, é baixo, ou seja, são perceptíveis a baixa densidade populacional por quilômetro quadrado.

Ressaltamos a demanda de estudos, aprofundados, acerca das relações do poder político municipal e das classes proprietárias detentora dessas terras – não somente, mas, também com outros setores produtivos. Sob esse mesmo prisma, percebemos que Câmara municipal, enquanto instituição pública, por exemplo, histórica e basicamente, tem se caracterizado, como um espaço permeados por interesses elitistas. Assim, cremos que demandam investigações acerca do alcance da legislação aprovada e consequentes efeitos, além das práticas emanadas do corpo de vereadores; desse modo, descortinar as evidências sobre a quem, de fato, servem. O cenário que se desvela acerca da cidade de Cáceres configura-se na resultante, de antigas relações históricas. Como a História se constrói a partir das relações humanas, não podemos crer na imutabilidade daquilo que está estampado, ou seja, que não se vislumbre alguma transformação. Como afirmou o historiador Paul Veyne , “a história não é senão respostas às nossas indagações, porque não se pode materialmente, fazer todas as perguntas, descrever todo o porvir [...] a história é subjetiva, pois não se pode negar que a escolha de um assunto para um livro de história seja livre” (VEYNE, 2014, p. 37). A Universidade do Estado de Mato Grosso, de forma articulada com os demais setores da sociedade civil organizada pode contribuir para que as bases de dados que subsidiem o desenvolvimento de pesquisas sobre tais temáticas de interesse e social e histórico, sejam ampliadas e publicitadas.

A cidade vista de baixo

Revisitando, ainda que brevemente, o passado colonial, observarmos na composição populacional da antiga capitania de Mato Grosso e Cuiabá, no século XVIII, características pluriétnica, ou seja, formada por indígenas, africanos e descendentes (crioulos), mestiços e brancos portugueses (SILVA, 1995).

As fontes do período colonial, fazem referências ao antigo território da capitania geral de Cuiabá e Mato Grosso como “espaços vazios”. Ante a esse desfecho ideológico, o colonizador português assume a responsabilidade de ocupação e colonização dessas novas terras para si, a etnia dominante. O propósito da “invisibilidade” da etnia negra e indígena, propositalmente construída pelo colonizador português, justifica-se em função de suas ações, como “pacificador”, “evangelizador”, “civilizador”, norteado por valores morais e espirituais.

Ressaltamos que na ata de fundação da povoação Vila Maria do Paraguai consiste na reprodução da, cosmovisão individualizada, do mundo ocidental cristão do século XVIII, definido por, um conjunto de valores próprios da natureza da Monarquia portuguesa. Entretanto nesse documento, não traz informações sobre demais grupos étnicos que se encontravam em Vila Maria do Paraguay, tanto no momento fundacional como, durante o processo de formação político-territorial. Desse modo, a menção na ata de fundação da Vila Maria do Paraguay da assenta a presença de somente 78 casais de indígenas provenientes da Província de Chiquitos, do antigo Vice-reinado do Peru, e de alguns homens brancos. Fato esse ratificado por Moraes (2003), quando afirma que não traz o registro da presença de outros grupos de indígenas e nem de africanos.

Dentre os estudos que abordam acerca da vida de grupos indígenas como os Guató, Guaná e Bororo e africanos escravizados na condição de sujeitos atuantes na sociedade colonial mato-grossense destacamos aqueles sob as autorias de Costa (2020), Medeiros Silva (2018) e Almeida (2013).

A exploração e as práticas de violências desferidas contra esses grupos étnicos, por sua vez, sempre fizeram parte da história de Mato Grosso. Apesar disso, os africanos e seus descendentes escravizados e libertos, também tiveram efetiva participação, não somente na economia, mas sobretudo, por meio da cultura de suas práticas religiosas, culinária, arquitetura, além de desenvolveram as mais diferentes atividades produtivas na povoação de Vila Maria do Paraguay, bem como, nas propriedades rurais.

A difusão dos materiais didáticos para as escolas públicas do município ratifica a aludida ausência na historiografia, como implicação, na manutenção dessa invisibilização dos demais sujeitos no período recortado. Nesse mesmo sentido, destacamos que as ruas da cidade são nominadas com os nomes de antigos senhores proprietários de escravos africanos. Não raro, encontramos imagens (pinturas e fotografias) expostas, que retratam, antigos proprietários de escravos, no museu e na câmara de vereadores do município. O fundador da cidade de Cáceres (1778), o governador português Luís Albuquerque tinha, à sua disposição, a subserviência de escravos africanos e indígenas, para desenvolverem o trabalho que lhes fosse imposto.

Como mencionamos, Cáceres em face da sua posição geográfica, localizada ao noroeste do território brasileiro, ao longo da sua história, configurou-se numa sociedade marcada, fortemente, pela ancestralidade

indígena – pela pluralidade étnica; o município, fronteiro com o Estado Plurinacional da Bolívia, conformado portanto, num espaço de fronteira internacional.

Assevera Ricardo Westin, (1990), em publicação de pesquisa histórica, no site do senado Federal Brasileiro, sobre da Lei de Terras, ter oportunizado a oficialização da opção do Brasil pelos latifúndios que, tão somente 0,7% das propriedades constituem-se em área superior a 2 mil hectares (20 km²); contudo, reunidas entre si, abrangem, praticamente, 50% da zona rural brasileira. Acrescenta ainda que 60% das propriedades, não totalizam a 25 hectares (0,25 km²) e, mesmo tão numerosas, só cobrem 5% do território rural. Os dados esses, carreados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).⁸

No município de Cáceres, tal estrutura fundiária constitui-se, ainda mais expressiva, e, consonante com todo território de Mato Grosso: “apesar das divisões impostas às propriedades primitivas, em decorrência dos processos sucessórios, de herança, o caráter latifundiário não se perdeu, tendo sido registrado, em muitos casos, o reagrupamento de propriedades. (HIGA, ANZAI, GATTI, p. 42).

A estrutura fundiária do município, percebemos como acervo do legado colonial, e que se constituiu geradora da exclusão social e, da precariedade estampada na paisagem citadina. Demanda, então, que se procedam investigações sobre a essência dessa estrutura fundiária; logo, em face da alta concentração de riquezas nas mãos desses proprietários de terras, marcadamente em momentos eletivos, parece evidente que

8 SENADO FEDERAL. Agência Senado, Disponível na internet: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>

tem de alguma forma, contribuído para a vinculação política com o poder público municipal (câmara municipal, prefeitura municipal); fato esse que nos instiga à refletirmos acerca de tais instituições e procurar constatar ou não, se espelham a prosperidade e o poder, de tais, domínios agrários?

No início desse artigo, recorreremos a Prost e Pesavento para refletirmos acerca de Cáceres. Nas leituras carreadas procuramos respaldo para o delinear a natureza do elo entre a estrutura fundiária do município, a concentração de riquezas, a exclusão social e as dificuldades vividas pelos grupos de trabalhadores. Será que os proprietários de terras que investem o lucro advindo de suas propriedades em outros lugares, enfim, no “mercado financeiro”, desconhecem as implicações de precariedade àqueles que trabalham, diretamente, nos latifúndios? Ou, na verdade, não são sensíveis aos dramas vividos nos subterrâneos da cidade?

Lugares de Memórias

As lembranças dos moradores do município são muito relevantes como registro dessa desigualdade, da precariedade sentida, ao mesmo tempo, da luta cotidiana para superar essas adversidades. Nesse sentido, Tardivo & Pratschke (2016, p.5-6) assevera que representam o conjunto de recordações e histórias que dela emergem, ante ao resgate, em lugares determinados, de tal forma que permitem compreender o todo. Lugares esses que oferecem aspectos simbólicos, capazes de despertar afetividade em seus moradores e representarem suas narrativas.

Remonta à nossa vivencia, nos idos anos de 1990, a narrativa pelo senhor M.G., trabalhador da então

Usina da Ressaca na década de 1940-50, que em tal empreendimento açucareiro e pecuário em Cáceres, ocorreria um modelo de recrutamento, compulsório, da força de trabalho para aquela propriedade. Segundo ele, considerava que o trabalho no interior da usina era servil, pois os trabalhadores eram tratados como se fossem escravos, apesar de já haver ocorrida, a abolição da escravidão (1888). “O trabalho era difícil... a não ser nos sítios, nos engenhos, não encontrava serviço. A Delegacia de Polícia mandava muitos trabalhadores para a Usina como camaradas no período da safra [...] O senhor pode escrever sem errar, o trabalhador era tratado como verdadeiro escravo, com as mesmas desvantagens ... tudo igual ... ele tinha de trabalhar no ritmo do patrão. (sic) ” M. G., 1989, apud CHAVES, 1992, p. 48).

A Usina da Ressaca iniciou suas atividades no início do século XX, se estendendo até a década de 1950. Para as classes proprietárias e a administração municipal, uma das formas de resolver o problema com a falta da mão de obra constituía-se desse recrutamento de trabalhadores, inclusive, de origem boliviana que se encontravam na cidade de Cáceres. Ademais, se algum boliviano ficasse embriagado e participasse de alguma confusão, ele poderia amanhecer cumprindo algum tipo de tarefa no interior da usina. Às vezes, só conseguia retornar à própria casa, após transcorridos meses, quando então, cessava o plantio ou a colheita da cana de açúcar.

Não obstante essas incidências consideradas humana e legalmente, atípicas, difundia-se na cidade, intenso preconceito desfavoráveis aos bolivianos; esses, então associados a adjetivos pejorativos, como exemplo, “preguiçosos”, que não trazem renda para a cidade,

além de ocuparem, “gratuitamente” serviços na área de saúde; enfim, narrativas emergentes nas redes sociais e, na imprensa local. Sobre essas questões, a pesquisa realizada por Araújo e Puhll (2016) contribuiu para que percebemos a dimensão das relações transfronteiriças entre o Brasil e a Bolívia, espaço geopolítico do continente sul-americano.

A fronteira oeste é também polifônica pelos imaginários que se produzem sobre ela. Boa parte dos discursos da imprensa escrita mato-grossense, por exemplo, tem produzido muitas notícias sobre o cotidiano transfronteiriço destacando o narcotráfico, roubos de carretas, assassinatos, prisão de “mulas humanas”, confronto entre policiais e traficantes e outras situações análogas. Esse procedimento contribui muito para idealizar a fronteira somente como lugar perigoso e violento por excelência, que amedronta a todos com o banditismo indiscriminado porque lá impera o crime. Ao proceder assim, as reportagens veiculadas omitem a existência de uma população pacata que sempre “cuidou” (e continua “cuidando”) dos territórios nacionais, literalmente. Em outras palavras, essa conduta produz a invisibilidade das populações transfronteiriças (ARAÚJO; PUHLL, 2016).

Os referidos autores, assinalam a presença boliviana em Cáceres, desenvolvendo atividades comerciais diversas, e, então, contribuindo para a economia municipal. Famílias bolivianas estabelecem relações na cidade, criando não apenas laços comerciais, sobretudo, mantendo vínculos com parentes e amigos na cidade.

A abordagem de Silva & O’loiola, (2019) a respeito da “Dinâmica Territorial no Município de Cáceres:

conflitos na produção e uso do território”, oportunizou a discussão acerca de como, empresários ligados ao agronegócio, se articulam para o plantio de soja, empregando tecnologias sofisticadas e maquinários modernos para este tipo de lavoura. Assim como, expuseram também, relatos sobre a forma de articulação dos movimentos socioambientais para se contraporem ao modelo de agricultura utilizado pelo agronegócio.

Diferente desse modelo de agricultura, a criação de assentamentos rurais no município de Cáceres pelo Incra entre 1995-2012, possibilitou de fato, aos trabalhadores o acesso à terra e à produção de gêneros alimentícios. Para a cidade de Cáceres, a produção originária desses assentamentos, possibilitou enfim, aos munícipes, o acesso aos legumes, verduras, frutas, consumo de carne de galinhas, porcos, dentre outros gêneros alimentícios cultivados na própria região. Isso porque, no início da década de 1990, a cidade de Cáceres dependia de outros centros urbanos para o consumo desses produtos. Nesse sentido, ratifica outra narradora, oriunda da cidade de Juazeiro do Norte, Ceará, (M.A.M.) que ao chegar em Cáceres nos fins da década de 1980, testemunhou a dificuldade em se encontrar verduras e demais produtos, “não havia nem um pé de coentro, alface, cebolinha para temperar o peixe” (SIC). Não se plantava quase nada disso. Hoje se encontra tudo isso em cada esquina da cidade” (SIC).⁹ Na realidade, agricultura familiar tem crescido no município decorrente do surgimento desses assentamentos rurais, entretanto não acompanha a mesma proporção do investimento nas lavouras de soja e na pecuária.

⁹ Depoimento da senhora M. A. M. Silva, moradora do bairro cidade Nova, Cáceres – MT. Projeto: Cidade de Cáceres: Labirinto de Memórias. Coordenação. Otávio Ribeiro Chaves. Projeto em andamento. Sem financiamento institucional.

Ressaltamos que em face do avanço do plantio de soja, associado à prática extensiva da pecuária na região, pode ser percebida a anuência, por parte do poder público estadual, com esse modelo de investimento; contudo, tal avanço vem carreando problemas socioambientais graves, se considerarmos a fragilidade do ecossistema pantaneiro que tem sofrido com essas investidas, ponderando que, diretamente, atinge as populações ribeirinhas, assim como aos moradores mais vulneráveis da cidade de Cáceres. Sob esse olhar, Silva & Loiola (2019) asseguram que a história, marcada pela divergência entre dois projetos em curso, ou seja, de um lado o agronegócio que avança cada vez mais sobre as terras das comunidades quilombolas, terras indígenas, camponesas, dentre outros territórios que precisam ser preservados e respeitados; e de outro lado está a construção de um projeto alternativo, com a agricultura camponesa embasada na agroecologia. Esse dualismo de projetos acarreta situações conflituosas marcadas no território pantaneiro. Concordamos que o aparente descaso governamental para com a população e o ambiente pantaneiro, contribui para que, o município de Cáceres flutue no imaginário de seus munícipes, como palco de vários conflitos socioambientais. Cada representante dos grupos e organizações socioambientais¹⁰ destaca aqueles alarmantes e preocupantes e que afetam diretamente a população.

Essa luta está em curso em Cáceres. De um lado, a herança colonial persiste, com a concentração de grande parte das terras, em mãos de um grupo social

¹⁰ Grupos e organizações socioambientais do município são aquelas Associação Sociocultural e Ambiental Fé e Vida, Grupo Raízes, Centro de Referência em Direitos Humanos, FASE/MT, Grupo GAIA/MT, Núcleo UNEMAT-UNITRABALHO e representante do assentamento Ipê Roxo.

indiferente às mazelas que acontecem no município. De outro lado, trabalhadores assentados, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores, lutam pela sobrevivência, sob a dependência de um pedaço de terra para plantar e produzir os seus produtos. O pescador se depara, cada vez mais, com a impossibilidade de acesso à pesca no Rio Paraguai – único meio para a própria sobrevivência e de sua família. Recentemente, projetos elaborados por grupos econômicos procuram afastá-lo da seu ofício. Uma das estratégias desses grupos com aquiescência de setores do governo estadual de Mato Grosso configura-se na proibição da pesca, transporte e comercialização, de qualquer pescado no âmbito de MT, por um longo período; determinação essa que o impediria também de manter o pescador vinculado ao Rio Paraguai. Enfim, demanda que reflitamos sobre ser o ribeirinho, ou o pescador artesanal, o agente de ocorrência dos impactos ambientais? Quem, visivelmente, tem contribuído para que os rios pantaneiros sejam poluídos, com o despejo de detritos nas suas águas? Quem concede licença ambiental e, para quem, extrair toneladas de areia do Rio Paraguai? Sabidamente não é o pescador profissional de subsistência. Na mesma lógica, quem autoriza o funcionamento de garimpo e a poluição das áreas com mercúrios? A pecuária e o plantio de soja não provocam, respectivamente, impactos socioambientais?

Como foi enfatizado, nesse referido estudo, na realidade tratam-se de dois projetos, distintos, que se encontram em curso no mesmo município de Cáceres; um deles ligado ao setor do agronegócio, com o plantio de soja e a pecuária – produtos voltados para o mercado externo, em sua maioria. O outro projeto, alicerçado na agricultura camponesa, na agroecologia, por meio do

qual se busca abastecer as mesas das famílias do município e do estado de Mato Grosso, com produtos orgânicos de qualidade. Como já referido, no início da década de 1990, Cáceres dependia da importação de verduras de outros municípios e estados, e, quando chegavam à cidade, consigo traziam agregado, além do alto custo a ausência da garantia de qualidade.

Impactos socioambientais no município de Cáceres

Insistimos que os dados do IBGE, aglutinados aos estudos aqui carreados, indicam a existência de uma população carente, sem o acesso à terra, e à respectiva produção, sem o investimento necessário por parte do poder público estadual e municipal. Outro desafio enfrentado, principalmente, para quem depende do Rio Paraguai para sobreviver, depara-se com as instalações das pequenas centrais hidroelétricas, o que tem gerando protestos por parte de todos que de setores que resistem e trabalham em favor da preservação do bioma pantaneiro. Sob esse entendimento, Alho et al. (2019); Zanirato e Chaves (2022) comungam do mesmo pensamento a respeito da contribuição negativa, dessas Centrais Hidrelétricas existentes na região, porque formam barragens que impedem a migração de peixes como o cachara (*Pseudoplatystoma reticulatum*), o pintado (*Pseudoplatystoma corruscans*), o dourado (*Salminus brasiliensis*), operaputanga (*Brycon hillari*), o piavuçu (*Megaleporinus macrocephalus*) e o curimbatá (*Prochilodus lineatus*), os quais procedem a desova, nas cabeceiras dos rios. Apesar disso, temos notícia da previsão de mais de 100 PCHs, principalmente, para a parte norte do planalto, onde nascem os rios que alimentam o Pantanal, e, assim o sento

implicará para que a situação piore, a inda mais. Ainda sob esse olhar, destacamos que o tão apregoado turismo nas águas do pantanal matogrossense, e, opção por Cáceres, como destino inicial, tem atraído pessoas provenientes não somente de outros Estados brasileiros, como também do exterior afetando, prejudicialmente, esse admirável ecossistema. Como advertem Zanirato; Chaves, (2022) o turismo um evento que afetar ao Pantanal com o aumento de resíduos sólidos no leito e margens do rio, assim como, , desequilibra o estoque pesqueiro. Essas alterações provocam impactos tanto na biodiversidade quanto nas populações indígenas, ribeirinhas e, nas mais pobres, diretamente atingidas pelas mudanças no ecossistema.

Também como resultado desse tipo de turismo do Rio Paraguai, a cada ano, principalmente nas proximidades da cidade de Cáceres, toneladas de lixo (plásticos, móveis usados, etc) são retiradas, em face de campanhas organizadas por iniciativa setores da sociedade civil. Entretanto, a partir de uma simples caminhada pela orla, representativa de abandono ao acaso, da cidade, torna-se visível o despejo de esgoto sanitário no Rio Paraguai, conjugado ao despejo, de resíduos domésticas até mesmo de barcos turísticos, em horários que os oportunize safarem-se de eventual e competente fiscalização.

Há que se ressaltar que, o conjunto desses fatores implicam nas mudanças climáticas observadas no pantanal mato-grossense, conforme registram os estudos para cá carreados.

Não consideramos poucos os desafios a serem enfrentados pela sociedade civil organizada. Destarte, não basta somente ter o acesso aos estudos produzidos

pelas universidades brasileiras sobre o impacto socio-ambiental causado por esse modelo econômico; demanda a utilização deles como instrumento que contribua para, no mínimo e, sobretudo, alavancar de forma propositiva e, profícua, ao debate político. Sabemos que essa herança colonial fomenta e mantém, a desigualdade social e econômica existente no município de Cáceres. Em que pese esse cenário, acreditamos na possibilidade de construção de um, amplo, projeto político com a participação popular tendo em vista a contenção desse desastre anunciado. A luta ao acesso à terra, bem como a garantia de um pedaço de chão para os trabalhadores emerge como uma das possibilidades. Todavia, não podemos ficar restritos somente isso; demanda que investimentos em infraestrutura, escolas, transporte, saúde e educação, sejam políticas realizadas com aporte de financiamento público para a produção na terra acontecer. Estudos sobre outros municípios brasileiros, com características similares ao de Cáceres parece-nos interessante. Conhecer como conseguiram diversificar a produção econômica, a não dependência da agricultura monocultura da soja, algodão, milho, pecuária etc.

A criação de projetos agroecológicos sustentáveis representa também outra possibilidade a ser trilhada. Contudo, a organização popular nessa batalha, é imperativa. Os estudos acadêmicos até aqui apresentam os resultados desastrosos desse legado tão nocivo às pessoas pantaneiras, das comunidades tradicionais (ribeirinhos, chiquitanos, quilombolas e assentados rurais). A apropriação desses conhecimentos prescinde de amplo debate, para a conscientização histórica e instrumentalização política.

Consignamos por fim, a viabilidade de refletirmos acerca do desdobramento de outros estudos, tais como

as relações permeadas entre, a concentração de terras em mãos de poucos e, a distribuição de renda no município de Cáceres; bem como sobre o baixo investimento em infraestrutura; a exploração da mão de obra; o impacto socioambiental motivado pela pecuária extensiva e, o avanço do plantio de soja na região, de modo que o conhecimento produzido agregue, ainda mais, motivos para fortalecer a união e a resiliência, imprescindíveis à efetiva e justa produção da equidade social e econômica.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Marli Auxiliadora. Índios fronteiriços»: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873). Porto Alegre, RS. 2013. Tese (Doutoramento em História). Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ARAÚJO, Maria do Socorro S.; PUHLL, João Ivo. Cáceres e San Matias na perspectiva de cidades gêmeas: um estudo de possibilidades. Texto inédito apresentado em 30/10/2016 no grupo de pesquisa Fronteira Oeste, Poder, economia e sociedade/ UNEMAT). No prelo.

CHAVES, Otávio Ribeiro. Usina da Ressaca, tempo trabalho e disciplina. Cuiabá, MT. 1993. Curso Lato Sensu (Especialização em História de Mato Grosso: Trabalho e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso. Texto impresso.

COSTA, Luciana Martinez de Oliveira. A Presença de Povos Indígenas, Bororo, Guató e Guaná em Vila Maria do Paraguai e São Luiz de Cáceres (1778-1874): uma abordagem de temática indígena na Educação Básica. Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Profissional) Profhistória. Faculdade de Ciências Humanas, Câmpus de Cáceres. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2018.

COSTA, Maria de Fátima. Notícias de Xarayes: Pantanal entre os séculos XVI a XVIII, São Paulo. 1997. Tese (Doutorado em História) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO. Período colonial. Nauk Maria de Jesus (Org.). Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2011.

GALLETI, Lylia Guedes. Sertão, Fronteira Brasil: Imagem de Mato Grosso no mapa da civilização. Cuiabá, Editora UFMT, Editora Entrelinhas, 2012.

HIGA, Tereza Cristina Cardoso de Souza; ANZAI, Leny Caselli; Gatti, Flávio. Formação da estrutura agrária produtiva dos municípios da fronteira oeste com a Bolívia. Disponível na Internet: <https://repositorio.ipea.gov.br>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Cidades e Estados. Disponível na Internet: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mt/caceres.html>

MORAES, Maria de Fátima Lima de. Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste: 1778-1801. 2003. 141f. Dissertação

(Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MEIRELLES, Denise Maldi. Guardiães da Fronteira, Rio Guaporé, século XVIII. São Paulo: Editora Vozes, 1989.

PESAVENTO, Sandra Jathay. As leituras da memória: a cidade imaginária de um cronista do sul brasileiro (Antônio Alves Pereira Coruja e a Porto Alegre do início do século XX). In: Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre. N. 14 (dez. 2000), p. 47-60 Disponível na internet: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/31508>

PROST, Antoine. Como a história faz o historiador? In: Revista anos 90. Porto Alegre, volume 8, número, 14, dezembro de 2000. Disponível na Internet: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6792>

ROSA, Carlos Alberto. A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (Vida Urbana em Mato Grosso no Século XVIII: 1722- 1808). 1996. 362f. Tese (Doutorado em História) — FFLCH, USP.

SENADO FEDERAL. Agência Senado. Disponível na internet: <https://www12.senado> Depoimento da senhora Maria Assunção Medeiros Silva. Morador do bairro cidade Nova, Cáceres – MT. Projeto: Cidade e Lugares de Memória. Coordenação. Otavio Ribeiro Chaves. Projeto sem financiamento. leg.br/noticias/tags/Ag%C3%A2ncia%20Senado

SILVA, Jovam Vilela. Mistura de Cores. (Política de povoamento e população na Capitania de Mato Grosso). Cuiabá, MT. EdUFMT, 1995.

SILVA, Mauricélia M.. Guia de Fontes para Professores: O processo de liberdade dos africanos e afro-brasileiros escravizados em São Luiz de Cáceres entre 1874 a 1888. Cáceres, MT. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Profhistória. Universidade do Estado de Mato Grosso.

SILVA, Tânia Paula; O'LOIOLA, Valéria de. Dinâmica Territorial no Município de Cáceres-MT: conflitos na produção e uso do território. Revista Equador (UFPI), Vol. 8, Nº 3, p.140 - 158 Home: <http://www.ojs.ufpi.br/index.php/equador>

TARDIVO, Jessica Aline; Pratschke, Anja. Cidade como Lugar de Memórias. Grupo temático: Tecnologias para memória. Disponível na Internet: http://www.liber.ufpe.br/home/wp-content/uploads/2016/09/10-Cidade-como-lugar-de-memorias_Tardivo.pdf

VOLPATO, Luíza Rios Ricci. A Conquista da Terra no Universo da Pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819, Hucitec, Brasília, DF, INL, 1987.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história. 4ª edição revisada. Brasília, Editora UNB, 2014.

ZANIRATO, Sílvia Helena; CHAVES, Otávio Ribeiro. Alterações ambientais no Pantanal. Revista Relicário, v. 6, p. 127-142, 2020.

SOBRE OS AUTORES

Acir Fonseca Montecchi: Graduado em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestre em História UFMT. Professor efetivo do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, Campus Jane Vanini – Cáceres/MT.

José Ricardo Menacho: Graduado em Direito pela UNEMAT Cáceres. Professor do Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, Câmpus Universitário “Jane Vanini” – Cáceres/MT. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Doutor em Linguística pela UNEMAT.

Bianca Francisca da Silva Santos: Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini - Cáceres/MT. Mestranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados.

Fernanda Martins da Silva: Graduada em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados e Doutora em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Professora Adjunta do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini - Cáceres/MT.

Luciano Pereira da Silva: Graduado em História pela Universidade Federal do Paraná. Professor do Curso de História da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus “Jane Vanini” – Cáceres/MT. Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas/RS.

Lourenço Pereira Leite: Pescador profissional tradicional de terceira geração, associado à Colônia Z-2 de Cáceres/MT. Membro do Conselho Estadual de Pesca de Mato Grosso pela Associação Xaraiés.

Maria do Socorro de S. Araújo: Professora do Curso de Licenciatura em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Profhistória/UNEMAT – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Coordenadora do Curso de Licenciatura em História (modalidade a distância). Presidente do Conselho Municipal de Cultura de Cáceres/MT.

Ana Lúcia Duarte: Graduação em História e Mestra em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Profhistória/UNEMAT – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. Professora de História da Escola Estadual Deputado Dormevil Faria Seduc/Pontes e Lacerda e Bacharelado em Direito pela UNEMAT, Campus de Pontes e Lacerda.

Gesner Las Casas Brito Filho: Graduado em Licenciatura em História pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto (substituto) de História Antiga e Medieval do Curso de Licenciatura em História da UNEMAT - Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. Doutor em História (Medieval), pela University of Leeds, Reino Unido (CAPES).

Edson Flávio Santos é cacerense, doutor em estudos literários, professor e integrante do Núcleo de Pesquisas Wladimir Dias-Pino (PPGEL/Unemat). É consultor ad hoc e membro do corpo editorial com publicações em revistas, jornais e suplementos literários. Escreveu Aldrava (2020), Utopias e resistências na obra de Pedro Casaldáliga – escritos escolhidos (2021) e Intermitência (2023)

Edson Silva de Lima: Graduado em História nas habilitações Licenciatura e Bacharelado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professor interino do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT Campus Jane Vanini - Cáceres/MT. Doutor em história pelo Programa de Pós-Graduação em História – UNIRIO.

João Edson de Arruda Fanaia: Docente aposentado do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini – Cáceres/MT. Doutor em História Política pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Olga Maria Castrillon Mendes: Graduada em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso. Professora Adjunta aposentada do Departamento de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT/ Campus de Cáceres e Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários/PPGEL/UNEMAT. Sócia Efetiva do Instituto Histórico e Geográfico de Cáceres/IHGC e da Academia Mato-Grossense de Letras/AML.

Neuza B. Zattar: Doutora em Linguística pela UNICAMP. Professora do Curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Jane Vanini - Cáceres/MT.

Vívian Lara Cáceres Dan: Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Doutora em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Docente adjunta do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Barra do Bugres/MT.

Maria Aparecida da Silva: Graduada em Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestre em Educação pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Professora Substituta do Curso de Licenciatura em História da UNEMAT Campus Jane Vanini - Cáceres/MT.

Oswaldo Mariotto Cerezer: Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal de Santa Maria/RS. Professor do Curso de Licenciatura em História e do Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Jane Vanini - Cáceres/MT. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia com Bolsa CAPES de Estágio Sanduíche na Universidade Autônoma de Barcelona, Espanha.

Thiago Pereira da Silva Magela: Bacharel em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e doutorado sanduíche na Universidad Nacional de La Plata (UNLP - Argentina), e estágio doutoral na Universidade de Coimbra (UC-Portugal). Professor interino do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT.

Heráclio Tavares: Graduação e Bacharelado em Licenciatura em História pela UFRJ. Doutor em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-HCTE) e doutorado sanduíche no Departamento de Filosofia da Saint Louis University, EUA. Professor interino do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado do Mato Grosso – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT.

Reinaldo Norberto da Silva: Graduado em História pelo Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso. Mestre em História pela UFMT. Efetivo do corpo técnico da Universidade do Estado de Mato Grosso, atuando no NUDHEO - Núcleo de Documentação de História Escrita e Oral, Campus Jane Vanini de Cáceres/MT.

Rodrigo dos Santos: Graduado em História (UNICENTRO), Sociologia (UNINTER) e Pedagogia (FAEL). Doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Docente interino do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Estado de Mato Grosso – Campus Jane Vanini – UNEMAT/Cáceres-MT.

Romyr Conde Garcia: Graduado em História pela Universidade Federal Fluminense. Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto do Curso de Direito na área de Ciência Política e Sociologia Jurídica da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Barra do Bugres/MT.

Auxiliadora Coutinho: Doutora em História Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora aposentada da Unemat – Campus de Cáceres.

Sandra Mara Alves da Silva Neves: Graduada em Licenciatura Plena e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Doutora em Geografia pela UFRJ e docente do Curso de Licenciatura em Geografia da Unemat – Campus Jane Vanini – Cáceres/MT.

Renato Fonseca de Arruda: Graduado em Licenciatura em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso. Doutor em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST).

Otávio Ribeiro Chaves: Graduado em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Paraná. Professor aposentado do Curso de Licenciatura em História, vinculado ao Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA/UNEMAT.

Esta coletânea congrega autores de diferentes áreas do conhecimento e preocupa-se com a construção de narrativas sobre a cidade de Cáceres em razão do seu 245º aniversário. Uma cidade múltipla e diversa, com histórias e culturas que expressam a sua trajetória histórica, assim como o seu presente, marcado pelas vivências, experiências, identidades e memórias que se entrecruzam, formando uma realidade sociocultural que possibilita diferentes formas de ser, pensar, viver e agir de todos àqueles que se relacionam com a cidade e seus lugares de memórias e histórias.

Assim, a obra possibilita múltiplos olhares, análises e interpretações sobre uma cidade em diferentes perspectivas representando a dinamicidade e diversidade cultural que a compõe, fruto de um processo histórico em que diferentes sujeitos, tramas e memórias foram constituindo uma realidade social diversa e culturalmente rica. Ao reunir produções oriundas de diferentes áreas a coletânea alcança um público diversificado e propõe leituras que seguem diferentes trilhas narrativas, possibilitando assim, diferentes formas de conhecer e entender a complexa história e cultura que marcam os cenários da cidade de Cáceres.